

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DOSHIN WATANABE

AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/15: CABIMENTO, INTERPRETAÇÃO,
INTEGRAÇÃO E MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO

CURITIBA

2020

DOSHIN WATANABE

AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/15: CABIMENTO, INTERPRETAÇÃO,
INTEGRAÇÃO E MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Talamini.

CURITIBA

2020

W324a

Watanabe, Doshin

Agravo de instrumento no CPC/15: cabimento, interpretação, integração e meios autônomos de impugnação [meio eletrônico] / Doshin Watanabe. - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2020.

Orientador: Eduardo Talamini.

1. Agravo (Direito processual). 2. Processo civil - Brasil.
I. Talamini, Eduardo. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDU 347.91

**Catalogação na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**

ATA Nº105

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM DIREITO**

No dia trinta de julho de dois mil e vinte às 13:30 horas, na sala REMOTA, CONFORME AUTORIZA PORTARIA 36/2020-CAPE, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **DOSHIN WATANABE**, intitulada: **Agravo de instrumento no CPC/15: cabimento, interpretação, integração e meios autônomos de impugnação**, sob orientação do Prof. Dr. EDUARDO TALAMINI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: EDUARDO TALAMINI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), WILLIAM SANTOS FERREIRA (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO), FERNANDA MEDINA PANTOJA (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, EDUARDO TALAMINI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 30 de Julho de 2020.

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 08:50:21.0

EDUARDO TALAMINI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/08/2020 20:02:17.0

WILLIAM SANTOS FERREIRA

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

03/08/2020 21:26:39.0

FERNANDA MEDINA PANTOJA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DOSHIN WATANABE** intitulada: **Agravo de instrumento no CPC/15: cabimento, interpretação, integração e meios autônomos de impugnação**, sob orientação do Prof. Dr. EDUARDO TALAMINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Julho de 2020.

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 08:50:21.0

EDUARDO TALAMINI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/08/2020 20:02:17.0

WILLIAM SANTOS FERREIRA

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

03/08/2020 21:26:39.0

FERNANDA MEDINA PANTOJA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus. Falo aqui do Deus que não é propriedade de alguma religião, mas que está presente em todas (cristianismo, budismo, hinduísmo, para citar as que mais me comovem), pois tenho convicção de que existe uma necessidade metafísica no ser humano e que ela se manifesta de diversas formas.

Refiro-me aqui ao Deus do amor, da compaixão e do perdão, o único que admito e que é objeto de minha fé sincera, deixando de lado o Deus da punição, vingança e perseguição. Só Ele sabe dos meus propósitos no plano sentimental, intelectual, material e espiritual da vida - e me deu forças para enfrentar esses desafios, que são viver a vida com gosto e escrever essa dissertação.

Dedico-o, em segundo lugar, a todas as pessoas que eu amo e que me amam, ou um dia de amaram. Prioritariamente, incluo aqui minha família de sangue: mãe, pai e irmã. Em seguida, agradeço também aos amigos e amigas que são praticamente irmãos e irmãs (e sabem que o são).

No plano acadêmico, agradeço à Universidade Federal do Paraná, aos professores e a todos os funcionários, meus colegas alunos e especialmente à sociedade que contribuiu e continua contribuindo com os recursos que financiam a existência dessa instituição e que me propiciaram essa oportunidade de ter o privilégio de completar um curso superior de uma instituição pública e, agora, completar o mestrado. O gasto desses recursos com a minha pessoa eu não pude retribuir de outra forma que não o emprego das minhas melhores energias neste trabalho.

A respeito do trabalho realizado, digo que a escolha do tema da dissertação foi orientada por um viés prático, ciente da necessidade de o presente estudo tivesse, além da aptidão para contribuir para a teoria processual civil, também pudesse trazer significativa utilidade social. Aliado a isso, assumi o desafio de escrever essa dissertação porque desde a graduação me agradou e cativou sobremaneira o tema dos recursos no processo civil. Espero que tenha sido suficiente para pagar essa dívida social. Se não for, comprometo-me a utilizar do conhecimento e experiências adquiridas no mestrado para, ainda que de fora, continuar contribuindo com a sociedade no que se refere ao desenvolvimento do direito processual civil.

Especificamente em relação ao plano de desenvolvimento intelectual deste trabalho, agradeço pelos valiosos conselhos e ensinamentos propiciados pelo meu Orientador. Não posso

esquecer também do incentivo à dedicação e ao esforço que sua pessoa e seus exemplos inspiram em mim, não só no ambiente acadêmico, mas também no profissional e pessoal.

No plano profissional, recorro e agradeço o carinho dos amigos e colegas de escritório, com destaque para aqueles com os quais converso diariamente sobre minhas angústias e alegrias, bem como aqueles que contribuíram pessoalmente para o desenvolvimento deste trabalho.

No plano intelectual pessoal e íntimo, isto é, no que se refere a mim mesmo, agradeço e homenageio a todos os gênios da literatura e da filosofia que criaram em mim o gosto (a rigor, uma necessidade, tal como o é se alimentar) pela leitura, pois preciso continuamente saber o que vocês têm a dizer a mim e ao mundo; e também pela escrita, pois preciso dela para satisfazer o desejo de compartilhar o que adquiri com os pensamentos e sentimentos desses pensadores geniais (e como por influência deles cresci, amadureci e me tornei humano!), ainda que isso possa se manifestar de forma um tanto quanto heterodoxa.

Desculpo-me, e me alegro, por não ter citado nomes. Tenho o costume arraigado de criticar rotineiramente as frases, homenagens, construções e discursos genéricos e abstratos, que não aludem a pessoas e casos específicos, mas reconheço que as vezes sou contraditório (e qual ser humano não o é?) - aqueles que me conhecem bem, sabem bem. Afinal, convém não se alongar porque dizer tudo é o segredo para ser tedioso.

O que eu quero dizer é: aqueles que são especiais para mim, sentirão em seu coração, só de ler essas palavras. Obrigado a todos e todas que amo de uma forma única. Se amo vocês é porque, por sua autenticidade, brilham e se destacam em minha vida, e essa luz que vocês espalham penetrou em meu coração. Aliás, vocês bem sabem que eu detesto pessoas vazias e indiferentes (comuns como os produtos manufaturados) – o que só reforça o valor e a importância que vocês têm para mim!

Meu carinho e afeição por vocês é tão grande que eu espero que sejam sentidos no coração de cada um, com uma sensação quente, reconfortante e espiritual, ao ler estas palavras.

Todo sistema de recursos reflete necessariamente as características da estrutura do procedimento de grau inferior, como a copa da árvore sempre revela algo do solo em que mergulham as raízes. (...) Daí o problema delicado que se põe ao legislador, quanto à impugnabilidade das decisões que vão sendo proferidas ao longo do feito. (...) A via média consistiria em discriminar, dentre as numerosas decisões interlocutórias, aquelas que, por seu objeto, reclamassem pronto exame, e aquelas que comportassem mais longa espera, criando para as duas classes regimes diversos.

José Carlos Barbosa Moreira, em Comentários ao Código de Processo Civil (1998), vol. 5, 7ª edição, p. 479-480.

Si, pues, aun siendo la relación no regulada semejante a la regulada, la norma que regula esta última aparece como especial a algunas relaciones de determinada categoría, quedando las demás relaciones de la misma categoría sujetas a una norma diversa más general, el hecho de que la norma particular o excepcional regule algunas de tales relaciones, y no aquella de que se trata, demuestra igualmente que ésta se halla reglamentada de manera diversa.

Alfredo Rocco, em La interpretación de las leyes procesales (1905), p. 57.

Mas a analogia é o recurso mais perigoso do pensamento. Pode estabelecer semelhanças e, entretanto, mascarar ou encobrir a verdade.

Henry George, em Progreso e Pobreza (1879), p. 381.

RESUMO

A modificação realizada pelo art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15) no sistema de recorribilidade das interlocutórias instaurou discussão, doutrinária e jurisprudencial, acerca da natureza e limites do rol de hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. A discussão não é inédita, pois o Código de Processo Civil de 1939 também veiculava rol taxativo, mas foi revigorada pelo CPC/15. Enfrenta-se a crítica de que esse novo regime não deu solução adequada para tutelar situações causadas por decisões interlocutórias que, embora causadoras de prejuízo imediato à parte, não estariam previstas no rol do art. 1.015 e, pelo que dispõe o CPC/15, deveriam ser impugnadas somente por ocasião da apelação, nos termos do art. 1.009, §1º. Este trabalho busca analisar, por um lado, o emprego das técnicas de interpretação da norma processual e integração do art. 1.015 e, por outro, o emprego dos meios autônomos de impugnação das decisões interlocutórias. Na primeira parte deste trabalho, as hipóteses de cabimento do art. 1.015 serão analisadas de forma pormenorizada. Em seguida, haverá a análise das principais modalidades de interpretação da norma processual, com reflexão sobre tipos de interpretações cabíveis a respeito do art. 1.015 do CPC. Também serão analisados os conceitos e princípios fundamentais inerentes à recorribilidade das interlocutórias. Na segunda parte deste trabalho, é feita a análise do cabimento e limites da impugnação imediata das interlocutórias por meio de mandado de segurança, correção parcial, reclamação e ação popular, com destaque para as vantagens e desvantagens de cada meio de impugnação. Na terceira e última parte, serão analisadas, em viés pragmático, as principais decisões interlocutórias não abrangidas pelo rol do art. 1.015, com o objetivo de elucidar a estrutura do sistema de recorribilidade concebido pelo CPC/15. O problema da opção pela extensão das hipóteses de cabimento do agravo ou pelo emprego dos meios autônomos, será enfrentado à luz das garantias, institutos, princípios e conceitos processuais fundamentais que envolvem o tema. Após as reflexões lançadas no decorrer deste trabalho, a conclusão alcançada é de que a solução juridicamente mais compatível com o sistema processual sugere a valorização do emprego dos meios autônomos de impugnação, em especial o mandado de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Agravo de instrumento. Art. 1.015 do Código de Processo Civil. Hipóteses de cabimento. Interpretação do rol de cabimento. Integração normativa. Meios autônomos de impugnação.

ABSTRACT

The modification made by art. 1.015 of the Civil Procedure Code of 2015 (CPC/15) in the system of appeal of interlocutory orders established discussion, by the doctrine and jurisprudence, about the nature and limits of the list of hypotheses of admissibility of the interlocutory appeal. The discussion is not new, as Civil Procedure Code of 1939 also carried exhaustive list, but it was reinvigorated by CPC/15. This dissertation analyzes the criticism that this new regime did not provide an adequate remedy to situations caused by interlocutory orders that, although causing immediate damage to a party, would not be provided in the list of art. 1.015 and, according to CPC/15, should be challenged only at the time of the final appeal, under the terms of art. 1,009, §1º. This dissertation analyzes, on the one hand, the use of techniques for interpreting the procedural norm and for normative integrating the art. 1.015 and, on the other hand, the use of autonomous means of challenge of the interlocutory orders. In the first part of this dissertation, the hypotheses of art. 1.015 will be analyzed in detail. Then, there will be an analysis of the main modalities of interpretation of the procedural norm, in order to indicate the types of interpretations applicable to art. 1.015 of the CPC. Also, the fundamental concepts and principles inherent to the appeal of interlocutory orders will also be analyzed. In the second part of this dissertation, it was made an analysis of admissibility and limits of the immediate objection of interlocutory orders through a writ of mandamus, “partial correction”, “action of complaint” and “popular action”, with emphasis in the advantages and disadvantages of each means of objection. The third and last part of dissertation has a more pragmatic character. The main interlocutory orders not covered by the list of art. 1.015 will be analyzed in order to elucidate the structure of the appeal system designed by CPC/15. The problem of choosing between the extension of the hypotheses of the appeal or the use of autonomous means, will be faced from the perspective of guarantees, institutes, principles and fundamental procedural concepts that are related to the theme. After the reflections pointed out in the course of this work, the author reached the conclusion that the more lawfully compatible solution with the procedural system suggests to enhances and encourage the use of the autonomous means of opposition, especially the writ of mandamus.

KEYWORDS: Interlocutory appeal. Article 1.015 of Civil Procedure Code. List of hypotheses of admissibility. Interpretation of the list of hypotheses of admissibility. Integration of norms. Autonomous means of objection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Caracterização do tema e do problema de pesquisa	10
Justificação da dissertação e pertinência do objeto de estudo	16
Considerações metodológicas: caminhos, limites e definição do método.....	17
PRIMEIRA PARTE.....	22
O PLANO DA RECORRIBILIDADE IMEDIATA: AGRAVO DE INSTRUMENTO	22
A. CABIMENTO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO.....	22
A.I. ART. 1.015 DO CPC/15: HIPÓTESES DE CABIMENTO E SUA EXEGESE	22
A.I.1. Tutelas provisórias (inciso I)	23
A.I.2. Mérito do processo (inciso II)	25
A.I.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem (inciso III)	33
A.I.4. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (inciso IV).....	38
A.I.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação (inciso V).....	40
A.I.6. Exibição ou posse de documento ou coisa (inciso VI).....	42
A.I.7. Exclusão de litisconsorte (inciso VII)	46
A.I.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio (inciso VIII).....	49
A.I.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros (inciso IX).....	50
A.I.10. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução (inciso X)	53
A.I.11. Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º (inciso XI)	55
A.I.12. Outros casos expressamente referidos em lei (inciso XIII).....	57
A.I.13. Fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário (parágrafo único).....	61
A.II. MODALIDADES DE INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS NORMAS E A SINGULARIDADE DA EXEGESE DA LEI PROCESSUAL	67
A.II.1. Interpretação literal, gramatical ou filológica: a primeira etapa da interpretação	70

A.II.2. Interpretação lógica (ou racional): o emprego das técnicas da lógica para compreensão do texto para além da literalidade.....	73
A.II.3. A analogia como técnica de interpretação e emprego da integração analógica para suprir as lacunas: relação com arts. 1.015 e 1.009, §1º do CPC/15.....	75
A.II.4. Distinção necessária: interpretação ou integração analógica e sua diferença em relação à aplicação analógica da lei.....	84
A.II.5. Interpretação finalística (ou teleológica): a busca pelo objetivo ou finalidade da norma e sua pertinência no direito processual civil.....	85
A.II.6. Interpretação sistemática: coerência da norma com a totalidade do sistema ...	89
A.II.7. Interpretação por isonomia.....	92
A.II.8. Interpretação extensiva (efeito extensivo): resultado derivado do emprego dos métodos de interpretação	94
A.II.9. Interpretação ab-rogante: não aplicação da norma interpretada	96
A.II.10. A ideia de lacuna jurídica e o regime de recorribilidade das interlocutórias do CPC/15.....	97
A.II.11. Interpretação da norma processual civil: diretrizes instrumentais, conceitos fundamentais e princípios estruturantes.....	98
A.II.12. Síntese dialética: quais interpretações sobre hipóteses de cabimento de agravo de instrumento devem ser admitidas.....	102
A.III. NATUREZA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/15 E ASPECTOS CONCEITUAIS E PRINCIPIOLÓGICOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	105
A.III.1. A DIVERGÊNCIA DE INTERPRETAÇÕES QUANTO À NATUREZA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/15.....	105
A.III.1.1. A posição exemplificativa: da negação ao texto expresso de lei à uma abordagem pragmática para um retorno transversal ao regime de recorribilidade do CPC/73.....	106
A.III.1.2. A posição taxativa e restritiva: defesa do emprego dos meios autônomos de impugnação para suprir deficiências do sistema	108
A.III.1.3. A posição taxativa que admite interpretações com resultado extensivo: o problema dos limites da interpretação analógica.....	111
A.III.1.4. As posições alternativas.....	116

A.III.1.5. A posição extensiva e garantista: defesa da abertura do rol com base em interpretação em conformidade com a Constituição	122
A.III.1.6. A posição do STJ em julgamento vinculante: a “taxatividade mitigada” e a pretensa solução ao problema da preclusão.....	124
A.III.1.7. Objeções às posições que conduzem à ampla abertura do rol por via não legislativa e o necessário contraponto	131
A.III.1.8. Críticas à fundamentação e justificação interna da decisão do STJ: permanência do problema da preclusão e de divergências interpretativas	133
A.III.2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS INERENTES À RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	138
A.III.2.1. Conceito de recurso: instrumento voluntário empregado para se obter a revisão da decisão dentro do mesmo processo	138
A.III.2.2. A preclusão e os momentos de recorribilidade das interlocutórias: recurso imediato e recurso diferido	140
A.III.2.3. O princípio do duplo grau de jurisdição e seu caráter não absoluto (falso impedimento à adoção de um rol taxativo).....	141
A.III.2.4. O princípio da irreCORRIBILIDADE em separado das interlocutórias e sua imbricação com a oralidade e concentração: ele não é um fim em si.....	148
A.III.2.5. O princípio da taxatividade recursal e sua relação com o problema da interpretação extensiva	155
A.III.2.6. O problema dos limites da recorribilidade das interlocutórias como uma questão de política legislativa: os modelos de recorribilidade	156
A.III.2.7. A instabilidade gerada pelas interpretações dissonantes acerca do art. 1.015 e o risco de violação de garantias, normas e princípios processuais	165
A.III.2.8. Necessidade de interpretação do art. 1.015 em conformidade com os princípios processuais consagrados no CPC/15	177
SEGUNDA PARTE.....	186
O PLANO DA IMPUGNAÇÃO IMEDIATA: EMPREGO DOS MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO.....	186
B. MANDADO DE SEGURANÇA	187
B.I. O MEIO AUTÔNOMO DE IMPUGNAÇÃO POR EXCELÊNCIA E VÁLVULA DE ESCAPE DO SISTEMA RECURSAL	187

B.I.1. Seu caráter constitucional e aptidão para obtenção de tutela autônoma, diferenciada e reforçada inclusive em face de atos judiciais	191
B.I.2. A ausência de “caráter anômalo” e sua relação de complementariedade com os instrumentos processuais ordinários	192
B.I.3. Limites ao emprego do mandado de segurança: restrições criadas pela jurisprudência do STJ e STF	198
B.II. VANTAGENS	199
B.III. DESVANTAGENS	201
C. CORREIÇÃO PARCIAL	203
C.I. VIABILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO EM CARÁTER SUPLETIVO AO MANDADO DE SEGURANÇA	203
C.I.1. A controvérsia acerca de sua natureza jurídica, (in) constitucionalidade e lugar junto ao sistema de recorribilidade	204
C.I.2. Instrumento administrativo e disciplinar com aptidão para causar anômala repercussão jurisdicional	207
C.I.3. Os pontos de contato entre a correção parcial e o agravo de instrumento e exemplos de emprego da correção com caráter recursal	209
C.I.4. Utilização subsidiária e âmbito estritamente procedimental	211
C.II. VANTAGENS	213
C.III. DESVANTAGENS	214
D. O EMPREGO DA RECLAMAÇÃO: AÇÃO PARA ASSEGURAR A COMPETÊNCIA E AUTORIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS	215
E. O EMPREGO DA AÇÃO POPULAR E SUA LIMITAÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO DE ATOS JURISDICIONAIS	218
TERCEIRA PARTE	222
O PLANO DA IMPUGNAÇÃO IMEDIATA OU RECORRIBILIDADE DIFERIDA: AS PRINCIPAIS INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS	222
F. PRINCIPAIS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO SUJEITAS Ao AGRAVO DE INSTRUMENTO E MODOS DE IMPUGNAÇÃO	222
F.I Decisão que defere ou indefere provas	223
F.II. Decisão que determina a suspensão do processo	225
F.III. Decisão que deixa de reconhecer conexão e rejeita reunião de ações	226
F.IV. Decisão que corrige o valor da causa	227

F.V. Decisão sobre juízo negativo da admissibilidade de apelação	231
F.VI. Decisão que indefere a intervenção do MP no processo	232
F.VII. Decisão que versa sobre a tramitação do processo em segredo de justiça.....	233
F.VIII. Decisão que versa sobre competência, absoluta ou relativa	235
F.IX. Decisão que versa sobre a regularização da capacidade ou representação da parte	237
F.X. Decisão que versa sobre sucessão processual (espólio, etc.) e necessidade de regularização do polo processual.....	238
F.XI. Decisões proferidas em embargos à execução fiscal oriundos de execuções fiscais de baixo valor	239
F.XII. Decisão que versa sobre arguição de suspeição e impedimento do juiz e dos demais sujeitos processuais imparciais.....	240
F.XIII. Decisões que versam sobre negócios jurídicos processuais e eleição de foro	242
F.XIV. Decisões que versam sobre determinação de emenda da inicial	243
F.XV. Síntese dialética: relação entre previsão ampla de agravabilidade e comprometimento da celeridade processual	244
CONCLUSÃO.....	248
REFERÊNCIAS	259
APÊNDICE ÚNICO: QUADRO SINTÉTICO DE HIPÓTESES DE CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONCEBIDAS POR MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO	280

INTRODUÇÃO

Caracterização do tema e do problema de pesquisa

O Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15¹) trouxe uma série de inovações a respeito de vários dispositivos, procedimentos, institutos e até mesmo quebrou paradigmas concebidos à luz do Código de Processo Civil de 1973 (CPC/73)², com as alterações legislativas posteriores à sua promulgação, consolidadas até a entrada em vigor do CPC/15. Com essas inovações e modificações no regime processual, naturalmente também surgiram uma série de questões (ou problemas) processuais, a envolver esforços teóricos e práticos dos operadores do direito.

Uma delas gira em torno da recorribilidade das decisões interlocutórias por meio do recurso de agravo de instrumento. A transição do CPC/73 (com todas as alterações legislativas que sucederam sua promulgação) para o CPC/15 acarretou a alteração do regime de cabimento de agravo de instrumento.

Na vigência do CPC/73, havia previsão para ampla recorribilidade das decisões interlocutórias, que poderiam ser impugnadas pelo recurso de agravo de instrumento, previsto no art. 522 (com a redação dada pela Lei 11.187/2005³), inclusive nos casos em que se tratasse de decisão “suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação”. Havia também a previsão do recurso de agravo na modalidade retida (art. 523 do CPC/73), que era julgado preliminarmente ao julgamento da apelação.

¹ Por questão metodológica, o autor deste trabalho optou por se referir aos diferentes códigos de processo civil brasileiros, os pretéritos ou aquele em vigor, resumidamente por meio da seguinte forma reduzida: “‘CPC’ + ‘/’ + ‘últimos dois dígitos do número do ano de promulgação’”. Portanto, doravante, por exemplo, o Código de Processo Civil de 1973 será referido como “CPC/73” e o de 2015 será referido como “CPC/15” – salvo nos casos de citações, em que será mantida a expressão original empregada pelo autor da referência utilizada.

² Acerca das diversas alterações, esclarecedora é a leitura da Exposição de Motivos da Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto que resultou no CPC/15. O argumento central mencionado para justificar a alteração do sistema recursal, modificação que deu origem ao tema objeto do presente trabalho, foi o da necessidade de simplificação, em busca de um processo mais ágil. Não obstante, a alteração trazida pelo art. 1.015 do CPC/15 não foi objeto de análise específica na Exposição de Motivos. V. BRASIL. Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Processo Civil. **Exposição de Motivos**. Brasília, 2010

³ “Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento”.

Tal como vigente com as alterações da Lei 11.187/2005, o agravo retido foi disciplinado para ser regra, com o agravo de instrumento sendo cabível apenas em três hipóteses indicadas pela lei – ou seja, como exceção. No entanto, a prática forense, aliada à interpretação que se fez da cláusula ampla de cabimento em face de decisão interlocutória “susceptível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação”, bem como a evolução jurisprudencial, fez com que, em termos práticos, o agravo de instrumento fosse largamente empregado, sendo poucos os casos de agravo retido⁴.

Com o novo regramento trazido pelo CPC/15, a feição do agravo de instrumento se alterou. Deixou de existir a hipótese de seu cabimento amplo, que foi substituída por uma lista de hipóteses de cabimento que, em princípio, deveria ser considerada taxativa⁵. Além disso, deixou de existir o agravo retido, que foi substituído por sistema de preclusão diferida de decisões não agraváveis, a serem impugnadas em apelação.

Para se compreender o regime de recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC/15, é necessário analisar o art. 1.015 desse novo código processual em conjunto com o art. 1.009, §1º. O primeiro dispositivo dispõe que “Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:”, e em seguida elenca o rol de incisos que contemplam as hipóteses de interlocutórias agraváveis. Surge então a pergunta: e as decisões interlocutórias não contempladas nesse dispositivo?

Logo se identificou qual foi a solução prevista pelo CPC/15: aplica-se a regra do §1º do art. 1.009, que tem a seguinte redação:

As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

Com isso, ficou definido o seguinte regime de recorribilidade:

⁴ “Como o agravo de instrumento era cabível quando se tratasse de decisão susceptível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, eram poucos os casos de agravo retido. Nesse conceito indeterminado, várias hipóteses eram enquadradas.” DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. 13ª ed. Salvador: Juspodivm, v.3, 2016, p. 205. No mesmo sentido: AURELLI, Arlete Inês; FERREIRA, Izabel Cristina P. C. P. Meios de impugnação das decisões interlocutórias no CPC/2015. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes *et al* (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 91.

⁵ Por ora, deixa-se de emitir juízo acerca da natureza da lista de hipóteses de cabimento. A análise da natureza do rol do art. 1.015 do CPC em relação à taxatividade é objeto de capítulo específico deste trabalho (A.III).

- (i) dos despachos não cabe recurso (art. 1.001 do CPC/15), porque são pronunciamentos sem conteúdo decisório por definição (art. 203, §2º c/c §3º do CPC/15) – e por isso não têm o condão de causar prejuízo à parte;
- (ii) da sentença cabe apelação (art. 1.009 do CPC/15);
- (iii) das decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 e em outras hipóteses esparsas previstas em lei, cabe agravo de instrumento;
- (iv) das decisões interlocutórias não abrangidas pelo art. 1.015, cabe impugnação em preliminar da apelação (quando for interposta contra a sentença) ou nas contrarrazões à apelação outra parte (art. 1.009, §1º do CPC/15).

Antes mesmo da entrada em vigor do CPC/15, antecipou-se na doutrina⁶⁻⁷ a preocupação de que esse regime poderia não dar uma solução eficaz para situações concretas de urgência decorrentes de decisões interlocutórias que, embora causadoras de

⁶ Durante o período de *vacatio legis*, vide RUBIN, Fernando. Cabimento de agravo de instrumento em matéria probatória: crítica ao texto final do novo CPC (Lei N.º 13.105/2015, art. 1015). In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (Orgs.). **Novo CPC doutrina selecionada**: processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais, v. 6, Salvador: Juspodivm, 2016. Em crítica ao então Projeto de CPC/15, vide posição de Antonio Cláudio da Costa Machado, em entrevista à revista *Veja*. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/146096/antonio-claudio-da-costa-machado-critica-proposta-de-reforma-do-cpc>>. No mesmo sentido, afirmando que o CPC/15 incorreu no “mesmo erro” do CPC/39 (que também veiculada rol taxativo de agravo): SARRO, Luís Antônio Giampaolo. Dos recursos no projeto de novo código de processo civil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, vol. 66, p. 191-220, out./dez. 2014.

⁷ Em sentido contrário, posicionando-se pelo descabimento das críticas ao rol taxativo e do sistema de recorribilidade do então Projeto de CPC/15, vide BERALDO, Leonardo de Faria. Processo, agravo de instrumento, e... ténis? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 204, p. 243-248, fev. 2012.

prejuízo imediato à parte, não estariam previstas no rol do art. 1.015 e, pelo que dispõe o CPC/15, deveriam ser impugnadas somente por ocasião da apelação⁸⁻⁹.

Surgiu então a questão de descobrir o que fazer para impugnar a decisão interlocutória nesses casos – ou seja, saber quais os meios a serem utilizados, se eles estão previstos no CPC/15 ou fora dele e qual alcance e natureza devemos atribuir ao rol do art. 1.015 do CPC/15. Afinal, há casos em que, dentro do sistema de recorribilidade ordinário, o agravo de instrumento é o único recurso apto à obtenção de uma tutela (a ser concedida pelo órgão julgador de instância superior) que reverta uma situação causadora de prejuízo iminente para a parte, no curso do trâmite processual.

Em princípio, a ausência de cabimento do recurso de agravo de instrumento para essas decisões seria solucionada pelo CPC/15 através da interposição do recurso de apelação no momento oportuno (após a prolação da sentença), conforme prevê o §1º do art. 1.009 do CPC/15.

No entanto, o que o legislador não previu é que a revisão de decisões interlocutórias por ocasião da interposição da apelação pode ser insuficiente para que os recursos tutelem os direitos de forma efetiva. Isso por um motivo autoevidente: se a decisão interlocutória está causando danos imediatos para a parte, de nada servirá poder revertê-la quando a apelação for julgada pelo Tribunal – necessita-se de um mecanismo que permita o pronunciamento imediato do Tribunal sobre aquela questão.

Por isso, a doutrina concebeu e continua concebendo linhas de interpretação para compatibilizar a necessidade de impugnação imediata das decisões interlocutórias com o

⁸ Sobre o ceticismo quanto a chance de sucesso do Projeto do CPC/15 acerca da restrição do cabimento de agravo de instrumento, vide a posição de Jayme Fernando Gonzaga e Marina F. Santos: “não se pode ignorar as dificuldades decorrentes de uma cultura jurídica inteiramente construída sob o litígio judicial, que reconhece na ampla recorribilidade uma garantia inviolável. O inconformismo diante de decisões desfavoráveis, independentemente de seus fundamentos, é um traço marcante da formação e da atuação dos profissionais brasileiros”. JAYME, Fernando Gonzaga; SANTOS, Marina França. A irrecorribilidade das decisões interlocutórias no projeto do novo Código de processo civil, **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 57, p. 139-160, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/128>>. Externando preocupação com a restrição do cabimento do agravo de instrumento pelo Projeto do CPC/15, vide LESSA, Guilherme Thofehn. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias e regime de agravo no projeto do novo CPC. **Revista de processo**, v. 230, p. 193-210, abr. 2014.

⁹ Egas Moniz de ARAGÃO, enquanto ainda vigorava o CPC/73, afirmava que é impossível prever e aprisionar em *numerus clausus* todos os atos praticados no curso do processo que possam ser objeto de agravo de instrumento. ARAGÃO, Egas Moniz de. Demasiados recursos? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 136, p. 9-31, jun. 2006.

rol do art. 1.015 do CPC/15. Há concepções que afirmam existir uma taxatividade rigorosa do rol; outras que enxergam uma taxatividade sujeita à flexibilização por interpretação; há as que esvaziam o sentido da taxatividade, a ponto de afirmar que o rol é exemplificativo; há quem defenda a ampla recorribilidade com amparo na garantia constitucional de inafastabilidade da tutela jurisdicional; e também há quem tente extrair a finalidade intrínseca da norma de cabimento, para estendê-la a outras hipóteses não arroladas expressamente pelo legislador. O Superior Tribunal de Justiça também já se pronunciou acerca da questão, adotando a interpretação que intitulou de “taxatividade mitigada”¹⁰. Todas essas posições serão tratadas no curso do trabalho.

Algumas dessas interpretações consideram a possibilidade de emprego de meios autônomos (isto é, não previstos no CPC/15 e sim na própria Constituição ou em outras normas esparsas) de impugnação dessas decisões¹¹. Nesse caso, é necessário compreender em que medida os meios autônomos de impugnação podem ser empregados para viabilizar o fechamento e integração do sistema (preenchimento de eventuais lacunas da lei¹²) e a proteção de situações que possam propiciar risco intenso de lesão aos direitos das partes.

Diante desse panorama, o primeiro problema que se coloca consiste em saber se os métodos de interpretação invocados pela doutrina e pela jurisprudência (tais como o

¹⁰ O que não significa dizer que o problema enfrentado neste trabalho está superado. Como se verá, o julgamento do STJ em caráter vinculante, por si só, não é suficiente para solucionar todos os problemas que decorrem da necessidade de interpretação, especialmente porque, na ótica deste trabalho, a tese criada pelo STJ não consegue resolver adequadamente o problema da preclusão, de modo que o sistema processual acaba por entrar em conflito com seus princípios estruturantes e diretrizes processuais fundamentais, como a segurança jurídica, em razão da excessiva subjetividade dos critérios de recorribilidade e permanência de incertezas quanto ao momento de ocorrência da preclusão. Será enfrentada a (in) compatibilidade da flexibilização do rol do art. 1.015 com o princípio preclusivo.

¹¹ Quanto aos meios de impugnação das decisões judiciais, adota-se aqui o conceito e subdivisão de Eduardo Talamini e Luiz Rodrigues Wambier, que os dividem em “meios autônomos” (que dão origem a um processo novo) e “recursos” (que se realizam dentro do próprio processo em que a decisão foi proferida). TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil: cognição jurisdicional: processo comum de conhecimento e tutela provisória**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, v.2, p. 468. Portanto, a expressão “meios autônomos de impugnação” será doravante empregada como categoria geral a abranger os meios de impugnação que dão origem a um processo ou procedimento diverso daquele em que a decisão impugnada foi proferida.

¹² Sobre a ideia de lacunas da lei, vide pensamento de Cândido Rangel Dinamarco: “Mas, como a vida é muito mais rica do que a imaginação do legislador, na experiência comum surgem situações que, contrariando as expectativas, não comportam as soluções postas nos textos do direito positivo. Às vezes, porque não foram previstas, não se acham incluídas nas *fattispecie* legais e para elas nada está disposto; temos aí as lacunas da lei, para as quais a teoria jurídica oferece soluções aceitáveis”. **Nova era do processo civil**. 4a ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 30.

literal, sistemático, teleológico e analógico), para ampliar as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, estão sendo aplicados da maneira correta. Isto é, trata-se de saber se os métodos interpretativos estão sendo empregados em conformidade com os critérios traçados pela dogmática, inclusive para que se possa controlar os limites de sua aplicação. Para tal fim, o presente trabalho se vale de obras doutrinárias de hermenêutica e de algumas (poucas) obras concebidas no campo do direito processual civil acerca dos critérios específicos para se interpretar e integrar as lacunas das normas processuais.

Outro problema consiste em saber se os meios autônomos de impugnação são juridicamente adequados, sob a ótica do entendimento doutrinário acerca do emprego desses instrumentos (mandado de segurança, correção parcial, reclamação e ação popular), para tutelar plenamente e de forma eficaz o direito da parte prejudicada por uma decisão interlocutória imediatamente irrecurável, ou se é inevitável adotar uma interpretação mais flexível do rol do art. 1.015 do CPC/15. Ou seja: na prática, coloca-se em dúvida se é a ampliação do cabimento do recurso de agravo de instrumento, ou o emprego dos meios autônomos de impugnação, o melhor caminho para debelar prejuízo à parte causado por interlocutórias lesivas - sem que haja desrespeito da moldura legal.

Indo além, é necessário também analisar e avaliar o grau de lesividade de diversas decisões interlocutórias que não foram previstas no rol do art. 1.015, mas que a doutrina tem invocado como hipóteses que demandam a rediscussão imediata, isto é, sem que se possa aguardar a interposição da apelação. Buscar-se-á analisar se a ausência de cabimento de agravo de instrumento em tais casos viola alguma garantia constitucional, ou se é contrária aos princípios e institutos fundamentais do direito processual civil. Ainda, será realizado um exercício de crítica da flexibilização excessiva do rol do art. 1.015 por meio da doutrina sobre hermenêutica e técnicas de interpretação, demonstrando-se de que modo o emprego indevido de certas técnicas de interpretação pode comprometer a própria estrutura de recorribilidade e preclusão concebida pelo CPC/15, bem como garantias constitucionais como o devido processo legal e a segurança jurídica, além de princípios norteadores do processo civil: celeridade, efetividade, eficácia e priorização da solução do mérito.

Eis os principais aspectos que constituem o problema de pesquisa. É importante destacar que será recorrente no trabalho a análise e contraposição das incertezas causadas pela flexibilização de um rol taxativo por meio de interpretação com o princípio da segurança jurídica. Reputa-se que a segurança jurídica é uma garantia que atravessa de

modo transversal todas as questões discutidas no presente trabalho. A segurança jurídica manifesta-se como uma espécie de norte, a orientar o alcance de uma solução de recorribilidade mais compatível com a Constituição e os princípios estruturantes do processo civil. Em suma, ela será um dos principais (senão o principal) guia para responder os problemas processuais enfrentados. Igualmente, as garantias constitucionais de efetividade e celeridade serão fundamentais.

Justificação da dissertação e pertinência do objeto de estudo

Reputa-se que esse é um tema apropriado para uma dissertação. O estudo do tema é justificado pela necessidade científica (coerência do sistema processual¹³) e também social (repercussão prática causada nos processos pela variação de interpretações) de se buscar uma resposta ao potencial problema causado pela taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/15.

Entende-se que há espaço para o estudo do presente tema, sob a ótica sugerida, na medida em que, ao realizar pesquisas bibliográfica de trabalhos de pós-graduação (dissertações e teses), bem como artigos científicos, livros sobre recursos cíveis e de comentários ao art. 1.015 do CPC/15, o autor não localizou uma reflexão sistematizada e completa a respeito de todas as hipóteses de cabimento, as literais e não literais (estendidas por interpretação), bem como do diálogo entre o emprego do agravo de instrumento e dos meios autônomos de impugnação, com destaque para vantagens e desvantagens, e a relação de todos esses aspectos com os modos de interpretação jurídica

¹³ Esclarece-se que, por “coerência jurídica do sistema processual”, entende-se a qualidade de ser menos passível de contradições lógicas ou fáticas, sob a ótica jurídica - o que envolve opções quanto à adoção de uma das interpretações que dialoguem com os conceitos processuais fundamentais, os institutos processuais que fundamentam o sistema recursal, na esfera constitucional e infraconstitucional, bem como os diferentes modelos de recorribilidade das interlocutórias. A título de exemplo, espera-se elucidar em que medida algumas interpretações do art. 1.015 do CPC/15 podem incorrer em contradições com o que se entende do instituto da preclusão (eventualmente esvaziando seu propósito e essência enquanto instituto processual) ou com a garantia de segurança jurídica (violando expectativas legítimas dos jurisdicionados quanto à ocorrência de preclusão e quanto ao cabimento de recurso para tutelar seu direito à revisão da decisão). Por “contradição lógica”, entende-se, por exemplo, a incompatibilidade entre a proposição extraível de um instituto específico (como a preclusão), com as consequências que decorrem de uma dada interpretação (como, por exemplo, a flexibilização do rol taxativo de hipóteses de cabimento de recurso). Algumas interpretações podem implicar o esvaziamento da função e operacionalidade de um determinado instituto processual. Por “contradição fática”, entende-se, por exemplo, elevados custos e dificuldades práticas (incerteza quanto ao instrumento cabível, eventual indisposição causada ao julgador, maior complexidade do instrumento) que envolvem o emprego de um meio autônomo de impugnação ou de um recurso não previsto expressamente no rol do CPC.

e a questão da opção político-legislativa por um modelo de processo. Poucos trabalhos deram a devida atenção ao problema dos tipos de interpretação das normas. Há diversos trabalhos valiosos, que tratam especificamente de uma ou outra hipótese de cabimento, com profundidade. Também há trabalhos que tratam da natureza de um determinado tipo de interpretação (analógica, por exemplo), mas sem que haja uma abordagem mais exaustiva e sistemática do problema por meio de um diálogo de todos os aspectos associados ao tema – lacuna que se pretende suprir.

O objetivo desse trabalho, portanto, foi suprir a lacuna existente no meio jurídico acerca de um estudo que possa abarcar diversas vertentes e planos de análise que estão relacionados entre si e que até então foram objeto de abordagens doutrinárias mais delimitadas e recortadas: as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, as hipóteses de cabimento sob a ótica dos métodos de interpretação, os tipos de interpretação admitidos diante da norma processual, a distinção entre emprego de técnicas de interpretação e a integração de lacunas legislativas, o diálogo entre o plano da recorribilidade imediata e o plano do emprego dos meios autônomos de impugnação e, por fim, a análise casuística de certas decisões interlocutórias (também chamadas neste trabalho de “decisões-chave”) relevantes na celeridade do processo e para os direitos das partes, mas que não foram incluídas no rol do art. 1.015 do CPC/15.

Considerações metodológicas: caminhos, limites e definição do método

Quanto aos limites da abordagem o presente trabalho, primeiramente destaca-se inexistir compromisso com a abordagem histórico-legislativo, na medida em que não se procurará analisar o histórico de alterações do regime de recorribilidade das interlocutórias durante a mudança das leis e diplomas processuais, até a entrada em vigor do CPC/15. A presente dissertação se abstém de realizar análise de dimensão histórico-jurídica, a fim de concentrar energias no plano de análise das normas vigentes. Certos aspectos históricos serão tangenciados apenas de forma secundária.

Primeiro, a análise centrar-se-á nas diversas hipóteses de cabimento e do rol do art. 1.015 do CPC/15, posições sobre a sua natureza e interpretações possíveis. Não serão feitas incursões históricas acerca dos institutos processuais que são abordados durante discussão, por ser tarefa muito extensa e incompatível com o escopo do trabalho. Serão analisadas as principais modalidades de interpretação e de integração do sistema jurídico que estão à disposição do intérprete: a literal, a lógica, a sistemática, a analógica, a extensiva, a finalística e a ab-rogante. No entanto, não serão analisadas a interpretação

histórica, a comparativa e restritiva. Em seguida, será feito o exame das situações em que cada uma delas é invocada para se extrair o sentido jurídico mais correto e preciso possível das hipóteses de cabimento contidas no art. 1.015.

Os dois principais meios autônomos de impugnação (mandado de segurança e correição parcial), juntamente com a reclamação e ação popular (de emprego mais restrito) serão aqui analisados principalmente sob a ótica da doutrina (e sob a ótica jurisprudencial apenas de modo acessório, para elucidar certos exemplos e sem pretensão de completude), mas com revisão bibliográfica mais restrita. Suas características serão analisadas e aprofundadas na medida em que auxiliem na compreensão de como podem ser empregados para impugnar decisões interlocutórias, com o objetivo de esclarecer como e em qual extensão eles podem ser utilizados em complemento ao sistema recursal vigente¹⁴.

A análise de jurisprudência acerca do rol do art. 1.015 se concentrará nos julgados mais emblemáticos do STJ, em especial o julgamento em regime de recursos repetitivos que fixou a tese da “taxatividade mitigada”. Sem prejuízo, também haverá pontual menção (sem pretensão de completude) de alguns exemplos de julgados de tribunais locais, proferidos já sob a vigência do CPC/15, a fim de ilustrar algumas hipóteses em que tem sido aceito o emprego de alguns dos meios de impugnação no lugar do agravo de instrumento.

Feitas essas ressalvas, vale dizer que com esse trabalho se pretende analisar especificamente os seguintes pontos essenciais: (i) as hipóteses de cabimento do art. 1.015 e as interpretações doutrinárias e jurisprudenciais que buscam estender ou esclarecer o sentido dessa norma; (ii) os principais tipos de interpretação de normas existentes e que costumam ser invocadas para interpretar o art. 1.015 do CPC/15 (extensiva, analógica, teleológica, lógica, literal, etc.). (iii) as decisões não abrangidas pelo art. 1.015 e que, na visão da doutrina, exigem rediscussão imediata; (iv) as linhas de interpretação da natureza do rol do art. 1.015 do CPC/15, concebidas pela doutrina e pela jurisprudência do STJ até

¹⁴ Para fins de adiantar uma das premissas conceituais deste trabalho, adianta-se que o conceito de recurso aqui adotado se identifica com o de Eduardo TALAMINI e Luiz Rodrigues WAMBIER, quando o definem como “instrumento de emprego voluntário apto a ensejar a revisão (em sentido amplo) de uma decisão, dentro do próprio processo em que foi proferida”. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v. 2, p. 468.

o momento; (v) os problemas subjacentes e objeções mais comuns à adoção de um rol taxativo, que serão elucidados à luz de conceitos, princípios e institutos fundamentais inerentes ao problema da recorribilidade das interlocutórias; (vi) os meios autônomos de impugnação dessas decisões, sua compatibilidade com o sistema processual em vigor, bem como âmbito de aplicação e adequação com as garantias do jurisdicionado, em especial sob a ótica constitucional.

Arrolados os principais pontos de análise, cabe destacar as **limitações** do presente trabalho. Na visão do autor, elas consistem no seguinte:

1. Não se propõe a fazer estudo empírico, elaborar ou analisar estatísticas judiciárias acerca do impacto em se admitir a imediata recorribilidade, por meio de agravo de instrumento, de certas interlocutórias. Portanto, as impressões e avaliações acerca de eventuais impactos negativos da consequência da preferência por leituras que alarguem excessivamente o cabimento de agravo de instrumento, em relação à celeridade do processo, são baseadas apenas em revisão bibliográfica da doutrina. Neste trabalho não há espaço, portanto, para abordagem estatística ou análise de dados de gestão de processos, a despeito da reconhecida importância que tais instrumentos possam ter.

2. Não se pretende fazer um estudo de direto comparado exaustivo acerca das vantagens e desvantagens em se adotar um sistema processual com rigorosa irrecorribilidade em separado das interlocutórias, ou um sistema de ampla recorribilidade, ou ainda um sistema “misto”, em que a recorribilidade imediata é reservada para apenas alguns casos. Embora este trabalho reserve espaço para análise regras sobre os sistemas recursais estrangeiros e a respectiva visão da doutrina de outros países, direito comparado não é o foco do trabalho. Os apontamentos e reflexões baseiam-se em pontual revisão bibliográfica acerca das vantagens de cada modelo de recorribilidade das interlocutórias, bem como das reflexões teóricas desenvolvidas pelo autor deste trabalho sobre as vantagens e desvantagens de cada modelo.

3. Quanto aos capítulos A.I e A.II do trabalho, buscou-se tratar exaustivamente do maior número de interpretações a respeito das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento e das modalidades de interpretação jurídica relevantes e cabíveis diante de norma processual, inclusive aquelas de caráter especial, que veiculam rol taxativo. No entanto, o trabalho não se propõe a exaurir todas as hipóteses existentes, uma vez que a interpretação, enquanto atividade criativa, é ilimitada.

4. Do mesmo modo, faz-se ressalva em relação à terceira parte do trabalho: a dissertação se propõe a analisar algumas das principais decisões não abrangidas pelo rol do art. 1.015 do CPC/15, mas não se descarta a possibilidade de existirem outras decisões interlocutórias relevantes no processo, que podem ou não ser objeto de interpretações extensivas a fim de se admitir o agravo de instrumento, e que não foram analisadas. Sem prejuízo, o autor se esforçou para situações e hipóteses mais relevantes – o que não deixa de ser um recorte metodológico.

5. Por fim, também é necessário destacar o escopo restrito deste trabalho no que se refere a análise de aspectos jurídicos dos meios autônomos de impugnação. A revisão bibliográfica será feita de modo instrumental, com foco na natureza jurídica dos meios autônomos, cabimento de seu emprego em face de atos judiciais, especificamente de decisões interlocutórias, e suas vantagens e desvantagens, inclusive sob o aspecto prático. O trabalho não se propõe a analisar todos os aspectos dos meios autônomos de impugnação, como procedimento, modo de tramitação, etc.

6. O recorte jurisprudencial realizado no presente trabalho restringiu-se, predominantemente, a julgados do STJ. Eventual abordagem mais aprofundada de julgados de Tribunais estaduais ou de Tribunais federais regionais, a fim de enriquecer o diagnóstico acerca da posição da jurisprudência envolvendo o art. 1.015 do CPC/15, exigiria um nível mais intenso de pesquisa, que o autor entende ser inviável atingir nesta dissertação, pois o foco metodológico se concentrou na revisão bibliográfica.

Por fim, acerca da metodologia a ser empregada para análise e enfrentamento dos problemas, cabe destacar a opção do autor pelo **método dialético**¹⁵: o presente trabalho busca mostrar diferentes perspectivas, interpretações e pontos de vista (muitas vezes opostas) acerca das normas que resultam em um modelo específico de recorribilidade das interlocutórias, por meio de recurso e de meios autônomos. Por meio da contraposição de

¹⁵ Acerca da metodologia dialética, afirma Rodolfo Luis VIGO, invocando lições de Michel Villey, que um dos traços distintivos desse método é o choque de opiniões: “na dialética, uma causa jurídica não se trata por via dedutiva, mas confrontando pontos de vista. Nesse diálogo se empregam os diferentes instrumentos da dialética – crítica da linguagem, superação de suas ambiguidades, recorrendo a uma linguagem concreta e específica; examinam-se as autoridades invocadas, comprovando sua competência, se levam em conta as fontes do justo (...). Por assim dizer, não há alegações separadas a fim de que triunfe uma delas, mas o objetivo dos partícipes é alcançar uma verdade comum mediante a discussão, a interrogação e a refutação”. VIGO, Rodolfo Luis. **Interpretação jurídica**: do modelo juspositivista-legalista do século XIX às novas perspectivas. Tradução de Susana Elena Dalle Mura. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 90.

posições jurídicas, buscar-se-á a interpretação que pareça mais adequada à necessidade de solução concreta do problema, pelo caminho da síntese, atentando-se à necessidade de respeito à ordem constitucional e de compatibilidade harmônica, lógica e sistemática com a ordem processual.

Esclarece-se ainda que não serão analisados aspectos procedimentais do trâmite do agravo do instrumento no Tribunal. Isto é, questões envolvendo a tramitação e processamento do agravo de instrumento (sobre, por exemplo, o cabimento de sustentação oral, o modo de sua interposição, etc.) não serão enfrentadas. Embora neste trabalho se tangencie a relação entre cabimento de agravo de instrumento e cabimento de apelação, não será enfrentada a questão de saber se o recurso de agravo de instrumento deve ser equiparado à apelação, quanto ao procedimento, quando se destina a impugnar decisões de mérito. O mesmo raciocínio se aplica a quaisquer outros aspectos, especialmente de procedimento, que não guardem relação com as hipóteses de cabimento do agravo e emprego dos meios autônomos de impugnação de interlocutórias – que é foco do trabalho.

Em suma, o presente trabalho se concentrará na análise de cabimento de agravo de instrumento, no emprego de técnicas de interpretação sobre o rol do art. 1.015 do CPC/15, na diferença entre o emprego de técnicas de interpretação e a possibilidade jurídica de integração da norma processual, no emprego de meios autônomos de impugnação para fechamento de lacunas de recorribilidade, bem como na estruturação conceitual e principiológica do processo no que se refere à previsão de ampla ou restrita recorribilidade das decisões interlocutórias – e seu impacto na marcha do processo e na observância das garantias processuais e princípios norteadores do processo civil.

PRIMEIRA PARTE

O PLANO DA RECORRIBILIDADE IMEDIATA: AGRAVO DE INSTRUMENTO

O primeiro plano de análise do presente trabalho se destina à ampla compreensão da recorribilidade imediata por meio do agravo de instrumento, sob o aspecto: (i) das hipóteses de cabimento previstas no CPC/15 em vigor; (ii) do alcance dessas hipóteses com base nas modalidades de interpretação consagradas em âmbito doutrinário, e (iii) do substrato processual (conceitos e princípios estruturantes) que com ela se relaciona.

A primeira parte tratará da interpretação das normas processuais e das diversas modalidades de interpretação, a fim de que, em um segundo momento, as hipóteses de cabimento previstas no art. 1.015 do CPC/15 sejam analisadas à luz das técnicas de interpretação, integração e hermenêutica jurídicas. Por fim, será analisada a natureza do rol do art. 1.015 e os conceitos e princípios processuais fundamentais que norteiam a criação de modelos de recorribilidade de interlocutórias.

A. CABIMENTO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A primeira parte do presente plano de análise se concentra nas diversas modalidades de interpretação das normas e de integração de lacunas jurídicas, bem como nos aspectos que tornam peculiar a interpretação jurídica das normas processuais. Com base nesse arcabouço teórico, busca-se aplicar as técnicas de interpretação e integração para se compreender uma norma processual específica: aquela que trata de hipóteses de cabimento recursal.

A.I. ART. 1.015 DO CPC/15: HIPÓTESES DE CABIMENTO E SUA EXEGESE

O presente capítulo tratará das hipóteses de cabimento arroladas no art. 1.015 do CPC/15, enfrentado as principais dúvidas relativas à abrangência das hipóteses, ao conteúdo das locuções contidas na norma e à viabilidade de extensão das regras a casos não expressamente previstos. As técnicas de interpretação aludidas nesse capítulo serão aquelas mencionadas e aplicadas pela doutrina processual civil em matéria de recursos. A avaliação da correção e adequação do emprego de tais técnicas de interpretação será realizada de modo mais específico e aprofundado no capítulo subsequente.

A.I.1. Tutelas provisórias (inciso I)

A primeira hipótese de decisão que pode ser impugnada por agravo de instrumento decisão é a daquela que versar sobre tutelas provisórias, disciplinadas no livro V do CPC/15 (“Da tutela provisória”).

Aqui, tendo em vista a amplitude da norma, não há muita margem interpretativa. Quaisquer decisões, independentemente do comando da decisão sobre o tema (seja para conceder, rejeitar, revogar, reformar ou postergar a análise), são agraváveis¹⁶.

E aqui cabe um esclarecimento, que já demanda algum tipo de interpretação, ainda que simplória. A decisão que postergar a análise do pedido de tutela provisória pode ser impugnada por agravo de instrumento de imediato¹⁷. A decisão que afirma que os requisitos para concessão da tutela provisória não podem ser apreciados naquele momento, seja porque o Juízo entende adequado oportunizar prévio contraditório, seja porque ele reputa que o pedido somente poderá ser apreciado após o cumprimento de alguma condição (tal como o recolhimento das custas, ou a regularização da representação), também emite um juízo sobre a matéria – isto é, também versa sobre ela.

Ademais, em termos práticos, postergar a análise do pedido de tutela provisória formulado pela parte equivale à sua rejeição, pois a tutela que parte buscava obter não lhe foi concedida, ainda que provisoriamente (ou seja, para aquele momento).

¹⁶ Cf. BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Comentários ao código de processo civil: dos recursos (arts.994-1.044). In: GOUVÊA, José Roberto Ferreira et al (Coord.). **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., v. 20, 2017, p. 124; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v. 2, p. 538; FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. **Agravo e o novo código de processo civil**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2016, p. 245; LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo de instrumento à luz do novo CPC**. Curitiba: Juruá, 2ª ed., 2018, p. 89; SANCHES JUNIOR, Antonio Roberto; CARVALHO, Erick Coutinho de. O cabimento do agravo de instrumento no novo CPC. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis**: volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 26.

¹⁷ Nesse sentido o enunciado n. 29 do FFPC: “É agravável o pronunciamento judicial que postergar a análise do pedido de tutela provisória ou condicionar sua apreciação ao pagamento de custas ou a qualquer outra exigência”. Também o enunciado n. 70 da I Jornada de Direito Processual Civil do CJF: “É agravável o pronunciamento judicial que postergar a análise de pedido de tutela provisória ou condicioná-la a qualquer exigência”. No mesmo sentido: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit.; FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. Op. cit.; ALMEIDA, Diogo Rezende de. **Recursos cíveis**. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 218; THAMAY, Rennan F. K.; SOUSA, Rosalina F. M. de. Decisão interlocutória que declina da competência e não conserva os efeitos dos atos processuais praticados: a agravabilidade do capítulo que revoga a tutela provisória anteriormente concedida. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 278, abr. 2018, p. 245.

Aqui, cabe um esclarecimento quanto aos casos em que a lei impõe a oitiva prévia da pessoa jurídica de Direito Público de eventual concessão de liminar (Lei 8.437, art. 2º e Lei 12.016/2009, art. 22, §2º).

Ainda que se entendam tais previsões como cogentes, reputa-se que elas não afastam a possibilidade de emprego do recurso para concessão de tutela provisória, caso se demonstre a urgência na sua concessão, antes mesmo da oitiva do poder público. É de se reconhecer a necessidade de mitigação da exigência de oitiva prévia em situações excepcionais. Caso contrário haveria negação do próprio instituto da tutela provisória de urgência, e dos preceitos constitucionais que a amparam. Ou seja, ainda que a decisão interlocutória postergue a análise do pedido de liminar com fundamento em tais regras, o agravo de instrumento será cabível, mas será ônus do agravante demonstrar a configuração de *periculum* intenso, a justificar a dispensa da oitiva prévia. Nesses casos, deve-se exigir apenas maior grau de *periculum* para concessão da tutela provisória pretendida no âmbito recursal, e não afastar *ex lege* o cabimento do agravo.

A previsão contida no inciso analisado e sua amplitude se justificam porque não haveria sentido em postergar para momento posterior à sentença o pronunciamento do Tribunal acerca do cabimento ou não da concessão de tutelas provisórias.

Primeiro porque rediscuti-las em momento processual posterior seria inócuo: elas já teriam produzido seus efeitos, podendo causar lesão irreversível. Segundo porque, em alguns casos, o pronunciamento da sentença de mérito, em cognição exauriente, por ser ela própria passível de execução imediata, tornará dispensável a necessidade e utilidade de concessão de tutela provisória.

Cabe esclarecer que as decisões que versem sobre as condições para admissão da tutela provisória (tais como necessidade de contracautela – art. 300, §1º do CPC/15) e sobre aspectos relativos à sua efetivação (fixação de multa coercitiva, pronunciamento sobre a ocorrência de descumprimento da ordem) também devem ser agraváveis¹⁸.

Nesse sentido, há acórdão do STJ, proferido em março de 2019, no sentido de que na hipótese de cabimento do inciso I do art. 1.015 do CPC/15 deve se reputar compreendidas todas as decisões:

¹⁸ ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 217.

(...) que examinam a presença ou não dos pressupostos que justificam o deferimento, indeferimento, revogação ou alteração da tutela provisória e, também, as decisões que dizem respeito ao prazo e ao modo de cumprimento da tutela, a adequação, suficiência, proporcionalidade ou razoabilidade da técnica de efetivação da tutela provisória e, ainda, a necessidade ou dispensa de garantias para a concessão, revogação ou alteração da tutela provisória¹⁹.

Em suma, pleitos que versem sobre tutela provisória e sua aplicação, pela sua própria natureza provisória e instrumental, demandam análise imediata e a decisão interlocutória que sobre eles versar, será agravável.

Excetuam-se apenas as hipóteses em que a tutela provisória não é concedida por meio de decisão interlocutória, mas por ocasião da prolação da sentença, ou em âmbito recursal e em ações originárias dos Tribunais. No primeiro caso, esse capítulo da sentença deverá ser impugnado por apelação, por disposição expressa do art. 1.013, §5º do CPC/15. No segundo caso, em tutela provisória concedida em âmbito recursal, caberá agravo interno em face da decisão do Relator (CPC/15, art. 1.021 c/c 932, inc. II).

A.I.2. Mérito do processo (inciso II)

A segunda hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versam sobre o mérito do processo. Para elucidar as decisões abarcadas por esse inciso, é necessário antes compreender o sentido técnico-jurídico da expressão.

A locução “mérito do processo” não é de fácil definição. Ao enfrentar o tema, DINAMARCO alerta para a ausência de conceito unívoco. Primeiramente, o processualista nos ensina que o objeto do processo é, em outras palavras, o mérito de causa²⁰. E não há consenso na doutrina sobre qual é o objeto do processo.

Há quem identifique o conceito de mérito com o conceito de lide. Também há quem enxergue na demanda (constituída pelo provimento formulado, bem de vida, fundamentos e alcance subjetivo desejado) o verdadeiro mérito da causa. Ainda, o mérito

¹⁹ BRASIL. STJ. Recurso Especial n. 1752049. Rel. Ministra Nancy Andrigli, julgado em 12/03/2019.

²⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**: Tomo I. Revisão e atualização de Antônio Rulli Neto. 3a ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 238.

também pode ser definido pelas questões enfrentadas pelo juiz a fim de julgar pela procedência ou improcedência²¹.

Diante dessas diferentes posições, DINAMARCO adverte que resolver o mérito da causa não equivale a resolver as questões de mérito²². Em seguida, identifica a o mérito com a pretensão, que é veiculada por meio da demanda (e esta não se confunde com a pretensão). A pretensão seria o “verdadeiro elemento substancial do mérito”, a constituir o conteúdo socialmente relevante da demanda, na expressão de DINAMARCO²³. Assim, segundo referido processualista, prevalece como vitoriosa na doutrina a concepção de que é a pretensão que consubstancia o mérito²⁴.

Outro esclarecimento de destaque diz respeito à existência de mérito no processo executivo. O mérito da execução é representado pela pretensão executiva. Logo, assim como no processo de conhecimento, a execução possui mérito. A diferença consiste no fato de que no processo executivo não haveria a apreciação do mérito pelo juiz²⁵.

Difere também o mérito do processo do mérito dos recursos, que também veiculam uma pretensão. O mérito dos recursos pode consistir na mesma pretensão que constitui o mérito do processo pendente, ou consistir em pretensões relativas ao processo em si mesmo (como, p. ex, a pretensão ao emprego de dado meio de prova)²⁶.

Apenas para trazer outra definição, alude-se também ao conceito trazido por Araken de ASSIS, para quem o mérito (ou objeto do processo) pode ser entendido como

²¹ Nesse sentido a conceituação de LIEBMAN: “A cognição do juiz é dirigida ao fim de decidir se a demanda proposta no processo é fundada ou não e se, consequentemente, deve ser acolhida ou rejeitada. Todas as questões, cuja resolução pode influir direta ou indiretamente em tal decisão, formam em seu todo o mérito da causa”. LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. Tocantins: Intelectus, 2003, v. I, p. 151. A respeito dessa passagem de LIEBMAN, o processualista DINAMARCO afirma acreditar que não foi a intenção do processualista italiano identificar o mérito com as questões de fundo, tanto que em outro trabalho Liebman teria afirmado que é o pedido do autor, e não as questões da demanda, o objeto do processo. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo I, p. 245.

²² DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo I, p. 242.

²³ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo I, p. 248.

²⁴ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo I, p. 255.

²⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo I, p. 260-261.

²⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo I, p. 261-263.

as razões de fato e de direito que fundamentam a pretensão processual, bem como aquelas veiculadas nas exceções e objeções do réu, as quais são deduzidas em juízo²⁷.

Especialmente relevante para compreensão do art. 1.015, inc. II do CPC/15, é a concepção de mérito do processo cognitivo comum. A identificação do mérito com a pretensão encontra respaldo no art. 487 do CPC/15, que afirma haver resolução do mérito quando o juiz: (inciso I): acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção²⁸; (II) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; (III) homologar: a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção; b) a transação; c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Quando tais matérias forem decididas por decisão interlocutórias, isto é, decisões que tenham conteúdo decisório, mas não encerrem a fase cognitiva do procedimento comum (conforme definição do art. 203 do CPC/15), serão recorríveis por meio de agravo de instrumento. Justamente por isso, o art. 356, §5º prevê expressamente que é recorrível por meio de agravo de instrumento a decisão que julga o mérito antecipadamente e de modo parcial (isto é, somente em relação à parcela dos pedidos). No mesmo sentido dispõe o art. 354, par. único do CPC/15, no sentido de que quando houver decisão de extinção do processo, com fundamento nos arts. 485 e 487, II e III, com ou sem resolução do mérito, e ela disser respeito apenas à parcela do processo, caberá o agravo de instrumento²⁹.

²⁷ Sobre o conceito de mérito, colhe-se lição de Araken de Assis: “A relação processual distingue-se do objeto do processo, que é o seu conteúdo (mérito ou objeto litigioso), este basicamente formado através das razões de fato (que fundamentam a pretensão processual) e razões de direito (das quais decorre o efeito jurídico pretendido) alegadas pelo autor na petição inicial. Eventual é a contribuição do réu nesses domínios, por sinal âmbito reservado à exclusiva iniciativa das partes. Aqui se assume, desde logo, a ampliação do objeto litigioso quando o réu alega exceções e objeções materiais (v.g., prescrição e decadência)”. ASSIS, Araken. Cabimento de agravo de instrumento contra decisão sobre prescrição e decadência proferida no saneamento do processo (CPC, art. 1.015, inc. II). In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins**: volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 61-62.

²⁸ Enunciado 103 do FPPC: “A decisão parcial proferida no curso do processo com fundamento no art. 487, I, sujeita-se a recurso de agravo de instrumento”.

²⁹ Quanto à extinção de parcela do processo sem resolução de mérito, por indeferimento parcial da inicial, vide Enunciado 154 do FPPC: “É cabível agravo de instrumento contra ato decisório que indefere parcialmente a petição inicial ou a reconvenção”.

Portanto, sendo interlocutória de mérito, pouco importa o momento processual em que a decisão é proferida, para fins de recorribilidade. Ou seja, a decisão agravável de mérito pode ocorrer no início (decisão inicial que rejeite preliminar de prescrição) e no meio (decisão saneadora) e até pouco antes da sentença, da fase cognitiva do processo comum.

Destaque-se que, tal como a hipótese do inciso I do art. 1.015, que trata das decisões que versam sobre “tutelas provisórias”, a locução adotada no inciso II também é ampla (“mérito do processo”). Isto significa que não importa qual seja o comando da decisão³⁰ (rejeitar, acolher, postergar a análise) e se se trata de questão principal, prejudicial ou preliminar – se houver análise de mérito, a decisão será recorrível.

Algumas hipóteses podem gerar algum tipo de dúvida. A decisão interlocutória que versa sobre prescrição e decadência é de mérito? A resposta é positiva e é extraível do art. 487, inc. II do CPC/15. Trata-se de entendimento que já foi confirmado pela doutrina de Araken de ASSIS³¹ e pelo STJ, que ao decidir a questão, alude ao cabimento de interpretação extensiva³².

Discorda-se da afirmação de que a recorribilidade da decisão que rejeita preliminares de mérito seja extraível do inciso II do art. 1.015 por meio de interpretação extensiva. Como se verá no decorrer deste trabalho (item A.II.8), a interpretação

³⁰ Nesse sentido: “Mas o agravo cabe não apenas quando a interlocutória de mérito, desde logo, resolve uma parte do objeto do processo. Há casos em que a decisão versa sobre o mérito, mas se limita a descartar a ocorrência de um fato impeditivo ou extintivo do direito do autor, sem ainda definir nenhuma parcela da lide”. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 538; Semelhantemente, Luis Bondioli: “Pouco importa em que sentido o mérito é analisado pela decisão interlocutória para o seu enquadramento no inciso II do art. 1.015 do CPC. Seja a decisão de meritis favorável ao autor, seja ela favorável ao réu, cabe agravo de instrumento para sua impugnação”. BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 125.

³¹ Araken de ASSIS analisa especialmente a decisão que aprecia preliminar de prescrição ou decadência por ocasião do saneamento do processo. ASSIS, Araken. Cabimento..., p. 59-86. No mesmo sentido: TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 538.

³² Nesse sentido o seguinte julgado do STJ: 2ª Turma. Processual civil. Hipóteses de agravo de instrumento. Rol taxativo. Interpretação extensiva. Possibilidade. Decisão que afasta a prescrição e a decadência. Possibilidade de interposição do recurso. 1. É certo que as hipóteses de Agravo de Instrumento trazidas pelo CPC de 2015 são taxativas, mas também é certo que o exegeta pode valer-se de uma interpretação extensiva. 2. A decisão sobre prescrição e decadência é, consoante o art. 487, II, de mérito, não havendo razão para somente permitir a interposição de agravo de instrumento da decisão que reconhece os dois institutos. 3. É inadequada a preclusão prematura da decisão que afasta as prejudiciais de mérito elencadas na contestação, razão pela qual, por meio de interpretação extensiva, deve-se reconhecer a possibilidade de interposição de agravo de instrumento nesses casos, ou mesmo por interpretação literal, diante do teor do art. 1.015, II, do CPC. 4. Recurso especial conhecido e provido. Recurso especial n.º 1.695.936. Relator: Min. Herman Benjamin. Brasília, 21 de novembro de 2017.

extensiva consiste em extrair do texto da norma, pelo exercício interpretativo, um sentido que amplie seu âmbito de incidência. No entanto, a locução do inciso II já é ampla. Não há necessidade de estender sua abrangência. Ela não alude ao comando da decisão (acolher, rejeitar, etc.). Logo, nela compreende-se a hipótese de rejeição. Trata-se de interpretação literal, extraível do sentido textual do “versar sobre”, conjugado com expressão ampla “mérito do processo”.

Outra hipótese que pode gerar dúvida é a decisão que versa sobre o valor da causa. Na doutrina, Gelson Amaro de SOUZA coloca a questão e defende que o agravo deve ser admitido nesse caso. Afirma que no CPC/73 o valor da causa era decidido por ação incidental (art. 261) e que, no regime atual, a decisão deve ser recorrível na medida em que, por força do art. 293 c/c 290 do CPC/15, se o valor da causa for alterado e o autor não recolher as custas, o processo será extinto – trazendo prejuízo imediato irreparável ao autor³³.

Discorda-se do respeitável entendimento. Isso porque não há em nenhuma disposição do CPC/15 em que se extraia a ideia de que valor da causa é questão de mérito. Pelo contrário. A extinção do processo por ausência de recolhimento das custas enseja a extinção do processo por cancelamento da distribuição (art. 290) – ou seja, sem a resolução do mérito. Disso decorre que a adequação do valor da causa consiste em um pressuposto processual, tal como dispõe o art. 485, inc. IV.

Ademais, o valor da causa não enseja uma ação autônoma. Não há direito substancial envolvido. A adequação do valor da causa consiste em questão instrumental, que só diz respeito ao processo. Não pode ser objeto de pedido autônomo. Logo, não é matéria de “mérito” para os fins do inciso II do art. 1.015.

Entendimento análogo ao aplicado para decisões que versem sobre valor da causa (descabimento do recurso) também deve ser aplicado para as decisões que versem sobre questões que possam conduzir à extinção do processo por falta de interesse processual do autor. Do mesmo modo, para as questões processuais pendentes que sejam decididas por ocasião da decisão saneadora (art. 357, I do CPC/15)³⁴. A ausência dos pressupostos

³³ SOUZA, Gelson Amaro de. O valor da causa e recurso no processo civil. In: DIDIER JUNIOR, Fredie (Coord.). **Novo CPC doutrina selecionada**: processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais. Salvador: Juspodivm, v.6, 2016, p. 683-708.

³⁴ Nesse sentido: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 125.

processuais e das condições da ação enseja a extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485, IV, V e VI do CPC/15). Logo, não se trata de questões de mérito, para fins de recorribilidade por agravo de instrumento.

A decisão que julga a primeira fase da ação de exigir de contas dando procedência ao pedido para condenar o réu (art. 550, §5º do CPC/15) também é de mérito, mas não encerra a fase cognitiva, pois o processo prossegue para a segunda fase - portanto, sujeita-se à impugnação por meio de agravo de instrumento³⁵⁻³⁶⁻³⁷.

Importante destacar questão envolvendo a recorribilidade das decisões que antecedem a decisão interlocutória de mérito e que sejam a ela relacionadas.

É juridicamente possível defender, ou o emprego de interpretação lógico-sistemática, ou de integração analógica, com fundamento em existência de lacuna legislativa no art. 1.009, §1º do CPC/15, a fim de que referido dispositivo seja aplicável inclusive sobre as interlocutórias prévias impugnadas em preliminar de agravo de instrumento interposto contra a decisão parcial de mérito, sob pena de preclusão, pois não haverá outra oportunidade para discuti-las³⁸⁻³⁹.

³⁵ Enunciado 177 do FPPC: “A decisão interlocutória que julga procedente o pedido para condenar o réu a prestar contas, por ser de mérito, é recorrível por agravo de instrumento”.

³⁶ No mesmo sentido: FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. Op. cit., p. 246-247; VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa de. A recorribilidade da decisão que resolve a primeira fase na ação de exigir contas. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins**: volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 454; ZACLIS, Lionel. Comentários ao art. 550. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et al. (Coords.). **Código de Processo Civil Anotado**. OAB Paraná e AASP, 2019, p. 952-953. Disponível em: <https://aaspsite.blob.core.windows.net/aaspsite/2019/02/CPC_annotado25.2.2019_atual.pdf>. Acesso em 11 de jan. 2020.

³⁷ Também há ao menos dois julgados do STJ nesse sentido: REsp 1.746.337/RS, 3ª Turma, DJe 12/04/2019 e REsp 1.680.168/SP, 4ª Turma, DJe 10/06/2019.

³⁸ Enunciado 611 do FPPC: “Na hipótese de decisão parcial com fundamento no art. 485 ou no art. 487, as questões exclusivamente a ela relacionadas e resolvidas anteriormente, quando não recorríveis de imediato, devem ser impugnadas em preliminar do agravo de instrumento ou nas contrarrazões”. No mesmo sentido: LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 112-113; DIDIER JUNIOR, Fredie. **O problema das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores e o agravo de instrumento contra decisão parcial**. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-188/>>. Acesso em 22 jan. 2020; OLIVEIRA, Pedro Miranda de. O regime especial do agravo de instrumento contra decisão parcial (com ou sem resolução de mérito). **Revista de Processo**, São Paulo, v. 264, fev. 2017, p. 183-205.

³⁹ Fernanda Medina PANTOJA e Verônica Estrella HOLZMEISTER fazem significativa ressalva em relação ao enunciado 611 do FPPC. Para referidas processualistas, não somente as questões exclusivamente

E quanto à decisão que rejeita o pedido para que haja julgamento parcial de mérito? Ela não está prevista expressamente no rol do art. 1.015. Ao rejeitar o pedido, o juiz está afirmando que não estão presentes os requisitos do art. 356, incisos I e II c/c 355 do CPC/15. Trata-se de avaliação do juízo sobre 3 temas: necessidade de produção de outras provas, efeitos da revelia e caráter incontroverso dos pedidos. Tais matérias não são enquadráveis como “mérito do processo”. Trata-se de convencimento do juiz acerca do estado do processo. Admitir o agravo de instrumento em tais casos acarretaria a necessidade de admiti-lo em face de decisões que versem sobre provas.

Embora postergar a recorribilidade de tal decisão implique a inutilização do mecanismo que autoriza o julgamento parcial, na medida em que de nada adiantará a posterior interposição de apelação para defender que o julgamento parcial deveria ter ocorrido antes (a postergação já terá se consumado), fato é que essa decisão não se enquadra no inciso II do art. 1.015 – e, portanto, não é agravável⁴⁰.

Ainda em relação às hipóteses de decisões que versam sobre o “mérito do processo”, convém citar o acórdão do STJ que resultou do julgamento do REsp nº 1.757.123/SP⁴¹, que se admitiu o cabimento de agravo de instrumento contra decisão que verse sobre a possibilidade jurídica do pedido, pois esta deve ser entendida como questão que envolve o “mérito do processo”.

Ademais, no acórdão do REsp 1.702.725/RJ, o STJ também reputou não ser questão de mérito a discussão sobre a legislação aplicável (como, por exemplo, Código Civil ou CDC) à relação jurídica discutida em juízo, ou em outros termos: o enquadramento fático-normativo da relação de direito existente entre as partes – salvo no caso em que essa discussão seja condição para definição de questão de mérito, tal como ocorre com a definição do prazo prescricional aplicável.

relacionadas à decisão parcial devem ser impugnadas por ocasião da interposição do agravo de instrumento, mas sim todas as decisões que tenham alguma relação com a parcela da pretensão decidida na decisão parcial, ainda que essa relação não seja exclusiva. PANTOJA, Fernanda Medina; HOLZMEISTER. O agravo de instrumento contra decisão parcial e a impugnação de decisões interlocutórias anteriores. In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (Coords.). **Recursos no CPC/2015: perspectivas, críticas e desafios**. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 81-99.

⁴⁰ Em sentido contrário, vide LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 121.

⁴¹ BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial nº 1.757.123/SP. Relator Ministra Nancy Andrigli. Brasília, em 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1849095&num_registro=201801908669&data=20190815&formato=PDF>.

Nessa hipótese excepcional, a legislação aplicável (que, isoladamente, não seria de mérito) se incorporaria como questão de mérito, juntamente com a “questão principal” (tal como ocorrência de prescrição e decadência) de mérito. Isso porque, segundo o STJ, a moldagem fático-normativa da relação jurídica entre as partes é matéria que pode ser redefinida pelo juiz durante o curso do processo⁴².

Há também a questão envolvendo a decisão que resolve liquidação de sentença. Partindo-se do pressuposto de que a etapa cognitiva da fase de liquidação de sentença, por arbitramento ou pelo procedimento comum, envolve uma pretensão própria (ainda que não se manifeste por meio de ação autônoma), consistente no pedido de definição judicial do *quantum debeatur*, trata-se de matéria de mérito. Logo, embora o cabimento também esteja previsto no parágrafo único, entende-se cabível o agravo de instrumento em face da decisão final de liquidação de sentença também com base no art. 1.015, inc. II do CPC/15.

Por fim, há também a questão das multas processuais aplicadas pelo juiz em prejuízo das partes (por conduta de má-fé, ato atentatório, por violação de outro dever processual previsto em lei, interposição de recursos protelatórios), ou do advogado (na hipótese de retenção indevida de autos – CPC/15, art. 234, §2º).

Reputa-se que tais multas não versam sobre o mérito do processo, pois as condenações que as aplicam não correspondem a alguma pretensão autônoma formulada pelas partes⁴³. Não há relação entre os pedidos iniciais (e a pretensão defensiva do réu) e a condenação oriunda de uma conduta reprovável em âmbito processual. Em princípio, não é possível cogitar de uma pretensão autônoma e principal à condenação de um sujeito processual ao pagamento de multa processual. A condenação ao pagamento de multa pressupõe uma pretensão de mérito e a existência de um processo, mas não se confunde com a própria pretensão de mérito. Admitir contrário implicaria dizer que todos os pleitos

⁴² BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial 1.702.725/RJ. Relator Ministra Nancy Andrighi. Brasília, em 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1842489&num_registro=201702604581&data=20190628&formato=PDF>.

⁴³ Em sentido contrário, entendendo que a condenação ao pagamento de multa amplia o mérito do processo, registre-se a posição de DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso...**, v.3, p. 214.

formulados no curso do processo, sobre questões processuais que são secundárias em relação à pretensão principal, inclusive as prejudiciais, constituiriam o mérito da causa.

Em sentido semelhante, no âmbito do Recurso Especial n.º 1.762.957/MG, de Relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino e julgado em 10/03/2020⁴⁴, o STJ se pronunciou, em caráter não vinculante, no sentido de que o conceito de decisões que versam sobre “mérito do processo”, referido no inciso II do art. 1.015 do CPC, não abarca as decisões interlocutórias que aplicam multa processual à parte pelo não comparecimento à audiência de conciliação (art. 334, §8º do CPC).

Mais especificamente, o órgão julgador do STJ entendeu que ao se referir ao “mérito”, o legislador pretendeu abarcar as “questões de fundo, ligadas ao pedido formulado pelas partes e que seriam objeto de resolução quando da prolação da sentença, mas que acabam por ser tratadas antes, na via interlocutória”⁴⁵.

Logo, na medida em que as decisões que versam sobre multas limitam-se a aplicar uma consequência processual (penalidade por uma conduta processual censurável), por condutas das partes e de seus procuradores no âmbito exclusivo do processo, sem guardar correspondência imediata com as pretensões deduzidas pelas partes, via de regra poderão ser devidamente impugnadas por meio do recurso de apelação, em preliminar - ressalvado o cabimento de mandado de segurança para situações extremas.

A.I.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem (inciso III)

A terceira hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que rejeitarem a alegação da parte no sentido de que existe convenção de arbitragem (art. 1.015, inc. III).

A convenção de arbitragem é um gênero, de que são espécies a cláusula compromissória e o compromisso arbitral (Lei 9.307/96, art. 3º). A cláusula compromissória é disposição escrita destinada a fazer com que eventual litígio entre as partes de um contrato seja submetido à jurisdição arbitral (art. 4º). O compromisso

⁴⁴ BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial n.º 1.762.957/MG. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Brasília, 10 de março de 2020. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1920945&num_registro=201802214730&data=20200318&formato=PDF>.

⁴⁵ Idem.

arbitral, por sua vez, se destina a submeter uma demanda já existente, judicializada ou não, para ser julgada por meio de arbitragem (art. 9º).

A decisão de acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem fará com que a demanda seja submetida à jurisdição arbitral. Contra esta, não caberá agravo de instrumento, mas caberá apelação, na medida em que o acolhimento da convenção acarretará a extinção do processo sem resolução de mérito (art. 487, inc. VII do CPC/15). Justamente por isso, a locução adotada no inciso III do art. 1.015 foi mais específica: aludiu somente à “rejeição da alegação”.

A decisão que rejeite a alegação, por sua vez, será agravável. A escolha legislativa se justifica na medida em que seria desperdício enorme de tempo e de atos processuais aguardar todo o trâmite processual até a sentença e subsequente interposição da apelação para então se concluir que a causa deveria ter sido submetida à arbitragem desde o início.

Aqui, deve-se ter em mente que não importa o fundamento jurídico (inexistência, invalidade ou ineficácia) adotado pela decisão judicial para se rejeitar a convenção arbitral⁴⁶. Em qualquer hipótese em que ela seja alegada e a decisão entenda pelo prosseguimento do processo judicial, será ela recorrível por agravo de instrumento⁴⁷.

Vale destacar que, pela regra do art. 485, inc. VII do CPC/15, a definição de competência deverá ser realizada pelo próprio árbitro, que terá preferência para se pronunciar acerca da própria competência⁴⁸. Caso ele se repute competente ou não, o Judiciário deverá observar essa orientação. No entanto, caso se admita o cabimento de instauração de conflito de competência (equiparando o árbitro a órgão jurisdicional), eventualmente para o caso em que houver decisões conflitantes, ele deverá ser decidido pelo STJ, por meio de conflito a ser instaurado nos termos do art. 951 do CPC/15⁴⁹.

⁴⁶ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 539.

⁴⁷ Nesse sentido o enunciado 435 do FFPC: “Cabe agravo de instrumento contra a decisão do juiz que, diante do reconhecimento de competência pelo juízo arbitral, se recusar a extinguir o processo judicial sem resolução de mérito”. Ou seja, esse caso também deve ser compreendido como “rejeição da alegação” para os fins do inc. III do art. 1.015.

⁴⁸ TALAMINI, Eduardo. **O fim do “conflito de competência” entre tribunal arbitral e juiz estatal**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/236663/o-fim-do-conflito-de-competencia-entre-tribunal-arbitral-e-juiz-estatal>>. Acesso em 22 jan. 2020.

⁴⁹ ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op cit., p. 221.

Ademais, é possível se cogitar no caso em que, em demanda com vários pedidos cumulados, o réu alegue a existência de convenção arbitral e ela seja acolhida somente em relação a parcela dos pedidos. Nesse caso, o processo será extinto parcialmente, sem resolução de mérito, em relação aos pedidos que devem ser submetidos à arbitragem. Embora nesse caso haja acolhimento da alegação (o que afasta a hipótese do inciso III), e não seja viável rediscutir a questão por ocasião de futura sentença, caberá agravo de instrumento por força do art. 354, par. único, do CPC/15⁵⁰.

Quanto aos casos em que a decisão versar sobre convenção arbitral, não há maiores dúvidas. Porém, a questão que se colocou na doutrina é: o inciso III do art. 1.015 autoriza interpretação analógica (ou integração analógica), a fim de se admita a recorribilidade por agravo de instrumento de decisões que versem sobre competência?

Fredie DIDIER JR. e Leonardo Carneiro da CUNHA, em artigo, ao que tudo indica, pioneiro a respeito do tema, defenderam que sim⁵¹. Invoca-se a possibilidade de interpretação extensiva e analógica, a despeito da taxatividade do art. 1.015 do CPC/15, pois seu inc. III, ao prever o recurso contra a decisão que rejeita a alegação de convenção arbitral, que é um negócio jurídico processual e repercute sobre a definição de competência, teria previsto a reboque o cabimento de recurso contra decisões que tratem dessas matérias (competência e negócio jurídico processual).

Mais especificamente, a lógica seria a seguinte: se uma das decisões interlocutórias que trata de questão que repercute sobre competência e envolve negócio jurídico processual (um gênero, do qual a convenção arbitral, sobre a qual se admite o recurso, é espécie) é agravável, deriva-se a interpretação de que as demais decisões que envolvem tais temas devem ser. No caso da competência, a analogia parece se orientar por um critério finalístico: a busca pela consequência da hipótese (decisão) prevista na norma – no caso, o deslocamento do processo, do Judiciário para o Juízo arbitral.

⁵⁰ No mesmo sentido: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 126.

⁵¹ CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JUNIOR, Fredie. Agravo de instrumento contra decisão que versa sobre competência e a decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual na fase de conhecimento: uma interpretação sobre o agravo de instrumento previsto no CPC/2015. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 242, p. 275-284, abr. 2015. Alinhado com a posição de Didier e Cunha, vide MAZZOLA, Marcelo. Agravo de instrumento e suas restritas hipóteses de cabimento: necessidade de flexibilização. In: JATAHY, Carlos Roberto; ALMEIDA, Diogo Rezende de; AYOUB, Luiz Roberto (Coords.). **Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 417-433.

Identificada essa finalidade, outras situações que com ela guardam semelhança são abarcadas pelo raciocínio analógico, a fim de estender o alcance da norma a deslocamentos de processos de um Juízo a outro por força de competência (parcela da Jurisdição). No caso do negócio jurídico, o raciocínio analógico aparenta se orientar mais por uma abstração relativa à hierarquia conceitual: busca-se a categoria (negócio jurídico) que abrange o conceito abarcado pela norma (convenção de arbitragem), a fim de que a regra de cabimento recursal seja estendida às demais situações (cláusula de eleição de foro, por exemplo) que integram aquela categoria.

Em sentido contrário, há quem entenda que a decisão que versa sobre convenção arbitral não se equipara àquela que versa sobre competência, pois se trataria de matéria diversa: existência ou não de jurisdição (pressuposta no caso da discussão sobre competência)⁵².

Nesse momento, surgem algumas perguntas⁵³. A primeira delas é se realmente estamos falando de integração analógica⁵⁴. Na ótica deste trabalho, entende-se que não. A integração analógica pressupõe uma lacuna no ordenamento, que demande a aplicação de uma solução jurídica prevista na norma para um caso nela não previsto, mas que guarde com ela intensa semelhança. O óbice para aplicá-la ao rol do art. 1.015 é que não há lacuna legislativa. As decisões nele não arroladas estão abrangidas pela norma do art. 1.009, §1º. Logo, a rigor, não há cabimento para integração analógica nesse caso. Eventual interpretação em sentido contrário será ab-rogante da norma.

A segunda é: admita a interpretação extensiva ou analógica nesse caso, qual será o limite para extensão do sentido da norma? A hipótese legal deve ser estendida para os casos que versam sobre competência absoluta (tal como a competência arbitral e judicial) ou também para os casos em que se discute competência relativa? Somente será recorrível

⁵² ROCHA, Henrique de Moraes Fleury da. Cabimento do agravo de instrumento segundo o Código de Processo Civil brasileiro de 2015: aspectos polêmicos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 282, p. 299-317, ago. 2018.

⁵³ Vide LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 125.

⁵⁴ A título de exemplo, diferentemente de Fredie Didier e Leonardo Carneiro da Cunha, a processualista Fernanda Medina Pantoja entende que a extensão do inciso III do art. 1.015 às decisões em geral sobre competência decorre de interpretações sistemática e teleológica da lei. PANTOJA, Fernanda Medina. **Recorribilidade da decisão interlocutória que define competência: um desagravo do agravo**. Disponível em: <<https://tavad.com.br/2018/10/30/recorribilidade-da-decisao-interlocutoria-que-define-competencia-um-desagravo-do-agravo/>>.

a decisão que emitir juízo positivo (afirmar sua própria competência), assim como na situação prevista no inciso III, ou também aquela em que o juízo se declarar incompetente?

Um exemplo de limitação da extensão dessa hipótese é dado pela posição de Vinicius Silva LEMOS, para quem a interpretação extensiva do inciso III somente pode ser aplicada para decisões que rejeitem alegações de incompetência absoluta – e, com isso, declararem sua própria competência⁵⁵.

Afora o problema da ausência de lacuna a amparar integração por meio de analogia, outra crítica possível à posição pela adoção de interpretação com resultado extensivo da hipótese do inciso III do art. 1.015, para abarcar decisões que versem sobre competência, diz respeito ao próprio raciocínio que ampara a analogia: embora a alegação de existência de convenção de arbitragem gere dúvida acerca da existência ou inexistência de jurisdição, a questão envolvendo competência, diferentemente, pressuporia a existência de jurisdição estatal, residindo a dúvida apenas sobre qual é o órgão jurisdicional estatal competente. Isto é, a questão não é idêntica: em um caso se trata de definir um potencial conflito entre jurisdição estatal e arbitral. Na outra, trata-se de conflito entre órgãos a quem a lei atribuiu parcela de jurisdição estatal⁵⁶.

No Recurso Especial n.º 1.679.909/RS, de Relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão e julgado em 14/11/2017⁵⁷, o STJ se pronunciou, em caráter não vinculante, sobre o cabimento de interpretações extensivas ou analógicas do inciso III do art. 1.015. Reputou-se que o art. 1.015 do CPC/15 admite a interposição de agravo de instrumento contra decisões que versam sobre competência, relativa ou absoluta, positiva ou negativa, ainda que essas hipóteses não estejam previstas expressamente no rol.

⁵⁵ LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**

⁵⁶ Nesse sentido, vide a crítica feita por RODRIGUES, Marco Antonio. **Manual dos recursos, ação rescisória e reclamação**. São Paulo: Atlas, 2017, p. 170, nota de rodapé n.º 5.

⁵⁷ BRASIL. STJ. 4ª Turma. (...). Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda. 6. Recurso Especial provido. Recurso especial n.º 1.679.909/RS. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, 14 de novembro de 2017. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1655954&num_registro=201701092223&data=20180201&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

Esse entendimento foi fundamentado: (i) em realização de “exegese lógico-sistemática”, que consistiria em adotar uma “interpretação extensiva ou analógica” com base na hipótese que admite recurso contra a decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem (inc. III do art. 1.015 do CPC/15), que teria como essência a finalidade de afastar juízo incompetente; (ii) no art. 64, §3º do CPC/15, do qual se extrairia a necessidade de análise imediata das questões relativas à competência, no entendimento do Relator.

A.I.4. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (inciso IV)

A quarta hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, previsto nos arts. 133 e ss. do CPC/15. A rigor, a previsão do inciso IV do art. 1.015 seria desnecessária, na medida em que o incidente de desconconsideração se encontra dentro do Título III do CPC/15 e, portanto, trata-se de modalidade de intervenção de terceiros (inciso IX do art. 1.015)⁵⁸.

Para Eduardo TALAMINI e Luiz Rodrigues WAMBIER, a redundância do art. 1.015 nesse ponto se justifica pela intenção do legislador de destacar a necessidade de recorribilidade imediata da decisão que defere ou indefere a desconconsideração pois, no primeiro caso temos a invasão do patrimônio do sujeito trazido para o processo, que será tratado como uma extensão da parte originária; no segundo caso, a postergação da desconconsideração pode gerar graves danos em razão da possibilidade de esvaziamento patrimonial em razão do uso indevido do instituto da pessoa jurídica⁵⁹.

A locução adotada na previsão é ampla e pode gerar dúvidas. A primeira dela consiste em saber se qualquer decisão proferida no âmbito do incidente de desconconsideração será agravável ou somente aquela que decidir o incidente, admitindo ou não a desconconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio dos sócios da empresa (desconconsideração convencional) ou a desconconsideração da personalidade dos sócios para atingir o patrimônio da empresa (desconconsideração inversa).

A amplitude da expressão, que alude não à desconconsideração, mas ao incidente em si (isto é, ao procedimento), parece sugerir que todas as decisões, de mérito ou não,

⁵⁸ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso...*, v.2, p. 539.

⁵⁹ Idem.

relativas ao processo de desconconsideração serão agraváveis⁶⁰. Aliás, a decisão que reputa estar presentes os requisitos para a desconconsideração da personalidade jurídica, deve ser entendida como de mérito, na medida em que o incidente de desconconsideração tem natureza de ação incidental⁶¹.

No entanto, há posição em sentido contrário, reputando que as questões prévias relacionadas à desconconsideração (tais como aquelas relativas à instrução do incidente e produção de provas) não são agraváveis de imediato e deverão ser impugnadas como preliminar do agravo de instrumento a ser interposto contra a decisão que julga o incidente, nos termos do art. 1.009, §1º do CPC/15⁶²⁻⁶³.

Um dos argumentos levantados contra a recorribilidade ampla de qualquer interlocutória proferida no âmbito do incidente de desconconsideração consiste na necessidade de interpretação sistemática: admiti-la causaria ausência de simetria em relação à regra da irrecurribilidade das interlocutórias na fase cognitiva do procedimento comum⁶⁴. Afinal, eventual decisão que versasse sobre produção de provas seria recorrível no incidente, mas no processo comum não. No entanto, vale recordar que na fase de liquidação, também cognitiva, há ampla recorribilidade das interlocutórias, de modo que o legislador admite essa assimetria.

Importante destacar ainda que, caso a desconconsideração da personalidade jurídica seja requerida na petição inicial, tanto os sócios como as empresas cujo patrimônio se pretende atingir serão citadas para integrar o processo na condição de partes, em litisconsórcio.

⁶⁰ Nesse sentido, vide PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. **Cabimento do Agravo de Instrumento no Novo Código de Processo Civil**: as decisões agraváveis de instrumento. São Paulo, 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 133f (p. 112).

⁶¹ Nesse sentido “No incidente de desconconsideração, há a ampliação do objeto do processo. Isso significa que o requerimento de instauração do incidente, quando formulado pela parte interessada ou pelo Ministério Público, consiste em uma nova demanda em face do terceiro (a pessoa que terá sua esfera jurídica atingida pela desconconsideração). Trata-se de uma ação incidental (i.e., uma ação que se formula e tramita dentro de um processo já em curso), pela qual se pretende a desconstituição da eficácia da personalidade de uma pessoa jurídica, para o fim de atingir o patrimônio dela (quando o sócio é a parte originária no processo) ou o patrimônio de seu sócio (quando ela é a parte originária). TALAMINI, Eduardo. **Incidente de desconconsideração de personalidade jurídica**. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI234997,11049-Incidente+de+desconconsideracao+de+personalidade+juridica>>. Acesso em 22 jan. 2020.

⁶² BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 127.

⁶³ No mesmo sentido: LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 133.

⁶⁴ LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 131-133.

Nesse caso, pode haver decisão parcial de mérito (procedência, ou improcedência da desconsideração), ou sem mérito (reconhecimento de ilegitimidade passiva), em relação aos sujeitos da desconsideração – em qualquer dos casos, a decisão será agravável por força do art. 354, par. único, ou art. 1.015, inc. II, ou ainda o inciso VII (caso se afaste a responsabilidade do litisconsorte e ele seja excluído do processo). Por fim, se a desconsideração for decidida na sentença, caberá apelação⁶⁵.

A.I.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação (inciso V)

A quinta hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre a rejeição do pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte (previsto no art. 98 e ss. do CPC/15) ou que determinarem a sua revogação. Aqui, o CPC/15 quis ser bem específico: não serão recorríveis por agravo de instrumento as decisões que concederem a gratuidade e as que rejeitarem pedido de revogação feito pelo réu. A assimetria parece se dar com base no seguinte pressuposto: via de regra, deve prevalecer a gratuidade, em proteção constitucional daquele que a requereu⁶⁶.

Para a parte inconformada com a concessão do benefício, caberá se insurgir por meio da impugnação prevista no art. 100 do CPC/15 e, caso esta seja rejeitada, suscitar a questão em preliminar de apelação (art. 1.009, §1º). A finalidade assimétrica da regra (a atestar a inviabilidade de interpretações ampliativas) extrai-se também da sua redundância: o art. 101 do CPC/15 contém disposição praticamente idêntica.

Importante destacar que eventual agravo de instrumento a ser interposto pelo postulante da gratuidade indeferida ou revogada se reveste de peculiaridade: por força do art.101, §1º do CPC/15, o agravante estará dispensado do recolhimento das custas dos atos em relação aos quais se busca a gratuidade, ao menos até a decisão do relator sobre

⁶⁵ Enunciado 390 do FPPC: “Resolvida a desconsideração da personalidade jurídica na sentença, caberá apelação”.

⁶⁶ “Não cabe agravo contra a decisão de deferimento ou de manutenção da gratuidade. Toma-se em conta a relevância da garantia constitucional da assistência jurídica integral (CF/1988, art. 5º, LXXIV)”. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso...*, v.2, p. 539. No mesmo sentido, DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso...*, v.3, p. 220.

a questão⁶⁷, antes do julgamento do recurso pelo colegiado. Isso significa que, apenas em relação à exigibilidade das custas, inclusive do preparo do recurso (art. 99, §7º), o agravo de instrumento terá efeito suspensivo automático, suspendendo sua exigibilidade tão somente pela interposição do recurso⁶⁸.

Passa-se a tratar das diversas situações que podem ser enquadradas nessa hipótese. A primeira delas é a decisão que concede parcialmente a gratuidade, prevista no art. 98, §5º do CPC/15. A gratuidade pode ser deferida somente em relação a alguns atos processuais. Pode consistir em parcelamento ou diferimento do pagamento. Sempre que ela for concedida em menor extensão em relação àquilo que foi postulado, será cabível o agravo de instrumento pelo postulante da gratuidade em relação ao que não foi concedido⁶⁹. A parte contrária não poderá discutir a decisão em agravo de instrumento.

A segunda hipótese trata da decisão que revoga a gratuidade anteriormente concedida e reputa ter havido má-fé do postulante. Nesse caso, o art. 100, par. único do CPC/15 prevê que o postulante pode ser condenado ao pagamento de multa. Então, indaga-se: o agravo de instrumento a ser interposto em face dessa decisão de revogação poderá versar sobre a condenação ao pagamento da multa? A resposta deve ser positiva.

Afinal, a multa é consequência da revogação e da constatação de que a postulação foi realizada com má-fé. Caso o Tribunal entenda que a revogação era indevida, ele

⁶⁷ Há quem entenda que essa suspensão automática da exigibilidade do preparo deve ser estendida até o julgamento pelo órgão colegiado, caso o requerente da gratuidade opte por interpor agravo interno contra a decisão do relator. Compartilha-se dessa posição por reputar que a leitura contrária tornaria inócua a previsão de cabimento de agravo interno contra a decisão do relator: na ausência de concessão de efeito suspensivo, o agravante seria constrangido a recolher o preparo, incorrendo em preclusão lógica em relação ao ato de recorrer. Por isso, é razoável admitir a extensão da suspensão de exigibilidade do preparo. CORREA, Rafael Motta e; RAMOS, Fabiana de Souza. O pedido de justiça gratuita no CPC/15 e suas discussões na esfera recursal. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins**: volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 439.

⁶⁸ ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 223.

⁶⁹ Enunciado 612 do FPPC: “Cabe agravo de instrumento contra decisão interlocutória que, apreciando pedido de concessão integral da gratuidade da Justiça, defere a redução percentual ou o parcelamento de despesas processuais”. No mesmo sentido, ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 224; AZEVEDO, Júlio Camargo de. O novo regime jurídico aplicado à gratuidade de justiça e sua recorribilidade no CPC/2015. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis**: volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 309; Também CORREA, Rafael Motta e; RAMOS, Fabiana de Souza. Op. cit., p. 442.

necessariamente deverá afastar a multa. Portanto, nesse caso específico, o agravo poderá versar tanto sobre o acerto ou não da revogação, quanto sobre a ausência de má-fé.⁷⁰

Esse entendimento decorre de interpretação lógica e finalística (o objetivo da previsão é viabilizar a discussão sobre a revogação da gratuidade e todas as consequências dela derivada) com resultado extensivo, pois amplia o sentido da norma, embora a questão da multa pela postulação temerária seja intrinsecamente ligada ao da gratuidade, pois ela só é aplicável nesse caso específico. No entanto, isso não significa que outras decisões que versem sobre aplicação de penalidade à parte por agir de má-fé, sem relação com o pedido de gratuidade, possam ser consideradas agraváveis com base no inciso V do art. 1.015. Não há como levar a tal ponto a interpretação extensiva.

Por fim, Rafael Motta e CORREA e Fabiana de Souza RAMOS trazem reflexão singular acerca da recorribilidade da decisão que versa sobre gratuidade. Referidos processualistas alertam que pode não ser do interesse do próprio beneficiário da justiça gratuidade que o impugnante da gratuidade possa rediscutir eventual benefício concedido no curso do processo, apenas por ocasião da sentença ou julgamento da apelação. Isso porque o beneficiário ficaria em situação de insegurança, sem saber se terá que arcar com os encargos relativos às despesas incorridas no curso do processo (tais como honorários periciais). Diante disso, e invocando o princípio da isonomia, esses autores defendem que o art. 1.015, inc. V do CPC/15 deve ser objeto de reforma legislativa, a fim de que o impugnante da gratuidade possa impugná-la de imediato, via agravo de instrumento⁷¹.

A.I.6. Exibição ou posse de documento ou coisa (inciso VI)

A sexta hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre a exibição ou posse de documento ou coisa. Trata de disciplina prevista na Seção VI do CPC/15, art. 396 e ss., para os casos em que, por meio de pedido incidental formulado

⁷⁰ LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 139.

⁷¹ CORREA, Rafael Motta e; RAMOS, Fabiana de Souza. Op. cit., p. 443-445. Em sentido semelhante, Fernanda Pagotto Gomes PITTA entende que deve prevalecer o princípio da igualdade, a despeito da previsão legal, pois duas decisões que versam sobre a mesma matéria não poderiam receber tratamentos tão distintos: PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. Op. cit., p. 113. Discorda-se das referidas posições, na medida em que a restrição de recorribilidade não afronta nenhuma norma imperativa, seja do próprio CPC ou da Constituição. Mitiga-se a igualdade (que não é absoluta), em prol da efetividade do processo. Como se verá nos capítulos subsequentes, trata-se de opção legítima do legislador.

pela parte, o juiz pode ordenar que a parte ou terceiro exiba documento ou coisa que esteja em sua posse.

A norma se justifica em razão da importância em que a instrução processual seja realizada com a definição da questão de a exibição ser devida ou não. Caso contrário, será de pouca serventia o reconhecimento, por ocasião do julgamento da apelação, de que o documento ou coisa deveria (ou não deveria) ter sido exibido. Caso não tenha sido exibido, a instrução probatória terá sido insuficiente – no entanto, sem a repetição de atos processuais, não haverá como o juízo sentenciante apreciar o documento ou coisa que não foi apresentada; e, caso tenha sido exibido, não haverá mais como remediar sua divulgação (indevida) e sua influência no convencimento do julgador.

Há a questão de saber a natureza da pretensão quando ela é veiculada em face de terceiro. Nesse caso, haverá demanda (ação) incidental⁷², com a citação do terceiro para contestar o pedido de exibição (art. 401 do CPC/15). Mesmo quando o pedido de exibição seja formulado em face de terceiro, tratando-se de ação incidental, a decisão que o apreciar será recorrível por agravo de instrumento⁷³⁻⁷⁴.

A locução adotada pelo inciso VI é ampla. Logo, pouco importa o resultado da decisão que apreciar o pedido de exibição: seja pelo deferimento, indeferimento ou deferimento parcial, a decisão estará sujeita a agravo de instrumento.

Porém, levantam-se algumas dúvidas. A primeira delas é: quaisquer decisões do incidente, inclusive as que versarem sobre sua instrução (art. 398, par. único e art. 402), serão agraváveis? Ou apenas as decisões que resolverem o incidente, e versarem sobre o dever de exibição?

Não parece ser o caso de interpretação ampla quanto a essa questão. A locução, que não faz menção a “procedimento” ou “incidente”, sugere que apenas o dever de exibição deve ser objeto de recorribilidade imediata. Portanto, as decisões anteriores à

⁷² TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 539.

⁷³ Nesse sentido: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 127; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 539-540.

⁷⁴ Em sentido contrário, há na doutrina quem entenda que o pleito de exibição formulado em face de terceiro é decidido por sentença e, por isso, enseja interposição de apelação. DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso...**, v.3, p. 220; também FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. Op. cit., p. 255.

aquela que resolve o incidente devem ser impugnadas na forma do art. 1.009, §1º, como preliminares do agravo de instrumento em face da decisão interlocutória final⁷⁵.

A segunda delas é: decisões que possuam conteúdo semelhante (deferimento ou indeferimento de acesso a um meio de produção de prova documental), como aquela que indefere o pedido de formulado pela parte para requisição de documentos a repartições públicas (art. 438 do CPC/15), também podem ser agraváveis? A resposta parece ser negativa⁷⁶, por demandar interpretação (analogica ou finalística) *contra legem*: se o legislador aludiu à Seção específica do CPC/15 (referindo-se ao seu título em específico) e deixou de contemplar outros meios de prova tão relevantes quanto a exibição (como a prova pericial), foi uma opção legislativa⁷⁷.

A terceira delas é: o pedido de exibição de documento ou coisa, formulado no âmbito de procedimento de produção antecipada de provas (art. 381 a 383 do CPC/15), pode ser objeto de agravo? A resposta é negativa, na medida em que o §4º do art. 382 veicula a vedação expressa a interposição de recurso nesse procedimento, salvo no caso em que a produção da prova for totalmente indeferida, caso em que o processo será extinto e caberá apelação⁷⁸.

Há ainda quem defenda que o inciso VI não se restringe aos casos de exibição de documento ou coisa, mas se aplicaria inclusive a decisões interlocutórias que versem sobre a posse de documento ou coisa, tais como aquelas que versarem sobre manutenção, reintegração ou turbção de posse⁷⁹. A valer-se da interpretação literal da norma, tal hipótese de cabimento é juridicamente possível.

A quarta dúvida é: a hipótese do inciso VI pode ser interpretada ampliativamente, de modo que se admita a interposição de agravo de instrumento em face de quaisquer decisões que versem sobre a admissão ou inadmissão do emprego de

⁷⁵ GONZALEZ, Gabriel Araújo. **A recorribilidade das decisões interlocutórias no Código de Processo Civil de 2015**. Salvador, 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em direito, Universidade Federal da Bahia, p. 291.

⁷⁶ Confira-se, posicionando-se pelo cabimento da extensão da hipótese do inciso VI aos casos de requisição de documentos públicos: GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit., p. 293.

⁷⁷ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 540.

⁷⁸ Nesse sentido: TALAMINI, Eduardo. **Produção antecipada de prova**. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI235462,51045-Producao+antecipada+de+prova>>. Acesso em 22 jan. 2020.

⁷⁹ Nesse sentido: ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 225.

determinados meios de prova? A resposta é negativa⁸⁰: além de o trâmite legislativo revelar que a intenção do legislador foi manter a recorribilidade apenas da hipótese de exibição de documento⁸¹, a adoção de eventual interpretação extensiva seria descabida, pois não há lacuna legislativa: a norma é clara ao excluir hipóteses de decisões sobre meios de prova que possam ser análogas em essência.

A quinta dúvida diz respeito às medidas de apoio previstas nos arts. 400, par. único e 403, par. único do CPC/15. É possível que as decisões interlocutórias que determine a adoção das medidas de apoio, a fim de assegurar a exibição do documento, possam ser objeto de agravo de instrumento com fundamento no inciso VI? A resposta parece ser positiva, por se aplicar aqui a mesma lógica das medidas adotadas pelo juiz para assegurar o cumprimento e efetivação de tutela provisória (capítulo A.I.1). Não se trata de empregar analogia, mas de interpretar logicamente a abrangência semântica do “versarem sobre” do art. 1.015, *caput*, do CPC/15. A decisão que versa sobre as medidas de apoio para assegurar a exibição do documento também “versa sobre” a exibição do documento, afinal. Logo, caberá o agravo.

Por fim, coloca-se a questão de saber se, para que a decisão seja agravável, é necessário que ela tenha sido proferida no bojo do procedimento previsto nos arts. 401 e ss. do CPC/15, nos casos em que se pleiteia a exibição de documento ou coisa em posse de terceiro. Ou seja: é recorrível a decisão que indefere a expedição de ofício para intimação de terceiro, que não foi citado nos termos do art. 401, a fim de que este apresente em juízo documento requerido pela parte?

Como a locução adotada pelo inciso VI do art. 1.015 é ampla, parece-nos inviável restringir a sua aplicabilidade a decisões proferidas sem a instauração do

⁸⁰ Em sentido contrário, entende que é cabível a interpretação extensiva do art. 1.015, a fim de suprir lacunas da norma e para proteger direitos constitucionais relativos ao cabimento de prova: MULLER, Ana Cláudia Rodrigues. **Do rol não taxativo do agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, p. 172-174. Discorda-se respeitosamente da posição, na medida em que a possibilidade de se discutir o direito à prova não está sendo suprimida, apenas postergada ou mitigada. A questão relativa ao cabimento da prova apenas é diferida para o momento de recorrer em face da sentença. Reputa-se que tal modelo de processo não viola garantias constitucionais, na medida em que o sequer a ausência de duplo grau de jurisdição, por si só, não viola o devido processo legal.

⁸¹ Nesse sentido, Vinicius Silva Lemos destaca que o legislador deixou claro que a recorribilidade em questão probatória está restrita à hipótese do inciso VI do art. 1.015, hipótese relativa à exibição ou posse de documento ou coisa. LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 148-149.

procedimento previsto. Para tanto, a interpretação literal, associada à teleológica, basta. Da redação ampla se extrai que o essencial dessa hipótese de decisão agravável é o seu conteúdo. Logo, não cabe interpretação restritiva.

Nesse sentido, há acórdão do STJ proferido em novembro de 2019, que entendeu pelo cabimento de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de expedição de ofício, formulado pela parte, para que terceiro (instituição financeira) apresentasse documentos em seu poder⁸². Nesse julgado, o STJ consignou que a doutrina ainda não havia cogitado dessa hipótese (decisão proferida fora do modelo procedimental de exibição de documento ou coisa). A interpretação realizada pelo STJ para admitir o cabimento não se amparou na tese da “taxatividade mitigada” consagrada nos recursos especiais n. 1.696.396 e 1.704.520 (de dezembro de 2018), e sim em uma leitura finalística da norma.

A.I.7. Exclusão de litisconsorte (inciso VII)

A sétima hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre a “exclusão de litisconsorte” (art. 1.015, inciso VII). O litisconsórcio está disciplinado no Título II do CPC/15.

Dispensa-se, neste trabalho, maior aprofundamento acerca da natureza jurídica e tipos de litisconsórcio. Trata-se de hipótese que, rigorosamente, está contemplada pelo art. 354, par. único do CPC/15, pois ao excluir um litisconsorte do processo, a decisão nega a resolução do mérito em relação ele, reconhecendo sua ilegitimidade (art. 485, inc. VI)⁸³.

Mais uma vez, nos deparamos com a locução ampla. Não importa o resultado da decisão: se defere ou rejeita a exclusão, por versar sobre, será cabível o agravo de instrumento⁸⁴. No entanto, cabe uma observação. A decisão que admite o ingresso de

⁸² BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial n.º 1.798.939/SP. Relator: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1888235&num_registro=201801256008&data=20191121&formato=PDF>.

⁸³ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 540.

⁸⁴ BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p.128; ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 225. LEMOS, Vinicius da Silva. **Agravo...**, p. 158. Em sentido contrário, pelo entendimento de que a decisão que rejeita a exclusão, mantendo o litisconsorte no processo, não é agravável, confira-se: GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit., p. 294.

litisconsorte não é agravável, ao menos não imediatamente – isso porque não há como se versar sobre a exclusão de litisconsorte que ainda sequer ingressou no processo – haveria apenas insurgência quanto à ordem de inclusão⁸⁵. Após o ingresso, a parte interessada na sua exclusão poderá provocar o pronunciamento do juiz – esse sim sujeito ao agravo de instrumento, ainda que indefira o pedido de exclusão⁸⁶. Portanto, por uma interpretação literal e lógica da norma, aquele que foi indevidamente incluído no processo como litisconsorte primeiro deve pedir sua exclusão perante o juízo de primeiro grau, para que em seguida possa agravar em face de eventual indeferimento de seu pedido de exclusão.

A previsão pode ser justificada pela inutilidade causada pela postergação da discussão sobre o cabimento da participação (por legitimidade ou outro motivo) do litisconsorte no processo. Caso ele seja excluído do processo, o reconhecimento futuro de que ele deveria ter integrado o processo é capaz de ensejar a anulação de todos os atos até aquele momento praticados. Quando menos, seria necessário admitir que a sentença não faria coisa julgada em face do indevidamente excluído (art. 506 do CPC/15). Caso ele seja indevidamente mantido no processo, futura decisão em sentido contrário será inócua: ele já terá participado do processo, suportando os custos dele decorrentes. Em qualquer dos dois casos, trata-se de prejuízo significativo.

Questão relevante é colocada por Diogo Rezende de ALMEIDA⁸⁷: caberá o agravo de instrumento no caso em que a parte alegue a necessidade de exclusão de litisconsorte com base em ilegitimidade, mas o juiz rejeite com base no fundamento de que não se trata de discutir legitimidade, mas a responsabilidade em si (mérito)? Pela amplitude do texto legal adotado no inciso, nossa resposta é positiva. Tanto nesse caso, como no caso em que a exclusão seja afastada com base em exame sobre a legitimidade, o resultado será o mesmo: manutenção do litisconsorte no processo. Não há porque dar tratamento distinto. A regra não faz distinção entre a hipótese de rejeição do pedido de

⁸⁵ Em sentido contrário, há quem repute agravável “toda e qualquer decisão que ocasionar a modificação das partes no processo, a bem da igualdade”. PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. Op. cit., p. 116.

⁸⁶ Em sentido contrário, entende ser irrecorrível a decisão que indefere o requerimento de exclusão de litisconsorte: CÂMARA, Alexandre Freitas. Comentários ao art. 1.015. In: CABRAL, Antonio do Passos; CRAMER, Ronaldo (Coord.). **Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 1498.

⁸⁷ ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 225-226. Referido autor entende que, neste caso, não caberá agravo de instrumento.

exclusão com base em existência de legitimidade ou outro fundamento (existência de responsabilidade sobre os fatos narrados). Ambas versam sobre o cabimento ou não de sua exclusão. Ademais, se o juiz ir além da questão da legitimidade e se pronunciar sobre a responsabilidade da parte, haverá julgamento de mérito do processo, a autorizar o agravo de instrumento pelo inciso II do art. 1.015.

Outra questão diz respeito ao procedimento para correção do polo passivo, previsto nos arts. 338 e 339 do CPC/15. Ao alegar sua ilegitimidade, o réu pode indicar aquele que reputa legítimo ou responsável para responder pela demanda.

O autor, por sua vez, pode concordar com a alteração do polo passivo (art. 339, §1º). Se concordar, o autor deve aditar a inicial e não poderá recorrer da decisão que determinar a alteração do polo passivo, pois nesse caso incide preclusão lógica⁸⁸. Ainda assim, o réu originário será excluído do processo, o que torna o agravo de instrumento cabível caso venha a ser interposto por eventual terceiro interessado, por força do art. 354, par. único do CPC/15.

O autor pode ainda requerer a inclusão do sujeito indicado pelo réu como litisconsorte passivo (art. 339, §2º). Nesse caso, eventual decisão do juiz dando prosseguimento ao processo e determinando a citação do sujeito indicado pelo réu, não será recorrível por agravo de instrumento. Isso porque não versará sobre “exclusão de litisconsorte”, e sim sobre a sua inclusão. O sujeito que será citado para integrar o processo não poderá interpor o agravo de instrumento para discutir apenas a sua inclusão no polo passivo. Eventual ilegitimidade e pedido de sua exclusão do processo deverá ser arguida em contestação.

Caso o autor não concorde com a alteração do polo passivo, seja para excluir o réu ou incluir o sujeito indicado no polo passivo, em litisconsórcio, o juiz pode extinguir o processo, por reputar o réu ilegítimo (e, nesse caso, haverá sentença, a ser impugnada por apelação).

⁸⁸ “Da preclusão tida como lógica, que ocorre sempre que haja sido realizado algum ato incompatível com a prática de outro (...)” ARAGÃO, Egas Moniz de. Preclusão (processo civil). In: OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de (Org.). **Saneamento do processo**: estudos em homenagem ao prof. Galeno Lacerda. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1989, p. 179.

A.I.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio (inciso VIII)

A oitava hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre a “rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio” (inciso VIII do art. 1.015 do CPC/15).

A limitação do litisconsórcio se encontra prevista no art. 113, §1º do CPC/15, e consiste em decisão do juiz destinada a evitar que a quantidade de litigantes comprometa a rápida solução do litígio ou o exercício do direito de defesa ou o cumprimento de sentença⁸⁹.

Em princípio, é cabível apenas nos casos em que o litisconsórcio é facultativo, simples ou unitário⁹⁰. Isso é o que se extrai de interpretação sistemática, conjugada com o art. 113, §1º do CPC/15, que trata da limitação de litisconsórcio.

A imediata recorribilidade nesse caso se justifica pelo mesmo motivo que conduz ao cabimento de agravo em face das decisões que versarem sobre exclusão e inclusão de litisconsorte. O legislador deve ter levado em consideração o custo e o prejuízo causado às partes e àqueles excluídos do processo caso tivessem de discutir futuramente se a limitação do litisconsórcio (o qual impediu sua participação no processo) foi devida ou não. Postergar essa discussão para a apelação ou implicaria a inocuidade do que fosse decidido naquele momento (no caso em que houvesse indevida limitação do litisconsórcio) ou em cerceamento de defesa daquele que foi compelido a litigar em face de tantos sujeitos em litisconsórcio⁹¹.

Apesar da locução da hipótese legal mencionar apenas o caso de rejeição do pedido de limitação, o acolhimento do pedido também será imediatamente recorrível por

⁸⁹ José Eduardo Carreira Alvim cogita de requisito adicional: para o processualista, a limitação de litisconsórcio nos termos do art. 113, §1º não será cabível em processos em que a matéria em discussão for exclusivamente de direito. ALVIM, José Eduardo Carreira. **Agraves cíveis no novo CPC**: de instrumento, interno e em recursos especial e extraordinário. Curitiba: Juruá, 2017, p. 55.

⁹⁰ Em princípio, não parece haver vedação à limitação do litisconsórcio facultativo e unitário. Cogite-se na hipótese da colegitimação para impugnar deliberação assemblear. A existência de uma única relação processual não é obrigatória. Portanto, nada impede que o juiz determine a cisão de processo com vários acionistas em litisconsórcio, por exemplo. O risco de eventuais decisões conflitantes pode ser mitigado com a adoção de medidas para instrução conjunta dos processos. Ademais, esse risco existirá de qualquer forma, caso posteriormente outro acionista decida propor ação individual (na qual poderá ser proferida sentença em sentido oposto à anterior). Em sentido contrário: ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 227.

⁹¹ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 540.

meio de agravo de instrumento, na medida em que versará sobre a exclusão de um coautor ou de corréu daquele processo⁹², enquadrando-se na hipótese do inciso VII⁹³.

O mesmo entendimento se aplica para o caso em que a limitação é determinada de ofício pelo juiz: haverá exclusão de litisconsorte da relação processual originária, ainda que seja determinado do aproveitamento dos atos processuais.

Como resultado do acolhimento, o juiz também pode, eventualmente, em vez de determinar o desdobramento do processo, determinando-se mediante sua remessa mediante nova distribuição ao juízo competente, com aproveitamento dos atos praticados (providência, em princípio, correta⁹⁴), acabar por extingui-lo parcialmente sem resolução de mérito em relação aos litisconsortes excluídos. Neste caso, o agravo de instrumento também será cabível, mas em razão do art. 354, par. único do CPC/15.

A.I.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros (inciso IX)

A nona hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre a “admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros” no processo (inciso IX do art. 1.015).

⁹² Como as demandas cumuladas podem ser desdobradas em vários processos, pode-se compreender que, mesmo que o litisconsorte passe a participar de outro processo, antes ele estará antes sendo excluído da relação processual originária, onde constavam todas as partes. Logo, a decisão versa sobre sua exclusão.

⁹³ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 540. No mesmo sentido: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 128. Há também quem repete agravável a decisão que acolhe a limitação, mas com base na premissa de que o rol do 1.015 não é taxativo: GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit., p. 302. Em sentido contrário, há autores que entendem que o acolhimento do requerimento deverá ser impugnado apenas em apelação e que o desmembramento não importará em exclusão do litisconsorte do processo. FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. Op. cit., p. 256-257; ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 227. ALVIM, José Eduardo Carreira. **Agravos...**, p. 55-56; LEMOS, Vinicius da Silva. **Agravo...**, p. 161. No sentido de que o agravo não é cabível em face do acolhimento porque admitir a recorribilidade imediata da decisão que acolhe a limitação atentaria contra a celeridade processual: SANCHES JUNIOR, Antonio Roberto; CARVALHO, Erick Coutinho de. Op. cit., p. 30-31.

⁹⁴ Nesse sentido os Enunciados 386 e 387 do FPPC. Enunciado n. 386: “A limitação do litisconsórcio facultativo multitudinário acarreta o desmembramento do processo”; Enunciado n. 387: “A limitação do litisconsórcio multitudinário não é causa de extinção do processo”. Idêntico entendimento é o de Marcelo Abelha e Thiago Siqueira: “É importante deixar claro que a aplicação do disposto no art. 113, § 1º, não pode levar, simplesmente, à extinção do processo em relação a alguns dos litisconsortes, sob pena de limitar o seu acesso à justiça. Na verdade, uma vez que o juiz tenha identificado a necessidade de limitação do litisconsórcio, deve desmembrar o polo ativo ou passivo em grupos menores, dando azo à formação de outros processos.” RODRIGUES, Marcelo Abelha; SIQUEIRA, Thiago Ferreira. Comentários ao art. 113 do CPC. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et al. (Coords.). **Código de Processo Civil Anotado**. OAB Paraná e AASP, 2019. Disponível em: <https://aaspsite.blob.core.windows.net/aaspsite/2019/02/CPC_annotado25.2.2019_atual.pdf>.

A intervenção de terceiros encontra-se regulada pelo CPC/15 no Livro III, Título III (“Da Intervenção de Terceiros”) e consiste nas seguintes modalidades: (i) assistência, simples ou litisconsorcial (arts. 119-124); (ii) denunciação da lide (arts. 125-129); (iii) chamamento ao processo (arts. 130-132); (iv) instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (arts. 133-137); (v) intervenção do *amicus curiae* (art. 138).

Com exceção da decisão que versa sobre *amicus curiae*, que é irrecurível por expressa disposição legal (art. 138, *caput*) – e, portanto é exceção à regra geral do inc. IX do art. 1.015 do CPC/15⁹⁵⁻⁹⁶, todas as decisões que versarem sobre as demais modalidades de intervenção, desde que tratem da admissibilidade da intervenção (para aceitar ou rejeitar o ingresso do terceiro no processo), serão recorríveis por meio de agravo de instrumento⁹⁷.

Discorda-se da posição no sentido de que o art. 138, *caput*, do CPC/15, tornaria irrecurível apenas a decisão que admite o *amicus curiae*. Trata-se de posição amparada no seguinte entendimento: a admissão do *amicus curiae* não traria nenhum prejuízo às partes, pois privilegia o contraditório e, portanto, seria irrecurível – pressuposto inexistente no caso em que há denegação da admissão. Com base nesse raciocínio, parcela da doutrina entende que o CPC/15 silenciou quanto à hipótese de rejeição da participação do *amicus curiae* e, por isso, invocam a aplicação do art. 1.015, IX, para admitir a recorribilidade nesse caso⁹⁸.

⁹⁵ A compartilhar o entendimento de que a decisão que admite ou inadmite o ingresso do *amicus curiae* é irrecurível: TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso...*, v.2, p. 540; BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 128-129; DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso...*, v.3, p. 222-223; LEMOS, Vinicius Silva. *Agravo...*, p. 166; MULLER, Ana Cláudia Rodrigues. Op. cit., p. 176.

⁹⁶ Em sentido contrário, há quem entenda que apenas a decisão que admite o *amicus curiae* é irrecurível, devendo-se admitir o agravo de instrumento contra a decisão que inadmite a intervenção: ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 227-228: indo além, Diogo de Almeida entende que o agravo de instrumento também será cabível em face da decisão que, a despeito de admitir o ingresso do *amicus curiae*, restringir seus poderes de modo a impedir sua adequada participação; FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. Op. cit., p. 258; GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit., p. 313-314. Segundo Arruda Alvim, apenas a decisão que admite o *amicus curiae* é irrecurível, mas isso não significa que ela não pode causar prejuízo. Caso se identifique que a quantidade excessiva de *amicus curiae* no processo poderá comprometer a rápida solução do litígio, o processualista defende o emprego do mandado de segurança contra a decisão de admissão. ALVIM, Arruda. *Novo contencioso cível no CPC/2015*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 121-122.

⁹⁷ Nesse sentido: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 128-129; LEMOS, Vinicius Silva. *Agravo...*, p. 164.

⁹⁸ Vide, por todos, ALVIM, Arruda. Op. cit., p. 121-122.

Trata-se de interpretação indevidamente restritiva do art. 138. Da leitura do dispositivo, interpretado de modo literal (ou gramatical) se extrai que ele versa sobre o poder atribuído, ao juiz ou relator, para solicitar ou admitir a participação do *amicus curiae*. O fato de não haver menção à rejeição da participação (apenas a “solicitar ou admitir a participação”) ocorre tão somente porque a norma se refere e descreve um poder do juiz: o fato de ela aludir somente à solicitar ou admitir não significa que o juiz está proibido de rejeitar o pleito da parte pela admissão de terceiro. No entanto, a rejeição está contemplada pela expressão “poderá”. Ou seja, o juiz obviamente pode ou não admitir a participação. Em qualquer caso, a decisão será irrecorrível. A irrecurribilidade é da decisão que versa sobre a matéria, não importa o sentido – caso contrário, seria outro o texto da norma.

Vale registrar também a posição de CÂMARA, para quem a limitação ao cabimento de recursos em face da decisão que admite o *amicus curiae* se aplica unicamente em relação ao próprio *amicus*, de modo que as partes poderiam recorrer tanto da decisão que defere ou da que indefere sua intervenção. O próprio *amicus*, por sua vez, poderia recorrer apenas do indeferimento da sua pretensão de ingresso no processo. Esse entendimento seria extraível de uma interpretação sistemática do art. 138, §1º e 3º e art. 1.015, inc. IX do CPC/15⁹⁹.

Não se concorda com a posição, porque nesse caso também se verifica uma interpretação indevidamente restritiva do art. 138, §1º: a expressão “nem autoriza a interposição de recursos”, nele contida, se dirige genericamente a todos os sujeitos processuais, de modo que parece inadequado limitá-la ao *amicus*. Nesse caso, restringir a abrangência subjetiva da norma é ir contra sua literalidade.

Outra hipótese de intervenção de terceiros a ser considerada é a da habilitação de sucessores do falecido, prevista nos arts. 687-692 do CPC/15. Tratando-se de decisão interlocutória que versa sobre quem até então era terceiro (isto é, não parte) em relação ao processo, a decisão que julga a habilitação deve ser recorrível por agravo de instrumento.

⁹⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. Op. cit., p. 1498.

Por fim, hipótese passível de problematização é a situação em que o Réu alega sua própria ilegitimidade e indica um terceiro na condição de sujeito passivo da relação jurídica discutida, nos termos do art. 339 do CPC. Caso tal indicação seja rejeitada pelo juiz, mantendo-se exclusivamente o Réu no polo passivo, é viável enquadrar ou equiparar tal hipótese à inadmissão de intervenção de terceiros, para que se admita recurso do Réu destinado a trazer o indicado ao processo em seu lugar?

Reputa-se que a resposta deve ser negativa. Primeiro, porque a hipótese não está arrolada nas modalidades de intervenção de terceiros previstas no Livro III, Título III do CPC/15. Segundo, porque ao se valer da indicação prevista no art. 339 do CPC, o Réu não se submete às hipóteses expressamente autorizadas pelo CPC (tal como a denúncia e o chamamento ao processo) para seja juridicamente admitida a promoção de chamamento de terceiro em juízo pelo Réu, para integrar a mesma relação processual. No caso da indicação do art. 339 do CPC, o Réu não pode se substituir ao Autor e pleitear a compulsória alteração do polo passivo da ação. Sua pretensão se limitará a defender sua ilegitimidade, questão que poderá ser revista por ocasião de futura sentença ou decisão interlocutória parcial (de mérito ou de extinção).

A.I.10. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução (inciso X)

A décima hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre “concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução” (inciso X do art. 1.015 do CPC/15).

A atribuição de efeito suspensivo aos embargos é uma modalidade de tutela provisória (art. 300 do CPC/15), pois depende do preenchimento dos requisitos de probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Isso é o que se extrai do art. 919, §1º, que alude expressamente a esses requisitos. Logo, as

decisões mencionadas nessa disposição já estão contempladas pela hipótese do inciso I do art. 1.015¹⁰⁰.

Disso decorre que qualquer decisão que versar sobre o efeito suspensivo dos embargos à execução, seja para conceder, revogar, reformar ou rejeitar, é recorrível por meio de agravo de instrumento¹⁰¹. Pouco importa que a literalidade do inciso X não faça alusão à hipótese de rejeição da atribuição de efeito suspensivo¹⁰².

Ademais, assim como ocorre com a tutela provisória, também devem ser agraváveis as decisões que versarem sobre a extensão do efeito suspensivo¹⁰³, em seu aspecto objetivo (§3º do art. 919), subjetivo (§4º) ou em relação aos atos executivos que por ele são impedidos (§5º). Quanto ao último caso, cogite-se da hipótese em que o juiz incorretamente repute que o efeito suspensivo impede a prática de atos relativos à penhora e avaliação, contrariando a regra legal. Nesse caso, será cabível agravo do exequente em face dessa decisão, pois versa sobre a abrangência e dimensão do efeito suspensivo, o qual pode ter sido atribuído em decisão anterior.

Nesse mesmo sentido, há acórdão do STJ, proferido em dezembro de 2017, no sentido de que seria cabível interpretação extensiva para se admitir o cabimento de agravo de instrumento em face das decisões que negam a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução, seja porque se trata de decisão que exige reexame imediato, seja porque está compreendida na hipótese do inciso I do art. 1.015¹⁰⁴.

No entanto, há na doutrina quem discorde da tese acima e entenda pelo não cabimento de agravo de instrumento em face das decisões que rejeitam a atribuição do efeito suspensivo aos embargos à execução. Argumenta-se que, embora o efeito suspensivo seja espécie do gênero “tutela provisória”, o legislador não mencionou a

¹⁰⁰ Nesse sentido: TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 540-541; ALVIM, Teresa Arruda *et al.* **Primeiros comentários ao novo código de processo civil** [livro eletrônico]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2016, comentários ao art. 1.015, nota 11; FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. *Op. cit.*, p. 258-260; SANCHES JUNIOR, Antonio Roberto; CARVALHO, Erick Coutinho de. *Op. cit.*, p. 31-32; GONZALEZ, Gabriel Araújo. *Op. cit.*, p. 322-323.

¹⁰¹ Nesse sentido, e invocando a necessidade de associar essa hipótese com a do inciso I do art. 1.015: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Op. cit.*, p. 129.

¹⁰² A respeito, confira-se o enunciado 71 da I Jornada de Direito Processual Civil do CJF: “É cabível o recurso de agravo de instrumento contra a decisão que indefere o pedido de atribuição de efeito suspensivo a Embargos à Execução, nos termos do art. 1.015, X, do CPC”.

¹⁰³ BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Op. cit.*, p. 130.

¹⁰⁴ BRASIL. STJ. Recurso especial 1.694.667/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, julgado em 05/12/2017.

hipótese do “indeferimento” de modo intencional, a fim de afastar o cabimento de agravo de instrumento nesse caso¹⁰⁵.

A.I.11. Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º (inciso XI)

A décima primeira hipótese de decisões agraváveis é a daquelas que versarem sobre “redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º” (inciso XI do art. 1.015 do CPC/15).

O art. 373, §1º do CPC/15 regulamenta a atribuição dinâmica do ônus da prova, por meio da qual o juiz pode atribuir o ônus probatório de modo diverso da regra geral prevista nos incisos I (autor prova os fatos constitutivos de seu direito) e II (réu prova os fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor) do art. 373, nos casos previstos em lei ou desde que estejam preenchidos os requisitos de (i) existir “peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do *caput*” ou (ii) haja “maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário” por uma das partes.

Da locução adotada no inciso, extrai-se que será agravável tanto a decisão que deferir a redistribuição do ônus quanto a que indeferir¹⁰⁶⁻¹⁰⁷. Ao aludir a “redistribuição” e “versar sobre”, o Código foi abrangente e cogitou do juízo positivo e do negativo. Não há necessidade de interpretação extensiva para se atingir essa conclusão: a interpretação literal conduz a esse entendimento¹⁰⁸.

A recorribilidade imediata dessa decisão se justifica na medida em que a alteração na distribuição de ônus da prova apenas por ocasião do julgamento da apelação traria

¹⁰⁵ LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 170-171.

¹⁰⁶ BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 130-131. ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 230; FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. Op. cit., p. 260-261; DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso...**, v.3, p. 224; LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 184-185; GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit., p. 327.

¹⁰⁷ Enunciado n. 72 da I Jornada de Processo Civil do CJF: “É admissível a interposição de agravo de instrumento tanto para a decisão interlocutória que rejeita a inversão do ônus da prova, como para a que a defere”.

¹⁰⁸ Em sentido diverso, Araken de ASSIS reputa ser caso de interpretação ampliativa, pois a “redistribuição” equivaleria a distribuição dinâmica e a previsão de recorribilidade também deveria ser estendida à decisão que mantém a distribuição estática do ônus probatório. ASSIS, Araken. **Cabimento...**, p. 83. Discorda-se respeitosamente da posição de Araken, por se reputar que manter a distribuição estática do ônus da prova equivale a negar a distribuição dinâmica, e isso implica versar sobre a “redistribuição”, tal como se refere a dicção do art. 1.015, inc. XI – logo, a hipótese é agravável.

graves prejuízos à parte, por ocorrer de modo inesperado e retroativo, ou implicaria a necessidade de repetição de atos processuais desde o início da instrução probatória¹⁰⁹.

Acerca da pertinência dessa previsão, SANCHES JUNIOR e CARVALHO destacam ainda que a decisão de atribuição do ônus da prova afeta todo o desenvolvimento da demanda e a cognição jurisdicional, ao contrário da decisão que versa sobre a produção da prova em si, que pode ser reformada no julgamento da apelação, a fim de que seja produzida a prova e proferida nova sentença¹¹⁰.

Trata-se de uma possível explicação para o legislador ter previsto o cabimento da rediscussão imediata no primeiro caso e não no segundo.

A primeira questão interpretativa que pode ser suscitada acerca dessa hipótese de cabimento (inciso XI) é: ela abrange as decisões que tratam da inversão do ônus da prova, realizado com base na legislação de direito do consumidor (art. 6º, inc. VIII do CDC)? A resposta é positiva.

Novamente, nesse caso não é necessária interpretação extensiva. O próprio art. 373, §1º do CPC/15 faz menção a modificação da atribuição do ônus da prova nos “casos previstos em lei”. Logo, a interpretação conjugada, ou sistemática, do inciso XI do art. 1.015 com o art. 373, §1º conduz à viabilidade de interposição de agravo de instrumento em face de decisões que versem sobre a inversão do ônus da prova com base no CDC¹¹¹.

A confirmar o entendimento acima, em abril de 2019 o STJ proferiu acórdão no sentido de que o art. 373, §1º do CPC/15 contempla duas regras distintas: a inversão do ônus da prova pelo CDC e a atribuição dinâmica prevista no próprio CPC/15. Segundo esse acórdão, se a decisão interlocutória versar sobre qualquer dessas duas regras, será cabível o agravo de instrumento¹¹².

Luis Guilherme Aidar BONDIOLI chama a atenção para um caso específico de decisão que versa sobre redistribuição do ônus da prova e também pode ser objeto de agravo de instrumento: aquela que apreciar a validade (para homologar ou não) de negócio jurídico processual sobre ônus da prova, realizado nos termos do §3º do art. 373

¹⁰⁹ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 541.

¹¹⁰ SANCHES JUNIOR, Antonio Roberto; CARVALHO, Erick Coutinho de. Op. cit., p. 32.

¹¹¹ Em sentido contrário, vide LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 186.

¹¹² BRASIL. STJ. Recurso especial 1.729.110, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 02/04/2019.

do CPC/15¹¹³. Concordamos com o processualista: essa decisão também versará sobre redistribuição do ônus da prova, como consequência da validação ou invalidação da convenção.

A.I.12. Outros casos expressamente referidos em lei (inciso XIII)

O inciso XIII do art. 1.015 alude às demais hipóteses de cabimento de agravo de instrumento referidas em lei. Existem previsões esparsas tanto no próprio CPC/15, porém localizadas fora do art. 1.015, bem como na legislação especial.

Inicialmente, trataremos dos casos previstos no próprio CPC/15.

A primeira hipótese deslocada de decisão agravável prevista no CPC/15 é a da decisão do juiz de primeiro grau que aprecia e resolve o requerimento de distinção, formulado pela parte, entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado (o chamado pedido de “distinguish”), nos termos do art. 1.037, §9. A decisão que resolve esse pedido é agravável, por força do §13º do art. 1.037 do CPC/15.

O §13º do art. 1.037 alude somente ao requerimento previsto no §9º, que por sua vez trata do pedido de distinção da questão objeto de recursos especial ou extraordinário afetados. Diante disso, surge o seguinte questionamento interpretativo: cabe interpretação extensiva para decisão que analisar pedido de distinção em relação à questão objeto de afetação em IRDR (previsto nos arts. 976-987 do CPC/15)?

A resposta é positiva¹¹⁴ e baseia-se na premissa de que idêntico tratamento deve ser dado à decisão proferida com base no art. 982, inc. I do CPC/15, pois ela, tal como a do 1.037, §9º, também implicaria a suspensão do processo em razão da necessidade de se aguardar decisão do Tribunal superior em matéria de julgamento de casos repetitivos,

¹¹³ BONDOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 130-131. Em sentido contrário, Vinicius Silva Lemos entende que a decisão que se pronuncia pela invalidade ou validade do negócio jurídico sobre ônus da prova é irrecurível por agravo de instrumento – no caso de invalidade, por ausência de previsão, e no caso de validade, por ausência de interesse recursal: LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 188.

¹¹⁴ No sentido de que cabe interpretação extensiva do §13º do art. 1.037: MAZZOLA, Marcelo. Op. cit; DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso...**, v.3, p. 225; LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 222.

categoria que abrange tanto o IRDR como os recursos excepcionais repetitivos (art. 928 do CPC/15)¹¹⁵. Trata-se de interpretação sistemática com resultado extensivo da norma.

A segunda hipótese deslocada de decisão agravável prevista no CPC/15 é a da decisão prevista no art. 354 do CPC/15, parágrafo único, que trata da extinção parcial do processo nas hipóteses do art. 485 (sem resolução de mérito) e nas hipóteses dos incisos II e III do art. 487. No caso do art. 487, haverá resolução de mérito, embora não haja um juízo de procedência ou improcedência do pedido – isto é, não se trata de julgamento antecipado parcial.

A especificidade consiste na parcela que prevê o cabimento de agravo de instrumento em face da extinção parcial do processo sem resolução de mérito. Trata-se de decisão que exige reexame imediato, pois versa sobre o encerramento do processo, ainda que somente de parcela dele. Justifica-se que o recurso cabível seja o agravo de instrumento e não a apelação, pois a marcha processual continuará nos mesmos autos em relação à parcela restante do processo. Trata-se de solução pragmática e de ordem procedimental.

Uma hipótese típica de extinção parcial sem resolução do mérito é o indeferimento parcial da petição inicial ou da reconvenção. Essa decisão de indeferimento é agravável por força do art. 354, par. único do CPC/15¹¹⁶. Caso exista reconvenção proposta, seu indeferimento total ou da petição inicial também ensejará o recurso, na medida em que apesar da extinção total de uma das demandas, o processo prosseguirá em relação à ação principal ou à reconvenção.

Uma hipótese de cabimento derivada do art. 354, par. único do CPC/15, embora mais controversa, pois menos explícita, pode ser extraída do art. 382, §4º do CPC/15, que trata da produção antecipada de prova. O §4º dispõe que somente será recorrível a decisão que “indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário”. Questiona-se, então: se houver indeferimento parcial das provas postuladas, caberá agravo de instrumento ou essa decisão é irrecurrível por indeferir apenas parcialmente (e não totalmente) a produção da prova?

¹¹⁵ Enunciado 557 do FPPC: “O agravo de instrumento previsto no art. 1.037, §13, I, também é cabível contra a decisão prevista no art. 982, inc. I.”

¹¹⁶ Enunciado 154 do FPPC: “É cabível agravo de instrumento contra ato decisório que indefere parcialmente a petição inicial ou a reconvenção”.

Há na doutrina quem afirme positivamente, por reputar que se trata de extinção parcial da ação, sem resolução de mérito¹¹⁷. Para o autor deste trabalho, a posição parece acertada apenas em hipótese específica. Trata-se do caso em que houver pedido de produção de mais de uma prova, com pedidos cumulados. Nesse caso, é razoável admitir que o indeferimento de uma delas equivale ao indeferimento total “da prova pleiteada”. Parece indicativo, embora não determinante, que o art. 382, §4º tenha aludido à “prova pleiteada”, no singular, e não provas pleiteadas. Nesse caso, e apenas nesse (em que uma das provas pleiteadas é indeferida por completo), é necessário admitir a interposição de agravo de instrumento pelo postulante da prova¹¹⁸.

Situação diversa seria a do pedido de produção de uma única prova (como, p. ex., prova pericial), em que o juiz concedesse a produção da prova em menor extensão do que a pretendida pelo autor, indeferindo alguns dos quesitos formulados ou limitando o objeto e extensão da prova a ser produzida.

Avançando para o segundo plano, além dos casos previstos no próprio CPC/15, há previsão de cabimento de agravo de instrumento em face de determinadas decisões elencadas na legislação especial.

O primeiro caso é da decisão que concede ou denega liminar requerida em mandado de segurança (art. 7, §1º da Lei 12.016/2009¹¹⁹). Apesar da previsão nesse sentido, concebida ainda enquanto vigorava o Código antigo, pela atual regra de recorribilidade do art. 1.015 do CPC/15, essa decisão é agravável por versar sobre tutela provisória (inciso I). Semelhante previsão de cabimento de agravo de instrumento em

¹¹⁷ Para Vinicius Silva Lemos, haveria extinção parcial da ação, sem resolução de mérito. LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 231-232.

¹¹⁸ Nesse ponto, concorda-se com Fredie Didier Jr., que entende se tratar de decisão parcial de mérito (isto é, está em jogo a própria pretensão da ação e o direito à produção da prova). Nas palavras de Didier: “Da decisão que indeferir totalmente a produção da prova cabe apelação (art. 382, §4º, CPC). Se o requerente postular a produção antecipada de mais de uma prova em cumulação de pedidos, e o juiz não admitir por decisão interlocutória a produção de uma delas, caberá agravo de instrumento. Está será uma decisão interlocutória de mérito, a desafiar o recurso de agravo de instrumento, previsto no art. 1.015, II, do CPC, pois se terá aí uma decisão e mérito”. DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso...**, v.3, p. 214-215.

¹¹⁹ Lei 12.016/2009, art. 7º, §1º: “Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil”.

face de decisão liminar, igualmente supérflua em face do regime atual, consta do art. 12 da Lei da Ação Civil Pública¹²⁰.

O segundo caso é da decisão que recebe a petição inicial da ação de improbidade administrativa, determinando o prosseguimento do processo com a citação dos réus. A previsão expressa consta do art. 17, §10º da Lei de Improbidade¹²¹.

O terceiro caso consta dos arts. 17¹²², 59, §2º¹²³ e 100¹²⁴ da Lei de Falências e Recuperação Judicial. O art. 17 trata da decisão que decide a impugnação ao quadro-geral de credores. Os arts. 59 e 100 tratam da decisão que concede a recuperação judicial e daquela que decreta a falência. Em todos esses casos, será cabível agravo de instrumento para rediscussão da questão.

O quarto caso consta do art. 19, §1º da Lei da Ação Popular¹²⁵. Referida disposição é peculiar pois prevê o cabimento de agravo de instrumento em face de todas as decisões interlocutórias proferidas na ação popular. Com base nessa regra, há na doutrina quem afirme que idêntico regramento deve ser estendido a todos os processos que integram o sistema de ações coletivas: mandado de segurança coletivo, mandado de injunção coletivo, ação civil pública e ação de improbidade administrativa¹²⁶. Não se concorda com a posição, por ausência de previsão legal que a autorize.

O quinto caso de norma recursal prevista em lei especial, que se coloca em análise, está previsto no regime recursal do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8.069/1990). O artigo 198, *caput*,¹²⁷ do referido diploma dispõe que o sistema recursal do CPC/73 (no lugar de CPC/73, leia-se “CPC/15”, pois essa regra

¹²⁰ Lei 7.347/85, art. 12: “Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo”.

¹²¹ Lei 8.429/92, art. 17, § 10: “Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento”.

¹²² Lei 11.101/2005, art. 17: “Da decisão judicial sobre a impugnação caberá agravo”.

¹²³ Lei 11.101/2005, art. 59, §2º: “Contra a decisão que conceder a recuperação judicial caberá agravo, que poderá ser interposto por qualquer credor e pelo Ministério Público”.

¹²⁴ Lei 11.101/2005, art. 100: “Da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação”.

¹²⁵ Lei 4.717/65, art. 19, §1º “Das decisões interlocutórias cabe agravo de instrumento”.

¹²⁶ Nesse sentido: NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 1690.

¹²⁷ Art. 198 do ECA, com a redação dada pela Lei nº 12.594/2012: “Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações: (...)”

pretendeu apenas fazer remissão ao CPC/15 em vigor) aplica-se aos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, com algumas adaptações relativas ao trâmite, prazo e efeitos de recursos. Essa regra, que se encontra em vigor, não prevê regime diferenciado de cabimento de agravo de instrumento. Ou seja, apesar de existir norma de caráter especial anterior que prevalece sobre a norma geral posterior (CPC/15), ela não dispõe sobre hipóteses de cabimento. Logo, aplicam-se subsidiariamente as regras de recorribilidade de decisões interlocutórias previstas no CPC/15, conforme determinam os arts. 1.046, §2º do CPC/15¹²⁸ e 152 do ECA¹²⁹.

A.I.13. Fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário (parágrafo único)

O parágrafo único do art. 1.015 contém cláusula ampla que prevê o cabimento de agravo de instrumento em face de todas as “decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário”.

Em uma primeira leitura, a ampla autorização de recorribilidade na fase processual de liquidação de sentença se justifica, na maior parte dos casos, porque a decisão que encerra a fase de liquidação (destinada a quantificar o valor de um débito resultante de condenação constituída na fase cognitiva do procedimento comum), terá natureza interlocutória e não se enquadrará no conceito de sentença (art. 203 do CPC/15), uma vez que a decisão que fixa o valor (tornando líquida a dívida) a ser objeto de cumprimento de sentença e encerra a fase de liquidação, ainda que envolva atividade cognitiva do juiz, não tem fundamento no art. 485 e 487 do CPC/15¹³⁰.

¹²⁸ Art. 1.046, §2º do CPC: “Permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, aos quais se aplicará supletivamente este Código”.

¹²⁹ Art. 152. Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente.

¹³⁰ Ressalte-se que essa reflexão se aplica para a maior parte dos casos, mas há exceções: cogite-se da hipótese em que a liquidação resulta na chamada situação de “liquidação zero”, quando se constata inexistir saldo positivo a justificar o prosseguimento do processo rumo à fase de cumprimento, ou quando na fase de liquidação se constata a ocorrência de prescrição da pretensão relativa ao crédito (fato impeditivo do direito) ou é celebrado acordo, casos em que haverá a prolação de sentença com fundamento nos arts. 485 e 487 do CPC, durante a fase de liquidação. Nesses casos, haverá sentença, passível de recurso de apelação.

No entanto, essa posição não é pacífica. No âmbito da liquidação de sentença, apesar de consistir em fase processual que constitui o liame entre a fase de conhecimento e a fase de cumprimento de sentença, prepondera a atividade cognitiva do juiz. Em razão disso, há quem afirme que a decisão final na liquidação seria materialmente sentença, embora formalmente seja uma decisão interlocutória, pois sujeita à impugnação por agravo de instrumento¹³¹.

Também há quem se posicione no sentido de que a decisão possui natureza jurídica de sentença, embora contra ela caiba agravo de instrumento, de modo que se trataria de uma sentença agravável por expressa disposição legal¹³².

Mais razoável, no entanto, entende-se ser afirmar que essa decisão, quando apta a dar prosseguimento ao cumprimento de sentença (ou seja, excetuada a hipótese de extinção da liquidação de sentença e do processo por ter apurado resultado zero), é uma espécie de decisão interlocutória de mérito¹³³. Logo, cabível o agravo de instrumento contra todas as decisões interlocutórias proferidas no curso da liquidação, com fundamento no art. 1.015, par. único do CPC/15, e contra a decisão final, também pelo art. 1.015, inc. II, por se tratar de decisão de mérito¹³⁴.

Por isso, evidencia-se que realmente não houve observância, pelo legislador do CPC/15, de paralelismo de tratamento entre o regime de recorribilidade das interlocutórias prevista para a fase cognitiva do procedimento comum, e a fase cognitiva

¹³¹ “Inegavelmente, têm conteúdo de sentença tanto a decisão que julga a liquidação de sentença quanto a que não acolhe, no mérito, a impugnação à execução de sentença, desde que através da impugnação tenha o executado alegado matérias como, p. ex., pagamento, prescrição, novação etc., embora ambas sejam agraváveis e não apeláveis. Mas não está preenchido o segundo requisito, portanto, são consideradas interlocutórias de mérito”. ALVIM, Teresa Arruda et al. **Primeiros...**, comentários ao art. 203.

¹³² FERRARI NETO, Luiz Antonio. A natureza jurídica da decisão que julga a liquidação de sentença e seus reflexos na prática forense. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes *et al* (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 531-541.

¹³³ Idem. No mesmo sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta; LEMOS, Vinicius Silva. A decisão de liquidação de título executivo, o novo CPC e a sua recorribilidade: uma questão a ser resolvida. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes *et al* (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 425-447.

¹³⁴ Em sentido contrário, Fredie Didier Júnior, para quem a liquidação é fase de conhecimento encerrada por ato decisório com conceito legal (CPC, art. 203, §1º) de sentença, portanto passível de apelação. Assim, seriam agraváveis apenas as decisões proferidas no curso da liquidação, sem encerrá-la. DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso...**, v.3, p. 208.

da liquidação de sentença – embora ambas as fases, em princípio, deversem ter o mesmo regime¹³⁵.

Seria plenamente viável, por opção legislativa, a previsão de que o recurso de agravo de instrumento fosse cabível apenas em face da decisão que resolvesse a liquidação de sentença¹³⁶, de modo que as decisões interlocutórias antecedentes fossem impugnadas como preliminares do agravo de instrumento contra decisão que resolvesse a liquidação, com a criação de regra especial para o agravo de instrumento equivalente ao art. 1.009, §1º do CPC/15¹³⁷⁻¹³⁸.

A despeito da aparente incoerência legislativa, via de regra, após a decisão final da fase de liquidação, o processo é imediatamente apto a prosseguir, na mesma relação processual e nos mesmos autos, com a prática dos atos executivos (início da fase executiva de cumprimento de sentença). Logo, há um óbice prático que impede conceituar a decisão que põe fim à fase de liquidação como sentença: a apelação não seria o recurso mais adequado para impugnar essa decisão, porque possui efeito suspensivo automático (CPC/15, art. 1.012, *caput*), o qual impediria o imediato início do cumprimento de sentença tão somente pela sua interposição. Reputa-se que o efeito suspensivo automático nesse caso seria uma opção incoerente com uma tutela jurisdicional voltada à satisfação do direito da parte vencedora da demanda na fase de conhecimento.

Logo, de modo prevalente, a decisão que encerra a fase de liquidação tem natureza interlocutória por exclusão (não é formalmente sentença, senão seria impugnável por apelação), enquadrando-se no CPC/15, art. 203, §2º.

¹³⁵ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 541-542; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Op. cit., p. 1690.

¹³⁶ Tal como era no CPC/73, com a inclusão feita pela Lei nº 11.232, de 2005: “Art. 475-H. Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento”.

¹³⁷ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 541-542.

¹³⁸ É juridicamente possível defender que o mecanismo concebido nessa regra, embora aluda à “apelação” como recurso contra decisão final, pretendeu englobar todas as hipóteses em que as interlocutórias não preclusas devem ser impugnadas por ocasião do recurso final. Nesse caso, é inclusive juridicamente possível se cogitar em lacuna legislativa e integração analógica do art. 1.009, §1º, pois caso contrário não haveria regra no sistema que disciplinasse o modo de impugnação de decisões interlocutórias que antecedem aquela que julgue parcialmente o mérito (art. 356, §5º), e da sentença sujeita aos embargos infringentes previstos no art. 34 da Lei 6.830/1980, para o rito das execuções fiscais. Aqui, ressalva-se desde logo que tal hipótese distingue-se da integração analógica sobre as regras de hipóteses de cabimento do art. 1.015 do CPC, objeto de análise específica nesta dissertação nos capítulos subseqüentes.

Quanto à liquidação, embora fase cognitiva, após a sua conclusão, dá-se início à fase de cumprimento. Portanto, também não haveria vantagem prática em impugnar a decisão que encerra a fase de liquidação por meio de apelação: o processo continuará sua marcha e os autos deverão permanecer em primeiro grau para início do cumprimento.

Como visto, pode-se questionar, no entanto o porquê de todas as decisões interlocutórias da fase de liquidação serem agraváveis¹³⁹, pois trata-se de fase em que prepondera a atividade cognitiva do juiz, assim como a fase de conhecimento do procedimento comum. Se o legislador tivesse priorizado tratando similar entre os regimes, seria juridicamente mais recomendável, portanto, que apenas a decisão que resolvesse a liquidação fosse agravável¹⁴⁰, com o mesmo regime de recorribilidade para essas duas fases cognitivas.

No processo de execução ou de cumprimento de sentença, a prolação de sentença que encerre a fase executiva, pode demorar muito tempo. Isso porque as hipóteses de extinção da execução (CPC/15, art. 924), aplicáveis ao cumprimento de sentença (que possui natureza executiva), envolvem, na maior parte dos casos, a extinção do débito. Trata-se de sentenças processuais. Caso não haja indeferimento da inicial executiva, o processo deve prosseguir até satisfação do crédito ou a ocorrência de prescrição. Se o executado não possuir bens, a satisfação do crédito pode não ter sequer um tempo limite para ocorrer (desde que o exequente continue diligenciando em busca de bens).

Ou seja: no caso do cumprimento de sentença e da execução, não há perspectiva de que seja proferida sentença enquanto o débito não for satisfeito ou se tornar inexigível (art. 924 do CPC/15). A sentença no processo de execução, que declara sua extinção, é meramente formal, pois a execução se desenvolve pela prática de atos materiais de satisfação prática do direito do exequente¹⁴¹.

Logo, nos processos executivos, o legislador optou por tornar as decisões interlocutórias imediatamente recorríveis, tendo em vista: (i) o excessivo tempo que

¹³⁹ Em sentido contrário à doutrina majoritária, há quem entenda que apenas a decisão que resolver a liquidação será recorrível imediatamente por agravo de instrumento, aplicando-se a lógica do art. 1.009, §1, para as decisões anteriores à decisão final, sob fundamento de que teria havido “atecnia” do legislador: GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit., p. 337.

¹⁴⁰ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 541-542. Compartilha da crítica à ampla recorribilidade na fase de liquidação: BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Op. cit., p. 132.

¹⁴¹ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 541.

poderia levar a prolação de sentença e a rediscussão de interlocutórias, caso fosse aplicável à execução o regime do art. 1.009, §1º do CPC/15; (ii) os prejuízos causados às partes caso fosse necessário reformar alguma interlocutória após anos de tramitação até a sentença. Basta pensar no caso da alienação de bens: dificilmente, ou praticamente impossível, seria reverter, após anos, o prejuízo causado por uma decisão interlocutória que determinasse equivocadamente a alienação de um bem do devedor.

Reputa-se que a opção do legislador foi acertada: alcançar a celeridade e a efetividade no processo executivo só é viável por meio de recorribilidade imediata, tendo em vista que torna-se muito difícil e prejudicial às partes postergar para a sentença a impugnação e discussão de decisões interlocutórias que afetam de modo direto e imediato o patrimônio do devedor e de terceiros (como um arrematante de boa-fé, por exemplo). É inclusive do interesse do exequente que as medidas executivas em face do devedor sejam confirmadas (ou reformadas) pelo Tribunal de imediato, pois isso traz segurança jurídica aos atos expropriatórios.

No processo de inventário, reputa-se que a opção pela recorribilidade imediata das interlocutórias teria respaldo nas peculiaridades desse procedimento especial. O legislador optou por dar maior importância à rediscussão imediata das decisões interlocutórias proferidas no processo de inventário porque ele se assemelha em vários aspectos ao processo de execução: no inventário há a prática de vários atos destinados a dispor do patrimônio do espólio, tais como a alienação de bens, pagamento de dívidas (art. 619 do CPC/15) e avaliação de bens (art. 630 e ss.).

No inventário, também é temporalmente protraída a eventual prolação de decisão final. Após a conclusão do inventário de bens, dá-se início à partilha. Em todos esses casos, não há como se aguardar a decisão final para impugnar as decisões interlocutórias anteriores. As questões de maior relevância no inventário são proferidas no curso do processo, assim como ocorre com a execução. Impugnar todas as decisões interlocutórias por ocasião da decisão final seria um contrassenso e criaria inúmeras dificuldades procedimentais. Ademais, as partes envolvidas no processo de inventário, os herdeiros, costumam se portar com postura muito combativa. Portanto, admitiu-se, por opção legislativa, a pronta impugnação por agravo de instrumento.

Outra questão que se coloca é: apesar de não estarem expressamente mencionadas pelo par. único do art. 1.015, as decisões interlocutórias proferidas no curso da falência e

da recuperação judicial também serão agraváveis?¹⁴² Quanto à falência, reputa-se que sim, por tratar-se de espécie do gênero “execução”. A falência é uma execução coletiva, afinal¹⁴³. A situação da recuperação judicial é mais complicada. Embora esse processo seja marcado por atos de características cognitivas e executivas, não pode, rigorosamente, ser qualificado como uma espécie de execução. Não obstante, há na doutrina aqueles que defendem a ampla recorribilidade das interlocutórias com base no argumento de que, na recuperação, adiar a discussão dessas questões geraria danos irreparáveis às partes, de modo que não se pode aguardar o encerramento da recuperação¹⁴⁴.

Gabriel Araújo GONZALEZ defende em sua dissertação de mestrado que essa hipótese do par. único do art. 1.015 autoriza a interposição de agravo de instrumento em face de decisões interlocutórias não previstas no rol, afastando sua taxatividade, desde que elas possuam as mesmas características das decisões que são recorríveis com base nesse par. único: a necessidade de imediata rediscussão da questão, sob pena de dano ou prejuízo irreparável¹⁴⁵.

¹⁴² O enunciado n. 69 da I Jornada de Processo Civil do CJF encampa a posição de que é cabível agravo de instrumento contra as interlocutórias proferidas em falência e em recuperação, pois ambos seriam processos concursais: “A hipótese do art. 1.015, parágrafo único, do CPC abrange os processos concursais, de falência e recuperação”.

¹⁴³ ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 234-235.

¹⁴⁴ ALMEIDA, Diogo Rezende de. Op. cit., p. 234-235.

¹⁴⁵ GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit.

A.II. MODALIDADES DE INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS NORMAS E A SINGULARIDADE DA EXEGESE DA LEI PROCESSUAL

No capítulo anterior analisou-se cada uma das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento e as respectivas leituras da doutrina e jurisprudência acerca da possibilidade de ampliação de seu sentido e incidência às hipóteses concretas.

Neste capítulo, cabe analisar os diversos tipos de interpretação e integração das normas que são empregados para ampliar o sentido das hipóteses contidas no art. 1.015 do CPC/15, a fim de se identificar se têm sido empregadas corretamente, sob a ótica da doutrina acerca da interpretação das normas e, ao final, avaliar quais devem ser admitidas.

Preliminarmente, cabe esclarecer que, com o objetivo de acumular um conjunto de técnicas de interpretação úteis para o fim de interpretar o art. 1.015 do CPC/15, não serão analisadas as seguintes modalidades de interpretação que, embora sejam registradas pela doutrina, não se reputam indispensáveis ao desenvolvimento do presente trabalho: a interpretação histórica, a comparativa e a restritiva.

A interpretação histórica não será estudada, pois parte-se do pressuposto de que é necessário buscar o sentido da norma processual com base em uma interpretação progressiva, de modo que não podemos nos limitar ao sentido que a lei tinha na época histórica em que foi promulgada. O conteúdo da lei deve ser projetado para o futuro¹⁴⁶.

Ademais, descarta-se a possibilidade de interpretação autêntica do art. 1.015 do CPC/15, pois não há como se extrair um sentido unívoco da intenção do legislador. A norma em análise foi resultado de vários agentes legisladores e a sua promulgação a torna autônoma, isto é, sujeita a inúmeros intérpretes. Portanto, o presente trabalho não buscará compreender as normas que tratam da recorribilidade das interlocutórias por meio de um recorte ou perspectiva histórica, descartando-se desde logo também a análise de trabalhos legislativos preparatórios.

Rememora-se que o regramento do art. 1.015 do CPC/15 possui apenas cerca de 4 anos de vigência. Ainda não há significativa trajetória histórica a justificar uma guinada interpretativa baseada tão somente no transcurso temporal. Também não há sentido em

¹⁴⁶ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação das leis processuais**. São Paulo: Max Limonad, 1956, p. 19. Neste ponto em específico, compartilhamos da posição de COUTURE e discordamos de ROCCO, que, diferentemente de Couture, reputa ser reduzido o âmbito de aplicação da interpretação progressiva no direito processual, em razão de seu caráter mais estático e instrumental.

se interpretar a regra do art. 1.015, do CPC/15, à luz do diploma processual revogado (CPC/73). Como já mencionado, houve uma mudança no sistema de recorribilidade. Parte-se da ideia de que não há como interpretar o art. 1.015 à luz do antigo art. 522 do CPC/73, sem que se incorra em condenável anacronismo.

O estudo da interpretação comparativa, especificamente aquela concernente ao direito comparado, também está descartado. Isso porque nem todas as legislações estrangeiras possuem um recurso equivalente, ou estrutura de processo (e de recorribilidade das interlocutórias) semelhante. O fato é que outros sistemas processuais podem auxiliar a compreender do brasileiro, mas a exegese em si das normas, e sua operacionalização, se realiza por meio de outros métodos interpretativos, que não o comparativo. Não se coloca em dúvida o acerto do emprego e utilidade desse tipo de interpretação, mas reputa-se que sua análise não é indispensável no presente trabalho.

A análise da interpretação restritiva, por sua vez, será descartada porque os métodos de interpretação são empregados principalmente com o objetivo de elastecer e estender as hipóteses de cabimento do art. 1.015 do CPC/15. Entende-se não ser do interesse geral dos operadores do direito restringir o sentido do rol, e sim ampliá-lo e saber até onde vai o limite da interpretação ampliativa, uma vez que o agravo de instrumento é recurso de inegável serventia e simpatia (por sua praticidade) na prática forense.

Portanto, reputa-se suficiente avaliar neste trabalho se a interpretação com resultado extensivo é realmente cabível e se tem sido realizada em conformidade com a dogmática. Para esse fim, não é necessário adentrar na interpretação restritiva.

Indo adiante, busca-se também entender qual a essência e o que caracteriza a interpretação da norma processual. Mais especificamente, busca-se os aspectos distintivos da interpretação da norma de direito processual civil.

O problema da interpretação da lei processual foi enfrentado em mais uma ocasião pela doutrina processual civil. O renomado processualista uruguaio, Eduardo COUTURE, elaborou estudo monográfico acerca do tema, no qual se colocam questionamentos de extrema relevância e pertinência para nortear a busca pelas respostas acerca da extensão das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, no âmbito do presente trabalho:

Mas, no caso processual não previsto, prevalece ou não prevalece a liberdade? Quando o legislador, dentro dessa descrição, omitiu um evento que se verifica na prática jurídica, poderemos interpretar a lei processual por analogia? Não estaremos frente a uma limitação necessária devida ao princípio que rege o

Direito Penal? Poderemos, ao contrário, interpretar, analogicamente, a lei processual, procurando, na economia geral do sistema, a solução necessária para esse caso e determinar suas consequências, como no Código Civil?¹⁴⁷

Uma questão interpretativa especialmente relevante na tentativa de extrair o sentido normativo do art. 1.015 do CPC/15 consiste em resolver o problema do caso processual não previsto pelo legislador, isto é, as hipóteses de recorribilidade que deveriam estar incluídas no rol de cabimento do agravo de instrumento, mas não o foram.

E sobre a interpretação de casos não previstos em rol processual taxativo, o jurista COUTURE afirma: “O silêncio, em uma enumeração taxativa, só pode significar a exclusão do elemento encontrado nas fontes aproveitadas pelo legislador. Se este foi infeliz em sua solução, a culpa não deve ser atribuída ao intérprete”¹⁴⁸.

Ou seja: se nos pautarmos pela lição do processualista uruguaio, devemos entender as hipóteses não previstas na enumeração taxativa do art. 1.015 do CPC/15 foram excluídas deliberadamente pelo legislador.

É importante destacar que os diversos métodos de interpretação não se excluem entre si, necessariamente. Tampouco estarão sempre em direções contrapostas. A título de exemplo, a interpretação literal não se contrapõe à lógica¹⁴⁹, mas ambas são complementares. Trata-se de métodos distintos que se valem de elementos diversos para atingir o mesmo fim: extrair o sentido da norma contida na lei. Portanto, deve-se partir do pressuposto de que os métodos adiante tratados não se contrapõem entre si, mas se realizam conjuntamente e integram um conjunto de métodos que consolidam a atividade interpretativa em si.

Vale destacar ainda que a análise e interpretação que se pretende desenvolver acerca do art. 1.015 do CPC/15 e do cabimento do agravo de instrumento neste trabalho é a interpretação doutrinária, que também se pode chamar de interpretação privada (em oposição àquela que provém de órgãos do Poder Público), e consiste na realização

¹⁴⁷ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 31.

¹⁴⁸ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 55.

¹⁴⁹ Nesse sentido, vide FERRARA, Francesco. **Interpretação e aplicação das leis**: tradução de Manuel A. Domingues de Andrade. Coimbra: Arménio Amado, 4ª ed., 1987, p. 138.

espontânea do direito, resultante de atos humanos praticados para ajustar a conduta social aos preceitos normativos¹⁵⁰. Esta não se confunde com a legislativa ou judicial.

A.II.1. Interpretação literal, gramatical ou filológica: a primeira etapa da interpretação

O método de interpretação literal, gramatical ou filológico (as expressões podem ser tomadas como sinônimos) pode ser entendido como aquele que busca um sentido objetivo da lei, com base na análise da letra, da palavra, para delas extrair o significado dos termos e da norma¹⁵¹.

Para FERRAZ JR., a interpretação gramatical envolve questões léxicas, bem como se preocupa com a ordem das palavras e o modo como estão conectadas, para descobrir o significado da norma. O jurista cita como exemplo os casos em que a lei faz uso de pronomes e adjetivos de modo impreciso, de modo que a leitura da regra suscita dúvidas sobre qual é o substantivo a que essas palavras se referem. Segundo o autor, tal método auxiliaria mais a encontrar problemas do que a solucioná-los¹⁵².

Segundo CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, o método gramatical ou filológico de interpretação consiste em analisar as palavras da lei tanto individualmente como na sua sintaxe¹⁵³. Ademais, a interpretação literal deve ser associada à interpretação declarativa, que consiste em atribuir à lei “o exato sentido proveniente do significado das palavras que a expressam”¹⁵⁴.

Para Jônatas MILHOMENS, a interpretação gramatical é marcada pela análise da fórmula legal, das palavras nela contidas, para entendê-las no sentido técnico (preferencialmente) ou comum, em que foram empregadas¹⁵⁵.

¹⁵⁰ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 37.

¹⁵¹ HERKENHOFF, João Baptista. **Como aplicar o direito:** (à luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológico-política). Rio de Janeiro: Forense, 8ª ed., 2002, p. 15.

¹⁵² FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 2ª ed., 1994, p. 287.

¹⁵³ CINTRA, Antonio Carlos de A; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros, 29ª ed., 2013, p. 112-113.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ MILHOMENS, Jônatas. **Hermenêutica do direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, [sem data], p. 143.

COUTURE, por sua vez, narra que o processo de interpretação gramatical, na lição de Savigny, trata de “descobrir, em primeiro lugar, o sentido próprio das palavras da lei”¹⁵⁶.

Para FERRARA, a interpretação literal (gramatical, linguística ou verbal), é apenas o primeiro estágio de interpretação, de modo que o texto de lei é o ponto de partida do intérprete. A partir das palavras contidas na lei, o intérprete extrai seu significado verbal¹⁵⁷. Ademais, referido autor destaca que a interpretação literal não autoriza uma leitura de palavras e fragmentos, de modo isolado e desconexo. O sentido literal deve ser extraído das palavras e dos conceitos por meio de uma “compreensão harmônica de todo o contexto”¹⁵⁸.

O grande defeito da interpretação literal ou gramatical é que o significado das palavras varia conforme o tempo, o que torna seu significado variável e ondulante. Ademais, a lei não se exprime só com palavras, mas também com conceitos¹⁵⁹. E os conceitos possuem um conteúdo também cambiável, que depende do sujeito que o preenche de significado. Segundo COUTURE, a exegese não se esgota na simples apreciação gramatical¹⁶⁰.

Afirma-se haver um consenso no sentido de que é ultrapassado o entendimento de que a interpretação se limita à gramatical ou dela deva partir¹⁶¹. A interpretação possui inúmeras sutilezas e envolve várias etapas e momentos.

O jurista italiano Alfredo ROCCO¹⁶², no entanto, sinaliza a extrema importância da interpretação literal ou gramatical no direito processual. Essa relevância acentuada decorreria do caráter instrumental do processo: como ele se destina a elencar e realizar os fins para se realizar o direito substancial, sua interpretação deve ser revestida de certeza

¹⁵⁶ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 15.

¹⁵⁷ FERRARA, Francesco. Op. cit., p. 139-140.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 17.

¹⁶⁰ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 17.

¹⁶¹ HERKENHOFF, João Baptista. Op. cit., p. 15-17.

¹⁶² Alfredo Rocco foi político e jurista italiano do final do século XIX e início do XX, que, além de trabalhos sobre o direito, é lembrado por lançar as bases teóricas do nacional-socialismo na Itália, sob o aspecto econômico e político, as quais foram incorporadas pelo Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini. A despeito de sua trajetória política, sua obra monográfica sobre interpretação de normas processuais é extremamente fértil em reflexões sobre tema tão específico.

e firmeza (ou inequívocidade), a fim de que a ela não comprometa o atingimento dos fins, com grave dano individual e social¹⁶³.

Tendo isso em vista, ROCCO passa a enunciar o princípio de que “por regla general, al interpretar la ley procesal no se debe ir en busca de um significado diverso del que resulta de su expresión”¹⁶⁴. Isto é, como regra geral, é melhor não buscar um sentido alheio àquele que a norma processual manifesta em suas palavras. Extrai-se dessa afirmação uma orientação pela prevalência da interpretação literal.

Segundo MAXIMILIANO, o processo de interpretação gramatical ou filológico encontra-se em crescente desprestígio, pois seria “incomparavelmente inferior ao sistemático e ao que invoca os fatores sociais, ou o Direito Comparado”¹⁶⁵.

Werner GOLDSCHMIDT, por sua vez, destaca que a interpretação literal se caracteriza pela: (i) busca do sentido de cada vocábulo utilizado na norma (elemento gramatical); (ii) busca do sentido extraível do contexto dos vocábulos associados entre si (elemento lógico), sempre tendo em vista o idioma e a sintaxe em uso na comunidade para a qual a norma se destina¹⁶⁶.

Reis FRIEDE afirma que a interpretação gramatical, literal ou filológica é sempre o primeiro método a ser empregado na busca do verdadeiro significado da norma jurídica, mas, no entendimento do autor, não pode ser considerado nem o único e nem o mais importante método de interpretação¹⁶⁷.

Cumprido esclarecer aqui que o emprego da interpretação legislativa ou autêntica em associação à literal, para busca do real sentido da norma, deve ser descartada para se compreender o CPC/15. Há muito, na doutrina sobre o tema, descartou-se o entendimento de que os antecedentes parlamentares, ou discussões parlamentares, constituam

¹⁶³ ROCCO, Alfredo. **La interpretación de las leyes procesales**. Santiago de Chile: Ediciones Olejnik, 2018, p. 32-33.

¹⁶⁴ ROCCO, Alfredo. Op. cit., p. 32-33.

¹⁶⁵ MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro; São Paulo: Freitas Bastos, 5ª ed., 1951, p. 155.

¹⁶⁶ GOLDSCHMIDT, Werner. **Introducción filosófica al derecho: la teoría trialista del mundo jurídico y sus horizontes**. Buenos Aires: Depalma, 6ª ed., 1987, p. 255.

¹⁶⁷ FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 165.

interpretação autêntica. Em termos de interpretação legislativa, ou existe uma norma interpretativa positivada, ou essa norma não é mais só interpretativa, mas nova norma¹⁶⁸.

De qualquer modo, a interpretação literal é extremamente valiosa para se compreender o art. 1.015 do CPC/15. Partindo-se do pressuposto de que ele traz rol taxativo, a interpretação literal, por não possuir a pretensão de extrair um sentido da norma que vá além do seu significado textual, ou quando muito contextual (ligado ao sentido extraível da associação de palavras), é o método que se pode aplicar com mais segurança para interpretar as hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, sem que se corra o risco de estender o sentido da norma para além daquilo que foi o objetivo do legislador.

A.II.2. Interpretação lógica (ou racional): o emprego das técnicas da lógica para compreensão do texto para além da literalidade

O processo lógico de interpretação da lei (também chamada de racional), como sugere seu nome, é caracterizado pela interpretação que busca respeitar os preceitos da lógica, enquanto instrumento (ou produto) da razão humana, segundo COUTURE¹⁶⁹.

HERKENHOFF, por sua vez, afirma que se trata de investigar a razão da norma, seu sentido e alcance, sem se valer de elementos externos, mas apenas com as regras da lógica geral. Ou seja, no processo lógico de interpretação não interessa mais o texto da norma (tal como ocorre na interpretação literal), mas a sua finalidade, isto é, o alvo mirado pelo legislador¹⁷⁰.

Há entre os juristas também quem, como Mário Franzen de LIMA, entenda que o processo lógico (ou dogmático) de hermenêutica consiste em “descobrir no texto rígido da lei a vontade do legislador”¹⁷¹, de modo que o jurista deve se esforçar em realizar a interpretação *strictu sensu* dos textos legais, para mais facilmente descobrir o espírito do legislador¹⁷².

¹⁶⁸ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 34-35.

¹⁶⁹ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 15.

¹⁷⁰ HERKENHOFF, João Baptista. Op. cit., p. 17.

¹⁷¹ LIMA, Mário Franzen de. **Da interpretação jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed., 1955, p. 11.

¹⁷² Ibidem, p. 14.

O método de interpretação lógica, mais especificamente, consistiria na pesquisa da “intenção do legislador em inúmeras circunstâncias extrínsecas à lei, principalmente naquelas que lhe acompanharam o nascimento”¹⁷³. Nesta definição, a interpretação lógica se assemelha à busca pela interpretação autêntica.

Indo além, colhe-se lições de MAXIMILIANO, que define o processo lógico de interpretação como aquele empenhado em:

(...) descobrir o sentido e o alcance de expressões do Direito sem o auxílio de nenhum elemento exterior, com aplicar ao dispositivo em apreço um conjunto de regras tradicionais e precisas, tomadas de empréstimo à Lógica geral. Pretende do simples estudo das normas em si, ou em conjunto, por meio do raciocínio dedutivo, obter a interpretação correta¹⁷⁴.

O professor de filosofia do direito, FERRAZ JR., por sua vez, refere-se à interpretação lógica como a tentativa de se buscar o significado da norma pela análise da “conexão de uma expressão normativa com as demais do contexto”. Um princípio lógico que se espera ver respeitado nas normas é o da identidade ($A = A$)¹⁷⁵. Em razão dele, haverá um problema lógico quando duas regras jurídicas distintas tratarem do mesmo termo, mas dele extraírem características ou consequências diversas.

Para Reis FRIEDE, a interpretação lógica ou racional se caracteriza pela utilização de certas fórmulas ou raciocínios, tais como a busca pelo que o legislador queria dizer, o que ele realmente disse (independentemente das intenções), a consideração do conjunto de circunstâncias que determinaram a criação da lei (independentemente da intenção e objetivos específicos do legislador), o emprego do argumento a *contrario sensu* e do argumento “quem pode o mais pode o menos”¹⁷⁶.

Como se vê, o método de interpretação lógico não é objeto de reflexões uníssonas. Enquanto um ou outro jurista entenda que ele se vale de elementos externos (tais como o momento de concepção da norma ou até mesmo a busca pela finalidade), outro afirma que não há utilização de elementos externos à norma, de modo que prevaleceria o processo de interpretação da norma por meio de análise interna e raciocínios mentais.

¹⁷³ Ibidem, p. 15.

¹⁷⁴ MAXIMILIANO, Carlos. Op. cit., p. 155-160.

¹⁷⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., p. 288.

¹⁷⁶ FRIEDE, Reis. Op. cit., p. 166-167.

Em qualquer caso, admite-se um consenso mínimo no sentido de que o método de interpretação lógico se vale de raciocínios extraídos da lógica humana (tal como o princípio da identidade e o argumento em sentido contrário), bem como a busca pela associação racional das normas, a fim de interpretar o texto legal. Como se vê, a interpretação lógica é extremamente útil para racionalizar a busca do sentido da norma, por meio de fórmulas lógicas e associação racional de conceitos, equilibrando a busca enviesada pelo sentido das palavras e conteúdo dos conceitos, própria do método literal.

Tal como qualquer método de interpretação, o lógico é passível de críticas. A principal parece consistir na sua insuficiência em extrair o sentido valorativo e humano da norma. O processo lógico torna a interpretação desproporcionalmente racional, mecânica, demasiadamente matemática. Muitas vezes, criam-se rigorosos brocardos, baseados em raciocínios lógico-matemáticos, mas que, de tão variados, resultam no problema de saber qual deles aplicar – ou seja, geram mais insegurança do que certeza e exatidão. Sua alegada vantagem, por outro lado, é ser um critério de interpretação que pretende ser predominantemente objetivo.

A.II.3. A analogia como técnica de interpretação e emprego da integração analógica para suprir as lacunas: relação com arts. 1.015 e 1.009, §1º do CPC/15

As interpretações literal e lógica encontram limites no caso não previsto pela norma. Como esses tipos de interpretação não podem ir além do sentido da norma eventualmente positivada, pode existir, em princípio, um caso que não tenha sido referido pela norma e que por ela não seja abrangido. Esse caso não previsto pode guardar muita semelhança fática com aquele que é tutelado pela norma, ou pode simplesmente ser objeto de regramento diverso, embora pudesse perfeitamente estar sujeito ao regramento previsto pela norma interpretada.

Diante disso, surge a necessidade do emprego da analogia enquanto técnica de interpretação, de caráter racional (isto é, não consuetudinário)¹⁷⁷.

O conceito de analogia não é unívoco¹⁷⁸. Por isso, para fins didáticos, descreve-se aqui primeiro a analogia como categoria geral, ou instrumento específico da interpretação, e que em princípio pode ser aplicada como método de interpretação destinado a estender a incidência de qualquer regra¹⁷⁹. Em seguida, passa-se à descrição da chamada “integração analógica”, que pressupõe uma lacuna no sistema do direito e necessidade de integração do direito para regular caso não previsto.

Embora muitas vezes as obras jurídicas sobre interpretação e hermenêutica se refiram à interpretação analógica e à integração analógica como sinônimos, adotar-se-á adiante a diferenciação entre ambas, assumindo que a interpretação analógica, de modo geral, se aplica tanto para estender o âmbito de incidência da norma para um caso previsto (pois o intérprete discorda da solução prevista) quanto para outro não previsto.

A integração analógica, por sua vez, pressupõe lacuna legislativa: a norma é estendida a um caso que não foi previsto, sequer implicitamente, por alguma norma. A interpretação analógica ou por analogia é gênero, do qual a integração analógica é espécie. No caso do art. 1.015 do CPC/15, como verá nos capítulos seguintes, é comum que se

¹⁷⁷ A respeito do caráter racional da analogia, na perspectiva da filosofia do direito, vide análise de Alberto FILIPPI acerca do pensamento de Norberto BOBBIO e Carlos COSSIO, que compartilhavam a ideia de que a interpretação baseada na analogia encontra fundamento na ideia de igualdade, de caráter racional, e não por causa de um valor criado por força de uma prática costumeira. FILIPPI, Alberto. Norberto Bobbio y Carlos Cossio: la filosofía jurídica de la interpretación analógica. *Isonomía*, n. 21, p. 261-269, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-02182004000200010&lng=es&nrm=iso>

¹⁷⁸ Nesse sentido, vide a categorização do professor de filosofia do direito Manuel ATIENZA: “No existe un único concepto de analogía, sino varios conceptos que tienen en común la idea de semejanza o similitud. La dos nociones más significativas son: 1) La analogía como proporción, como semejanza entre relaciones; 2) La analogía como argumento que permite pasar de lo particular a lo particular, de lo semejante a lo semejante”. ATIENZA, Manuel. Algunas tesis sobre la analogía en el Derecho. *Doxa*, n. 2, p. 223-229, 1985. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcm3065>>.

¹⁷⁹ Nesse sentido, Manuel ATIENZA defende que nem sempre o emprego da analogia para interpretar o direito supõe necessariamente a existência de uma lacuna normativa, seja porque um juiz pode simplesmente se valer da analogia para alterar o caso paradigma anteriormente adotado para comparação jurisprudencial entre casos semelhantes, seja porque na prática nada impede que a analogia seja empregada para estender uma norma a um caso que não foi previsto por ela, mas que já foi regulado por outra norma do sistema. Reputa-se que o segundo caso (emprego prático da analogia, a despeito de inexistir lacuna) é uma prática corriqueira dos juristas brasileiros ao interpretarem o art. 1.015 do CPC, embora se conclua neste trabalho que ela não é acertada. *Ibidem*, p. 226.

diga que há necessidade de “interpretação analógica” (a rigor, trata-se de integração) em razão de lacuna legislativa envolvendo casos não abrangidos pelo rol.

Feito o esclarecimento e a diferenciação conceitual, passa-se à caracterização do processo de analogia, enquanto operação mental, aplicado à norma jurídica.

Segundo CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, consiste a analogia “em resolver um caso não previsto em lei, mediante a utilização de regra jurídica relativa à hipótese semelhante”¹⁸⁰. A título de distinção, esclarece que a interpretação extensiva não se confunde com a analogia porque a primeira é “extensiva do significado textual da norma e a última é extensiva da intenção do legislador, isto é, da própria disposição”¹⁸¹.

MAXIMILIANO traz definição concisa de analogia, ao afirmar que ela “consiste em aplicar a uma hipótese não prevista em lei a disposição relativa a um caso semelhante”. Sobre a sua necessidade, afirma que ela se destina a “resolver hipótese não prevista de modo explícito, nem implícito, em norma alguma”¹⁸². Quanto ao seu fundamento, sustenta que ela se baseia na igualdade jurídica¹⁸³. Teorizando acerca do âmbito de aplicação do método analógico, MAXIMILIANO esclarece ainda que, quando a norma contém uma enumeração de casos e ela possui natureza taxativa, não há espaço para a aplicação do processo analógico¹⁸⁴.

FERRARA traz a seguinte definição de analogia, ligada à ideia de isonomia: “é harmônica igualdade, proporção e paralelismo entre relações semelhantes”. Em razão disso, a analogia se manifestaria como aplicação de princípios a casos juridicamente semelhantes¹⁸⁵.

O processualista pernambucano José de Moura ROCHA, valendo-se de lições do jurista italiano Emilio Betti, afirma em estudo sobre a interpretação das normas processuais que a analogia tem como função “a auto-integração da ordem jurídica no tocante a eliminação das inevitáveis lacunas que apresentam a disciplina legislativa e a

¹⁸⁰ CINTRA, Antonio Carlos de A; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Op. cit., p. 114.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² MAXIMILIANO, Carlos. Op. cit., p. 263-264.

¹⁸³ Ibidem, p. 255-257.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 261.

¹⁸⁵ FERRARA, Francesco. Op. cit., p. 158-159.

consuetudinária”¹⁸⁶. Afirmar ainda que por meio da analogia busca-se a norma possuidora de igual finalidade¹⁸⁷.

ROCHA cita ainda Gerald de Carvalho, para quem o processo analógico é fruto de duplo raciocínio, que começa por indução (formulação de um conceito a partir de um caso particular) e termina por uma dedução, realizada a partir do conceito conhecido para o caso particular¹⁸⁸. Essa definição nos parece acertada e precisa, especialmente para descrever o emprego do método na integração das lacunas da lei.

Por sua vez, o jurista FERRAZ JUNIOR, dedicado ao estudo da filosofia do direito, traz relevante distinção entre dois tipos de analogia, uma fraca e outra forte. A analogia fraca ocorre quando o grau de consenso acerca da semelhança entre os casos, sobre os quais incidirá a norma, é fraco. A existência de um consenso forte acerca da semelhança conduz à uma analogia forte¹⁸⁹.

Trata-se de um juízo empírico, o que torna o raciocínio relativamente impreciso. Em qualquer caso, a analogia se funda no princípio de que deve ser dado igual tratamento a casos semelhantes. Destina-se a suprir lacunas, quando um caso não está regulado e a semelhança permite a aplicação da norma aplicável a outro caso¹⁹⁰,

FERRAZ JUNIOR ainda distingue a *analogia legis* da *analogia juris*. A primeira “parte de um único preceito legal e aplica-o a casos semelhantes”. A segunda parte de vários preceitos legais e obtém, por meio de indução, os princípios que lhes são comuns. Em seguida, esses princípios são aplicados a casos não previstos pelos dispositivos legais. Na aplicação de ambas as analogias há integração do ordenamento, pois o caso a ser tutelado é omitido pela norma – ao contrário do que ocorreria na interpretação extensiva, em que o caso estaria compreendido “implicitamente na sua letra ou explicitamente no seu espírito”¹⁹¹.

¹⁸⁶ ROCHA, José de Moura. **A interpretação e as leis processuais**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1986, p. 26.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ CARVALHO, Gerald de. **Introdução ao método de aplicação científica do direito**. Coimbra: Centelha, 1983, p. 135. Apud ROCHA, José de Moura. *A interpretação e as leis processuais*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1986, p. 27.

¹⁸⁹ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., p. 301-302.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Ibidem, p. 301-303.

Ainda segundo o FERRAZ, a analogia não é cabível quando a norma traz tipicidade cerrada: isto é, limita taxativamente os casos de sua incidência¹⁹² – observação pertinente para se compreender o limite ao emprego da analogia em face do art. 1.015 do CPC/15.

As descrições acima contemplam com riqueza os aspectos da aplicação da analogia e do processo analógico, para interpretação das normas, em sentido amplo.

Em um segundo momento, é necessário enfrentar as reflexões relativas ao método de integração do direito por meio da analogia, que convencionamos chamar de integração analógica. Esta pressupõe a existência de lacuna no ordenamento jurídico (ou normativo), a exigir o emprego da operação lógica acima descrita. Trata-se de pressuposto indispensável identificado por uma série de juristas.

Mário Franzen de LIMA traz interessantes considerações acerca da aplicação de interpretação extensiva por analogia. Destaca que ela “é possível sempre que a disposição legal, em vez de se apresentar como excepcional, apareça como a aplicação particular de um direito comum mais geral”¹⁹³. Ainda segundo referido autor, a analogia tem como fundamento uma ficção de vontade, que o legislador teria deixado de exprimir na norma.

Indo além, LIMA também destaca a concepção, baseada na plenitude lógica do direito invocada pelo jurista Savigny (que confiava na unidade do direito), de que a analogia é capaz de preencher todas as lacunas do direito positivo – visão que, na ciência do direito contemporânea, segundo a leitura de LIMA, deveria ser considerada doutrina morta¹⁹⁴.

O jurista alemão radicado na argentina, e teórico de filosofia e teoria geral do direito, Werner GOLDSCHMIDT, alude ao cabimento da analogia para casos não previstos na norma que guardem as “mesmas características essenciais”¹⁹⁵ do caso regulado.

O jurista italiano FERRARA traça os seguintes requisitos para se recorrer à analogia: (i) ausência de precisa disposição de lei para o caso a ser decidido – e por isso a analogia não tem lugar quando a norma pode ser interpretada de maneira extensiva, em

¹⁹² Ibidem, p. 306.

¹⁹³ LIMA, Mário Franzen de. Op. cit., p. 16.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 96-97.

¹⁹⁵ GOLDSCHMIDT, Werner. Op. cit., p. 294-295.

relação aos conceitos nela previstos; (ii) a igualdade jurídica entre o caso que ainda se busca regular e o caso já regulado¹⁹⁶.

Por fim, destaca que a interpretação extensiva não se confunde com a analogia, porque a primeira complementa a letra da lei (o legislador pensou no caso) e a outra o seu pensamento (pois o legislador não pensou no caso)¹⁹⁷. Igualmente esclarecedora é sua definição acerca da natureza do argumento *a contrario sensu*, por meio do qual se pode compreender as hipóteses taxativas de recorribilidade:

O argumento *a contrario sensu* opera por exclusão. Pressupõe a existência de norma jurídica referente a um fato específico, não aplicável a outro ou a outros, do mesmo gênero, mas fora de especificidade. (...) Incluída pela lei, em seu comando, uma das espécies, é de admitir que as demais foram excluídas¹⁹⁸⁻¹⁹⁹.

Segundo José de Moura ROCHA, a interpretação analógica pode ser aplicada quando existir “igualdade jurídica, essencial, entre o caso a regular e o caso regulado”²⁰⁰. Como se vê, a definição trazida por ROCHA é bastante abrangente e se baseia na similitude de casos.

Segundo BAPTISTA²⁰¹, valer-se de interpretação analógica é aplicar a lei “a casos novos, e não previstos por ela, nos quais se dão os mesmos motivos fundamentais e gerais que no caso previsto”²⁰². Nesta conceituação, a interpretação analógica pressupõe identidade de motivos fundamentais e gerais entre o caso previsto e o não previsto (ou caso novo).

MILHOMENS afirma que a interpretação por analogia “tem por fundamento a identidade da ratio legis, inspirando-se no princípio de que onde existe a mesma razão de decidir é justo que se aplique o mesmo dispositivo legal”²⁰³. Afirma ainda que a interpretação analógica da lei não se confunde com a extensiva, pois a segunda apenas

¹⁹⁶ FERRARA, Francesco. Op. cit., p. 160-161.

¹⁹⁷ FERRARA, Francesco. Op. cit., p. 163.

¹⁹⁸ MILHOMENS, Jônatas. Op. cit., p. 140.

¹⁹⁹ Definição semelhante é trazida por Francisco de Paula Baptista: “(...) argumento *a contrario sensu*, pelo qual de uma disposição clara e precisa sobre uma espécie conclui-se que a espécie contrária está implicitamente excluída, e se deve reger por princípios também contrários”. BAPTISTA, Francisco de Paula. **Hermenêutica jurídica**: Compêndio de hermenêutica jurídica. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 39.

²⁰⁰ ROCHA, José de Moura. Op. cit., p. 27.

²⁰¹ Francisco de Paula Baptista foi um jurista pernambucano do século XIX, professor de direito processual, e sua obra foi considerada o melhor trabalho de interpretação do Regulamento 737/1850.

²⁰² BAPTISTA, Francisco de Paula. Op. cit., p. 41-42.

²⁰³ MILHOMENS, Jônatas. Op. cit., 203.

estende o conteúdo da norma, enquanto a primeira aplica dispositivo semelhante, na falta de dispositivo expresso para regular o caso concreto.

Ou seja: na interpretação extensiva o caso foi previsto pela norma, mas não expresso. Na analogia, a hipótese não foi prevista, por isso se procura outra norma que a regule²⁰⁴. Ou seja, a interpretação analógica pressupõe necessariamente uma lacuna, esta entendida como a ausência de previsão, pelo legislador, de norma aplicável.

Para se compreender a interpretação por analogia em toda sua dimensão, é esclarecedor se cogitar do argumento *a pari*, ou por similitude, pois ele se desenvolve por meio de um raciocínio analógico baseado na igualdade, que é reiteradamente aplicado na interpretação processual. Para esse fim, colhe-se esclarecedora reflexão de MILHOMENS acerca do mecanismo da analogia:

Baseia-se (o argumento por similitude) não na igualdade, na identidade de dois ou mais fatos, sim na semelhança, na paridade que apresentam. Os fatos são diferentes; há, todavia, entre eles, certo número de caracteres comuns, que levam o intérprete a raciocinar: a *ratio*, o motivo da lei A, para reger o fato b, é o mesmo para reger este outro fato, c. Tantos são os caracteres comuns entre os dois grupos de fatos, que a mesma regra deve ser aplicada²⁰⁵.

Essas definições descrevem o processo de integração jurídica por meio da analogia. Como se vê, há na doutrina certa divergência em relação às características essenciais da integração analógica e quanto aos requisitos para sua aplicação.

Há quem encontre seu fundamento na igualdade, outros na lógica da similitude, ou na busca da vontade legislativa. Alguns destacam a necessidade de existir lacuna como pressuposto para seu emprego. Outros falam mais genericamente em necessidade de similitude entre o caso regulado e não regulado.

²⁰⁴ Ibidem, p. 204.

²⁰⁵ Ibidem, p. 140.

O mínimo de consenso consiste em assumir que essa interpretação se vale da analogia, enquanto operação lógica, e que pressupõe a existência de uma lacuna no ordenamento²⁰⁶.

A adoção da integração analógica em âmbito processual, especificamente em relação a normas que tragam hipóteses de cabimento, pode ser descrita do seguinte modo. Em primeiro lugar, parte-se da norma específica e se extrai a sua razão de ser, que justifica sua aplicação a certos casos (e a outros não), ou se identifica a categoria (conceito jurídico mais abrangente) que a regra integra ou busca tutelar.

Em seguida, aplica-se a solução prevista na mesma regra específica a um caso por ela não previsto (desde que não seja objeto de outra norma), seja porque a razão de ser da norma abrange o caso não previsto, seja porque o caso não previsto se enquadra na mesma categoria que é objeto da norma específica.

A partir dessa primeira etapa lógica da integração analógica, extraível do conjunto de lições doutrinárias, conclui-se que a aplicação da analogia como mecanismo de integração não seria cabível para a norma do art. 1.015 do CPC/15, pois esta seria veicularia mera regra excepcional (cabimento de rediscussão imediata da questão, por meio de recurso) em relação à orientação geral, que é no sentido de prever a irrecorribilidade imediata das interlocutórias, autorizando-se a recorribilidade diferida (art. 1.009, §1º do CPC/15).

Alfredo ROCCO, em sua obra sobre a interpretação da norma processual, afirma que a extensão da norma por meio da analogia somente pode ocorrer, sob o aspecto da vontade legislativa, com a demonstração inequívoca de que houve “declaração tácita de vontade legislativa”: isto é, deve-se provar que uma norma particular, ou um grupo de normas particulares, indicam a existência de uma vontade ou orientação mais geral, que regula um número maior de relações ou situações²⁰⁷.

²⁰⁶ No mesmo sentido, confira-se a reflexão contida no seguinte trabalho monográfico sobre analogia enquanto categoria de pensamento e a analogia jurídica: “O principal elemento comum a todos conceitos de analogia jurídica examinados é a referência à lacuna (não regulado ou não previsto). Inexistindo lacuna inexistente espaço para analogia jurídica. De igual maneira, caso não haja desconhecimento, não poderá haver analogia”. ALMEIDA NETO, Ubaldino de. **Analogia jurídica e analogia. Completude e justificação**. Recife, 2002. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-graduação em direito, Universidade Federal de Pernambuco.

²⁰⁷ ROCCO, Alfredo. Op. cit., p. 56-57.

No entanto, isso exige como condição que a norma mais geral, extraível das específicas, seja aplicada sobre situação ou relação ainda não regulada. Ademais, a analogia não pode ser aplicada quando a norma particular, da qual se pretende extrair a orientação geral, seja uma exceção em relação a outra norma diversa e mais genérica²⁰⁸.

É o que ocorre quando se pretende aplicar a técnica de integração analógica sobre algumas hipóteses (normas específicas) do art. 1.015. Passa a um exemplo. Embora o intérprete, ao se debruçar sobre regra específica que versa sobre convenção de arbitragem, possa entender ser extraível que as decisões sobre competência devem ser agraváveis de igual modo (como regra geral), o fato é que a decisão sobre competência já é objeto de regulamentação por outra norma diversa e mais genérica que o art. 1.015: trata-se da regra do art. 1.009, §1º, pela qual não há imediata recorribilidade das interlocutórias, salvo as exceções, que estão arroladas no art. 1.015. Nesse caso, segundo os critérios de ROCCO, a integração analógica é vedada.

Para elucidar a reflexão de ROCCO acerca dos limites da interpretação extensiva com base na analogia, vale-se do seguinte trecho de sua obra sobre interpretação processual, em que adota entendimento que se reputa perfeitamente aplicável ao sistema de recorribilidade do CPC/15:

Portanto, ainda que a situação não prevista ou regulada seja semelhante à prevista pela norma, se a norma que regula a situação prevista incide de modo específico para algumas situações de uma determinada categoria, estando as demais situações da mesma categoria submetidas a uma norma diversa e mais geral, o fato de que a norma particular ou especial (que se pretende estender) acabou por regular apenas algumas dessas situações, e não a situação que se busca tutelar por analogia, é circunstância apta a demonstrar que ela foi, deliberadamente, objeto de solução diversa por parte da lei.²⁰⁹

Em suma: com base nos ensinamentos da doutrina acima analisada, sobre técnicas de interpretação e hermenêutica, adota-se neste trabalho a premissa de que a

²⁰⁸ Ibidem, p. 57.

²⁰⁹ Idem. Tradução livre do seguinte trecho: “Si, pues, aun siendo la relación no regulada semejante a la regulada, la norma que regula esta última aparece como especial a algunas relaciones de determinada categoría, quedando las demás relaciones de la misma categoría sujetas a una norma diversa más general, el hecho de que la norma particular o excepcional regule algunas de tales relaciones, y no aquella de que se trata, demuestra igualmente que ésta se halla reglamentada de manera diversa”.

integração analógica não deve ser aplicada para estender as hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, previstas no art. 1.015 do CPC/15.

Isso porque o emprego da integração analógica nesse caso é desautorizado pelos juristas da hermenêutica e teoria geral do direito, bem como dos processualistas que se dedicaram ao tema da interpretação jurídica. Não há lacuna legislativa em matéria de recorribilidade no CPC/15 que justifique o processo de integração por analogia.

A.II.4. Distinção necessária: interpretação ou integração analógica e sua diferença em relação à aplicação analógica da lei

Ademais, ressalte-se que não podemos confundir a “integração analógica” da lei, ou a “interpretação analógica”, enquanto técnica de caráter geral, com a intitulada “aplicação analógica da lei”, prevista e admitida pelo art. 3 do CPP²¹⁰.

A aplicação analógica da lei se destina a desvendar o conteúdo da norma quando ela se vale de expressões genéricas. Fala-se de aplicação analógica porque a operação mental de analogia é realizada apenas para aplicar uma norma existente a um caso por ela própria previsto, mas que o foi de forma indeterminada. Trata-se da hipótese em que a norma empregou locução genérica, que pode abranger mais de uma situação fática ou jurídica: a analogia é aplicada para dar concretude a essa expressão e identificar os casos abrangidos pelo conceito legal.

É o caso do art. 121, §2º, inc. I do Código Penal, quando se qualifica o homicídio qualificado como aquele que é praticado “mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe”. A locução ampla “outro motivo torpe” demanda a aplicação analógica da norma para ganhar concretude. Há na norma uma fórmula casuística seguida de uma fórmula genérica. A fórmula genérica demanda aplicação analógica.

No caso da aplicação analógica, a norma pressupõe que a analogia deverá ser empregada, pois se vale de expressão genérica. Em razão da existência de previsão, não há violação de legalidade. Por isso, em tese se admite que a essa aplicação analógica da lei possa prejudicar o réu, entendendo-se que outros fatos concretos podem constituir

²¹⁰ CPP, art. 3º: “A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito”.

motivos torpes, embora não arrolados expressamente na norma, e atrair a incidência das penas do homicídio qualificado.

A integração analógica, por sua vez, refere-se à incidência da lei a uma hipótese por ela própria não prevista. Neste caso, não há fórmula genérica, e sim lacuna. Percebe-se que ao se falar genericamente em interpretação analógica (ou por analogia), normalmente se está aludindo à integração analógica.

Portanto, a título de elucidação, não há que se falar em aplicação analógica da lei, como prevê o art. 3º do CPP, ao se tratar das hipóteses de cabimento do art. 1.015 do CPC/15, pois este não traz previsão genérica que autorize expressamente a sua aplicação analógica.

Ademais e como visto, a integração analógica, por sua vez, também não deve ser admitida. Isso porque, se for observado e respeitado o rigor da dogmática, conclui-se que está ausente seu principal pressuposto: existência de lacuna, de uma situação fática (um caso, ou uma decisão) não regulada pela norma interpretada e nem por qualquer outra do ordenamento.

A.II.5. Interpretação finalística (ou teleológica): a busca pelo objetivo ou finalidade da norma e sua pertinência no direito processual civil

A interpretação finalística pode ser descrita como aquela que busca interpretar a norma com base nos objetivos do diploma normativo em sua totalidade e nos valores jurídicos e sociais que determinada lei busca atingir. O sentido da norma deve ser extraído sob a ótica de seus objetivos e inclusive tendo em vista as consequências práticas derivadas da aplicação da norma no caso concreto.

Trata-se de método de interpretação que encontra respaldo legal expresso nos arts. 5º e 20 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/1942)²¹¹⁻²¹².

²¹¹ “Art. 5º Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”. Apesar da regra aludir à aplicação da lei, destina-se igualmente a orientar sua interpretação, que é integrante do processo de aplicação (pressuposto lógico para aplicação).

²¹² “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”. Apesar da regra aludir à decisões, destina-se também a orientar a interpretação e aplicação das normas, de modo geral.

Não se pode negar que a interpretação finalística é por vezes confundida com a integração analógica. A identidade de finalidade da norma pode servir como fundamento para a integração analógica. No entanto, ambas não se confundem. A interpretação finalística pode anteceder a integração analógica e integrá-la, mas nem toda interpretação finalística conduz à integração analógica. Isso porque a busca pela finalidade (interpretação finalística) pode servir para se encontrar o real sentido de norma já existente, sem que seja necessário tutelar um caso não regulado (objetivo da integração analógica).

Para FERRARA, a interpretação baseada na busca da finalidade da lei, ou teleológica, integra o método de interpretação lógico ou racional, e implica na busca da função e finalidade da disposição de direito, de modo que “a norma seja entendida no sentido que melhor responda à consecução do resultado que quer obter”. Referido autor alerta para a necessidade de que seja considerada também a finalidade prática da norma, voltada a tutelar as relações da vida²¹³. Há a busca pela finalidade, em seu aspecto deontológico e prático.

Sobre o método teleológico, FERRAZ JUNIOR pontua que seu pressuposto é o de que “sempre é possível atribuir-se um propósito às normas”²¹⁴. A busca pelos reguladores teleológicos das normas se manifesta pelos princípios, que se destinam a regular séries indefinidas de casos, ao contrário das normas gerais, que valem para séries definidas.

Nesse ponto, FERRAZ JUNIOR afirma que a oralidade e a imediatidade no direito processual constituem regras gerais, e não princípios²¹⁵. Quando comparado com o método sistemático, que também busca a coerência do sistema, o finalístico se destaca por partir das consequências avaliadas das normas, para em seguida retornar ao interior do sistema²¹⁶.

Reis FRIEDE, por sua vez, em sua obra sobre interpretação e hermenêutica, adota outra concepção de interpretação teleológica, que identifica com a interpretação sociológica, voltada à busca pelo sentido das normas, tendo-se em vista o objetivo de sua

²¹³ FERRARA, Francesco. Op. cit., p. 141-142.

²¹⁴ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., p. 291.

²¹⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., p. 292.

²¹⁶ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., p. 293.

melhor aplicação na sociedade que elas buscam tutelar. Alerta ainda que deve ser o último método de interpretação a ser empregado, em razão do risco de que o intérprete acabe por se confundir com o legislador – porque acabaria por realizar juízo de valor sobre aspectos sociais em busca de soluções políticas²¹⁷.

O jurista HERKENHOFF destaca que o processo de interpretação teleológico se destina, em princípio, a encontrar “os valores que a lei tenciona servir”, considerando seu objetivo atual²¹⁸. Ademais, referido autor agrega à interpretação teleológica um aspecto sociológico: na medida em que ela concede ao juiz grandes poderes, encarrega-o da missão política consistente na busca pela prevalência dos interesses coletivos sobre o individualismo que a norma possa consagrar²¹⁹.

A respeito da interpretação finalística, afirma BAPTISTA que, nos casos em que a lei gera dúvidas em sua aplicação por causa de sua concisão, é comum que se busque os motivos e a razão da lei, de modo a aplicá-la aos casos em que, apesar de inexistir disposição expressa, há identidade de razão ou mais forte razão para tanto. Ainda, BAPTISTA intitula esse método de “ampliação”, embora o mais adequado, na ótica deste trabalho, seja considerar sua definição uma espécie de interpretação finalística seguida de integração analógica. De qualquer modo, ao se falar em busca de “motivos e a razão”, conclui-se se tratar de interpretação finalística²²⁰.

Como se vê, o método de interpretação finalístico ou teleológico busca a finalidade, seja a prescritiva (deontológica) ou a prática, das normas, sob um aspecto da necessidade de praticidade e utilidade social na sua aplicação. Trata-se de método que possui um viés social, na medida em que o conteúdo da finalidade é preenchido não só pelo legislador, mas principalmente pela sociedade que será afetada pela norma.

O método de interpretação finalístico guarda pertinência com a exegese do art. 1.015 do CPC/15 na medida em que parcela da doutrina²²¹ afirma que essa norma se

²¹⁷ FRIEDE, Reis. Op. cit., p. 168.

²¹⁸ HERKENHOFF, João Baptista. Op. cit., p. 24.

²¹⁹ HERKENHOFF, João Baptista. Op. cit., p. 26-27.

²²⁰ BAPTISTA, Francisco de Paula. Op. cit., p. 36. Acerca dos abusos em que esse método interpretativo pode incidir, referido jurista adverte: “em nenhum caso, porém, é permitido negar execução ou alterar o sentido de uma lei clara por ser a sua letra rigorosa, dura e desarrazoada, e não se lhe poder atribuir um motivo justo e razoável”.

²²¹ Vide adiante o item A.III.1 deste trabalho, onde são abordadas as interpretações super extensivas do art. 1.015 e a tese de “taxatividade mitigada” concebida pelo STJ.

destina a prever a recorribilidade por agravo de instrumento sempre que não for útil aguardar a rediscussão da decisão interlocutória por ocasião da apelação²²². Trata-se de uma finalidade extraída da norma. Com base nesse fim, a doutrina expande o sentido da regra, posicionando-se no sentido de que ela deve incidir inclusive sobre hipóteses não previstas.

No entanto, essa leitura, baseada na finalidade do art. 1.015 (viabilizar a rediscussão imediata de certas decisões interlocutórias, sob pena de ser inútil postergar sua revisão) possui suas limitações, além de consistir em apenas um dos métodos de interpretação. A rigor, tal interpretação também parte de uma premissa que se entende inadequada: do art. 1.015 não se extrai a finalidade de prever a ampla recorribilidade das interlocutórias em todos os casos que não possam aguardar a apelação – o que se buscará demonstrar no capítulo A.III deste trabalho.

Afinal, nem todas as hipóteses incluídas no rol do art. 1.015 pelo legislador se revestem de urgência extrema, a justificar a rediscussão de modo inadiável. Basta pensar no caso da liquidação de sentença: nem toda interlocutória proferida na fase de liquidação de sentença precisa ser submetida à recorribilidade imediata. A se basear no critério de urgência de reexame, seria de se prever como imediatamente recorrível por agravo de instrumento somente a decisão que define o *quantum debeatur* - momento em que as decisões anteriores poderiam ser impugnadas.

Logo, entende-se que a única finalidade extraível do art. 1.015 é a de que, em alguns casos (não todos), em que discutir a questão em apelação seria inútil, o sistema recursal positivou a necessidade de se admitir o agravo de instrumento. Afirmar que a interpretação finalística da norma conduz à admissão de recorribilidade imediata de todas as questões que exigem reexame antes da interposição da apelação é incompatível com o fato de que nem todas as hipóteses de recorribilidade contidas na norma tratam de casos

²²² Afirma-se, em especial, que tornar inútil a rediscussão da decisão atentaria contra o objetivo da norma, inclusive aquele esperado pelos jurisdicionados, em especial as partes e advogados. Aí residia o aspecto sociológico da interpretação finalística. No entanto, esse método, quando aplicado ao art. 1.015 do CPC/15, é facilmente confundido com integração analógica, pois, partindo da análise da finalidade, procura-se extrair o sentido a ser aplicado ao caso alegadamente não abrangido pela norma, em tentativa de suprir eventual lacuna.

que efetivamente exigem reexame imediato – inegável aí a ausência de critério unívoco na opção legislativa.

A.II.6. Interpretação sistemática: coerência da norma com a totalidade do sistema

A interpretação sistemática é baseada na busca do sentido da norma individual por meio de sua leitura conjugada com outras normas, os institutos jurídicos consagrados,²²³ e com o sistema normativo em sua totalidade. Pressupõe-se que a norma, que é parte de um ordenamento ou sistema jurídico, só adquire sentido pleno quando visualizada em sua relação com o todo. Há nessa concepção uma pretensão de busca pela harmonia entre as normas.

Tendo essa reflexão inicial como ponto de partida, passa-se a analisar as diversas concepções da doutrina. O processo sistemático de interpretação da lei, segundo COUTURE, é marcado pela tarefa de fazer com que “cada parte da lei conserve com o todo a devida correspondência e harmonia”²²⁴.

ROCCO afirma que o elemento sistemático de interpretação é de ajuda indispensável para se compreender as leis processuais, na medida em que o direito processual regula um conjunto de relações intimamente ligadas por um nexo orgânico e que são manifestações de uma atividade única direcionada a um fim (realização dos direitos privados subjetivos). Para o jurista italiano, talvez não exista ramo do direito onde as diversas instituições e as normas que as compõem estejam tão intimamente vinculadas, como no direito processual²²⁵.

E pelo fato de o processo em si (enquanto norma) e o direito processual (enquanto conhecimento científico) constituírem um todo orgânico, nenhuma de suas partes pode ser considerada isoladamente do conjunto, de modo que a conexão, ou correspondência de cada norma com o conjunto do sistema é uma das necessidades práticas mais vivamente sentidas em matéria de interpretação da norma processual²²⁶. ROCCO ainda chama a atenção para a quantidade de princípios gerais que norteiam o processo e para a

²²³ Como exemplos de institutos jurídicos: a “ação”, a “família”, a “coisa julgada”, a “falência”, etc.

²²⁴ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 16.

²²⁵ ROCCO, Alfredo. Op. cit., p. 49-50.

²²⁶ Ibidem, p. 50.

necessidade de que os problemas interpretativos sejam resolvidos por meio de um diálogo com esses princípios²²⁷.

FERRARA destaca que o elemento sistemático se baseia na ideia de que o direito objetivo não é um aglomerado caótico de disposições, mas sim um organismo jurídico com preceitos coordenados e subordinados. Portanto, ao analisar cada norma particular, o intérprete deve ter em vista as demais normas do ordenamento, pois assim o preceito individual ganha outro sentido, por vezes mais restrito, ampliado ou desenvolvido²²⁸.

MAXIMILIANO, por sua vez, a define como processo interpretativo que consiste “em comparar o dispositivo sujeito a exegese, com outros do mesmo repositório, ou de leis diversas, mas referentes ao mesmo objeto”. Trata-se de examinar algumas normas pelo sentido das outras, conciliando as palavras e conceitos de uma com a outra, de modo a deduzir o sentido de cada uma pelo exame delas em um conjunto temático²²⁹.

Segundo CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, o método lógico-sistemático de interpretação consiste em examinar os dispositivos legais em sua relação com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico e à luz dos princípios gerais que o informam²³⁰. Ademais, o processo em si possui como característica inerente a sistematicidade. Por isso, é acentuada a relevância da interpretação sistemática da lei processual²³¹. Os três processualistas destacam a importância dos princípios gerais enquanto integrantes do sistema.

FERRAZ JUNIOR, por sua vez, expõe a ideia de que a interpretação sistemática impõe a recomendação de que qualquer preceito isolado deve ser interpretado em harmonia com os princípios gerais do sistema, de modo a preservar a coerência do todo. Isso implica que um preceito não pode ser retirado do seu contexto (o conjunto de normas, o CPC, por exemplo) e nem ser interpretado isoladamente: um artigo deve ser lido em conjunto com seus parágrafos e demais artigos que estejam concatenados²³².

²²⁷ Tratando do direito processual civil italiano, ROCCO afirma que os princípios gerais mais importantes para o processo são: igualdade das partes, economia processual, dispositivo, unidade da relação processual e formalismo do processo. *Idem*.

²²⁸ FERRARA, Francesco. *Op. cit.*, p. 143.

²²⁹ MAXIMILIANO, Carlos. *Op. cit.*, p. 161.

²³⁰ CINTRA, Antonio Carlos de A; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Op. cit.*, p. 112.

²³¹ *Ibidem*, p. 114.

²³² FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Op. cit.*, p. 288-289.

A ideia acima caracteriza bem a dimensão interna da interpretação sistemática, quando a compreensão da norma é buscada dentro da mesma lei. Há também uma dimensão, ou um aspecto externo da interpretação sistemática, quando se busca o correto sentido da norma por meio da análise de outras leis, princípios contidos em outras leis, institutos jurídicos consagrados – enfim, o sistema jurídico como um todo, incluindo a jurisprudência.

Para Jônatas MILHOMENS, a interpretação sistemática se caracteriza pela a busca da compreensão da norma no contexto, no sistema jurídico - isto é, “recorrendo ao estudo das instituições jurídicas, dos princípios gerais de direito, das manifestações mais firmes da jurisprudência, procurando enfronhar-se do verdadeiro sentido da norma”²³³. Referido jurista aprofunda essa definição, ao destacar a jurisprudência como elemento integrante do processo interpretativo sistemático.

HERKENHOFF define o momento ou processo sistemático de interpretação da lei como aquele que “considera o caráter estrutural do Direito, pelo que não interpreta isoladamente as normas”, destacando a necessidade de que a interpretação sistemática leve em consideração ao supremacia dos dispositivos constitucionais, notadamente em países de Constituição rígida, pormenorizada e exaustiva, como o Brasil²³⁴.

Segundo Reis FRIEDE, a interpretação sistemática “consiste, assim, no propósito de resolver eventuais conflitos de normas jurídicas, examinando-a sob a ótica de sua localização junto ao direito que tutela.” Assim, um dispositivo deve ser examinado tendo-se em vista o capítulo, título, livro que integra, e a qual categoria de assunto se refere²³⁵. Ressalta-se aí outro aspecto da dimensão interna da interpretação sistemática: ela avalia a organização da norma, sua estrutura, sua posição diante de outras normas;

Como visto, há divergência de posições doutrinárias também em relação à interpretação sistemática. Algumas destacam a referida dimensão interna, outros abordam a dimensão externa, da interpretação sistemática. Em princípio, trata-se de método que pode ser empregado, em todas as suas dimensões, para interpretar as normas processuais dos art. 1.015 e 1.009, §1º do CPC/15.

²³³ MILHOMENS, Jônatas. Op. cit., p.145.

²³⁴ HERKENHOFF, João Baptista. Op. cit., p. 19.

²³⁵ FRIEDE, Reis. Op. cit., p. 167.

A.II.7. Interpretação por isonomia

A interpretação por isonomia se destina a suprir lacunas processuais com base no princípio da igualdade. Por isso, costuma ser aplicada como um momento da integração analógica, assim como ocorre com a finalística. Do mesmo modo, a isonomia pode ser invocada para interpretação e solução de caso já previsto em outra norma (com a qual não se concorda), de modo que nem sempre antecederá a integração analógica.

Sua caracterização dispensa intenso aprofundamento teórico. A isonomia pressupõe igualdade do tratamento e, no Brasil, tem fundamento constitucional²³⁶. Importância especial dessa interpretação no processo se relaciona com a busca pela igualdade das partes e tratamento processual paritário (CPC/15, art. 7º).

COUTURE afirma que se trata de princípio inerente à característica bilateral própria de todo o Direito e que deve-se tomar cuidado para não sermos guiados pelo preceito de que “onde existe a mesma causa existe o mesmo efeito”, pois a igualdade muitas vezes pode estar em conflito com outro princípio ou instituto de natureza processual, como o da preclusão, por exemplo.²³⁷

Para ROCCO, o princípio da igualdade das partes no processo impõe que, no processo de conhecimento, sejam igualmente protegidos os interesses do autor, à obtenção do julgamento de procedência da demanda, bem como o interesse do réu, ao julgamento de improcedência. Dele também deriva a garantia do contraditório, bem como a composição do interesse de ambas as partes, no caso em que é necessária a adoção de medidas urgentes (sem oitiva do réu), com a responsabilização objetiva do postulante em caso de danos – como modo de assegurar um tratamento igualitário²³⁸.

A interpretação por isonomia normalmente não é aplicada de forma estanque e individualizada. Ela dialoga com outras formas de interpretação, em especial a finalística

²³⁶ Constituição Federal, art. 5º, *caput*.

²³⁷ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 56.

²³⁸ ROCCO, Alfredo. Op. cit., p. 51.

e a integração analógica. Afinal, a igualdade não deixa de ser uma das finalidades da norma de maior hierarquia, a constitucional²³⁹.

Em suma, ao se reputar que uma determinada norma deve ser aplicada, por isonomia, a outro caso, há ao menos 2 (dois) requisitos mínimos a serem atendidos: (i) que esse outro caso possua tantos elementos em comum (raciocínio analógico), que seria contrário à isonomia não conferir o mesmo tratamento àquela situação fática; (ii) que exista uma finalidade normativa a justificar um tratamento igualitário, a fim de estender os efeitos da norma, como a necessidade de respeito ao devido processo legal ou à paridade de armas.

No primeiro caso, a interpretação por isonomia e a integração analógica coexistem – logo, necessária a existência de lacuna legislativa. No segundo, a interpretação finalística se aproxima com a interpretação baseada na isonomia – e ambas podem ser empregadas para se extrair o sentido das normas processuais sobre recorribilidade.

²³⁹ No entanto, Couture alerta em sua obra sobre interpretação, já referida, que em determinadas situações, um princípio ou regra processual específica (como a preclusão e a celeridade), podem prevalecer sobre a igualdade, quando identificado conflito. É citado o exemplo das principais manifestações das partes durante a fase postulatória. Se a réplica consiste em uma resposta do Autor a peça de defesa do Réu, alguém poderia dizer que, por igualdade, o Réu tem direito à tréplica. No entanto, concluiu Couture que nesse caso o argumento da igualdade não se sustenta, pois o caráter preclusivo do processo e a celeridade impõem que ele prossiga e atinja seu fim, de modo que, tendo sido respeitado o contraditório, não é assegurada a previsão de tréplica tão somente com base no argumento da igualdade. COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**

A.II.8. Interpretação extensiva (efeito extensivo): resultado derivado do emprego dos métodos de interpretação

A interpretação chamada de extensiva não chega a configurar uma técnica específica de interpretação, mas recebe esse nome pelo seu resultado^{240-241_242}.

Isso porque qualquer das técnicas de interpretação tratadas anteriormente (literal, lógica, sistemática, finalística), ou a própria integração analógica, quando resultam na ampliação do sentido original (superficial e inequívoco) da norma, podem ser chamadas de interpretação extensiva, pois ao fim e ao cabo acarretam a ampliação da abrangência fática da norma. Pode-se ainda afirmar que é extensiva toda a interpretação que vá além dos limites do sentido ordinário e imediato extraível das palavras adotadas pelo legislador.

Há também quem entenda que a interpretação extensiva não ocorre quando o intérprete se limita a buscar o sentido literal da norma. A interpretação extensiva, segundo CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, ocorre quando o intérprete “considera a lei aplicável a casos não abrangidos em seu teor literal”²⁴³. Sob esse aspecto, pode-se considerar como interpretações extensivas todas aquelas que se propõem a ir além da literal.

FERRARA se refere a ela como a interpretação que se destina a corrigir uma formulação legal estreita demais. Isso ocorre quando o legislador, ao exprimir seu pensamento, introduz um elemento que designa espécie, quando na verdade quis se referir

²⁴⁰ Para FERRAZ JUNIOR, a interpretação extensiva “amplia o sentido da norma para além do contido na sua letra”. Ampara-se no argumento de que o legislador racional não poderia deixar de prever casos que não estariam abrangidos por uma interpretação meramente literal da norma. A interpretação extensiva deve estar sujeita a limitações, pois de certo modo ela implica a alteração da norma. FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., p. 296.

²⁴¹ No mesmo sentido, BAPTISTA a enquadra como modalidade de interpretação quanto aos efeitos e a define como aquela “que autoriza a aplicação do texto a casos que, não estando incluídos na significação das suas palavras, estão, todavia, incluídos em seu espírito”. A ela se opõe a interpretação restritiva, que “recusa a aplicação do texto a casos que, parecendo estar incluídos na significação de suas palavras, contrastam evidentemente o seu espírito” BAPTISTA, Francisco de Paula. Op. cit., p. 46. Adentra-se na definição de interpretação restritiva neste momento apenas com o intuito didático de melhor elucidação do conteúdo da extensiva, por meio da contraposição.

²⁴² A interpretação extensiva, segundo Reis FRIEDE, também é encarada sob a ótica do resultado, e pode ser caracterizada por ser a interpretação necessária quando o legislador “acabou por dizer menos do que era desejado e, dessa forma, necessariamente devemos interpretar o dispositivo de maneira a estender o seu alcance” FRIEDE, Reis. Op. cit., p. 169.

²⁴³ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação....**, p. 15

ao gênero, ou se vale de um conceito específico, quando o tratamento deve ser dado para toda a categoria compreendida no conceito geral. FERRARA destaca que a interpretação extensiva é muito útil para integração do sistema e desenvolvimento dos princípios jurídicos, pois as omissões no texto legal nem sempre significam exclusão deliberada²⁴⁴. Logo, a expressão “interpretação extensiva” é assim intitulada não por causa de seu método, mas sim em razão de seus efeitos, o resultado da interpretação.

FERRAZ diferencia a interpretação extensiva da interpretação por analogia, pois a primeira, segundo a doutrina, “se limita a incluir no conteúdo da norma um sentido que já estava lá, apenas não havia sido explicitado pelo legislador”. A interpretação por analogia, por sua vez, “toma de uma norma e a aplica a um caso para o qual não havia preceito algum, pressupondo uma semelhança entre os casos”. Ou seja, no segundo caso é mais evidente que a interpretação está criando uma nova norma. Ao final, FERRAZ conclui que essa distinção não é aceita de modo uniforme na doutrina, mas que essa divergência é esperada, pois certa dose de indefinição é intrínseca à hermenêutica²⁴⁵.

Acerca das origens das diferentes espécies de interpretação concebidas pelos hermeneutas, afirma Jônatas MILHOMENS que a interpretação extensiva foi concebida para ser empregada “quando o texto se mostrava inexato, ou inadequado para traduzir plenamente o fim procurado pelo intérprete”²⁴⁶. Ou seja, destaca-se novamente a ideia de que o legislador disse menos do que queria exprimir.

Werner GOLDSCHMIDT, que parte da ideia de vontade legislativa, concebe a interpretação extensiva como um meio de se ajustar o sentido linguístico da norma à vontade autêntica de seu autor (no caso, o legislador), nos casos em que para tanto seja necessária uma ampliação de seu sentido²⁴⁷.

Em síntese, por um lado a interpretação extensiva se caracteriza como resultado da interpretação, seja porque acaba por estender seu sentido imediato e abrangência, seja porque vai além do sentido literal da norma. Por outro lado, ela pressupõe que o legislador disse menos do que era necessário e que a norma contém um sentido que não está claro, mas que é dela própria extraível, sem que seja necessário recorrer à analogia. Embora a

²⁴⁴ FERRARA, Francesco. Op. cit., p. 150-151.

²⁴⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., p. 297.

²⁴⁶ MILHOMENS, Jônatas. Op. cit., 134-135.

²⁴⁷ GOLDSCHMIDT, Werner. Op. cit., p. 268.

interpretação extensiva altere de algum modo o sentido da norma (e por isso deva ter seus limites), ela não cria uma nova norma.

Por isso, doravante neste trabalho, alude-se à “interpretação extensiva” como o resultado do emprego de outras modalidades de interpretação, quando ele resultar em extensão da quantidade de casos e hipóteses de fatos abrangidos pela norma.

A.II.9. Interpretação ab-rogante: não aplicação da norma interpretada

Por último, é necessário tratar ainda da interpretação ab-rogante, capaz de afastar a incidência da norma interpretada. Reputa-se necessário enfrentá-la neste trabalho, na medida em que ela consiste no método de interpretação capaz de atingir o resultado mais drástico em relação à norma, que é negar sua incidência ao caso por ela abrangido.

Segundo CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, o método de interpretação ab-rogante ocorre quando, “diante de uma incompatibilidade absoluta e irreduzível entre dois preceitos legais ou entre um dispositivo de lei e um princípio geral do ordenamento jurídico, conclui pela inaplicabilidade da lei interpretada”²⁴⁸.

FERRARA afirma, em sentido semelhante, que a interpretação ab-rogante ocorre quando a interpretação leva a um resultado extremo, que consiste em “negar sentido e valor a uma disposição de lei, quando se verifica a sua absoluta contraditoriedade e incompatibilidade com outra norma supra-ordenada e principal”²⁴⁹.

Na doutrina processual civil se encontram leituras acerca do art. 1.015 do CPC/15 que, ao reputá-lo incompatível com outras normas ou princípios do ordenamento, afastam sua incidência, ao menos quanto à taxatividade nele prevista.

A título de exemplo, reputa-se que esse é o método aplicado quando se defende a incompatibilidade do rol taxativo do agravo de instrumento com o sistema recursal, ou com a garantia constitucional de acesso à justiça e tutela jurisdicional efetiva, com base no argumento de que essas garantias atrairiam a necessidade de previsão de cabimento de agravo de instrumento para todos os casos em que a postergação da discussão pudesse tornar inútil a interposição de futuro recurso de apelação²⁵⁰.

²⁴⁸ CINTRA, Antonio Carlos de A; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Op. cit., p. 113.

²⁴⁹ FERRARA, Francesco. Op. cit., p. 151.

²⁵⁰ Exemplos dessa interpretação são abordados no capítulo A.III.1 deste trabalho.

Esse também seria o caso da tese da “taxatividade mitigada” do STJ (tratada no capítulo A.III, item 1.6), pois o resultado da interpretação é ab-rogante: nega sentido e eficácia à taxatividade prevista no art. 1.015 do CPC/15.

Diante disso, reputa-se necessário atentar para o risco de que o emprego inadequado (ilimitado) dos demais métodos interpretativos têm causado. Corre-se o risco de se incorrer em distorção interpretativa e adotar interpretação ab-rogante, que deveria ser a exceção, aplicável em última hipótese, pois via de regra o intérprete não pode negar a vigência da norma.

A.II.10. A ideia de lacuna jurídica e o regime de recorribilidade das interlocutórias do CPC/15

Passa-se agora à análise do método de integração analógica, o requisito para seu emprego (lacuna legislativa) e a relação com o regime de recorribilidade das interlocutórias do CPC/15.

O intérprete engajado em realizar a exegese das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento e empregar o método de integração analógica deve antes questionar se as hipóteses alegadamente esquecidas pelo legislador ao redigir o art. 1.015 do CPC/15 poderiam ser qualificadas como lacunas no sistema processual.

Entende-se respeitosamente neste trabalho que não há que se falar em lacuna. Todas as hipóteses de recorribilidade de decisões interlocutórias foram reguladas pelo CPC/15. Não houve lapso do legislador, porque há uma regra geral e outra específica. Ambas disciplinam uma mesma categoria processual (decisões interlocutórias).

Aquelas que são recorríveis de imediato, foram indicadas por meio de rol taxativo²⁵¹. Há 2 regimes: ou a decisão interlocutória é recorrível de imediato, por meio da interposição do agravo de instrumento, ou é postergada para a interposição da apelação (art. 1.009, §1º do CPC/15).

²⁵¹ No mesmo sentido, o entendimento de Teresa Arruda ALVIM: “A interpretação analógica há quando existe lacuna: por exemplo, considerar-se que pedido de reconsideração seria um recurso, já que semelhante às hipóteses previstas no artigo 944 do CPC: aqui, disciplina se um caso novo em virtude de semelhança com aquele que é regulado expressamente. É a analogia que não se permite quando a norma é taxativa. Não a interpretação extensiva: esta, se permite”. ALVIM, Teresa Arruda. **Um agravo e dois sérios problemas para o legislador brasileiro**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-14/teresa-arruda-alvim-agravo-dois-serios-problemas>>.

Pode-se até afirmar que a regra do art. 1.015 foi concebida para a tutela de certos casos que exigem reexame imediato e que a regra do art. 1.009, §1º somente seria aplicada de modo subsidiário. Por outro lado, pode-se afirmar que a regra do art. 1.009, 1º é a regra geral, de modo que, salvo as exceções de recorribilidade imediata por agravo de instrumento, previstas no art. 1.015 (regra específica e menos abrangente), a recorribilidade da interlocutória deve ser diferida. Trata-se de duas interpretações juridicamente possíveis. De todo modo, em qualquer hipótese, não houve omissão (ou lacuna legislativa) em relação a alguma hipótese de decisão interlocutória, pois foram concebidas 2 soluções que se aplicam a toda e qualquer decisão interlocutória.

Ou seja: em nenhuma hipótese se pode afirmar que há lacuna nesse regramento, na medida em que as decisões interlocutórias podem se enquadrar em um dos dois regramentos (ou recorribilidade imediata, ou postergada)²⁵².

Reconhece-se que o fato de alguns casos terem sido enquadrados na hipótese do art. 1.009, §1º (recorribilidade postergada) e não no art. 1.015 do CPC/15, não pareça ser a solução ideal – mas isso não autoriza que o regramento seja contornado por meio do intérprete com técnicas de integração analógica concebidas para suprir lacunas.

A.II.11. Interpretação da norma processual civil: diretrizes instrumentais, conceitos fundamentais e princípios estruturantes

O direito processual se caracteriza pelo seu caráter público (hoje majoritariamente reconhecido²⁵³) e por sua característica instrumental, voltada à

²⁵² Nesse sentido a advertência de MILHOMENS, baseado no pensamento de Paulo de Lacerda: “Muito cuidado se há de ter ao decidir se um caso concreto é, verdadeiramente, de lacuna do direito positivo. Tantas e tantas vezes a afirmativa é inexata, por caber o caso, apesar da estranheza que possa despertar, dentro da previsão de certa regra jurídica. Na apreciação dos fatos, o intérprete pouco versado na legislação, ou solícito demais, deixa-se levar pelo estudo superficial, e este mesmo frequentemente prejudicado pela paixão, e vê omissão da lei num caso que, na opinião dele intérprete, se deveria reger por dispositivo especial. Ora, isso não é correto. Talvez melhor seria que, para a hipótese, houvesse uma disposição especial; porém a verdade é que se existe um preceito relativamente geral do direito, em que o caso se possa enquadrar, não há lacuna”. MILHOMENS, Jônatas. Op. cit., p. 194-195.

²⁵³ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual...**, v. I, p. 46: “Ele [o direito processual civil] é direito instrumental e dinâmico e pertence ao direito público”, na medida em que “regula o exercício de uma atividade de caráter

realização do direito substancial. O direito processual civil, em especial, é marcado por um conjunto de princípios que lhe são próprios, tais como o do efeito preclusivo, do impulso e o dispositivo.

Especificamente no âmbito do direito processual brasileiro, o CPC/15 traz um conjunto de direitos e princípios que devem nortear sua aplicação, extraíveis dos arts. 4, 5, 6, 7 e 8, especialmente: (i) a busca pela primazia da solução de mérito (art. 4); (ii) celeridade, ou direito de obter a solução jurisdicional em tempo razoável (art. 4); (iii) o princípio da boa-fé, endereçado inclusive ao julgador (art. 5) (iv) o princípio da cooperação (art. 6); (v) o direito à paridade de tratamento (art. 7); (vi) o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 8); (vii) o princípio da proporcionalidade (art. 8); (viii) o princípio da razoabilidade (art. 8); (ix) o princípio da legalidade (art. 8); (x) o princípio da publicidade (art. 8); (xi) o princípio da eficiência (art. 8).

Reputa-se que os conteúdos extraíveis desses princípios, tanto os históricos (estruturantes do processo civil), quanto os positivados pelo CPC/15 em suas normas fundamentais da parte geral, devem orientar a busca pelos limites e método de interpretação acerca das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento²⁵⁴.

Segundo Rafael de PINA e José Castillo LARRAÑAGA, a interpretação do direito processual “deve tomar como objetivo achar em cada caso a solução mais satisfatória das exigências do processo como instituição de direito público”²⁵⁵. Ademais, a título de complementação, reputamos ser necessário respeitar o caráter instrumental do direito processual como aspecto integrante do norte interpretativo.

Além de COUTURE, já mencionado, outro pensador que se debruçou sobre o desafiador tema da interpretação das leis processuais foi Alfredo ROCCO, que em sua

público”: a jurisdição. Em sentido semelhante: LARRAÑAGA, Jose Castillo; PINA, Rafarel de. **Instituciones de Derecho Procesal Civil**. Mexico: Porrúa, 3ª ed., 1954, p. 15: “No deben inducir a error, algunas particularidades que contradistinguen el Derecho procesal frente a las otras ramas del Derecho público, sobre todo la circunstancia de que el contenido del Derecho Procesal lo da la realización de las relaciones jurídicas privadas, porque esta realización la asume el Estado como una tarea de interés general, y constituye, por ende, una función esencialmente pública”; No mesmo sentido, MAXIMILIANO, Carlos. Op. cit., p. 266.

²⁵⁴ Nesse sentido, Arruda ALVIM destaca a importância do emprego das técnicas da hermenêutica na aplicação das leis processuais e reforça que o art. 8 do CPC estabelece parâmetros de hermenêutica para interpretação das normas processuais brasileiras, os quais devem ser aplicados sempre conjuntamente, e que, nas palavras do doutrinador “incidem a todo momento: uns em mais intensidade que outros a depender do caso concreto, mas incidem sempre”. ALVIM, Arruda. Op. cit., p. 70-71.

²⁵⁵ LARRAÑAGA, Jose Castillo; PINA, Rafarel de. Op. cit., p. 24.

obra “A interpretação das leis processuais” (tradução livre), traz importantes contribuições sobre o tema, capazes de auxiliar no enfrentamento dos desafios que atravessam o presente capítulo deste trabalho.

Em primeiro lugar, ROCCO afirma que a norma processual civil é particular por ser instrumental (norma-meio) e por sofrer as influências do direito material privado, na medida em que a jurisdição, via de regra, só atua por provocação do particular²⁵⁶.

Em seguida, afirma que o direito processual está sujeito, apenas de forma mitigada e indireta, às influências da interpretação progressiva. Isso porque, sua característica instrumental, de realização do direito substancial (e que é um escopo mais abrangente, quando comparado com o de outros ramos do direito), faz com que o direito processual possa servir com a mesma eficácia para a realização dos mais diversos interesses materiais, independentemente das influências da evolução social²⁵⁷. Ou seja: o direito processual é mais independente em relação ao influxo das evoluções sociais do que o direito material.

Partindo desse pressuposto, conclui-se que a interpretação, para ROCCO, é mais limitada no campo do direito processual, pois adaptá-lo às novas condições sociais exige a intervenção dos órgãos legislativos do Estado²⁵⁸. No entanto, isso não significa, por óbvio, que o direito processual seja insensível ao desenvolvimento da realidade social.

Quanto às diversas modalidades de interpretação, ROCCO discorre sobre serem especialmente importantes para o direito processual a interpretação literal e sistemática da norma²⁵⁹. Ademais, ROCCO entende que, em casos duvidosos, o intérprete pode se valer do princípio da economia processual, que reputa ter um norte relevante por ter fundamento em valoração de política legislativa (necessidade da prática da menor quantidade de atividade processual possível para atingir o objetivo do processo)²⁶⁰.

²⁵⁶ ROCCO, Alfredo. Op. cit., p. 22-23.

²⁵⁷ Ibidem, p. 24.

²⁵⁸ Ibidem, p. 24-25. O exemplo dado por ROCCO para ilustrar essa limitação consiste na organização da atuação jurisdicional por especialização de matérias: embora, atualmente, cada vez mais se recomende a especialização da justiça em certas matérias do direito material (como a laboral, a concorrencial, a consumerista, etc.), por demanda das evoluções sociais, essa modificação não pode se dar pela via da interpretação progressiva, apenas pela alteração legislativa. Ibidem, p. 26.

²⁵⁹ Ibidem, p. 31 e 49.

²⁶⁰ Ibidem, p. 53.

Acerca dos aspectos característicos do direito processual, vale também a reflexão de Werner GOLDSCHMIDT (baseado em lições de James Goldschmidt), acerca do caráter dinâmico do direito processual, quando comparado ao estático, do direito material. Isto é, o processo é envolto por uma nuvem de incerteza porque ele se desenvolve por meio de juízos de verossimilhança, por possibilidades, expectativas e ônus. E essas incertezas geram dúvida sobre a justiça da decisão final do processo²⁶¹.

Disso decorre que uma mesma questão pode ser objeto de revisão dentro do processo, mas não se permite uma repetição ilimitada de revisões, seja porque as revisões também estão sujeitas aos vícios de incerteza fática e normativa, seja em razão da necessidade de que o processo culmine com uma sentença final que vincule as partes tal como se fosse a verdade autêntica²⁶².

Sobre os modos de interpretação que melhor se aplicam ao direito processual civil, Alípio SILVEIRA, citando lição de ROCCO, destaca que a interpretação sistemática é especialmente importante no direito processual civil. Quanto aos princípios, dá destaque ao do formalismo, pois este combate a liberdade das formas (arbítrio de cada sujeito processual quanto ao modo se manifestar no processo), capaz de gerar desordem e incerteza, incompatíveis com o escopo do processo²⁶³.

Acerca do aperfeiçoamento do processo civil, Niceto ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO destaca o aspecto instrumental e finalístico e afirma que devemos combinar, na ordenação de suas normas, os princípios que melhor sirvam à obtenção dos seus fins²⁶⁴.

José de Moura ROCHA destaca o caráter relativo da interpretação das normas jurídicas e a necessidade de atentar para o conjunto de princípios que norteia a atividade interpretativa em cada ramo do direito. Isso significa, por exemplo, que a interpretação das normas jurídicas no processo trabalhista, por ser orientado a priorizar a proteção do trabalhador, será diferente daquela realizada no processo civil, embora a interpretação

²⁶¹ GOLDSCHMIDT, Werner. Op. cit., p. 584-586.

²⁶² Idem.

²⁶³ SILVEIRA, Alípio. **Hermenêutica no direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.2, 1968, p. 398-400.

²⁶⁴ ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. **Proceso, autocomposición y autodefensa**. Ciudad Universitaria: UNAM, 2ª ed, 1970, p. 226.

incida sobre normas de direito processual. Assim, a interpretação do direito processual está ligada com a sua função estatal de composição dos litígios²⁶⁵.

Quanto aos principais modos de interpretação da norma processual, ROCHA cogita da gramatical (baseada na significação técnico-jurídica) como uma primeira etapa, seguida da interpretação orientada pelos princípios norteadores do processo e de sua sistematicidade, nos casos em que houver conflito de texto e texto ou texto e princípios. Ademais, destaca que a interpretação progressiva (pela qual a norma se transforma por influxo das mudanças sociais e políticas) se manifesta de modo mais tímido no direito processual. Ou seja, o direito processual seria menos influenciável por essas mudanças, se comparado com o caráter mais dinâmico do direito material²⁶⁶.

Com base nisso, extraem-se diretrizes fundamentais para se interpretar as normas processuais e, mais especificamente, as normas processuais recursais: é necessário atentar para os princípios e características fundamentais do processo, isto é: sua função pública; a incerteza causada pela nebulosidade das posições processuais (mitigada por meio da preclusão e pelo formalismo); o aspecto dinâmico do processo; seu caráter formalista, que ainda se manifesta com importância; seu aspecto sistemático, bem como o princípio preclusivo.

Isso significa, trazendo tais reflexões ao tema da previsão de recursos interlocutórios, que o processo não permite uma rediscussão ilimitada das questões, pois ele é ordenado e sua marcha caminha em direção à sentença final. Tratar da limitação da recorribilidade das interlocutórias e de cabimento do recurso que se destina a impugná-las (agravo de instrumento) é tratar desse aspecto fundamental do processo: sua necessária dinamicidade, a necessidade de ordem e preclusão para se alcançar a decisão de mérito (prestar a tutela jurisdicional) com economia processual e em tempo razoável.

A.II.12. Síntese dialética: quais interpretações sobre hipóteses de cabimento de agravo de instrumento devem ser admitidas

Com base nas reflexões acima desenvolvidas acerca dos tipos de interpretação das normas, passa-se a uma síntese envolvendo os questionamentos de quais

²⁶⁵ ROCHA, José de Moura. Op. cit.

²⁶⁶ Idem.

interpretações são cabíveis e têm aplicação para se extrair o sentido das hipóteses de cabimento contidas no art. 1.015 do CPC/15.

Para esse fim, parte-se de quadro sintético que constitui apêndice ao presente trabalho e contém os principais exemplos de interpretações já consagradas na doutrina. Os exemplos são baseados em casos concretos e em decisões que os processualistas foram identificando paulatinamente e que reputaram estar abrangidas pelos incisos do art. 1.015, ainda que não de modo claro e explícito.

O quadro-apêndice busca, de maneira não exaustiva, elencar as principais hipóteses em que é juridicamente possível cogitar do emprego de interpretações literais, extensivas em sentido amplo (por raciocínio lógico, finalístico ou sistemático), sistemáticas, finalísticas e analógicas (por meio de integração).

Cotejando-se as hipóteses arrolada no apêndice com as diretrizes interpretativas tratadas neste trabalho, conclui-se que devem ser descartadas todas as tentativas de integração analógica (por ausência de lacuna legislativa no regime legal de recorribilidade), bem como as interpretações sistemáticas e finalísticas que impliquem resultado ab-rogante: negar a taxatividade do rol.

Os modos de interpretação da norma quanto ao resultado dividem-se em interpretações restritivas e extensivas. Em sua acepção mais comum, “interpretação extensiva” se refere não a um método de interpretação específico, mais sim ao resultado do emprego de outros métodos de interpretação. Nesse caso, a expressão é empregada para se referir a uma categoria abrangente.

Admite-se a interpretação literal, bem como a interpretação extensiva *lato sensu* (em sentido amplo), isto é, aquela que estende o sentido da norma, em busca da vontade legislativa, como resultado de outras interpretações: lógica, sistemática, finalística e isonômica, desde que não tenham resultado ab-rogante, pois reputa-se que a negação da taxatividade do rol é negar vigência à norma, o que demandaria declaração de inconstitucionalidade. Tais modos de interpretação descartam a existência de lacunas jurídicas: apenas esclarecem o sentido das hipóteses já existentes.

Em síntese, os métodos literal, lógico, sistemático e finalístico da norma, e especialmente da norma processual, podem ser empregados em conjunto²⁶⁷, como distintos momentos da atividade de interpretação do rol do art. 1.015 do CPC/15 (associado ao 1.009, §1º). Ressalva-se apenas o entendimento de que o modo de interpretação (ou melhor, integração) do sistema recursal processual do CPC/15 por meio da analogia não é viável, tendo em vista a ausência de lacuna legislativa.

²⁶⁷ Aqui, recorda-se de reflexão compartilhada por Mateo Alia Pazos, a respeito da recomendável junção de métodos de interpretação das leis processuais: “Y como es cierto que a un punto determinado se puede llegar por caminos diferentes, el escoger cuál sea el más adecuado es la principal tarea del intérprete. La solución está en una justa ponderación de los elementos gramatical, lógico, histórico y teleológico. Debiendo tener siempre presente que una Ley procesal no es un fin en sí misma, sino que teniendo como misión encauzar el proceso por el camino adecuado, hay que allanar y dejar expedito este camino, evitando los obstáculos y trampas, donde se puede perniquebrar a cada paso la función esencial de todo derecho: la Justicia”. PAZOS, Mateo Alia. La interpretación de las leyes procesales. **Colaboración**, n. 303, mayo 1955. Disponível em: <https://www.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/Portal/1292344038953?blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=Content-Disposition&blobheadername2=EstudioDoctrinal&blobheadervalue1=attachment%3B+filename%3D1955_0303.pdf&blobheadervalue2=1288774416898>.

A.III. NATUREZA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/15 E ASPECTOS CONCEITUAIS E PRINCIPIOLÓGICOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

O presente capítulo se destina a analisar as diversas posições doutrinárias e a posição jurisprudencial do STJ acerca da natureza do rol do art. 1.015 e a relação de cada uma dessas posições com os conceitos fundamentais (conceito de recurso, preclusão) e princípios processuais (tais como duplo grau de jurisdição, irrecorribilidade em separado das interlocutórias, concentração, imediação, oralidade, taxatividade) que se relacionam com a estruturação de um modelo de recorribilidade de decisões interlocutórias.

Em seguida, o problema de recorribilidade das interlocutórias será colocado em perspectiva como um problema de política legislativa, na medida em que, na maioria dos casos, se revela como uma opção entre dois modelos processuais extremos: um pela ampla recorribilidade imediata das interlocutórias, outro pela postergação da impugnação para o momento da apelação contra a sentença final. Uma opção intermediária consistiria em elencar hipóteses de recorribilidade imediata das interlocutórias.

A.III.1. A DIVERGÊNCIA DE INTERPRETAÇÕES QUANTO À NATUREZA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/15

A doutrina processual civil tem desenvolvido linhas de interpretação para compatibilizar a necessidade de impugnação imediata das decisões interlocutórias com o rol do art. 1.015 do CPC/15.

E isso envolve a análise de meios autônomos de impugnação dessas decisões que não integram o sistema de impugnação previsto no CPC/15²⁶⁸, dentre os quais os mais importantes (por terem maior âmbito de utilização em face das decisões interlocutórias, dada suas hipóteses de cabimento) são o Mandado de Segurança (com previsão

²⁶⁸ Com isso, exclui-se do objeto de estudo deste trabalho, por opção metodológica, outros meios autônomos de impugnação além do mandado de segurança, correição parcial, reclamação e ação popular - tais como a ação rescisória, ação anulatória e o *habeas corpus*.

Constitucional²⁶⁹ e legal²⁷⁰) e a Correição Parcial (com previsão nos regimentos internos dos Tribunais e em legislação específica de abrangência limitada²⁷¹).

A análise da divergência de interpretações doutrinárias quanto ao rol do art. 1.015 é relevante para se compreender se o rol é mesmo taxativo, e caso positivo, quais são as diversas soluções concebidas para impugnação imediata das decisões interlocutórias não abarcadas por esse rol, bem como identificar se há espaço para emprego dos meios autônomos de impugnação.

Como se verá, em relação ao art. 1.015 do CPC/15, a ampla maioria tanto da doutrina como da jurisprudência (como se constatará mais detalhadamente adiante, com inúmeros exemplos) reconhece que esse dispositivo prevê um rol taxativo: o legislador teria sido bem claro na intenção de não admitir outras hipóteses de cabimento além daquelas que constam nesse rol²⁷².

A.III.1.1. A posição exemplificativa: da negação ao texto expresso de lei à uma abordagem pragmática para um retorno transversal ao regime de recorribilidade do CPC/73

A primeira posição é a daqueles que defendem o caráter exemplificativo do rol do art. 1.015 do CPC/15. Podemos citar os seguintes processualistas nessa linha.

²⁶⁹ Art. 5º, inc. LXIX da Constituição Federal: “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

²⁷⁰ Lei Federal 12.016/2009, que “Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências”.

²⁷¹ Lei Federal 5.010/1966, que “Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências”. Vale ainda ressaltar: embora em alguns casos a Correição Parcial possa guardar semelhanças, quanto ao procedimento, com o recurso de agravo de instrumento, com os recursos não se confunde. Primeiro, porque os recursos são previstos taxativamente em lei (questão que será mais aprofundada adiante). Segundo, porque ela é a apta a ensejar a revisão de uma decisão por meio de um procedimento com maior grau de autonomia (quando comparado com o procedimento recursal) em relação ao processo em que foi proferida. Por isso, a Correição Parcial é aqui enquadrada como meio autônomo de impugnação.

²⁷² Ainda quando o CPC/15 tramitava como Projeto de Lei 8.046/2010, há quem tenha se pronunciado sobre isso e entendido que inexistia prejuízo ao jurisdicionado pela mera taxatividade. Adotou-se a ideia de que se interlocutória pode ser revista em grau de apelação, inexistia dano risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois sempre haverá a possibilidade (ainda que diferida) de se anular ou cassar a sentença e reformar a decisão interlocutória anteriormente proferida. É o que defendeu Leonardo de Faria BERALDO, quando analisou especificamente a decisão que defere ou indefere produção de provas (uma decisão interlocutória que era agravável no CPC/73 e não é mais) e não enxergou riscos em postergar sua eventual reforma pelo Tribunal. BERALDO, Leonardo de Faria. Op. cit.

Manoel Caetano FERREIRA FILHO, ao tratar desse dispositivo, primeiramente declara que “surgirão muitas situações, não contempladas naquele rol, em que o agravo de instrumento terá que ser necessariamente admitido”²⁷³. Em seguida, após mencionar algumas situações que exigem reexame imediato e que não foram contempladas nas hipóteses do CPC/15, o processualista declara de forma categórica que “o rol é meramente exemplificativo” e que o critério para que outras hipóteses sejam nele pressupostas será a existência de dano grave, de difícil ou impossível reparação, a ser causado pela eficácia imediata da decisão interlocutória²⁷⁴. Destaca ainda que, caso não seja assim, será necessário admitir a impetração de mandado de segurança em face das decisões não contempladas pelo rol.

Na mesma linha, segue Gabriel Araújo GONZALEZ, que elaborou dissertação específica sobre o tema. Nela, ele parte da premissa de que os sucedâneos recursais são prejudiciais por gerar confusão processual. Além disso, o autor defende que, dos valores tutelados pelo art. 1.015, extrai-se que o rol nele inserido é exemplificativo, pois o agravo de instrumento deverá ser o recurso cabível sempre que a apelação “não for capaz de tutelar satisfatoriamente o direito supostamente violado por uma decisão interlocutória”²⁷⁵.

José Henrique Mouta ARAÚJO declara que, ou se admite que o rol seja indicativo (não taxativo), ou deveremos admitir a ampliação do cabimento de mandado de segurança contra as interlocutórias não previstas no art. 1.015 do CPC/15²⁷⁶⁻²⁷⁷.

²⁷³ FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. Comentários ao art. 1.009. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et al. (Coords.). **Código de Processo Civil Anotado**. OAB Paraná e AASP, 2019. Disponível em: <https://aaspsite.blob.core.windows.net/aaspsite/2019/02/CPC_annotado25.2.2019_atual.pdf>. Acesso em 11 de jan. 2020.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ GONZALEZ, Gabriel Araújo. Op. cit.

²⁷⁶ ARAÚJO, José Henrique Mouta. A recorribilidade das interlocutórias no novo CPC: variações sobre o tema. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 251, p. 207-228, jan. 2016.

²⁷⁷ Pedro Miranda de OLIVEIRA, por sua vez, reconhece a taxatividade do rol, mas entende que ela consiste em um retrocesso do CPC/15, por acarretar o emprego de outros meios de impugnação, tal como o mandado de segurança, que reputa ser “nefasto”. OLIVEIRA, Pedro Miranda de. **Novíssimo sistema recursal conforme o CPC/2015**. Florianópolis: Empório do Direito, 3ª ed., 2017, p. 72-73.

A.III.1.2. A posição taxativa e restritiva: defesa do emprego dos meios autônomos de impugnação para suprir deficiências do sistema

Outra posição admite que o rol é taxativo, mas reconhece limites à integração analógica ou interpretação extensiva do rol do art. 1.015, pois defende que sempre restará como alternativa à parte prejudicada a utilização dos meios autônomos, *i.e.*, ajuizamento do mandado de segurança, ou, excepcionalmente, de correção parcial.

Para a maioria dos doutrinadores representativos dessa corrente, embora não neguem a necessidade de interpretação do rol (o que é inevitável), destacam que não haveria nada de anômalo ou prejudicial ao sistema processual com a impetração do mandado de segurança para suprir hipóteses não abarcadas pelo rol do art. 1.015 do CPC/15, pois essa ação sempre foi utilizada como válvula de escape no sistema de recorribilidade dos diplomas processuais que vigoraram até a chegada do CPC/15.

Nessa vertente doutrinária, Eduardo TALAMINI e Luiz Rodrigues WAMBIER, os quais destacam que não há anomalia na impetração do mandado de segurança para os casos excepcionais acima mencionados. Pelo contrário: a utilização do mandado de segurança encontra amplo respaldo constitucional. Ademais, haverá interesse processual da parte na utilização desse meio de impugnação, pois de nada adianta que seja assegurada a impugnação postergada de alguma interlocutória: a irrecorribilidade que autoriza o mandado de segurança deve ser entendida como irrecorribilidade imediata (inexistente nas hipóteses não contempladas pelo rol do art. 1.015)²⁷⁸.

Indo além, TALAMINI e WAMBIER desenvolvem o principal argumento para defesa dessa interpretação restritiva do rol taxativo, que se baseia no risco do jurisdicionado em aceitar a ampliação do rol do art. 1.015 para além do elenco legal. Como a ausência de impugnação de determinada interlocutória no momento oportuno pelo recurso de agravo implicará preclusão da questão, a adoção de interpretações ampliativas pode gerar armadilhas processuais: a parte que optar por não interpor o agravo nas hipóteses não previstas pela lei e descartar interpretações ampliativas (em razão da

²⁷⁸ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 542-543. Em sentido semelhante, para Daniel Amorim Assumpção NEVES o rol do art. 1.015 do CPC é restritivo e, quando o agravo de instrumento for incabível, será necessário que os Tribunais admitam o mandado de segurança, sob pena de ofensa ao previsto no art. 5º, inc. II da Lei 12.016/2009. Para NEVES, a extensão das hipóteses do rol com base no princípio da isonomia também é recomendável. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Op. cit., p. 1.686-1.688.

sua incerteza e ausência de previsão legal) poderá se deparar no futuro com uma decisão do tribunal que repute ter havido preclusão, justamente com fundamento no argumento de que alguma interpretação extensiva (embora não prevista no art. 1.015) autorizaria a interposição do agravo anteriormente²⁷⁹.

Como se verá nos capítulos posteriores deste trabalho, a eleição de requisitos subjetivos destinados a ampliar o cabimento do agravo, pelo STJ, ainda que em julgamento vinculante, parece não solucionar o problema do risco de armadilhas.

André Vasconcelos ROQUE *et al.*²⁸⁰, por sua vez, também destacam o perigo da adoção de interpretações ampliativas e extensivas do art. 1.015 do CPC/15. Entende desacertada (*de lege ferenda*) a opção do legislador de prever um rol taxativo, e rejeita a concepção de que existem hipóteses de recorribilidade implícitas no CPC/15 – embora reconheça que a interpretação extensiva é cabível em algumas “hipóteses específicas” por meio de uma “interpretação sistemática”, tal como a prevista no inc. III do art. 1.015 (rejeição da alegação de convenção de arbitragem), que abrangeria a situação identificada pelo Enunciado 435 do FPPC²⁸¹.

Humberto THEODORO JÚNIOR entende que o rol do art. 1.015 é taxativo e que é cabível o emprego do mandado de segurança para as decisões não previstas no rol, por entender que estas se enquadram na permissão extraível do art. 5º, inc. II da Lei 12.016/2009, uma vez que não haverá possibilidade de suspensão imediata da decisão não agravável por meio da remota e diferida apelação. Destaca ainda que a viabilidade de utilização do *mandamus* nesses casos decorre da exigência constitucional de um processo justo e efetivo²⁸².

Para Arruda ALVIM, o rol do art. 1.015 é taxativo, em contraste com o que estabelecia o CPC/73, de modo que a regra geral do sistema agora é de que não há agravos

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ ROQUE, André Vasconcelos *et al.* **Hipóteses de agravo de instrumento no novo CPC: os efeitos colaterais da interpretação extensiva**. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columas/novo-cpc/hipoteses-de-agravo-de-instrumento-no-novo-cpc-os-efeitos-colaterais-da-interpretacao-extensiva-04042016>>. Acesso em: 11 out. 2018.

²⁸¹ Enunciado firmado nestes termos: “Cabe agravo de instrumento contra a decisão do juiz que, diante do reconhecimento de competência pelo juízo arbitral, se recusar a extinguir o processo judicial sem resolução de mérito”.

²⁸² THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil** [e-book]. 53ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

das interlocutórias. Segundo o autor, trata-se de modificação inspirada no princípio da instrumentalidade, pois “com menos atos obtém-se praticamente o mesmo resultado”, o que vai ao encontro da economia processual.²⁸³⁻²⁸⁴

Nessa mesma linha, o professor José Miguel Garcia MEDINA aponta com precisão a insuficiência do rol do art. 1.015, lembrando-nos que a riqueza do dia a dia do foro sempre traz situações concretas que não serão (e não foram) abrangidas pelo planejamento abstrato do legislador. Nesses casos, seria o caso de admitir a utilização do mandado de segurança como sucedâneo recursal, “sempre que se demonstrar a inutilidade do exame do ato acoimado de ilegal apenas por ocasião do julgamento da apelação”²⁸⁵.

Afirma MEDINA que a utilização do mandado de segurança será a melhor opção, pois este sim tem vocação constitucional e legal para a impugnação de decisões judiciais²⁸⁶⁻²⁸⁷.

No mesmo sentido, Sandro Marcelo KOZIKOSKI e Accácio CAMBI registram que o CPC/15 criou um rol exaustivo de decisões interlocutórias recorríveis por agravo de instrumento. No mais, admitem que diante do novo regime a utilização da correição parcial pode se tornar mais recorrente e reputam viável a impetração de mandado de

²⁸³ ALVIM, Arruda. Op. cit., p. 494.

²⁸⁴ Rodrigo BARIONI, por sua vez, comenta que haverá situações para as quais não foi previsto o agravo de instrumento e a parte não terá interesse recursal em interpor futura apelação para rediscutir a decisão já consumada. Nesse caso, defende a impugnação contemporânea pela via do mandado de segurança. “Assim sucede, por exemplo, no caso de decisão que determine a suspensão do processo em virtude de suposta prejudicialidade externa (art. 313, V, a, do CPC/2015). A decisão não consta no rol dos atos impugnáveis por meio do agravo de instrumento. Tampouco fará sentido impugná-la por meio da apelação, pois logicamente pressupõe que tenha encerrado o período de suspensão do processo. Assim, somente por meio do mandado de segurança a decisão interlocutória poderá ser impugnada.” BARIONI, Rodrigo. Preclusão diferida, o fim do agravo retido e a ampliação do objeto da apelação no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 243, p. 269-280, maio 2015.

²⁸⁵ MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil comentado**: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973 [livro eletrônico]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Referido autor ainda admite que, embora seja medida administrativa disciplinar contra atos tumultuários do juiz (não servindo para rever o mérito da decisão), a correição parcial pode acabar funcionando indiretamente como sucedâneo recursal em determinados casos.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Cabe aqui repetir a reflexão desse eminente doutrinador, quando tratou do mandado de segurança em obra específica: “o mandado de segurança poderá ser manejado contra decisão judicial sempre que o sistema não oferecer mecanismo recursal eficaz para afastar os efeitos da decisão recorrível”. MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fábio Caldas de. **Mandado de segurança individual e coletivo**: comentários à Lei 12.016/2009. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 78.

segurança em face das decisões não sujeitas a agravo de instrumento que tratam de questões que não podem aguardar até a solução da apelação²⁸⁸⁻²⁸⁹⁻²⁹⁰.

Dierle NUNES, Erica Alves ARAGÃO e Lígia de Freitas BARBOSA rejeitam a adoção da interpretação extensiva, que na visão dos autores afrontaria a independência funcional dos poderes estatais e a segurança jurídica, e defendem a implementação de pontual reforma legislativa, com emprego de dados empíricos e legislativos como forma de encontrar o modelo mais adequado a ser adotado como alternativa ao rol taxativo.²⁹¹

Por fim, para Zulmar Duarte de OLIVEIRA JUNIOR, não se pode expandir o rol do art. 1.015, que seria taxativo, sob pena de comprometer o sistema de preclusão do CPC/15, gerando grave insegurança jurídica causada pelo fato de que a ocorrência ou não de preclusão dependerá de interpretação sobre quanto o rol do art. 1015 pode ser estendido. No entanto, referido autor não aponta qual via pode substituir o emprego do agravo em face de decisões que exijam impugnação imediata.²⁹²

A.III.1.3. A posição taxativa que admite interpretações com resultado extensivo: o problema dos limites da interpretação analógica

Outra linha interpretativa é a dos autores que defendem que o rol do art. 1.015 do CPC/15 é taxativo e sustentam que essa taxatividade é compatível com interpretações

²⁸⁸ CAMBI, Accácio. Inovações contidas nos recursos de apelação, de agravo de instrumento, de agravo interno e de embargos de declaração previstas no Código de Processo Civil de 2015. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 991, p. 247-281, maio 2018.

²⁸⁹ Mais recentemente, modificando posição anteriormente veiculada na obra “Sistema Recursal CPC/15”, (de edição de 2016), Sandro Marcelo KOZIKOSKI sustentou que é indisputável que o rol do art. 1.015 pretendeu restringir a recorribilidade imediata de certas interlocutórias e que esse novo sistema desperta o uso do mandado de segurança como sucedâneo recursal (o que não deveria causar surpresa) e da correção parcial. Vide KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et. al. (coord.). **Código de processo civil anotado**. 3. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018, p. 1.461-1.462.

²⁹⁰ No mesmo sentido, Gilberto Gomes BRUSCHI afirma que o rol do art. 1.015 “aparentemente é taxativo” e que havendo relevância e urgência da revisão pelo Tribunal de decisão não passível de agravo de instrumento e que não possa aguardar o julgamento da apelação, será possível cogitar no cabimento de mandado de segurança contra ato judicial. BRUSCHI, Gilberto Gomes. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al (coords.). **Breves comentários ao novo código de processo civil**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 2.501.

²⁹¹ NUNES, Dierle; ARAGÃO, Erica Alves; BARBOSA, Lígia de Freitas. **STJ, o agravo e a interpretação extensiva do artigo 1.015 do novo CPC**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-08/opiniao-stj-agravo-interpretacao-artigo-1015-cpc#sdfnote22anc>>. Acesso em: 11 out. 2018.

²⁹² OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte de. In: GAJARDONI, Fernando da Fonseca et al. **Execução e recursos: comentários ao CPC 2015**. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 1.070-1.071.

extensivas e analógicas, pelas quais se extrairiam novas hipóteses de recorribilidade, não explicitadas na literalidade do rol.

Dentro dessa posição, ainda seria possível dividir seus defensores em duas subcorrentes. A primeira defende a aplicação da técnica de “interpretação extensiva” e analógica de forma ampla e descarta (ou dá pouca relevância para) o emprego dos meios impugnativos autônomos. A segunda, por sua vez, defende a aplicação somente da “interpretação extensiva” (relegando a analógica), mas em um grau mais modesto e de forma conjugada com o emprego do mandado de segurança – e eventualmente da correção parcial.

A primeira subcorrente é encabeçada por Fredie DIDIER JÚNIOR e Leonardo Carneiro da CUNHA. Esses doutrinadores defendem que as decisões interlocutórias agraváveis na fase de conhecimento sujeitam-se a uma taxatividade legal, mas que essa taxatividade é compatível com a adoção de interpretação extensiva e analógica do art. 1.015 do CPC/15 para dele extrair hipóteses não expressamente previstas²⁹³. Para sustentar essa posição, os autores rememoram casos em que o STJ, a doutrina do processo penal e a do processo civil entenderam pela compatibilidade de taxatividade com interpretação extensiva e analógica²⁹⁴. Ainda, tais autores descartam a utilização do mandado de segurança como solução para os problemas gerados pela taxatividade, por reputarem que seu uso contra ato judicial é anômalo, excessivo e pior em termos de política judiciária²⁹⁵.

Antonio Roberto SANCHES JUNIOR e Erick Coutinho de CARVALHO, por sua vez, admitem a interpretação extensiva do rol taxativo do art. 1.015 e ao mesmo tempo são contrários à utilização do mandado de segurança, por reputarem que é meio de impugnação mais custoso para a parte²⁹⁶.

A despeito de também reconhecerem a taxatividade do rol e a necessidade de se adotar a técnica da interpretação analógica, Luiz Guilherme MARINONI, Sergio Cruz

²⁹³ CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JÚNIOR, Fredie. Op. cit.

²⁹⁴ Com isso, defendem que a interpretação conduz à conclusão de que a decisão que versa sobre competência e a decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual na fase de conhecimento são passíveis de impugnação por meio de agravo de instrumento. CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JÚNIOR, Fredie. Op. cit. A respeito, vide capítulo A.I, item 3 deste trabalho

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ SANCHES JUNIOR, Antonio Roberto; CARVALHO, Erick Coutinho de. Op. cit., p. 19-44.

ARENHART e Daniel MITIDIERO, em posição intermediária entre as duas subcorrentes, não chegam às mesmas consequências alcançadas por DIDIER e CUNHA quanto às hipóteses adicionais de recorribilidade acima mencionadas²⁹⁷.

Sandro Marcelo KOZIKOSKI já defendeu ser preferível a opção pela interpretação analógica a fim de abarcar certas “decisões interlocutórias relevantes” ao invés de optar pelo mandado de segurança, que estaria sujeito ao regimento interno dos Tribunais e por isso poderia acarretar o deslocamento da discussão de órgãos especializados do Tribunal para outros julgadores menos acostumados com as matérias debatidas na causa²⁹⁸.

Cassio Scarpinella BUENO, por sua vez, reconhece que há uma tarifação de hipóteses no rol do art. 1.015 e recomenda que, quanto às hipóteses nele não previstas, será admissível, quando muito, a interpretação ampliativa, a fim de não generalizar o emprego do mandado de segurança como sucedâneo recursal.²⁹⁹

Ainda na linha da interpretação extensiva, mas encaminhando-se para a segunda subcorrente, temos a posição de Pablo Freire ROMÃO³⁰⁰, para quem é cabível a interpretação extensiva dos incisos do art. 1.015, mas não da mesma forma apregoadas por DIDIER e CUNHA. Para ROMÃO, deve-se respeitar a finalidade das hipóteses previstas pelo Código³⁰¹, mas para os casos em que não há como se extrair uma interpretação finalística, defende a impetração do mandado de segurança, respeitados os requisitos para o cabimento dessa ação.

Henrique de Moraes Fleury da ROCHA defende a interpretação extensiva do rol taxativo e destaca dois casos em que seria impositiva sua adoção: (i) qualquer decisão que verse sobre suspensão do processo (hipótese que seria extraível do art. 1.037, §13,

²⁹⁷ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado** [e-book]. 2. ed. [S.l.]: Revista dos Tribunais, 2016.

²⁹⁸ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Sistema recursal CPC 2015**: em conformidade com a Lei 13.256/2016. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 171-173. Ressalte-se que essa posição parece ter sido superada pelo autor, como se extrai de seu texto mais recente, já citado neste trabalho.

²⁹⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 653.

³⁰⁰ ROMÃO, Pablo Freire. Taxatividade do rol do art. 1.015, do NCPC: mandado de segurança como sucedâneo do agravo de instrumento? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 259, p. 259-273, set. 2016.

³⁰¹ O que justificaria, por exemplo, a interposição do agravo contra decisões que postergassem a apreciação do pedido de tutela de urgência, pois isso equivaleria à sua rejeição (art. 1.015, inc. I do CPC/15). Idem. A respeito dessa hipótese, vide capítulo A.I, item 1 deste trabalho.

inc. I do CPC/15)³⁰²; (ii) qualquer decisão proferida em processos de recuperação judicial e falência (hipótese extraível do art. 1.015, par. único). Para os demais casos, desde que envolvam situação de irrecurribilidade prática da decisão interlocutória e que não admitam interpretação diante do risco de insegurança quanto à preclusão, seria cabível o mandado de segurança.³⁰³

Podem ser classificados na segunda subcorrente Lenio Luiz STRECK e Diego Crevelin de SOUSA, pois concordam que o rol é taxativo, defendem a adoção de interpretação extensiva do rol – o que não se confundiria com o que chamaram de “superinterpretação” (que consistiria em, p .ex., extrair do inc. III do art. 1.015³⁰⁴ a recorribilidade de decisão que verse sobre competência), bem como o emprego do mandado de segurança para casos extremos, não previstos pelo legislador³⁰⁵.

Semelhantemente, Carlos Frederico Bastos PEREIRA entende ser viável a adoção da interpretação extensiva do rol taxativo, mas rejeita a interpretação analógica, sobre o fundamento de que o Código não contém a lacuna que justificaria a aplicação dessa técnica, uma vez que o art. 1.009, §1º supre as hipóteses não abarcadas pelo art. 1.015. No mais, esse autor não se pronuncia a respeito da viabilidade de emprego dos meios autônomos de impugnação.³⁰⁶

O entendimento de Clayton MARANHÃO parece ser no mesmo sentido. Para MARANHÃO, o rol do art. 1.015 do CPC/15 é taxativo, mas em situações

³⁰² A respeito do art. 1.037, §13º, inc. I do CPC, Marcelo Mazolla, que também compartilha da posição que vê no art. 1.015 um rol taxativo, defende que há no 1.037, §13º, inc. I uma hipótese de cabimento de agravo de instrumento escondida, que seria a decisão que aprecia pedido de distinguishing (o que pode implicar a suspensão ou o prosseguimento do processo) em caso de afetação no regime do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), e não só na hipótese expressamente prevista, que diz respeito ao regime de julgamento de recursos especiais e extraordinários repetitivos. MAZOLLA, Marcelo. **A verdadeira hipótese de agravo de instrumento escondida no novo CPC**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-nov-21/marcelo-mazzola-verdadeira-hipotese-agravo-escondida-cpc#sdfootnote2anc>>. Acesso em: 11 out. 2018.

³⁰³ ROCHA, Henrique de Moraes Fleury da. Op. cit.

³⁰⁴ “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: (...) III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;”.

³⁰⁵ STRECK, Lenio Luiz; SOUSA, Diego Crevelin de. **No STJ, taxatividade não é taxatividade? Qual é o limite da linguagem?** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-07/stj-taxatividade-nao-taxativa-qual-limite-linguagem#_ftnref1>. Acesso em: 11 out. 2018.

³⁰⁶ PEREIRA, Carlos Frederico Bastos. Interpretação extensiva, analogia e o rol do artigo 1.015 do Código De Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 282, p. 267-284, ago. 2018.

excepcionalíssimas deve-se admitir tanto a interpretação extensiva do rol de cabimento de agravo como a impetração de mandado de segurança³⁰⁷.

Semelhante é a posição adotada por Graciela MARINS, que concorda com a taxatividade do rol, admite interpretação ampliativa desde que não seja “por demais forçada” e defende a utilização do mandado de segurança nas hipóteses como sucedâneo recursal nas hipóteses não previstas pelo rol, desde que: (i) não se admita a interpretação ampliativa e (ii) haja urgência na análise da questão antes da fase de apelação, ou a decisão impetrada seja manifestamente ilegal ou teratológica.³⁰⁸

Vinicius Silva LEMOS defende que o rol do art. 1.015 é taxativo e que, embora a interpretação extensiva seja válida em alguns casos, deve ser utilizada com parcimônia porque a ampliação exagerada pode gerar insegurança jurídica e contrariar o objetivo do legislador³⁰⁹.

A grande dúvida (e crítica) deixada pela posição que defende a adoção da interpretação extensiva e analógica em conjugação com um rol taxativo consiste em saber qual o limite para a interpretação por meio da analogia. E isso repercute diretamente na questão da preclusão e na segurança jurídica: além de não existir um consenso entre aqueles que defendem essa posição, quanto mais flexível e inusitada for a interpretação, maior será o risco de que ocorram divergências quanto à interpretação e ocorra uma preclusão inesperada (pois fruto de uma interpretação do Tribunal não prevista pelo jurisdicionado) – em afronta à garantia de segurança jurídica.

³⁰⁷ Ao final, conclui que “o problema de fundo na ponderação de todas essas possíveis soluções jurídicas reside sempre no excesso de trabalho afeto às instâncias jurisdicionais”. MARANHÃO, Clayton. Agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015: entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 256, p. 147-168, jun. 2016.

³⁰⁸ MARINS, Graciela. O mandado de segurança como sucedâneo recursal nas hipóteses não previstas no art. 1.015 do CPC/2015. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins**: volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 161-172.

³⁰⁹ Embora ao autor discorde da previsão do modelo de recorribilidade por agravo de instrumento cogitado pelo CPC/15, reconhece a que a ampliação interpretativa que amplie o cabimento do agravo para uma multiplicidade de decisões agraváveis não é juridicamente possível sem alteração legislativa. LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 210-219.

A.III.1.4. As posições alternativas

A.III.1.4.1. A posição que defende a utilização do poder geral de cautela (art. 300 do CPC/15) para a antecipação da decisão do Tribunal

Outra linha de interpretação bastante original foi concebida pela professora Ana Beatriz Ferreira Rebello PRESGRAVE, que defende a impugnação imediata de interlocutória não abrangida pelo art. 1.015 através de uma tutela de urgência antecedente recursal, que levaria o Tribunal a antecipar o julgamento de uma questão que seria ordinariamente apresentada como preliminar da apelação (recurso diferido). Tudo isso com base no art. 300 do CPC/15, observado o ônus da parte de demonstrar a situação de risco ao resultado útil do processo³¹⁰.

Em suma, seria uma espécie de tutela cautelar subordinada a uma futura e hipotética apelação, a fazer as vezes de agravo de instrumento.

A.III.1.4.2. A posição defensora de um conceito de “Taxatividade Fraca” para abertura do rol do art. 1.015 do CPC/15

William Santos FERREIRA adota posição original ao defender que o rol do art. 1.015 do CPC/15 traz uma “taxatividade fraca”, o que implicaria dizer que a parte poderá se utilizar do recurso de agravo de instrumento sempre que demonstrar a inutilidade na interposição futura do recurso de apelação. Isso derivaria de uma interpretação sistemática do sistema recursal do CPC/15, que, segundo a visão do autor, seria inequivocamente adepto da ampla recorribilidade das interlocutórias (seja através do agravo seja por meio da apelação)³¹¹.

Admitido esse pressuposto e considerando que o Código previu a possibilidade de impugnação de interlocutórias na apelação, FERREIRA conclui que esse regime não pode conduzir à falta de interesse recursal ou à inutilidade da apelação, sob pena de revelar uma contradição do sistema. Se isso acontecer no caso concreto, o autor acima mencionado entende que cabe à parte interpor o agravo e demonstrar a inutilidade da

³¹⁰ PRESGRAVE, Ana Beatriz Ferreira Rebello. **O problema do rol taxativo do 1015: há uma solução no CPC?** Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/leitura/o-problema-do-rol-taxativo-do-1015-ha-uma-solucao-no-cpc-por-ana-beatriz-ferreira-rebello-presgrave>>. Acesso em: 11 out. 2018.

³¹¹ FERREIRA, William Santos. Cabimento do agravo de instrumento e a ótica prospectiva da utilidade – o direito ao interesse na recorribilidade de decisões interlocutórias. **Revista de processo**, São Paulo, v. 263, p. 193-203, jan. 2017.

apelação. Na hipótese de os tribunais não aceitarem a interposição do agravo nesses termos, aí sim o autor defende a impetração do mandado de segurança³¹².

Atento ao problema do risco de armadilhas processuais relacionadas à preclusão e à divergência quanto ao cabimento ou não do agravo, FERREIRA defende que os Tribunais deverão aplicar o princípio da fungibilidade para não prejudicar a parte recorrente³¹³.

William dos Santos FERREIRA também destaca que a supressão do cabimento de agravo de instrumento em casos de iminente risco de dano irreparável ou de difícil reparação importa em violação da garantia da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, inc. XXXV da Constituição Federal) e da razoável duração do processo (art. 5º, inc. LXXVIII da Constituição Federal), na medida em que a ausência de condições para efetivação da reforma de uma decisão interlocutória por ocasião do julgamento da apelação esvaziaria qualquer expectativa de razoabilidade jurisdicional³¹⁴.

Em suma, FERREIRA sustenta que prever a apelação para casos em que a recorribilidade diferida da interlocutória implicaria o esvaziamento do interesse recursal é inadmissível, porque resultaria em solução inconstitucional, incompatível com a garantia do acesso à justiça – garantia da qual decorreria o direito da parte de ter interesse recursal sempre que o regime de recorribilidade fosse o previsto em lei³¹⁵.

Outro aspecto fundamental identificado por FERREIRA, e retomado mais adiante neste trabalho, consiste em desvantagens do emprego do mandado de segurança para impugnar decisões interlocutórias: (i) o extenso prazo para impetração, (ii) a criação de um “sistema recursal próprio ‘sobreposto’ ao sistema recursal da demanda” e (iii) a diferença de competências, nos regimentos internos dos Tribunais, para processamento de recursos e para julgamento de mandado de segurança – a acarretar, na visão do referido processualista, um “sistema não econômico, ineficiente e, sobretudo, com possibilidade de violar o juiz natural, pois os julgadores da ‘decisão interlocutória’ não serão os julgadores da causa”³¹⁶.

³¹² Idem.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Idem.

Caminho semelhante parece trilhar Roberta Dias Tarpinian de CASTRO, para quem a interpretação extensiva autorizaria “a recorribilidade de situações que sejam urgentes e passíveis de gerar à parte lesão, e até mesmo ao processo, por incompatibilidade lógica com o sistema da apelação.”. CASTRO ainda pontua que essa solução é preferível ao mandado de segurança, e invoca a posição de FERREIRA para defender que a extensão do rol do art. 1.015 é cabível quando a recorribilidade diferida tem o potencial de tornar ineficaz a tutela do direito da parte (o que seria aferido através de uma ótica prospectiva), tornando-a incompatível com o conceito de recurso (que teria como qualidade intrínseca a justiça e, portanto, a celeridade).³¹⁷

A concepção de FERREIRA, identificando corretamente que, sob a ótica legislativa, é censurável o fato de que o art. 1.015 do CPC/15 tenha deixado de fora certas hipóteses de decisões interlocutórias, que demandariam reexame imediato sempre que a postergação da discussão pudesse conduzir à ausência de interesse recursal, parece ter sido o que motivou Portugal a adotar cláusula aberta de cabimento de recurso contra interlocutórias (v. capítulo A.III, item 2.6).

No entanto, apesar da respeitável posição, entende-se neste trabalho que as garantias constitucionais, especialmente as invocadas para amparar a abertura do rol do art. 1.015 do CPC/15 a tais situações excepcionais, não conduzem necessariamente a essa interpretação. Além de a razoável duração do processo também constituir fundamento para limitação de recursos (v. capítulo A.III, item 2.8), reputa-se que a inafastabilidade da tutela jurisdicional é assegurada pela impetração de mandado de segurança. Parece ter sido o que entendeu o legislador brasileiro ao adotar referido rol.

Ao final e em um sentido prático, a posição defensora da taxatividade fraca, acaba por conduzir à resultado prático de que o rol do art. 1.015 não é taxativo, pois comporta hipóteses de recorribilidade não previstas no rol da norma.

A.III.1.4.3. A posição de ceticismo quanto ao sucesso da restrição de recorribilidade concebida pelo CPC/15

³¹⁷ CASTRO, Roberta Dias Tarpinian de. O agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015 e a (im)possível interpretação extensiva. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis**: volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 459-483.

Para ilustrar outra perspectiva doutrinária sobre a alteração no sistema de recorribilidade das interlocutórias, que reconhece a taxatividade do rol, embora concorde com as críticas à escolha legislativa, e admite o emprego concomitante dos meios autônomos, podemos mencionar a posição de Heitor SICA.

Para esse autor, em face da restrição ao cabimento de agravo de instrumento no CPC/15, será inevitável o aumento de ajuizamento de mandados de segurança como alternativa de impugnação das decisões interlocutórias que causem prejuízos incontornáveis para a parte, que passará a enquadrar os pronunciamentos desfavoráveis em alguma situação de violação de “*direito líquido e certo*”³¹⁸.

Nas palavras do autor, trata-se de “risco que o nosso sistema processual se dispôs a assumir [a adoção do rol taxativo e consequente o aumento do emprego do mandado de segurança] e que pode se revelar insidioso”³¹⁹. Ou seja: é inegável que aí se reconhece a existência de uma opção legislativa que aposta na restrição do agravo, ainda que com assunção dos riscos de que o regime não vingue.

Essa analogia caracteriza bem a posição do autor, que é bastante cético com a tentativa de restrição da recorribilidade das interlocutórias: acredita não só que aumentará

³¹⁸ SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Recorribilidade das interlocutórias e sistema de preclusões no Novo CPC** – primeiras impressões. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3087246/mod_resource/content/1/Heitor%20Sica%20-%20Recorribilidade%20das%20interlocuto%CC%81rias%20e%20sistema%20de%20precluso%CC%83es%20no%20Novo%20CPC.pdf. Acesso em 04 out. 2017.

³¹⁹ Idem.

o ajuizamento de mandados de segurança, mas também tem a plena convicção de que o agravo de instrumento “permanecerá vivo e saudável”³²⁰⁻³²¹.

Trata-se de um diagnóstico que foi antecipado por Heitor SICA enquanto ainda vigorava o CPC/73, e que foi tratado em artigo de sua autoria tratando especificamente das consequências da reforma trazida pela Lei 11.187/2005, que introduziu a redação do art. 522 do CPC/73³²² que vigorou até a entrada em cena do CPC/15³²³.

Para SICA, o ideal seria que o legislador elaborasse lista taxativa de hipóteses em que o agravo de instrumento não seria admitido, pois desse modo ficaria clara a opção política do sistema em assumir o risco da posterior modificação da decisão³²⁴. Outra saída sugerida pelo processualista em relação ao problema da recorribilidade das interlocutórias

³²⁰ Continuando nesse raciocínio, Heitor SICA menciona os inconvenientes de ordem procedimental nessa troca de mecanismos de recorribilidade e faz uma analogia bastante intuitiva entre a história do recurso de agravo e o mito “*Prometeu Acorrentado*” de Ésquilo, com o intuito de ilustrar a relação entre o legislador e as mudanças processuais que estendem ou restringem a recorribilidade das decisões interlocutórias. Nesse contexto mítico, por um lado, o agravo se assemelharia ao fogo roubado pela ousadia de Prometeu, que simboliza o litigante rebelde em face da histórica lei régia de Portugal. Como essa lei havia restringido o cabimento da apelação, o litigante (Prometeu) se viu forçado a conceber o recurso de agravo e utilizá-lo de forma recorrente para manifestar seu inconformismo. Por outro lado, o agravo também simbolizaria o fígado de Prometeu, que é constantemente flagelado pelas mudanças processuais (abutres) trazidas pelo legislador (Zeus), mas sempre mantém sua capacidade de se regenerar. *Idem*.

³²¹ Explorando a analogia com a figura mítica de Prometeu e dialogando mais detidamente com os dilemas enfrentados pelos personagens da mitologia grega, Eduardo Henrique de Oliveira YOSHIKAWA, valendo-se da analogia mítica mencionada por Heitor SICA, também critica a opção do legislador por um rol taxativo e cogita de alternativas para superação do problema das interlocutórias imediatamente irrecorríveis por ele negligenciadas, mas se exime de dar uma solução definitiva para o problema, de modo que acaba por sugerir futura alteração legislativa do CPC/15 para que haja o retorno da cláusula geral do art. 522 do CPC/73 (com a redação dada pela Lei 11.187/2005) ou a ampliação do número de hipóteses do atual rol taxativo. YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. *Prometeu (re) Acorrentado: a recorribilidade em separado das decisões interlocutórias do CPC/39 ao CPC/2015*. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis**: volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 159-197.

³²² Art. 522 do CPC/73, com a redação dada pela Lei 11.187/2005: “Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento”.

³²³ Neste artigo, SICA destaca que com a alteração do CPC/73 trazida pela lei 11.187/2005, havia ficado claro, por interpretação literal, que o agravo retido deveria se tornar a regra, e agravo de instrumento, a exceção. Ademais, afirma que são poucas as decisões interlocutórias que, pelo seu conteúdo, não geram prejuízo imediato à parte. Diante disso, defende que as decisões que gerem risco de dano devem ser agraváveis, assim como deve ser admitido o agravo de instrumento quando o recorrente não tiver interesse em postergar a discussão da interlocutória (no artigo, referido autor alude ao agravo retido, atualmente substituído pelo mecanismo do art. 1.009, §1º, CPC/15, que difere a preclusão). SICA, Heitor Vitor Mendonça. *O Agravo e o “Mito de Prometeu”: considerações sobre a Lei 11.187/2005*. In: NERY JR, Nelson; ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 193-219.

³²⁴ *Idem*.

consiste em concentrar a solução das questões incidentais em uma única decisão, de modo que a impugnação ocorra uma única vez. No entanto, recorda ainda SICA que essa concentração exigiria a promoção do princípio da oralidade, tarefa difícil em um país como o Brasil, por questões geográficas e culturais.

SICA ainda traz relevante distinção entre tipos de decisões interlocutórias, sob o prisma de possibilidade de causar dano à parte: (i) primeiro, aquelas que geram prejuízo meramente potencial e que pode ser afastado integralmente pela sentença; (ii) segundo, aquelas que geram prejuízo imediato, que não pode ser afastado com eficácia nem pela sentença nem por eventual acórdão³²⁵.

Nesse quadro problemático, uma sugestão de solução dada por SICA consiste em concentrar ao máximo a resolução das questões incidentais para em um só momento processual. No entanto, como essa solução demandaria o aumento da oralidade (que por sua vez exigiria mudanças estruturais drásticas no sistema processual), SICA prefere deixar em aberto a resposta para esse impasse³²⁶.

Em comentário à decisão do STJ sobre a tese de “taxatividade mitigada”³²⁷, SICA teceu importantes considerações. A primeira delas: é possível cogitar em 2 categorias de decisões interlocutórias que, se não forem agraváveis, não poderão ser impugnadas e revistas com a mesma efetividade e utilidade por ocasião do julgamento da apelação. A primeira categoria é a das decisões em que não haverá interesse processual da parte, caso sua discussão seja postergada. Seria o caso da decisão que suspende o processo. A segunda categoria é a das decisões que, se forem revisadas apenas por ocasião da apelação, “gerariam um risco inaceitavelmente insidioso de anulação de todo o processo, por exemplo, a alegação de incompetência absoluta”³²⁸.

E diante dessa situação, SICA nos expõe 3 possíveis soluções. A primeira é empregar a “válvula de escape” do sistema: o mandado de segurança. No entanto, ele traria inconvenientes para as partes e para o Poder Judiciário, que não o vê com bons olhos. As outras duas soluções seriam: (i) entender que o rol do art. 1.015 é taxativo, mas

³²⁵ Idem. Segundo SICA, na primeira categoria estariam incluídas as decisões interlocutórias que versam sobre matéria probatória.

³²⁶ SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Recorribilidade...**

³²⁷ Sobre a tese do STJ, vide capítulo A.III, item 1.6.

³²⁸ SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Agravo de instrumento e os efeitos práticos da decisão do STJ: riscos de preclusão?** Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2019/07/22/agravo-de-instrumento/>>.

que ele pode ser interpretado de forma ampliativa – no entanto, esse método tem limites; (ii) entender que o rol não é taxativo, pois em determinados casos é necessário admitir o cabimento do agravo de instrumento, ainda que sem previsão expressa³²⁹.

Semelhantemente, pontuando eventuais óbices à adoção da interpretação extensiva e ao emprego do mandado de segurança, Rogerio Licastro Torres de MELLO *et. al.* reputam indubitoso o fato de que o rol do art. 1.015 é taxativo e que não abarcou todas as hipóteses de decisões que deveriam ser necessariamente agraváveis, mas se eximem de responder qual seria a solução para o problema, limitando-se a afirmar que o legislador deveria ter prestigiado o rol mais extenso da versão da Câmara dos Deputados do CPC/15 (Projeto de Lei 8.046/10).³³⁰

Em suma, tais posições também são reconduzíveis à ideia de que o rol taxativo seria insustentável em razão da insurgência das partes e do emprego dos meios autônomos, de modo que seria preferível um retorno a um rol exemplificativo.

A.III.1.5. A posição extensiva e garantista: defesa da abertura do rol com base em interpretação em conformidade com a Constituição

Dentre aqueles que defendem a necessidade de ampla abertura do rol taxativo do art. 1.015, há autores que se valem de argumentos juridicamente mais elaborados. Fala-se em “taxatividade fraca” e em necessidade de se adotar uma interpretação conforme à Constituição para admitir o cabimento de agravo em certas situações, sob pena de afronta à garantia de acesso à justiça e ao duplo grau de jurisdição.

Para Luís Henrique Barbante FRANZÉ, o art. 1.015 do CPC/15 deve ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal, a fim de que o agravo de instrumento seja cabível “quando impugnar qualquer decisão interlocutória cujo reexame seja urgente e/ou relevante, independentemente de estar no rol do art. 1.015, do CPC/2015.”³³¹

³²⁹ Idem.

³³⁰ MELLO, Rogerio Licastro Torres de *et. al.* **O agravo de instrumento e o rol do art. 1.015 do novo CPC: taxatividade?** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI235291,81042-O+agravo+de+instrumento+e+o+rol+do+art+1015+do+novo+CPC+taxatividade>>. Acesso em: 11 out. 2018.

³³¹ FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. *Op. cit.*, p. 227-228.

Em defesa desse entendimento, FRANZÉ sustenta que: (i) solução diversa que não permitisse a apreciação imediata, via agravo de instrumento, de decisões que exigissem urgência, importaria em afronta à garantia constitucional de acesso à justiça e ao duplo grau de jurisdição; (ii) é melhor ampliar o cabimento de agravo de instrumento do que admitir o “uso deturpado” do mandado de segurança³³².

Em suma, FRANZÉ defende que o art. 1.015 do CPC/15 deve ser interpretado em conformidade com a Constituição, especificamente a garantia do amplo acesso à justiça (art. 5º, inc. XXXV) e duplo grau de jurisdição (inc. LV do art. 5), a fim de se admitir a interposição do recurso em face de decisões sempre que o reexame seja “urgente e/ou relevante” – como, por exemplo, as decisões que não possam aguardar o julgamento da apelação³³³.

FRANZÉ rejeita o mandado de segurança por reputar que causaria a banalização da ação constitucional e a sobrecarga do Judiciário, gerada por um novo processo, dentro do qual poderão existir novos recursos. Por fim, afirma FRANZÉ que o problema da preclusão é solucionado pela vedação da antecipação da preclusão nos casos não previstos pelo rol do art. 1.015, pois caso contrário, “a recorribilidade ficaria a cargo de interpretação que gerará odiosa insegurança jurídica”³³⁴.

Discorda-se dessa posição porque ela se vale de um conceito muito abrangente e de pouca concretude: relevância. Atrelar o cabimento à demonstração da “relevância” é como atrelar o cabimento à demonstração de prejuízo e interesse em recorrer. Trata-se de requisito não previsto na lei e que é capaz de gerar insegurança jurídica. Outro problema consiste na falta de sistematização da preclusão: ela jamais incidirá, inclusive quando o agravo de instrumento for interposto e for demonstrada a urgência e/ou relevância? Surgem outros desafios interpretativos e problemas permanecem.

Ademais, como se verá adiante, no capítulo A.III, item 2.3 e seguintes deste trabalho, a cláusula de devido processo legal, ligada à ideia de inafastabilidade da tutela

³³² Idem.

³³³ Ibidem, p. 261-269. Ademais, FRANZÉ discorda tanto da interpretação taxativa quanto daquela que admite a interpretação extensiva baseada na ampliação dos tipos do art. 1.015. Sustenta que a interpretação extensiva não deve ser feita com base nas hipóteses trazidas em cada inciso do art. 1.015, mas na finalidade extraível de seu *caput*, que seria viabilizar a rediscussão imediata de decisões com base em critérios de urgência e de relevância.

³³⁴ Idem.

jurisdicional (e de um processo efetivo), bem como o princípio do duplo grau de jurisdição, não impedem a restrição de cabimento de recursos.

A.III.1.6. A posição do STJ em julgamento vinculante: a “taxatividade mitigada” e a pretensa solução ao problema da preclusão

O STJ também se pronunciou sobre a natureza e o caráter taxativo ou não do rol do art. 1.015 do CPC/15.

O entendimento do STJ foi se firmando paulatinamente. Após a vigência do CPC/15, aos poucos foram sendo proferidos acórdãos isolados que flexibilizaram a taxatividade do rol ao admitirem interpretação extensiva, o que acabou por adicionar novas hipóteses de recorribilidade, não previstas inicialmente.

Em ordem cronológica, passa-se a analisar e comentar o entendimento veiculado nos principais julgados que se pronunciaram sobre a questão.

O Recurso Especial n.º 1.679.909/RS, de Relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão e julgado em 14/11/2017³³⁵, pelo que se constata, foi o primeiro a se pronunciar sobre o cabimento ou não da realização de interpretações extensivas ou analógicas do rol do art. 1.015, desde a vigência do CPC/15.

Na ocasião, discutiu-se a viabilidade de interposição de agravo de instrumento com fundamento no art. 1.015 do CPC/15 contra decisão que rejeitou exceção de incompetência oposta na vigência do CPC/73, mas decidida sob o CPC/15.

Após ter sido definido que deveria ser aplicada a regra processual vigente na data da decisão que rejeitou a exceção, reputou-se que o art. 1.015 do CPC/15 continua admitindo a interposição de agravo de instrumento contra decisões que versam sobre competência, ainda que essa hipótese não esteja prevista expressamente no rol.

³³⁵ BRASIL. STJ. 4ª Turma. (...). Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda. 6. Recurso Especial provido. Recurso especial n.º 1679909/RS. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, 14 de novembro de 2017. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1655954&num_registro=201701092223&data=20180201&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

Esse entendimento foi fundamentado: (i) em realização de “exegese lógico-sistemática”, que consistiria em adotar uma “interpretação extensiva ou analógica” com base na hipótese que admite recurso contra a decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem (inc. III do art. 1.015 do CPC), que teria como essência a finalidade de afastar juízo incompetente; (ii) no art. 64, §3º do CPC/15, do qual se extrairia a necessidade de análise imediata das questões relativas à competência, no entendimento do Relator; (iii) doutrina de Fredie Didier Jr, Luiz Guilherme Marinoni, Cândido Rangel Dinamarco e Daniel Amorim Assumpção Neves – apesar de este último defender a utilização do mandado de segurança, todos teriam defendido a necessidade de se estabelecer um meio de impugnação mais célere dessas questões.

O voto do Relator foi acompanhado pela unanimidade dos demais julgadores da 4ª Turma do STJ, que deram provimento ao recurso especial para determinar o julgamento do agravo de instrumento.

Poucos dias após, em 21/11/2017, a 2ª Turma do STJ, no Recurso Especial 1.695.936/MG³³⁶, de Relatoria do Min. Hermann Benjamin, entendeu cabível a interpretação extensiva do inc. II do art. 1.015 do CPC/15 (hipótese de decisões que tratem do “mérito do processo”) para admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão que afasta prescrição e decadência.³³⁷

Na ocasião, o Relator mencionou o entendimento doutrinário de Fredie Didier Jr e Daniel Amorim Assumpção Neves para defender a adoção da interpretação extensiva do rol legal, inclusive para o fim de evitar a “temida possibilidade” de ajuizamento de

³³⁶ BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Hipóteses de agravo de instrumento. Rol taxativo. Interpretação extensiva. Possibilidade. Decisão que afasta a prescrição e a decadência. Possibilidade de interposição do recurso. 1. É certo que as hipóteses de Agravo de Instrumento trazidas pelo CPC de 2015 são taxativas, mas também é certo que o exegeta pode valer-se de uma interpretação extensiva. 2. A decisão sobre prescrição e decadência é, consoante o art. 487, II, de mérito, não havendo razão para somente permitir a interposição de agravo de instrumento da decisão que reconhece os dois institutos. 3. É inadequada a preclusão prematura da decisão que afasta as prejudiciais de mérito elencadas na contestação, razão pela qual, por meio de interpretação extensiva, deve-se reconhecer a possibilidade de interposição de agravo de instrumento nesses casos, ou mesmo por interpretação literal, diante do teor do art. 1.015, II, do CPC. 4. Recurso especial conhecido e provido. Recurso especial n.º 1.695.936. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 21 de novembro de 2017. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1658689&num_registro=201702210316&data=20171219&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

³³⁷ No mesmo sentido, Araken de ASSIS defende ser cabível a interposição de agravo de instrumento com fundamento no inc. II do art. 1.015 do CPC contra a decisão que aprecia preliminar de prescrição ou decadência por ocasião do saneamento do processo. ASSIS, Araken. Cabimento..., p. 59-86.

mandados de segurança. Ao final, foi dado provimento ao recurso especial da parte a fim de anular o acórdão do Tribunal local que julgou seu agravo de instrumento incabível.

Em 05/12/2017, no Recurso Especial 1.694.667/PR³³⁸, de relatoria do Ministro Hermann Benjamin, houve nova decisão a respeito do rol. Dessa vez, tratou-se da viabilidade de interposição do recurso em face da decisão interlocutória que não concede (juízo negativo) efeito suspensivo à ação de embargos à execução. Ao final, a 2ª Turma entendeu, por unanimidade, que o recurso é cabível tanto por uma interpretação extensiva do inc. X do art. 1.015 (que não fala em rejeição de efeito suspensivo, mas fala de modificação, concessão ou revogação), quanto pelo inciso I (hipótese geral de decisões que versam sobre tutela provisória). Mencionou-se doutrina de Fredie Didier Jr, Leonardo Carneiro da Cunha, Daniel Amorim Assumpção Neves e Guilherme Aidar Bondioli.

Mais recentemente, em sessão virtual realizada durante o período de 14/02/2018 a 20/02/2018, o STJ decidiu pela afetação de dois recursos especiais (n.º 1.704.520 1.696.396)³³⁹ para o regime de julgamento de recursos repetitivos (arts. 1.036 e ss. do CPC/15), a fim de fixar o entendimento sobre a natureza do rol do art. 1.015 – Tema 988/STJ. Decidiu-se também pela não suspensão dos agravos de instrumento que versam sobre idêntica questão no âmbito do território nacional.³⁴⁰

Na pendência de julgamento dos recursos repetitivos afetados, em 17/04/2018, mais vez foi apreciada a questão da taxatividade ou não do rol, no âmbito do Recurso

³³⁸ BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Agravo de instrumento contra decisão que indeferiu pedido de concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução. Possibilidade. Art. 1.015, X, do CPC/2015. Interpretação extensiva. Isonomia entre as partes. Paralelismo com o art. 1.015, I, Do CPC/2015. Natureza de tutela provisória. (...) 10. Recurso especial provido. Recurso especial n.º 1.694.667/PR. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1647838&num_registro=201701896959&data=20171218&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

³³⁹ BRASIL. STJ. Corte Especial. Proposta de afetação. Recurso especial. Representativo de controvérsia. Seleção. Afetação. Rito. Arts. 1.036 e ss. do CPC/15. Direito processual civil. Agravo de instrumento. Controvérsia. Natureza. Rol do art. 1.015 do CPC/15. 1. Delimitação da controvérsia: definir a natureza do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar possibilidade de sua interpretação extensiva, para se admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente versadas nos incisos de referido dispositivo do novo CPC. 2. Afetação do recurso especial ao rito do art. 1.036 e ss. do CPC/2015. Proposta de afetação no recurso especial n.º 1.704.520. Relatora: Ministra Nancy Andrichi. Brasília, 20 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1677361&num_registro=201702719246&data=20180228&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018. Tendo em vista que ambos os recursos mencionados foram objeto de decisões substancialmente idênticas, transcreve-se a ementa de apenas um deles, por brevidade.

³⁴⁰ Idem.

Especial 1.700.308/PB³⁴¹, pelo Min. Herman Benjamin. Dessa vez, discutiu-se o cabimento de agravo contra o pronunciamento que decide sobre competência do juízo e produção de provas. Ao final, decidiram por unanimidade que o agravo não é cabível porque o rol taxativo do art. 1.015 não previu as hipóteses invocadas no recurso especial e deve ser interpretado restritivamente. Rejeitou-se expressamente o argumento de que a decisão que define competência se equipararia à hipótese de decisão que rejeita convenção de arbitragem.

Ato contínuo, em 03/05/2018, a 2ª Turma julgou o Recurso Especial 1.729.794/SP, de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, e concluiu que não é cabível agravo de instrumento contra decisão que indefere produção de provas. Consignou-se que: (i) ainda que prevaleça a tese de que o rol do art. 1.015 é exemplificativo, deverá estar caracterizada situação de perigo para que se estenda o cabimento do recurso – o que não teria ocorrido no caso analisado; (ii) se prevalecer a tese da taxatividade, a parte prejudicada poderá se valer do mandado de segurança. Citou-se doutrina de Fredie Didier Jr e José Miguel Garcia Medina no voto.³⁴²

Em 01/08/2018, foi proferido o primeiro voto nos recursos especiais afetados para julgamento sob o regime de repetitivos³⁴³. A Relatora, Ministra Nancy Andrighi, após analisar as várias correntes doutrinárias, decisões judiciais e entendimentos que se firmaram sobre o tema, concluiu que o legislador teve a intenção de criar um rol taxativo,

³⁴¹ BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Questão afetada ao rito dos recursos repetitivos tendo como representativo da controvérsia o REsp nº 1.704.250/MT. Afetação, contudo, desprovida de efeito suspensivo, modulando o disposto no inciso II do art. 1.037/CPC. Possibilidade, então, de análise do mérito do recurso especial presente. Agravo de instrumento. Descabimento. Art. 1.015 Do CPC/2015. Rol taxativo. Impossibilidade de interpretação extensiva. Não há similaridade entre os institutos. Competência do juízo e rejeição de juízo arbitral para a extensão pretendida. Opção político-legislativa do congresso nacional. (...). 5. Recurso especial não provido. Recurso especial n.º 1.700.308. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 17 de abril de 2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1700759&num_registro=201702446106&data=20180523&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

³⁴² BRASIL. STJ. 2ª Turma. Recurso interposto na vigência do CPC/2015. Enunciado administrativo nº 3. Direito processual civil. Agravo de instrumento. Artigo 1.015, CPC/2015. Hipóteses taxativas ou exemplificativas. Indeferimento de produção de prova pericial contábil. Impossibilidade do uso do agravo de instrumento. Matéria a ser arguida em preliminar de apelação. (...). Recurso especial n.º 1.729.794. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. Brasília, 03 de maio de 2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1707907&num_registro=201800574553&data=20180509&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

³⁴³ Os votos e a íntegra do acórdão podem ser acessados no seguinte link: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1731786&num_registro=201702719246&data=20181219&formato=PDF>.

mas que seria necessário admitir o reexame imediato, via agravo de instrumento, de “situações jurídicas de difícil ou de impossível reestabelecimento futuro”, sob pena de que a decisão futura seja inútil, o que importaria em retrocesso e violação da garantia de prestação jurisdicional.

Assim, concebeu a ideia de que o rol possui “taxatividade mitigada” e que o requisito supostamente objetivo para identificar quais decisões interlocutórias serão imediatamente recorríveis pelo agravo é “a urgência que decorre da inutilidade futura do julgamento do recurso diferido da apelação”. A Ministra defende que essa interpretação não contraria o objetivo do legislador e que o art. 1.015 do CPC/15 possuiria uma “cláusula adicional de cabimento, sem a qual haveria desrespeito às normas fundamentais do próprio CPC/15 e grave prejuízo às partes ou ao próprio processo”.

Quanto ao problema da preclusão, o voto externou os motivos pelos quais entende que não haverá preclusão de qualquer modalidade, salvo quando preenchidos os seguintes requisitos cumulativos: (i) a parte interpuser o recurso e demonstrar seu cabimento excepcional; (ii) o Tribunal reconhecer a necessidade de reexame imediato da questão com o juízo positivo de admissibilidade.

Ao final, quanto à modulação dos efeitos da decisão, propôs que o entendimento fosse aplicado somente às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão do recurso especial repetitivo.

Quanto ao cabimento de mandado de segurança, a Ministra externou o entendimento de que esse meio de impugnação é uma “anomalia no sistema processual” e que teria diversos aspectos negativos contraproducentes que não se coadunam com as normas fundamentais do processo civil.

Esse voto foi objeto de severas críticas por parte de Lenio Luiz STRECK e Diego Crevelin de SOUSA, com as quais ora se concorda. Destacam os autores que: (i) o conceito de “taxatividade mitigada” seria contraditório, porque o que é taxativo não poderia ser mitigado; (ii) a vingar o entendimento da Ministra, o STJ estaria ignorando a doutrina majoritária e fazendo as vezes de legislador, adotando um critério (urgência) imprevisível e indefinido, em inadmissível ativismo judicial; (iii) seria contraditório sustentar que o emprego do mandado de segurança (que se presta a resolver situações

extremas) é iníquo e ignorar que a ampliação *contra legem* das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento também o é.³⁴⁴

O segundo voto, da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, foi divergente. A Ministra entendeu que o agravo de instrumento é cabível somente nas hipóteses expressamente previstas no rol do art. 1.015, sob pena de interpretação diversa gerar insegurança jurídica, em face da subjetividade do critério concebido pela Relatora, ou fazer com que as partes passem a recorrer de todas as decisões, para evitar o aperfeiçoamento da preclusão³⁴⁵. Em seu voto, percebe-se a preocupação em respeitar a natureza do art. 1.015, na sua visão taxativo, a intenção legislativa e a segurança jurídica: “a possibilidade desta Corte agir no lugar do legislador para tentar corrigir eventual equívoco não me parece razoável, pois penso que trará muita insegurança jurídica”³⁴⁶.

Em seguida, houve vista dos autos para o Ministro João Otávio de Noronha. Na sessão do dia 03/10/2018, o voto-vista do Ministro acompanhou a divergência instaurada pela Ministra Maria Thereza de Assis Moura, entendendo pela taxatividade do rol. Seu voto-vista vencido integra o acórdão e, nele, pontuou-se sua preocupação em respeitar a intenção legislativa de priorizar a celeridade processual, enquanto norma fundamental do processo civil brasileiro e necessidade social, contemplada pelo legislador³⁴⁷.

O Ministro Humberto Martins também acompanhou a divergência. Em sentido contrário, os Ministros Napoleão Maia Nunes, Jorge Mussi, Luiz Felipe Salomão e Felix Fischer, votaram com a relatora, Min. Nancy Andrighi.³⁴⁸⁻³⁴⁹

³⁴⁴ STRECK, Lenio Luiz; SOUSA, Diego Crevelin de. Op cit.

³⁴⁵ CPC/15: Para Maria Thereza, rol do artigo 1.015 do CPC é taxativo. **Migalhas**, 19 set. 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI287819,11049-CPC15+Para+Maria+Thereza+rol+do+artigo+1015+do+CPC+e+taxativo>>. Acesso em 11 out. 2018.

³⁴⁶ Voto divergente da Min. Maria Thereza está disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1731786&num_registro=201702719246&data=20181219&formato=PDF>.

³⁴⁷ Voto divergente do Min. João Otávio de Noronha está disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1731786&num_registro=201702719246&data=20181219&formato=PDF>.

³⁴⁸ COELHO, Gabriela. **STJ suspende julgamento que discute interposição de agravo de instrumento**. Consultor Jurídico, 3 out. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-03/stj-suspende-julgamento-interposicao-agravo-instrumento>>. Acesso em 11 out. 2018.

³⁴⁹ STJ discute cabimento de agravo de instrumento em hipóteses não previstas no CPC/15. **Migalhas**, 3 out. 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI288640,101048-STJ+discute+cabimento+de+agravo+de+instrumento+em+hipoteses+nao>>. Acesso em 11 out. 2018.

Em 05/12/2018, o julgamento foi concluído. Os Ministros Og Fernandes e Mauro Campbell Marques acompanharam o voto da Maria Thereza de Assis Moura, totalizando 5 (cinco) votos divergentes. O voto-vista do Min. Og Fernandes destaca a questão da preclusão: a tese da “taxatividade mitigada” seria problemática por submeter a ocorrência de preclusão das interlocutórias a uma livre e exclusiva escolha da parte, gerando insegurança jurídica na aplicação da norma (art. 1.015 do CPC/15).

Os Ministros Raúl Araújo e Benedito Gonçalves acompanharam a Relatora Min. Nancy, totalizando 7 (sete) votos convergentes.

Portanto, por maioria de 7 votos a 5, prevaleceu o voto da relatora, Min. Nancy Andrighi, de modo que o STJ firmou a seguinte tese em sede de julgamento de recursos repetitivos: “O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação”. A tese firmada foi registrada como Tema repetitivo n. 988.

A despeito das críticas que se referem ao ativismo judicial que está sendo exercido pelo STJ, reputa-se que a crítica central ao voto da Min. Nancy Andrighi, consiste justamente na subjetividade do critério de recorribilidade eleito pela Relatora (como pontuou o voto divergente), o qual é incapaz de equacionar o problema do risco de preclusão inesperada (e insegurança jurídica) decorrente de eventual (provável) divergência de interpretações.

Afinal, a ideia de urgência que decorre da “inutilidade” do reexame futuro não é um critério imune a novas interpretações e tampouco capaz de gerar unanimidade. A recorrência de posteriores julgamentos do STJ, a fim de definir o cabimento ou não de agravo de instrumento em outros casos concretos, parece indicar que a “tese da taxatividade mitigada” não esgota por completo a discussão, inclusive no âmbito do próprio STJ³⁵⁰. Se a preclusão, como instituto processual objetivo, tem sua incidência

³⁵⁰ A título de exemplo, menciona-se, por todos, o acórdão da 3ª Turma do STJ que julgou o recurso especial n.º 1.762.957/MG, de relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Ao fundamentar a ausência de

condicionada a requisitos subjetivos pela via jurisprudencial, instaurar-se-á uma contradição e incoerência indesejáveis no sistema processual.

A.III.1.7. Objeções às posições que conduzem à ampla abertura do rol por via não legislativa e o necessário contraponto

As posições exemplificativas e que conduzem à ampla abertura do rol do art. 1.015 do CPC/15 são passíveis de dois contra-argumentos.

O primeiro, e de mais fácil percepção, consiste na crítica de que consiste em posição nitidamente *contra legem*. Afinal, o alto grau de especificidade extraível do art. 1.015 do CPC/15, bem como o próprio espírito de reforma que orientou a elaboração do CPC/15, revelam a intenção do legislador de criar um rol taxativo. Logo, não caberia à interpretação judicial e doutrinária alterar o objetivo inequívoco da norma.

O segundo, mais ligado à ideia de gestão de processos, envolve consideração da necessidade (orientada pela eficiência, efetividade e razoável duração do processo) de se evitar o assoberbamento da máquina judiciária, pelo aumento excessivo do número de agravos a ser interpostos pelas partes. O legislador teria optado por eleger politicamente um modo de promover tais valores, restringindo o número de recursos interlocutórios, de modo que não caberia ao intérprete “refazer” essa escolha do legislador.

Essa segunda objeção não é imune a críticas. Há quem defenda que a conciliação do objetivo constitucional da celeridade e da efetividade pelo legislador deve se dar pela previsão ampla de recursos interlocutórios. Em defesa de um rol exemplificativo, temos as reflexões do professor Egas Dirceu Moniz de ARAGÃO que, embora em contexto diverso, pronunciou-se sobre a questão por ocasião da elaboração de esboço legislativo contendo sugestões de alteração do CPC/39, vigente na época de seu estudo³⁵¹.

cabimento de agravo de instrumento pelo art. 1.015, inc. II do CPC em face de interlocutória que aplicou multa por não comparecimento à audiência do art. 334 do CPC, a fundamentação do julgado, seja em razão dos limites da fundamentação do recurso, seja por opção deliberada dos julgadores, não aludiu aos requisitos da tese firmada no julgamento repetitivo. Caso essa prática se repita em outros casos, vislumbra-se o risco de que entendimentos veiculados em julgados não vinculantes a respeito de cada hipótese do art.1.015 passem a coexistir juridicamente com a tese vinculante da taxatividade mitigada, aplicável como cláusula geral. Reputa-se que tal situação contraria eventuais objetivos de simplificação, estabilização de interpretação e pacificação, visados pela criação da tese.

³⁵¹ ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. **Dos recursos cíveis**: esboço legislativo. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1961, p. 30-32.

Ao defender o cabimento do agravo de instrumento contra qualquer decisão não final, defendo a criação de cláusula geral aberta, ARAGÃO expôs 2 (dois) motivos pelos quais, a despeito da adoção de uma cláusula aberta de cabimento do recurso interlocutório, acabariam por impedir a indesejada recorribilidade ilimitada e a consequente multiplicação excessiva de recursos: (i) primeiro, a formação de uma jurisprudência mais restritiva que desaconselharia a interposição do recurso em determinados casos; (ii) segundo, a viabilidade de aplicação de sanções processuais aos litigantes que interpussem recursos de forma desarrazoadamente excessiva³⁵².

No entanto, reputa-se que esses dois motivos não vingaram na prática. No sistema de recorribilidade das interlocutórias concebido pelo CPC/73 vigente até a promulgação do CPC/15, a evolução da jurisprudência e a possibilidade de aplicação de sanções processuais não impediu as partes de lançarem mão da interposição do agravo de instrumento, sem muita parcimônia, na medida em que esse recurso é de inegável utilidade prática.

Na visão deste trabalho, entende-se eventuais alternativas destinadas a criar gargalos para limitar cláusula de ampla recorribilidade das interlocutórias não vingariam na prática, seja porque jurisprudência acabaria por não restringir (ao menos não significativamente) o cabimento do recurso, seja porque eventual aplicação das multas (se efetivamente aplicadas) não seriam suficientes para coibir a protelação processual³⁵³.

Em suma, registrada a crítica realizada pelo professor paranaense àquela segunda objeção, conclui-se que as posições super extensivas e a posição que prevaleceu no STJ conduzem ao resultado prático de que o rol do art. 1.015 seria exemplificativo.

³⁵² O mesmo autor ainda destaca duas ocasiões em que deveria ser atribuído o efeito suspensivo ao agravo: (i) o primeiro caso, compulsório, quando o prosseguimento da medida impugnada pudesse acarretar a inutilidade de eventual provimento do recurso; (ii) o segundo, facultativo (a envolver a ponderação do juiz), quando presente o periculum in mora. Por fim, defendeu a previsão de cabimento de agravo nos autos do processo (recurso atualmente extinto que, na configuração cogitada pelo autor, equivaleria ao agravo retido, também extinto pelo CPC/15), destinado a evitar a preclusão de determinadas decisões, cujo impacto negativo para a parte recorrente poderia ser mais bem avaliado por ocasião do julgamento da apelação, ocasião em que a causa estaria mais madura.

³⁵³ Nesse sentido, a ponderação (ainda atual) de Barbosa MOREIRA em conferência pronunciada nos anos 2000, na qual falava sobre os mecanismos processuais do CPC/73 destinados a combater a indevida protelação processual: “É verdade que o Código de Processo Civil prevê sanções para uma série de comportamentos irregulares, mas por vários motivos elas permanecem quase letra-morta no texto legal, ou, mesmo quando aplicadas, não se revelam capazes de coibir totalmente a chicana”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**: oitava série. São Paulo, Saraiva, 2004, p.4.

Mais adiante, no item A.III.2.7, após a análise dos conceitos e princípios fundamentais que norteiam a discussão sobre as vantagens e desvantagens na definição de modelos de recorribilidade das interlocutórias, demonstra-se que o maior ponto negativo dessas interpretações excessivamente ampliativas é que conduzem a uma instabilidade interpretativa incompatível com garantias e princípios processuais eleitos pelo sistema processual atualmente vigente.

A.III.1.8. Críticas à fundamentação e justificação interna da decisão do STJ: permanência do problema da preclusão e de divergências interpretativas

A decisão do STJ, analisada no item 1.6, é passível de duas críticas, no que diz respeito à sua justificação e estrutura de argumentação interna. Ressalva-se que a crítica específica relativa à incompatibilidade do modelo de recorribilidade e de regime de preclusão proposto pela tese da “taxatividade mitigada” foi reservada para os capítulos A.III.2.7 e 2.8.

A primeira crítica quanto à fundamentação do acórdão do STJ diz respeito à vedação da adoção de interpretação ab-rogante (reconhecer a taxatividade do rol do art. 1.015, e negar-lhe vigência), sem prévia declaração de inconstitucionalidade.

Não se admite a adoção de interpretação ab-rogante do art. 1.015 do CPC/15 na medida em que, ao afastar a taxatividade³⁵⁴, negou-se, consequentemente, a vigência de elemento essencial da norma, o que na perspectiva aqui adotada só poderia ter sido feito por meio de declaração de inconstitucionalidade em controle concentrado, pode-se afirmar que o STJ usurpou competência reservada ao STF (art. 102, I, “a” da Constituição Federal)³⁵⁵.

Seria possível contrapor o argumento acima à alegação de que o STJ se limitou a interpretar norma federal infraconstitucional, dentro do seu âmbito de competência. No

³⁵⁴ A tese da “taxatividade mitigada”, além de ser passível de crítica conceitual, implica na negação da taxatividade, na medida em que a fórmula de cabimento concebida pelo STJ é aberta (pode abarcar várias decisões), tornando secundária (ou inócua) a lista fechada concebida pelo legislador. Nesse sentido: “O rol taxativo é, por definição, aquele que não comporta ampliação. Inserir uma cláusula genérica, ao lado das hipóteses elencadas no art. 1.015, é, na prática, transformá-las em exemplificativas.” ASSIS, Carlos Augusto de. Agravos de instrumento: um olhar para o passado, uma reflexão sobre o nosso futuro. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Belo Horizonte, n. 106, p. 153, abr./jun. 2019.

³⁵⁵ Sobre a crítica a respeito da usurpação de competência e necessidade de enfrentamento da matéria pelo STF, vide PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. Op. cit., p. 102-106.

entanto, a interpretação ab-rogante, que nega a essência da norma (taxatividade) equivale a retirar sua validade e eficácia dentro no sistema normativo.

Ademais, a interpretação do rol do art. 1.015, tal como realizada pelo STJ no julgamento repetitivo, enfrentou valores constitucionais, tais como o acesso à justiça, inafastabilidade da jurisdição, devido processo legal e efetividade. Nesse caso, há inegável juízo acerca da interpretação da norma em face da Constituição, o que também atrai a competência do STF para tratar da compatibilidade do art. 1.015 do CPC/15 (norma infraconstitucional) com os princípios constitucionais.

A segunda crítica quanto à fundamentação do acórdão do STJ consiste na adoção de inadequado pressuposto de que a tese da “taxatividade mitigada” afastaria a necessidade de se continuar interpretando as hipóteses de cabimento do art. 1.015.

A tese criada pelo STJ não resolve o problema envolvendo a interpretação do art. 1.015 do CPC/15. Além dos problemas relacionados à elevada subjetividade dos requisitos criados pelo STJ para admitir o cabimento do agravo de instrumento (o que esvazia o caráter ordenador da preclusão no processo, a qual passa a incidir de modo excessivamente flexível), e que serão tratados pormenorizadamente no próximo capítulo, é necessário destacar que as partes continuarão a interpor agravo de instrumento com base nas previsões expressas contidas nos incisos.

Ou seja, se houver previsão expressa admitindo o agravo de instrumento, essa regra ainda será invocada pelas partes, a fim de que o recurso seja admitido pela previsão expressa. Afinal, se o cabimento é autorizado pelo art. 1.015, não há porque invocar, em primeiro lugar, a tese da “taxatividade mitigada”. É razoável esperar que o cabimento do recurso será normalmente estruturado primeiro com base na tentativa de enquadramento da decisão agravada nas hipóteses expressamente previstas e, por eventualidade, com base na tese da “taxatividade mitigada” (que exige demonstração de certos requisitos subjetivos).

Logo, o STJ ainda será provocado a se pronunciar sobre as hipóteses de cabimento expressamente previstas no art. 1.015. Afinal, as hipóteses de cabimento contidas no art. 1.015 não foram substituídas pela fórmula de cabimento (nova hipótese de cabimento) criada jurisprudencialmente pelo STJ. As regras coexistem. Se a parte optar por provocar a interpretação do STJ, por meio de recurso especial, acerca das hipóteses do art. 1.015, em princípio o STJ ainda terá que decidir sobre os limites da interpretação de cada inciso. Não se reputa razoável esperar que a tese da taxatividade

mitigada será aplicada em qualquer situação de dúvida, ainda que o cabimento do recurso seja extraível das hipóteses expressamente previstas.

Afinal, cogite-se da seguinte hipótese: a parte interpõe agravo de instrumento, com base no inciso III do art. 1.015, em face de decisão que versa sobre competência relativa. Argumenta que o recurso deve ser admitido com base na “interpretação analógica” e nada fala sobre os requisitos da tese da taxatividade mitigada. Em outro caso, a parte interpõe agravo de instrumento contra decisão que indefere a atribuição de efeito suspensivo a embargos à execução. O Tribunal local inadmite os agravos nesses casos, por reputá-los incabíveis, e nada fala sobre os requisitos da tese do STJ.

Em face dessas decisões, parte agravante opta por não recorrer, deixando de suscitar a aplicação da tese da taxatividade mitigada. Nesse caso, haverá ou não preclusão? Repare-se que houve inércia deliberada da parte agravante em tentar fazer valer a interpretação possível (em princípio, pela admissibilidade) acerca do cabimento do recurso.

A inércia é extraível do fato de que existem julgados do STJ admitindo o cabimento do agravo de instrumento em ambos os casos. Na segunda hipótese (indeferimento de efeito suspensivo), é evidente o equívoco do entendimento, pois o agravo seria cabível por interpretação literal ou lógica do inc. I do art. 1.015. Mesmo nessa situação, deve-se admitir a rediscussão das questões (competência relativa e cabimento de efeito suspensivo) por ocasião da interposição da apelação?

Repare-se que, na hipótese descrita, a rigor não se aplicaria o entendimento repetitivo firmado pelo STJ, no sentido de não haver preclusão. Isso porque não houve o requisito do “duplo juízo de conformidade” apto a afastar a preclusão, definido por ocasião do julgamento nos seguintes termos (REsp 1.704.520/MT):

(...) um [juízo], da parte, que interporá o recurso com a demonstração de seu cabimento excepcional; outro, do Tribunal, que reconhecerá a necessidade de reexame com o juízo positivo de admissibilidade. Somente nessa hipótese a questão, quando decidida, estará acobertada pela preclusão. Significa dizer que, quando ausentes quaisquer dos requisitos acima mencionados, estará mantido o estado de imunização e de inércia da questão incidente, possibilitando que seja ela examinada, sem preclusão, no momento do julgamento do recurso de apelação.

Ou seja: nem sempre haverá o duplo juízo de conformidade, na medida em que a parte nem sempre “interporá o recurso com a demonstração de seu cabimento excepcional”. O recurso pode ser interposto com base na previsão de cabimento ordinária,

e não ser conhecido com base em interpretação equivocada acerca de hipóteses expressamente previstas (e não em razão da ausência de cabimento excepcional). Não é claro se, nessa hipótese, haverá ou não preclusão. Isto é: esse “cabimento excepcional” aludido pelo STJ, refere-se tão somente aos casos não previstos no art. 1.015, ou também aos casos compreendidos sob interpretações super extensivas e analógicas?

Ademais, a parte pode ter arriscado interpor o recurso com a demonstração de seu cabimento excepcional, e posteriormente deixado de praticar os atos processuais necessários (como interpor recurso especial, para fazer valer a tese do STJ) para que a admissibilidade do recurso fosse reconhecida. Mesmo diante dessa inércia, que pode ter sido praticada de forma deliberada, é legítimo afastar a ocorrência de preclusão? Ressalte-se que tal inércia é incompatível com a ideia de “urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação”.

Como visto, a tese da “taxatividade mitigada”, além de não encerrar os problemas interpretativos envolvendo as hipóteses de cabimento previstas expressamente no art. 1.015 do CPC/15, cria novos problemas interpretativos envolvendo a aplicação da tese do STJ. Há antinomias a serem resolvidas: se a parte agravante defende o cabimento excepcional do recurso, e posteriormente adota postura inerte em relação aos meios processuais necessários para que esse recurso seja admitido, não haveria aí situação incompatível com o próprio requisito da “taxatividade mitigada” (urgência decorrente da inutilidade de posterior julgamento da questão)? Entende-se que a resposta é positiva.

Se essa parte posteriormente quiser discutir a questão em apelação, a despeito do não conhecimento do anterior agravo de instrumento, essa inércia (resultado da conduta da própria parte) será a confirmação de que a postergação da discussão não tornaria o julgamento inútil. Ou seja, é possível se cogitar de casos em que não é razoável adotar a presunção de “inocorrência de preclusão por ausência de duplo juízo de conformidade”. Trata-se de situações-limite que não foram enfrentadas pelo STJ.

Em suma: a posição do STJ, como qualquer solução que pretenda solucionar tão complexo problema, está sujeita à crítica também por tentar afastar ou mitigar a necessidade de interpretação da lei processual ou, mais especificamente, das hipóteses de cabimento do art. 1.015. No entanto, a hermenêutica é intrínseca ao direito. Mais do que isso, é uma etapa na criação do direito. Como visto no capítulo A.II deste trabalho, não existe norma sem interpretação. A própria decisão do STJ demanda interpretação e,

portanto, não esgota a atividade interpretativa. Os problemas da preclusão e da interpretação permanecem.

A.III.2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS INERENTES À RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS

A.III.2.1. Conceito de recurso: instrumento voluntário empregado para se obter a revisão da decisão dentro do mesmo processo

Para adequada compreensão da estruturação do sistema de recorribilidade das decisões interlocutórias, da importância do agravo de instrumento dentro do sistema recursal, bem como para se esboçar uma tentativa de solução para o problema interpretativo dos limites à abertura do rol do art. 1.015, é necessário enfrentar a questão à luz de conceitos e princípios fundamentais que regem a matéria.

Diante disso, em primeiro lugar, estabelece-se um conceito de recurso. Com base nessa definição, facilita-se a compreensão do papel do agravo de instrumento no sistema processual.

Segundo COUTURE, que traz um conceito mais amplo, o recurso pode ser definido genericamente como meio de impugnação dos atos processuais, por meio da qual a parte prejudicada, com os poderes de impugnação que a lei lhe confere, pode promover a revisão do ato ou a sua eventual modificação³⁵⁶.

Dessa concepção se extraem ao menos duas características do recurso: (i) é um meio de impugnação que se presta a revisar ou modificar o ato impugnado (a decisão); (ii) é empregado pela parte que sofreu um prejuízo. Esclarece-se que, por ser um meio empregado pela parte, reveste-se da característica da voluntariedade.

Encontra-se na doutrina estrangeira outras definições igualmente abrangentes, destacando ainda as seguintes características dos recursos: (i) ato de impugnação da parte; (ii) destinado a anular ou reformar a decisão judicial de qualquer tipo³⁵⁷.

Há quem afirme que o recurso consiste no ato processual da parte, diante de uma decisão impugnável, por meio do qual se pede a atuação da lei em seu favor³⁵⁸. Dessa

³⁵⁶ COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos del derecho procesal civil**. Montevideo; Buenos Aires: IBdef, 4ª ed., 2018, p. 277.

³⁵⁷ Para um conceito de recurso concebido no sistema processual espanhol, vide DEU, Teresa Armenta. **Lecciones de Derecho procesal civil**. Madrid: Marcial Pons, 11ª ed., 2018, p. 269: “Los recursos son actos de impugnación de las partes dirigidos a atacar una resolución judicial de cualquier clase, que pretenden provocar su anulación o su reforma”.

³⁵⁸ DOMÍNGUEZ, Valentín Cortés; CATENA, Victor Moreno. **Derecho procesal civil: parte general**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 8ª ed., 2015, p. 339.

concepção se extrai o objetivo do recurso: a obtenção de uma decisão mais compatível com a lei, que corrija uma injustiça, um erro de julgamento.

Há também quem fale, de modo abrangente, em recurso como um pedido de tutela jurídica em face de uma decisão desfavorável, para convertê-la em favorável³⁵⁹. Disso decorre que a tutela jurídica que se pretende obter com o recurso resulte em uma decisão mais benéfica à parte: visualiza-se aí o interesse recursal, ligado à utilidade obtida ao se afastar um prejuízo causado pela decisão e obter em seu lugar uma decisão mais favorável.

Manuel IBÁÑEZ FROCHAM afirma que a relação entre ação e recurso é a relação entre a parte e o todo. Enquanto o direito de ação é derivado do direito de petição e se manifesta como direito à jurisdição, que por sua vez se manifesta com a demanda, que dá origem ao processo, o recurso consiste em uma petição menor, por meio da qual se pede que o Tribunal corrija algum erro cometido no processo³⁶⁰. Dessa reflexão se extrai que o recurso não se confunde com a ação: o recurso é um instrumento empregado dentro da relação processual.

Com isso, consolidam-se as seguintes características do recurso: (i) é um meio de impugnação voluntário, que se presta a revisar ou modificar o ato impugnado (a decisão); (ii) é empregado por quem sofreu um prejuízo e busca obter uma decisão mais favorável para si; (iii) se destina a corrigir o que, na visão do sujeito prejudicado, é uma injustiça, um erro de julgamento, do ato impugnado; (iv) é um fenômeno processual.

Adaptando tais características ao sistema brasileiro, é necessário esclarecer que a revisão em sentido amplo da decisão pode se dar por meio de anulação, integração, reforma, esclarecimento. Isso porque o recurso se presta também a integrar e esclarecer uma decisão, tal como ocorre com os embargos de declaração (art. 1.022 e ss. do CPC/15), que também são uma das modalidades de recurso.

³⁵⁹ Nesse sentido, o conceito do processualista alemão Leo ROSENBERG. ROSENBERG, Leo. **Tratado de derecho procesal civil**: tomo II. Traducción de Angela Romera Vera. Buenos Aires: Ed. Jurídicas Europa-América, 1955, p. 349-354: “Por eso, los recursos están al servicio de los legítimos deseos de las partes de sustituir la resolución que les es desfavorable por otra más favorable” (p. 352).

³⁶⁰ FROCHAM, Manuel Ibañez. **Tratado de los recursos en el proceso civil**: doctrina, jurisprudência y legislación comparada. Buenos Aires: Bibliográfica Omeba, 3ª ed., 1963, p. 89. Para esse autor, recurso pode ser conceituado como “ato processual mediante o qual a parte no processo, ou quem tenha legitimidade para nele atuar, pede que se corrijam erros que a prejudiquem e que sejam resultantes de uma decisão judicial” (tradução livre). Idem, p. 95.

Diante disso, feitas as sintetizações e adaptações necessárias para elaboração de uma definição, esclarece-se que o conceito de recurso adotado neste trabalho alinha-se com o de TALAMINI e WAMBIER, quando o definem como “instrumento de emprego voluntário apto a ensejar a revisão (em sentido amplo) de uma decisão, dentro do próprio processo em que foi proferida”³⁶¹.

A.III.2.2. A preclusão e os momentos de recorribilidade das interlocutórias: recurso imediato e recurso diferido

Neste momento, coloca-se a questão de expor a importância dos momentos estipulados em lei para interposição do recurso, que a parte deverá observar no caso concreto para obter a tutela de seu direito em face da decisão interlocutória. A definição desse momento para impugnar determinada decisão impacta na estrutura de preclusão.

A existência de uma norma processual prevendo que uma decisão interlocutória é impugnável por tal e qual recurso implica dizer que ela deve ser impugnada somente por aquele recurso e em um determinado momento processual, sob pena de ocorrer a preclusão - *i.e.*, a perda da oportunidade de se desincumbir de um ônus processual para a parte – e, consequentemente, essa decisão não poder mais ser rediscutida (art. 507 do CPC/15³⁶²). Esse momento, essa oportunidade de impugnação, pode ser imediata, como no caso do agravo de instrumento, ou diferido (art. 1.009, §1º do CPC/15).

Se as partes prejudicadas por uma decisão interlocutória que não seja imediatamente recorrível por agravo de instrumento pela literalidade do CPC/15, ou por alguma interpretação extensiva, ainda assim interponham o agravo, estarão sujeitas ao risco de que seu recurso não seja conhecido pelo respectivo órgão julgador (isto é, não se superará o exame formal de admissibilidade que precede à análise do mérito).

Ademais, em princípio esse problema não será facilmente solucionado com interpretações que estendam a norma de cabimento. Isso porque não se trata somente de tentar impugnar a decisão por um dos meios para tanto e, se este não obtiver êxito, lançar mão de outro instrumento. A prática desse tipo de comportamento (e sua aceitação pelos

³⁶¹ TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 468.

³⁶² Art. 507. “É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão”.

juízes) gerará uma série de armadilhas para o jurisdicionado relativas à preclusão, pois a falta de uniformização quanto ao momento do recurso compromete a coerência do sistema de preclusões do CPC/15.

Quanto a necessidade de opção por um dos modelos (recorribilidade imediata ou diferida) e sua relação com a preclusão, afirmou Egas Dirceu Moniz de ARAGÃO, há mais de uma década, que as decisões proferidas pelo juiz no decorrer do processo em primeira instância podem ser controladas de duas formas: (i) ou não se proporciona recurso algum e os litigantes poderão impugná-las somente com o recurso cabível contra o julgamento final, normalmente a apelação, caso em que não incidirá preclusão sobre tais questões; (ii) ou é previsto recurso contra as decisões interlocutórias (que pode ser submetido diretamente ao Tribunal ou ficar retido nos autos) e ficarão preclusas as questões objeto das decisões, caso o interessado delas não recorra.³⁶³

A opção por um ou outro sistema de recorribilidade das interlocutórias envolve dilema que não é de fácil resolução, não só pela questão de política legislativa (que será adiante, no item 2.6) que a acompanha - de um lado a carga de trabalho resultante do número de recursos interpostos e de outro lado eventuais desvantagens do emprego dos meios autônomos de impugnação, mas também porque envolve algumas objeções precipuamente jurídicas, que serão analisadas nos tópicos seguintes.

A.III.2.3. O princípio do duplo grau de jurisdição e seu caráter não absoluto (falso impedimento à adoção de um rol taxativo)

Uma potencial objeção à adoção de um rol taxativo que limite o cabimento de recurso, encontrada na doutrina³⁶⁴, é a de que a supressão de hipóteses de recorribilidade das interlocutórias violaria o princípio do duplo grau de jurisdição³⁶⁵ – o qual, pode-se

³⁶³ ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Reforma processual: dez anos. **Genesis: Revista de Direito Processual Civil**, Curitiba, n.º 24, p. 285, abr./jun. 2002.

³⁶⁴ Nesse sentido, vide por todos a posição enfática de FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. Op. cit.

³⁶⁵ Sobre a expressão “duplo grau de jurisdição”, são pertinentes as reflexões de trabalho monográfico de Oreste Nestor de Souza Laspro, que critica o desacerto da expressão. Amparado em lições da teoria geral do processo e Chiovenda, Oreste recorda que a expressão é inadequada porque sugere pluralidade de

argumentar, asseguraria a ampla recorribilidade das decisões judiciais, por força do art. 5º, inc. LV do Constituição Federal³⁶⁶.

No entanto, trata-se de uma objeção aparente. Isso porque o princípio do duplo grau de jurisdição não é absoluto³⁶⁷.

Reconhece-se que ele é consagrado no ordenamento processual brasileiro e tem relação com o devido processo legal³⁶⁸. E é essa mesma relação, guiada pelo princípio da razoabilidade, que sustenta a noção geral (amparada no direito comparado e na história do direito) de que um sistema que contemple o duplo grau (ou duplo exame) é mais razoável aos jurisdicionados, pois atende aos anseios por mais uma camada de revisão judicial sobre as decisões³⁶⁹.

No entanto, dogmaticamente, o duplo grau de jurisdição não corresponde à exigência da possibilidade de que as questões decididas no processo, e a decisão final, sejam objeto de uma segunda decisão (ou segundo julgamento), por um órgão que seja

jurisdições e, consequentemente de soberanias – o que não faz sentido. Logo, quando nos referimos à possibilidade jurídica de revisão de decisões por mais de um órgão julgador, seria tecnicamente mais adequado adotarmos a expressão “duplo grau de cognição e julgamento”. No entanto, como a expressão “duplo grau de jurisdição” é tradicional e está sedimentada na comunidade jurídica, ela continua sendo adotada para facilitar a compreensão. LASPRO, Oreste Nestor de Souza. **Duplo grau de jurisdição no direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 18.

³⁶⁶ Art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”.

³⁶⁷ Por isso, parcela de doutrinadores afirma que, embora possa ser qualificado como um princípio, o duplo grau de jurisdição não é uma garantia constitucional. Nesse sentido, vide DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**: Tomo II. Revisão e atualização de Antônio Rulli Neto. 3a ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 884. Para Pedro Miranda de OLIVEIRA, embora o princípio do duplo grau de jurisdição tenha substrato constitucional, a existência de regra infraconstitucional que suprima o duplo grau não é violadora da Constituição, de modo que, no CPC/15, esse princípio se manifestaria apenas como garantia de julgamento colegiado nos tribunais e nada mais. OLIVEIRA, Pedro Miranda de. **Novíssimo...**, p. 55-57

³⁶⁸ É possível elencar as seguintes vantagens, que são baseadas em critérios predominantemente subjetivos, do duplo grau de jurisdição: (i) maior experiência e instrução do juiz de segunda instância; (ii) a possibilidade de erro do juiz de primeiro grau; (iii) o risco de prevaricação do juiz de primeira instância; (iv) controle psicológico do juiz de primeiro grau, sabedor de que sua decisão será revisada; (v) melhor exame da questão por outro juiz; (vi) inconformismo natural da parte perdedora; (vii) necessidade de controle dos atos jurisdicionais. Como desvantagens, por sua vez, podem ser elencadas: (i) ofensa ao acesso à justiça, em razão dos custos derivados da dupla revisão e prolongamento da duração do processo; (ii) desprestígio ao trabalho da primeira instância; (iii) inutilidade da confirmação da decisão ou impressão de instabilidade causada pela divergência entre julgador de primeira e segunda instâncias; (iv) pior análise de provas (mitigação da imediação) pelo julgador de 2ª instância; (v) mitigação da oralidade, pois o processo em 2º grau é predominantemente escrito. LASPRO, Oreste Nestor de Souza. Op. cit., p. 98 e ss.

³⁶⁹ TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe S. Dos recursos: disposições gerais. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, v. 4, 2017, p. 265-270.

necessariamente de hierarquia superior³⁷⁰. A segunda decisão pode advir de órgão composto por julgadores de mesma hierarquia, e ainda assim o duplo grau de jurisdição terá sido respeitado³⁷¹.

Por isso, é adequado conceituar o duplo grau de jurisdição de modo mais abrangente, como a possibilidade jurídica de que, para cada demanda, haja duas decisões válidas e completas no mesmo processo, emanadas por juízes diferentes (que podem ser de hierarquia diferente ou não), prevalecendo sempre a segunda decisão em relação à primeira³⁷². Ainda assim, tal conceito doutrinário deve ser adaptado às peculiaridades de cada sistema jurídico. Embora haja pontos comuns em diferentes sistemas jurídicos a respeito da compreensão do conceito, ao final será o direito positivo a definir seus limites.

Seguindo essa lógica e indo mais além, também há casos em que não é razoável exigir a previsão de dupla decisão – e com isso não há inconstitucionalidade, nem ofensa ao devido processo legal. A própria Constituição prevê hipóteses em que não haverá duplo julgamento, como quando trata da competência originária do STF em seu art. 102, inc. I. Identicamente, ao elencar as hipóteses de cabimento de recurso extraordinário, que se aplicam inclusive para as causas decididas em única instância (art. 102, inc. III).

Nesse sentido, o STF já se pronunciou no sentido de que o princípio do duplo grau de jurisdição não é uma garantia constitucional e, conseqüentemente, é admissível a submissão de processos a uma única instância³⁷³:

O art. 34 da Lei de Execuções Fiscais (n.º 6.830/1980) é norma em vigor que confirma esse entendimento, pois prevê que contra sentenças de primeira instância proferidas em execuções fiscais abaixo de determinado valor, o único recurso cabível com

³⁷⁰ Nesse sentido: “O duplo grau de jurisdição quer dizer, em princípio, que o juízo sobre o mérito deve ser realizado por dois órgãos do Poder Judiciário”. MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 141.

³⁷¹ LASPRO, Oreste Nestor de Souza. Op. cit., p. 26-27.

³⁷² Ibidem, p. 27.

³⁷³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. Recurso extraordinário. Recepção da Lei n 5.584/70 pela atual Constituição. Alcance da vedação da vinculação do salário-mínimo contida na parte final do artigo 7º, IV, da Carta Magna. Vinculação da alçada ao salário-mínimo. - Não tem razão o recorrente quando pretende que, em face do disposto no artigo 5º, LV e parágrafo 1º, da Constituição Federal, esta constitucionalizou o princípio do duplo grau de jurisdição, não mais admitindo decisões de única instância, razão por que não foi recebida pela nova ordem constitucional a Lei 5.584/70 (...). Recurso extraordinário n.º 201.297. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, 1º de outubro de 1996. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=237751>>. Acesso em: 11 out. 2018.

ampla devolutividade é o de embargos infringentes, que é decidido pelo mesmo Juízo que proferiu a sentença. Esse dispositivo de caráter especial, que suprime o cabimento de apelação, foi apreciado pelo STF sob o regime de repercussão geral em 2011, ocasião em que foi declarada a sua constitucionalidade³⁷⁴, na linha da jurisprudência anterior da Corte.

Discorda-se de entendimento no sentido de que se trataria de princípio constitucional “implícito” (derivado da garantia de acesso à justiça, devido processo legal e contraditório), pois ele não é extraível de modo implícito do conjunto de disposições constitucionais³⁷⁵. Ao contrário: há previsão explícita de cabimento de recursos excepcionais contra decisões tomadas por uma única instância³⁷⁶.

Ademais, há outros argumentos que confirmam o caráter não absoluto do duplo grau: (i) o recurso extraordinário já assegura uma espécie de dupla revisão para proteção das garantias processuais constitucionais, assim como o mandado de segurança também se presta a proteger essas garantias; (ii) a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) não traz garantias tais como duplo grau ou duplo exame quando estipula garantias no âmbito do processo civil³⁷⁷.

³⁷⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Recurso. Agravo convertido em Extraordinário. Apelação em execução fiscal. Cabimento. Valor inferior a 50 ORTN. Constitucionalidade. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição norma que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN. Recurso extraordinário com repercussão geral n.º 637.975. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 9 de junho de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626915>>. Acesso em: 11 out. 2018.

³⁷⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas...**, 3ª ed., p. 147-148.

³⁷⁶ TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe S. Op. cit., p. 266. Em sentido contrário, Fredie Didier Junior extrai o duplo grau de jurisdição da organização hierarquizada do Poder Judiciário, prevista na Constituição. No entanto, reconhece que o princípio comporta exceções (inclusive a restrição de recursos) e mitigações quando confrontado com princípios em oposição. DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso...**, v.3, p. 90-91.

³⁷⁷ Idem.

Logo, não há que se falar em garantia constitucional ao duplo grau de jurisdição: sua aplicabilidade depende do legislador ordinário³⁷⁸⁻³⁷⁹⁻³⁸⁰. Trata-se de direito que não é absoluto e que não pertence ao núcleo essencial do princípio da ampla defesa ou do devido processo legal³⁸¹. É um direito que pode ser limitado em nome da efetividade³⁸².

Ademais, é importante destacar que o princípio do duplo grau de jurisdição, além de não ser absoluto (inclusive nas constituições em que é consagrado expressamente), está mais intimamente relacionado à previsão de recurso em face dos pronunciamentos de mérito (como a apelação). Não há nenhum tipo de garantia que assegure a interposição de recursos contra os demais tipos de pronunciamentos³⁸³.

³⁷⁸ Sobre o caráter não absoluto do princípio do duplo grau de jurisdição, e adepto do entendimento de que se trata de princípio constitucional, porém de aplicabilidade condicionada pela lei ordinária, vide o entendimento de Humberto THEODORO JÚNIOR: “[O] princípio do duplo grau está naturalmente implantado entre nós, mas não em termos absolutos, cabendo ao legislador ordinário dar-lhe os contornos práticos que se mostrarem convenientes”. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso...**

³⁷⁹ Em sentido semelhante à posição de Humberto Theodoro Júnior, Nelson NERY JUNIOR afirma com precisão: “Segundo a Constituição Federal vigente, há previsão para o princípio do duplo grau de jurisdição, quando se estabelece que os tribunais do país terão competência para julgar causas originariamente e em grau de recurso. (...) Ocorre que a Constituição Federal limita o âmbito de abrangência desse princípio (...). Isso nos faz concluir que, muito embora o princípio do duplo grau de jurisdição esteja previsto na CF, não tem incidência ilimitada, como ocorria no sistema da Constituição Imperial. (...) Compete ao legislador infraconstitucional tornar efetiva aquela regra maior da Constituição Federal, de sorte a imprimir operatividade ao princípio do duplo grau. Aí a razão pela qual existem algumas leis que restringem o cabimento de recursos, não devendo, contudo, ser consideradas inconstitucionais.”. NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 40-43.

³⁸⁰ Para confirmar a não alteração desse entendimento após a entrada em vigor do CPC/15, cf. Sandro Marcelo KOZIKOSKI: “O duplo grau não assegura recorribilidade ampla e irrestrita. Afinal, não há nenhuma regra constitucional impositiva da observância do duplo grau de jurisdição no âmbito da recorribilidade ordinária. É inequívoco, então, que o duplo grau de jurisdição não pode ser pensado com foros de universalidade. (...) O direito de recorrer deve ser matéria reservada à lei ordinária (...)”. KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Sistema...**, p. 58-59.

³⁸¹ O que observou com precisão Oreste LASPRO na seguinte passagem: “Os princípios do devido processo legal e do duplo grau de jurisdição, apesar de ligados entre si, não traduzem relação de dependência ou continência. Isto porque é possível assegurar o devido processo legal sem o duplo grau de jurisdição e vice-versa”. LASPRO, Oreste Nestor de Souza. Op. cit., p. 94. Nesse sentido: “O duplo grau de jurisdição quer dizer, em princípio, que o juízo sobre o mérito deve ser realizado por dois órgãos do Poder Judiciário”. Também descarta a ideia de que o duplo grau seja inerente à ampla defesa e ao devido processo legal: MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas...**, 3ª ed., p. 148-149.

³⁸² MENDONÇA JUNIOR, Delosmar. **Princípios da ampla defesa e da efetividade no processo civil brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 99-106.

³⁸³ Nesse sentido, o processualista Alcides de Mendonça LIMA desenvolveu a ideia de que a garantia do Estado à tutela jurisdicional e ao direito de ação não se confunde com permitir a interposição de recurso em face de qualquer decisão: “O interesse público ou social na manutenção de um sistema racional de

Na doutrina nacional, há quem defenda que o duplo grau de jurisdição é consagrado constitucionalmente, embora não de modo expresso, e que somente a própria Constituição poderia criar exceção a essa regra³⁸⁴. Outra posição defende sua existência enquanto princípio constitucional que deve ser observado, mas sempre mediante ponderação com outros princípios³⁸⁵.

Na doutrina estrangeira a respeito do duplo grau e sua relação com a previsão de recursos, COUTURE posicionou-se categoricamente no sentido que a supressão de recursos, inclusive o de apelação, por si só não torna o processo inconstitucional, e que essa conclusão seria pacífica na doutrina processual contemporânea³⁸⁶.

Se o processo é substancial, e não meramente formal, de modo que: (i) é decidido por juízes independentes, sujeitos a um regime de responsabilidade, e cujas decisões possuem imperatividade; (ii) respeita as garantias das partes e o direito de defesa, é juridicamente possível admitir a previsão de instância única³⁸⁷. Disso se extrai que a garantia ao recurso é apenas um dos elementos (não obrigatório) que integram a garantia do devido processo legal. Desde que respeitado o devido processo legal, o recurso pode ser dispensado.

No âmbito do direito processual civil estrangeiro, a processualista espanhola Teresa Armenta DEU, catedrática de direito processual da Universidade de Girona (Espanha), por sua vez, é categórica ao afirmar que não existe fundamento constitucional que imponha ao legislador ordinário a estabelecer recursos específicos, pois isso não seria

recursos não exige, porém, que o Estado controle a atividade do juiz em todos seus pronunciamentos, ao sabor das conveniências das partes. Não existe o princípio de que ‘toda resolução judicial seja suscetível de recurso’”. Ao tratar da racionalização do sistema recursal, o autor destaca ainda que a orientação moderna, amparada em uma concepção mais publicística de processo, caminha para o regime de limitação dos recursos, notadamente os que tenham por alvo direto as decisões interlocutórias. LIMA, Alcides de Mendonça. **Introdução aos recursos cíveis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976, p. 138.

³⁸⁴ Nesse sentido, com a ressalva de que referidos autores não enfrentam, ao menos nessa obra, o impacto que a atribuição de carga constitucional ao princípio do duplo grau impactaria na regulamentação dos recursos pelo legislador ordinário, confira-se: CINTRA, Antonio Carlos de A; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Op. cit., p. 83-85.

³⁸⁵ Em sua obra sobre recursos cíveis, PORTO e USTÁRROZ afirmam que a garantia do duplo grau de jurisdição existe enquanto princípio constitucional, mas ressaltam que disso não decorre “a necessidade de ele ser observado em todo e qualquer processo, desde que preservado o seu núcleo essencial, quando em rota de colisão com outros princípios”. PORTO, Sérgio Gilberto; USTÁRROZ, Daniel. **Manual dos recursos cíveis**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 7ª ed., 2020, p. 74.

³⁸⁶ COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos...**, p. 128-129.

³⁸⁷ Idem.

inerente a uma tutela jurisdicional efetiva. A locução constitucional espanhola assegura o “derecho a obtener tutela efectiva”³⁸⁸. Nesse sentido, DEU destaca que o Tribunal Constitucional Espanhol já se pronunciou a esse respeito ao interpretar o art. 24 da Constituição Espanhola, de 1978³⁸⁹. Portanto, trata-se de afirmar que o direito ao recurso existe e deve ser observado sempre que algum texto normativo o consagre³⁹⁰.

No âmbito do sistema processual civil português, a doutrina também descarta a concepção do duplo grau de jurisdição como garantia constitucional, de modo que a previsão de instância única, e outras conformações impostas pela legislação ordinária ao sistema de recorribilidade, não violariam o núcleo fundamental das garantias constitucionais processuais³⁹¹.

Acerca do duplo grau de jurisdição (ou dupla instância), o processualista argentino FROCHAM afirma que, embora ele o considere uma preciosa garantia de controle e segurança jurídica, não é uma garantia exigível do Estado pelo jurisdicionado, de modo que o legislador pode limitá-lo sempre que assim recomendar o interesse geral. Ou seja: a garantia de exercício do direito de defesa em juízo (ou de devido processo legal) não exige o duplo grau de jurisdição³⁹².

Portanto, o princípio do duplo grau de jurisdição não configura impedimento constitucional à restrição da hipótese de recorribilidade das decisões interlocutórias. Ou seja: não procede eventual objeção no sentido de que o art. 1.015 do CPC/15, ao restringir as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento por meio de rol taxativo, poderia padecer de inconstitucionalidade por violar referido princípio. Restringir o cabimento de agravo de instrumento é opção legislativa amparada pela Constituição Federal, em prol efetividade e tempestividade da tutela jurisdicional.

³⁸⁸ DEU, Teresa Armenta. Op. cit., p. 269-270.

³⁸⁹ Confira-se a redação do art. 24, primeira parte, da Constituição Espanhola: “1. Todas las personas tienen derecho a obtener tutela efectiva de los jueces y tribunales en el ejercicio de sus derechos e intereses legítimos, sin que, en ningún caso, pueda producirse indefensión”. Disponível em: <<https://www.boe.es/legislacion/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2020.

³⁹⁰ DEU, Teresa Armenta. Op. cit.

³⁹¹ ALMEIDA, Francisco M. L. Ferreira de. **Direito Processual Civil**. Coimbra: Almedina, v. 2, 2015, p. 389-390. Para Rui Pinto, a doutrina processual civil portuguesa é consolidada, inclusive entre aqueles que defendem a existência de previsão constitucional implícita de duplo grau de jurisdição, no sentido de que o legislador ordinário possui larga margem de liberdade para regular a existência dos recursos e a recorribilidade das decisões. PINTO, Rui. **Código de Processo Civil Anotado**. Coimbra: Almedina, v. 2, 2018, p. 208-218.

³⁹² FROCHAM, Manuel Ibañez. Op. cit., p. 144.

A.III.2.4. O princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias e sua imbricação com a oralidade e concentração: ele não é um fim em si

A previsão de mecanismos destinados à impugnação imediata das decisões interlocutórias se relaciona com o princípio irrecorribilidade em separado das interlocutórias. Trata-se de princípio concebido pela doutrina, em especial aquela que é fruto do pensamento do processualista italiano Giuseppe CHIOVENDA³⁹³, a fim viabilizar a adoção dos princípios da oralidade³⁹⁴ e da concentração no processo³⁹⁵.

Tal princípio busca a suprimir (ou reduzir) as hipóteses de cabimento de recurso contra as decisões interlocutórias (relativas a questões incidentais, preliminares ou prejudiciais), que sejam processados de forma independente (em separado)³⁹⁶ do recurso cabível em face do pronunciamento que decide a questão principal (relativa ao mérito, isto é, ao juízo pela procedência ou improcedência do pedido).

Na concepção chiovendiana, a irrecorribilidade em separado é necessária para promoção da oralidade e da concentração no processo. Isso porque a adoção desses princípios só é viável na medida em que seja vedado à parte submeter questões incidentais imediatamente ao Tribunal, de forma independente e antes da resolução do mérito³⁹⁷.

Caso contrário, o processo eventualmente teria que aguardar a solução da questão incidente, o que daria origem a um desdobramento procedimental (pela instauração de uma fase recursal incidente) e, conseqüentemente, acarretaria o distanciamento lógico e temporal dos atos processuais – o que iria de encontro à intenção de concentrar a atividade processual.

³⁹³ CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**: as relações processuais, a relação processual ordinária de cognição. Campinas: Bookseller, 1998, v. III, p. 61-75. Título original: *Istituzioni di Diritto Processuale Civile*.

³⁹⁴ Na concepção de CHIOVENDA, o princípio da oralidade deve ser entendido como “Prevalência da palavra como meio de expressão combinada com uso de meios escritos de preparação e de documentação”. *Ibidem*, p. 61.

³⁹⁵ A concentração consistiria na reunião das atividades processuais em um único período processual, com audiências contíguas onde prevaleceriam debates e decisões orais, inclusive para definição de questões probatórias. *Ibidem*, p. 66-67.

³⁹⁶ Para Nelson NERY JÚNIOR, a locução “em separado” não significa mera separação no sentido físico, mas impugnação com a suspensão do processo. NERY JÚNIOR, Nelson. **Op. cit.**, p. 180-181.

³⁹⁷ Em sentido diverso, Alcides de Mendonça LIMA reputa que a irrecorribilidade das interlocutórias não é intrinsecamente ligada ao procedimento oral, mas consiste em um ideal a ser buscado também para o processo escrito. LIMA, Alcides de Mendonça. **Op. cit.**, p. 396.

Com isso, haveria prejuízo à oralidade. Primeiro, porque a adoção da oralidade depende da concentração, na medida em que os debates orais se destinam à rápida prolação da sentença. Se há pouca concentração, a sentença demorará e os debates orais perderão o sentido, porque com o decurso do tempo serão mais facilmente esquecidos pelo juiz.

Segundo, porque o Tribunal, por ser composto de órgãos colegiados, manifesta maior resistência à adoção da oralidade. Por isso, as questões incidentais submetidas ao Tribunal passam a ser decididas de forma escrita, o que mitiga ainda mais a oralidade e a concentração, na medida em que as questões a serem analisadas previamente à solução do mérito da causa passam a ser objeto de dois pontos de vista, do juízo singular e do Tribunal, este veiculado no âmbito de um novo procedimento (recursal).

Esse cenário, que é resultado das medidas necessárias para viabilizar a recorribilidade em separado das interlocutórias, exigiria um lapso temporal mais extenso para a definição de questões que, na visão de CHIOVENDA, poderiam ser resolvidas de forma mais rápida, eficaz e justa por meio da concentração e da oralidade.

No entanto, é importante ressaltar que a irrecorribilidade em separado das interlocutórias, sob a ótica do ilustre processualista italiano, não deve ser defendida em caráter absoluto.

Afinal, como visto, a irrecorribilidade em separado das interlocutórias é apta a prestigiar a oralidade desde que já vigore certa concentração procedimental³⁹⁸. Logo, a pertinência de sua adoção depende da análise de sua utilidade prática no âmbito da

³⁹⁸ Elucidando a relação de mútua dependência entre a irrecorribilidade das interlocutórias, o princípio da concentração e o da oralidade, v. Eduardo TALAMINI: “A irrecorribilidade das interlocutórias só se integra efetivamente à oralidade quando vigora o princípio da concentração: de um lado, porque então não há necessidade de recurso em separado contra as interlocutórias, vez que rapidamente advirá o ato final, ensejador de impugnação pela qual se apreciarão todas as questões do curso do processo; de outro, porque, aí sim, a interposição de recurso contra as decisões incidentais desconcentraria o procedimento. Enfim, a irrecorribilidade das interlocutórias é antes um desdobramento do que um pressuposto da oralidade.”. Adiante, o autor ressalva que isso não afasta a necessidade de que o regime de recorribilidade das interlocutórias contribua para a celeridade processual. Cabe aos intérpretes e operadores buscar ao máximo a adequação do regime do agravo a um processo dinâmico. TALAMINI, Eduardo. A nova disciplina do agravo e os princípios constitucionais do processo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 80, p. 125-146, out./dez. 1995.

disciplina de um processo que seja marcadamente oral³⁹⁹. Fora desse contexto, o caráter restritivo desse princípio pode se tornar “desarrazoado e prejudicial”, nas palavras do próprio CHIOVENDA⁴⁰⁰.

Disso é possível concluir que a irrecorribilidade em separado das interlocutórias não é um dogma. Trata-se, na verdade, de uma diretriz necessária ao pleno funcionamento de um sistema processual que pretenda ser predominantemente oral.

E a oralidade, por sua vez, enquanto princípio processual, “não tem valor em si mesma”, mas se relaciona com a garantia de um procedimento rápido, da melhor formação de convencimento do juiz, do respeito do direito constitucional à adequada tutela jurisdicional, ao devido processo legal e também ao acesso à justiça – como afirma Eduardo TALAMINI⁴⁰¹.

Sobre a profundidade desse princípio e sua imbricação com uma série de subprincípios, destaca-se também a reflexão de TALAMINI quando pontua que:

o princípio da oralidade se desdobra em um complexo de ideias, em uma série de subprincípios intimamente ligados entre si: imediatidade, concentração, identidade física, concessão ao juiz de amplos poderes (ordinatórios e instrutórios) e de liberdade na formação da sua convicção e assim por diante⁴⁰².

³⁹⁹ Nas precisas palavras de CHIOVENDA: “Em outros termos, trata-se de encontrar uma composição entre os danos que ao processo oral poderia acarretar a suspensão do curso da causa à espera de tornar-se definitiva a interlocutória, e os danos que, ao revés, poderiam decorrer do prosseguimento de uma causa fundada em provisões ainda sujeitas a reforma”. CHIOVENDA, Giuseppe, Op. cit., p. 276.

⁴⁰⁰ Idem. Teresa Arruda Alvim WAMBIER, ao tratar do problema da recorribilidade das decisões interlocutórias e dos modos variados pelos quais é resolvido no direito estrangeiro, destaca que a “limitação excessiva à recorribilidade das decisões interlocutórias, se imposta em um procedimento que, por sua própria natureza, tende a ser demorado e complexo, dificilmente conduzirá a resultados plenamente satisfatórios. É que, diante de uma restrição excessiva à admissibilidade de um recurso, pouco a pouco a comunidade jurídica tende a admitir o alargamento de suas hipóteses de cabimento, ou o uso, ainda que anômalo, de um outro remédio processual. Trata-se de fenômeno conhecido entre nós, em razão do que ocorria com o manejo do mandado de segurança antes da reforma de 1994, mas que ocorre também em outros sistemas jurídicos”. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Os agravos no CPC brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 96.

⁴⁰¹ A esse respeito, vale transcrever o pensamento do autor: “A oralidade, enquanto princípio processual (e como todo e qualquer mecanismo jurídico), não tem um valor em si mesma. Sua relevância axiológica se estabelece na medida em que serve para garantir um procedimento rápido (e, portanto, uma resposta célere) e uma melhor formação do convencimento do juiz (e, portanto, uma resposta mais justa). Assim, tem direto suporte constitucional nas garantias da adequada tutela jurisdicional (art. 5.º, XXXV) e do devido processo legal (art. 5.º, LIV). Ainda, um processo mais rápido e com um juiz atuante e em contato direto com as provas e as partes amplia o acesso à justiça (também contido na fórmula do inc. XXXV do art. 5.º), aproximando-a dos menos favorecidos - daí a oralidade adotada pelo juizado de pequenas causas”. TALAMINI, Eduardo. *A nova disciplina...*

⁴⁰² Idem.

O problema da recorribilidade em separado e sua relação com a concentração e oralidade também foi enfrentado por LIEBMAN⁴⁰³, que, ao tratar das decisões que resolvem questões preliminares⁴⁰⁴ sob o ordenamento italiano vigente na época em que escreveu, expôs as 2 (duas) principais inconveniências decorrentes da sua recorribilidade em separado (ou recorribilidade imediata).

A primeira consiste na necessidade de suspensão (ou maior demora) na conclusão da instrução, a fim de que o órgão jurisdicional superior resolva a questão preliminar. A segunda inconveniência decorre do risco de que a instrução da causa seja concluída sobre um cenário que pode ser desconstituído pelo Tribunal em momento posterior. Como exemplo, recorde-se o caso em que o Tribunal determina a anulação ou reforma uma decisão que deixou de apreciar uma preliminar de prescrição ou decadência, ou a que indeferiu a adoção de algum meio de prova.

Quando isso ocorre, inúmeros atos processuais, que são fruto do dispêndio de tempo e trabalho de todos os sujeitos processuais, acabam sendo desperdiçados.

Diante disso, comenta o processualista que a solução encontrada pelo código de processo civil italiano, aquele vigente na época em que escrevia, para equilibrar essas 2 (duas) inconveniências, consistiu na atribuição de discricionariedade ao chamado “juiz instrutor” para decidir acerca da necessidade e relevância de submissão imediata de determinada questão preliminar ao Tribunal.

No sistema que é objeto das ponderações de LIEBMAN, não se cogitava de preclusão. Afinal, eventuais deliberações do “juiz instrutor” poderiam ser posteriormente revistas pelo Tribunal. Não obstante, é interessante ressaltar que tal configuração foi objeto de reformulação por ocasião de lei italiana aprovada em 1950, que previu a possibilidade reclamação imediata ao Tribunal em questões envolvendo a admissibilidade e relevância dos meios de prova⁴⁰⁵.

⁴⁰³ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. Tocantins: Intelectus, 2003, v. II, p. 42-43.

⁴⁰⁴ Na acepção estrita adotada pelo autor, estas devem ser entendidas como as questões relativas à validade dos atos processuais, a existência dos pressupostos processuais e das condições da ação. Em uma acepção mais genérica, podem ser entendidas como quaisquer questões que precedem a análise e julgamento do mérito da demanda.

⁴⁰⁵ LIEBMAN, Enrico Tullio. Op. cit., p. 48-49. Alerta ainda o autor sobre o fato de que essa reclamação não teria o caráter de impugnação (ou, no sentido dado por nós, recurso), porque consistiria tão somente em um meio de antecipação do controle do órgão jurisdicional superior.

Com isso, revela LIEBMAN que acentuou-se o embate entre, de um lado, a vantagem de um maior controle das decisões em razão de uma dupla instância no seio do procedimento de primeiro grau, notadamente em questões relativas à instrução da causa; e de outro, a demora adicional causada pela submissão antecipada de questões ao Tribunal⁴⁰⁶. O mesmo dilema é enfrentado pela agora pela doutrina brasileira.

Por fim, acerca da oralidade no processo civil também vale registrar a posição de Michele TARUFFO, para quem a adoção da oralidade, em oposição à forma escrita, não é sempre preferível em termos de eficiência processual. Isto porque existiriam sim modelos processuais em que a adoção da oralidade implica ganhos de eficiência (tanto sob aspecto quantitativo quanto qualitativo), mas isso depende de uma conjunção de outros fatores relativos ao sistema processual (tal como a concentração e imediação) e de aspectos da própria prática forense - afinal, não basta que a oralidade seja prevista na lei, ela deve ser efetivamente praticada pelos sujeitos processuais⁴⁰⁷.

Ademais, a adoção da forma escrita pode ser mais eficiente em certos casos complexos, em que é necessário documentar vários fatos e situações, que dificilmente seriam abarcados pela expressão oral. Por outro lado, ela não permite a aferição da credibilidade e confiabilidade do conteúdo expresso no documento, enquanto a prova oral pode proporcionar esse exame pessoal e psicológico do depoente. A forma oral, por sua vez, pode ser eficiente em economizar tempo e dinheiro, mas possui limitações em processos mais complexos (em que é necessário registrar muitas informações) e, via de regra, não é adotada na fase inicial, postulatória, dos processos⁴⁰⁸.

As reflexões dos processualistas acima tratados são valiosas para o adequado enfrentamento do tema aqui abordado, isto é, a relação entre a oralidade e a recorribilidade imediata das interlocutórias no CPC/15.

⁴⁰⁶ Cogitou-se principalmente do impasse em que incorre o juiz instrutor quando se depara com questões de caráter preliminar como prescrição, incompetência ou intervenção de terceiros. Em tais casos, afirma LIEBMAN que o normal é optar por privilegiar a concentração da fase instrutória, a fim de que as questões preliminares sejam decididas pelo Tribunal junto com o mérito. No entanto, o processualista alerta que a decisão do juiz em tais casos, ao postergar ou não a discussão, não deve se dar abstratamente, e sim tendo em vista as peculiaridades da causa, a plausibilidade das alegações, bem como os custos e inconvenientes derivados da paralisação da instrução. Ibidem, p. 62-63.

⁴⁰⁷ TARUFFO, Michele. **Orality and writing as factors of efficiency in civil litigation**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9957/20f1a7fd82c8a288ad9d68109b4c35273296.pdf?_ga=2.229462744.593065937.1585104855-880291459.1585104855>.

⁴⁰⁸ Idem.

Por um lado, porque percebe-se haver um maior apreço generalizado pelos sistemas processuais que privilegiam a oralidade, a concentração da instrução e a irrecorribilidade em separado das interlocutórias. Por outro lado, constata-se que a doutrina reconhece que não há uma preferência absoluta pela oralidade, uma vez que sua adoção, acompanhada de adoção de princípios correlatos (concentração, irrecorribilidade em separado, imediação, etc.) frequentemente entra em conflito com a necessidade de recurso imediato contra decisões que envolvam questões como incompetência, produção de provas, prescrição e intervenção de terceiros.

Na doutrina nacional, encontra-se o entendimento de que a oralidade representa um complexo de ideias, na medida em que normalmente é associada aos princípios da concentração, imediação, identidade física do juiz e irrecorribilidade das interlocutórias⁴⁰⁹. Afirma-se que desde o CPC/39, que propugnava em sua Exposição de Motivos a adoção de um procedimento oral, o foro brasileiro não se adaptou ao sistema processual civil marcado pela oralidade⁴¹⁰.

Acerca do princípio da concentração, COUTURE afirma que ele consiste em aproximar os atos processuais uns dos outros, concentrando sua realização no processo em um breve intervalo de tempo. O princípio da imediação, por sua vez, refere-se à situação em que o juiz atua próximo das partes, tanto quanto possível em contato pessoal com elas, sem a intermediação de assessores e outros funcionários públicos. Assim, presume-se que o juiz, tendo contato direto com os fatos, decidirá a causa com mais qualidade (justiça). O princípio da oralidade surge do direito positivo no qual os atos processuais se realizam de forma oral, normalmente em audiência, reduzindo-se as peças escritas àquelas estritamente indispensáveis⁴¹¹.

Na Espanha, vigora o princípio da oralidade no processo civil, inclusive por força do artigo 120 da Constituição Espanhola⁴¹². A incidência do princípio constitucional no processo civil é confirmada pela processualista Paula Díaz PITA. A professora titular de direito processual da Universidade de Sevilla afirma que o processo civil espanhol se

⁴⁰⁹ CINTRA, Antonio Carlos de A; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Op. cit., p. 362-363.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos...**, p. 163.

⁴¹² Consta do artigo 120 da Constituição Espanhola: “2. El procedimiento será predominantemente oral, sobre todo en materia criminal.”.

desenvolve de forma oral e que a forma escrita ocorre em alguns atos, como a inicial e contestação⁴¹³. Segundo a autora, no sistema espanhol também vigora o princípio da imediação, a ponto de seu desrespeito implicar a nulidade do ato⁴¹⁴⁻⁴¹⁵.

Acerca da oralidade, afirma FROCHAM que ela é aconselhável e se impõe para certos tipos de processos simples, com preponderância de matéria fática, tais como demandas envolvendo alimentos ou acidentes de trânsito, nos quais a aplicação dos princípios da imediação e concentração dão soluções rápidas⁴¹⁶.

Tendo em vista o sistema processual brasileiro moderno, José Eduardo CARREIRA ALVIM afirma que os princípios de Chiovenda pensados para a promoção de um processo marcadamente oral (irrecorribilidade em separado das interlocutórias, imediação, concentração, identidade física do juiz), não funcionam, por uma série de motivos de ordem cultural e da prática forense da realidade atual⁴¹⁷.

O art. 1.015 do CPC/15 parece ter caminhado em alguma medida para a recorribilidade em separado das interlocutórias, na medida em que reduziu o rol de interlocutórias agraváveis. Consequentemente, em tese se reduziu a quantidade de decisões interlocutórias passíveis de suspensão imediata por meio de recurso, incentivando (ainda que sutilmente) a concentração. A oralidade, no entanto, encontra reduzida aplicação no atual sistema. Afora a audiência de instrução e julgamento e as

⁴¹³ PITA, Paula Díaz. **Derecho procesal civil**. Madrid: Tecnos, tomo I, 2016, p. 59. No mesmo sentido, DOMÍNGUEZ e CATENA afirmam que a constituição espanhola reputou a oralidade a melhor forma de preservar os princípios da imediação e concentração. DOMÍNGUEZ, Valentín Cortés; CATENA, Victor Moreno. Op. cit., p. 28.

⁴¹⁴ PITA, Paula Díaz. Op. cit., p. 60.

⁴¹⁵ Dispõe o art. 137 da Ley de Enjuiciamiento Civil que os juízes deverão presenciar as declarações das partes, testemunhas e peritos. A inobservância dessa regra “determinará la nulidad de pleno derecho de las correspondientes actuaciones”. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2000-323>>. Acesso em 20 jan. 2020.

⁴¹⁶ FROCHAM, Manuel Ibañez. Op. cit., p. 142.

⁴¹⁷ Segundo o processualista, a imediação teria se tornado letra morta porque o juiz brasileiro foge das partes e dos advogados como “o capeta foge da cruz”. A concentração seria prejudicada pelas provas periciais, que quebram o ritmo do processo. A identidade física, enquanto vigorava o CPC/73, mais atrasaria do que aceleraria o processo, pois este ficava paralisado quando o juiz entrava em férias ou de licença. A irrecorribilidade nunca teria funcionado em razão do emprego do mandado de segurança contra ato judicial. Por fim, afirma que “a irrecorribilidade das interlocutórias não faz o processo mais célere do que deveria ser”, mas reconhece ser inegável que “sem recursos interlocutórios, o processo pelo menos tem a chance de proporcionar uma sentença num prazo mais razoável”. ALVIM, José Eduardo Carreira. Nova mexida nos agravos retido e de instrumento. In: NERY JR, Nelson; ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 275-288.

sessões de julgamento dos tribunais, não é possível se pensar em muitas hipóteses em que há espaço para a oralidade.

A.III.2.5. O princípio da taxatividade recursal e sua relação com o problema da interpretação extensiva

O princípio da taxatividade recursal no sistema processual brasileiro é extraível do art. 994 do CPC/15. Ao enumerar os recursos cabíveis, extrai-se desse dispositivo que apenas os recursos previstos expressamente em lei nacional, seja no CPC ou em leis que disciplinam processos de procedimentos especiais, são admitidos⁴¹⁸.

Sob a perspectiva da doutrina estrangeira, IRUZUBIETA afirma que por força do princípio da taxatividade⁴¹⁹ não existem outros recursos que não os legalmente previstos, e que ninguém pode impugnar uma decisão judicial quando a lei não autorize de modo expreso. O autor equipara os recursos às nulidades: não existem outras nulidades além daquelas previstas na lei, assim como não existem outros recursos além dos legalmente previstos⁴²⁰.

Ademais, o autor destaca que a manifestação rigorosa do princípio da legalidade em matéria de recursos se manifesta de duas formas distintas: ou o legislador vale-se do silêncio legal (do que se extrai que o recurso não é cabível) ou ele é contundente ao dizer que o recurso não é cabível⁴²¹. A primeira forma de manifestação parece ser especialmente relevante para a análise empreendida no presente trabalho, pois corresponde à escolha feita pelo legislador brasileiro ao omitir certas hipóteses de decisões interlocutórias do rol do art. 1.015 do CPC/15.

O princípio da taxatividade ganha relevância na discussão relativa às hipóteses de agravo de instrumento na medida em que ele retrata uma das características marcantes

⁴¹⁸ Nesse sentido, Flávio Cheim JORGE afirma que, pelo princípio da taxatividade, “somente são considerados recursos aqueles institutos previstos especificamente como tais pela lei federal”. E sobre a enumeração do art. 994 do CPC: “A enumeração prevista no CPC é taxativa, comportando uma interpretação restritiva e ensejando uma relação em *numerus clausus*”. JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 266-267.

⁴¹⁹ Previsto no art. 448 da Ley de Enjuiciamiento Civil da Espanha, que assim dispõe: “Artículo 448. Del derecho a recurrir. 1. Contra las resoluciones de los Tribunales y Letrados de la Administración de Justicia que les afecten desfavorablemente, las partes podrán interponer los recursos previstos en la ley”. Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil”.

⁴²⁰ IRUZUBIETA, Carlos Vázquez. **Tratado de los recursos jurisdiccionales**. Madrid: Edisofer, 2001, p. 49-50.

⁴²¹ Ibidem, p. 33.

dos recursos: sua criação deve se dar por meio de lei. Eventuais instrumentos não previstos em lei federal não podem ser qualificados como recurso. Logo, o regime recursal submete-se a um critério de legalidade restrito, o que deve nortear a interpretação das normas processuais que o disciplinam.

A.III.2.6. O problema dos limites da recorribilidade das interlocutórias como uma questão de política legislativa: os modelos de recorribilidade

Sob outra dimensão de análise, o problema da recorribilidade das interlocutórias também envolve uma questão de política legislativa.

Afinal, como se extrai da análise feita nos tópicos acima, cabe a cada ordenamento, segundo as características, preferências, e valores jurídicos eleitos pelo seu povo (por meio de seus representantes legislativos), eleger os critérios relevantes para que graduar a importância dos diversos tipos de decisões proferidas no processo, para efeito de conceber um tipo específico de recurso contra elas, bem como suas hipóteses de cabimento e efeitos em que será recebido⁴²².

Como bem descreveu José Carlos Barbosa MOREIRA em reflexão ainda atual, esse problema, mais especificamente no que se refere à recorribilidade das decisões proferidas no curso do processo – as interlocutórias, é de política legislativa⁴²³, pois envolve duas soluções radicais, diametralmente opostas, e uma via média.

A primeira via radical consiste em negar a possibilidade de impugnar de imediato toda e qualquer interlocutória. A segunda adota a opção diametralmente oposta: admite que todas as interlocutórias sejam recorríveis de imediato, de modo que o juiz superior revisará paulatinamente questão por questão que foi objeto do juízo de primeiro grau⁴²⁴.

Trata-se de dois regimes de sistema recursal que, para utilizar a metáfora de MOREIRA, correspondem às características da estrutura procedimental de primeiro grau assim como a copa da árvore está para o solo em que mergulha suas raízes. Com isso se quer dizer: em uma estrutura de primeiro grau concentrada e unificada, é preferível e até

⁴²² LIMA, Alcides de Mendonça. Op. cit., p. 138.

⁴²³ “Un arduo problema de política legislativa es el de la impugnación de las interlocutórias, por la perturbación que suele ocasionar a la marcha del proceso”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**: terceira série. São Paulo, Saraiva, 1984, p. 121.

⁴²⁴ MOREIRA, José Carlos Moreira. **Comentários ao Código de Processo Civil**: arts. 476 a 565. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 5, 1985, p. 469.

natural, restringir o rol de recursos cabíveis. Em um processo em que as questões são resolvidas de modo fragmentado, por sua vez, a demanda das partes acaba sendo por maior recorribilidade.

A primeira opção acelera o trâmite processual, ao custo de um menor controle do Tribunal sobre as decisões. A segunda é o extremo oposto: há um controle mais intenso sobre as decisões da instância inferior, o que chega a estancar o trâmite processual, até excessivamente. A via média consiste em adotar um rol de decisões interlocutórias que reclamem pronto exame⁴²⁵. Essa foi a opção do CPC/15.

A oposição entre esses dois modelos de recorribilidade não existe somente como um dilema peculiar ao direito processual civil brasileiro. No século XX, o processualista alemão HABSCHEID, professor da Universidade de Genebra e Wurzburg, também tratou da oposição entre esses dois modelos de recorribilidade e defendeu a busca por um equilíbrio entre esses dois interesses divergentes e polarizados.

De um lado, pontuou a vantagem em se oportunizar recurso contra os chamados “julgamentos incidentais”⁴²⁶, na medida em que a revisão da decisão pelo Tribunal, quando extingue corretamente um processo que não deveria prosseguir, reformando a decisão interlocutória recorrida, proporciona grande economia de trabalho.

De outro lado, admitir recursos contra decisões proferidas no curso do processo dá oportunidade para manobras processuais dilatórias e pode ser a causa de grandes atrasos no processo – como ocorre, por exemplo, quando o curso do processo rumo ao

⁴²⁵ Ibidem, p. 470-471. O problema e o risco gerado pela adoção de posições radicais envolvendo o conflito entre o valor verdade e celeridade, enquanto caminhos distintos para a busca da efetividade, foram elucidados nas seguintes palavras de Barbosa MOREIRA: “Desdobra-se esta [a efetividade], como assinalado, em diversos tópicos; e aqui também se corre o perigo de romper o equilíbrio do sistema, hipertrofiando uma peça em detrimento das restantes. É o que acontece, por exemplo, quando se estende além da medida razoável a duração do feito, pelo afã obsessivo de esgotar todas as possibilidades, mínimas que sejam, de apuração dos fatos. Nem o valor celeridade deve primar, pura e simplesmente, sobre o valor verdade, nem este sobrepor-se, em quaisquer circunstâncias, àquele”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**: sexta série. São Paulo, Saraiva, 1997, p. 22.

⁴²⁶ Apesar de se valer da expressão “julgamento incidental”, o processualista alemão antecipou a crítica a essa expressão, associada à tradição germânica, a qual valorizava a autoridade do juiz e as decisões proferidas no curso do processo (em oposição à concepção romana, que valorizava o julgamento final, como ato jurisdicional capaz de colocar fim ao conflito). Para o autor, muito mais adequado seria falar em “decisões incidentais” e reservar a locução “julgamento” apenas para os julgamentos finais – aqueles que, acolhendo ou rejeitando o pedido, punham fim à instância (ou processo em primeiro grau de jurisdição). A esse respeito, vide HABSCHEID, Walther J. **Droit judiciaire privé suisse**. Genève: Librairie de l'Université, 2. ed., 1981, p. 292-293.

juízo final de mérito é impedido e adiado em razão da pendência de decisão sobre o recurso contra a decisão interlocutória, e depois o Tribunal acaba por confirmá-la⁴²⁷.

Semelhantemente, o jurista alemão Leo ROSENBERG afirma que a limitação dos recursos é do interesse de ambas as partes, principalmente para aquela que é a vitoriosa (isto é, a que possui razão quanto ao mérito da lide). Mais do que isso, a limitação atende a uma necessidade de Estado, ou de ordem pública, pois o prolongamento de um litígio, eventualmente de pouca relevância social, por um litigante contumaz, traria trabalho excessivo aos tribunais e causaria desperdício de tempo e dinheiro para as partes⁴²⁸.

Em suma, extrai-se desse cenário que existe a busca incansável da chamada “solução ótima”, a qual trará o máximo de proveito resultante da tutela jurisdicional com o menor custo, este aferido notadamente por meio de um critério temporal (isto é, quanto maior a demora na solução do litígio, maior o custo).

No entanto, isso nem sempre é facilmente alcançado apenas por meio de avaliações concebidas teoricamente, ou tão somente em experiências pessoais e percepções subjetivas dos operadores do direito, como bem alertou Egas Moniz de ARAGÃO.⁴²⁹

De qualquer modo, se, por um lado, a taxatividade de hipóteses de recorribilidade das interlocutórias restringe, em princípio, oportunidade para impugnação de série de decisões de enorme repercussão para o processo, por outro lado, o resultado prático da tese da “taxatividade mitigada” é a recorribilidade plena das interlocutórias, com a consequente multiplicação de recursos.

Na visão de Araken de ASSIS, a última opção (recorribilidade ampla) introduz “elemento altamente poluidor da celeridade e da economia”⁴³⁰. Por isso, referido processualista reforça a leitura de que a recorribilidade imediata das interlocutórias é um “grave e decisivo problema de política legislativa” no processo civil contemporâneo⁴³¹.

Diante desse desafio, é preciso compreender a atual configuração dos sistemas processuais em um contexto político-legislativo, no que se refere à política judiciária.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ ROSENBERG, Leo. Op. cit., p. 353.

⁴²⁹ ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Reforma..., p. 287.

⁴³⁰ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. São Paulo: RT, 5. ed., 2013, p. 506.

⁴³¹ Ibidem, p. 504.

COUTURE afirma que, com o passar do tempo, a tendência dos sistemas processuais passou a ser diminuir o número de recursos e aumentar os poderes do juiz. Trata-se, segundo o processualista uruguaio, de fazer triunfar uma justiça rápida e inequívoca, em vez de uma justiça melhor (mais justa), porém mais lenta⁴³²⁻⁴³³.

Para tratar desse dilema e de algumas experiências político-legislativas, passa-se agora a uma panorâmica comparação entre sistemas processuais de países distintos, com a intenção de elucidar os diversos aspectos envolvendo o problema da recorribilidade.

No sistema processual civil da Espanha, a Ley de Enjuiciamiento Civil, de janeiro de 2000, prevê em seu artigo 451 o recurso de “Reposición”, que é aquele que mais se assemelha ao agravo de instrumento, na medida em que é cabível contra decisões não definitivas, e pode ensejar reconsideração da decisão impugnada⁴³⁴⁻⁴³⁵.

Segundo o jurista espanhol Carlos Vázquez IRUZUBIETA, trata-se de recurso endereçado ao mesmo órgão que prolatou a decisão, não possui efeito suspensivo e se destina a corrigir provimentos judiciais equivocados acerca da ordem e da marcha

⁴³² COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos...**, p. 285.

⁴³³ Em sentido semelhante, Barbosa Moreira afirmou, sobre as tendências modernas de reforma legislativa dos códigos processuais civis: “Pôr na primeira instância o centro de gravidade do processo é diretriz de política legislativa muito prestigiada nos tempos modernos, e numerosas iniciativas reformadoras levam-na em conta. A rigor, o ideal seria que os litígios fossem resolvidos em termos finais mediante um único julgamento. Razões conhecidas induzem as leis processuais a abrirem a porta a reexames. A multiplicação desmedida dos meios tendentes a propiciá-los, entretanto, acarreta o prolongamento indesejável do feito, aumenta-lhe o custo, favorece a chicana e, em muitos casos, gera para os tribunais superiores excessiva carga de trabalho”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. Breve notícia sobre a reforma do processo civil alemão. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 111, p. 103-112, jul./set. 2003.

⁴³⁴ Artigo 451 da Ley de Enjuiciamiento Civil: “1. Contra las diligencias de ordenación y decretos no definitivos cabrá recurso de reposición ante el Letrado de la Administración de Justicia que dictó la resolución recurrida, excepto en los casos en que la ley prevea recurso directo de revisión. 2. Contra todas las providencias y autos no definitivos cabrá recurso de reposición ante el mismo Tribunal que dictó la resolución recorrida. 3. La interposición del recurso de reposición no tendrá efectos suspensivos respecto de la resolución recurrida”. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2000-323>>.

⁴³⁵ Interpretação compartilhada por Heitor SICA, que acrescenta ainda o seguinte aspecto do procedimento de decisão da “reposición” espanhola: “Mantida a decisão, sua revisão pela instância superior poderá ocorrer apenas quando da interposição do recurso de apelación contra a sentença final”. SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Direito Processual Civil Espanhol**. Disponível em: <https://www.academia.edu/17570556/2009_-_Direito_Processual_Civil_Espanhol>. Acesso em 12/06/2020.

processual⁴³⁶. Também possuiria fundamentação vinculada, na medida em que o dispositivo processual que se reputa violado deve ser indicado no recurso⁴³⁷.

Embora a “reposición” tenha escopo bem mais limitado do que o do agravo de instrumento, IRUZUBIETA afirma que parcela da doutrina espanhola não vê a “reposición” com simpatia, pois reputam que ela seria extremamente prejudicial ao bom andamento do processo⁴³⁸.

Advertência pertinente de IRUZUBIETA, ao tratar da razão de ser da existência dos recursos, consiste em que, embora eles se justifiquem, em parte, pela necessidade de aumentar o grau de certeza (e, conseqüentemente, de justiça) de uma decisão judicial, a faculdade de recorrer deve ser limitada para evitar que a elevada quantidade de impugnações impeça o fim do processo.

Em razão disso, elegem-se critérios, baseados em razões de política processual, para limitar o uso dos recursos. Essa limitação diria respeito à política do processo e não à lógica jurídica, de modo que a modificação do regime recursal não violaria princípios básicos do processo. Por fim, o autor afirma que em razão dessa premissa o ordenamento espanhol concederia um único momento para o litigante manifestar sua insurgência de forma ampla: a interposição da apelação⁴³⁹.

Na mesma linha de raciocínio, a processualista espanhola Teresa Armenta DEU, em obra doutrinária contemporânea, faz menção à observância dos princípios da oralidade, concentração e imediação pelo processo espanhol e afirma que nele as decisões interlocutórias não são diretamente apeláveis – ou seja, não há recurso para instância superior a fim de discutir de imediato as decisões proferidas no curso do processo⁴⁴⁰.

⁴³⁶ A respeito da finalidade do recurso de “reposición”, o advogado espanhol Carlos Vázquez Iruzubieta afirma: “(...) la finalidad de la reposición se circunscribe a las decisiones del órgano jurisdiccional que tienen por objeto la ordenación del proceso y su marcha hacia la conclusión con la oportuna sentencia, sin que quepa utilizarlo para otros menesteres que son propios de otras impugnaciones de especie diferente.” IRUZUBIETA, Carlos Vázquez. Op. cit., p. 56.

⁴³⁷ Ibidem, p. 59-60.

⁴³⁸ Ibidem, p. 55.

⁴³⁹ Ibidem, p. 33-36.

⁴⁴⁰ DEU, Teresa Armenta. Op. cit., p. 47.

A “reposición” espanhola, como se viu, tem características bem distintas do agravo de instrumento brasileiro⁴⁴¹.

No sistema processual argentino, na esfera da legislação nacional, os recursos mais próximos de comparação com o agravo de instrumento brasileiro consistem: (i) na “reposición”, que pode ser empregada contra os chamados provimentos simples (decisões interlocutórias destinadas a dar impulso ao processo e ordenar atos de expediente), causem ou não prejuízo irreparável à parte⁴⁴²⁻⁴⁴³; (ii) no recurso de “apelación” em face de sentenças interlocutórias (que podem ser equiparadas às decisões interlocutórias que resolvem questões incidentais) e provimentos simples que causem gravame irreparável pela sentença, desde que essas decisões tenham sido proferidas em processos nos quais o valor discutido supere o previsto em lei⁴⁴⁴. Ou seja, no Código Processual argentino é possível identificar a figura da apelação interlocutória.

Acerca das experiências estrangeiras, mais especificamente do sistema processual uruguaio, italiano, espanhol e português, há estudo monográfico de Ana Laura González POITTEVIN do ano de 2008 (ou seja, sob vigência do CPC/73, pós-reformas), destinado a analisar os modelos de processos desses países no que se refere à recorribilidade das interlocutórias.

⁴⁴¹ Apesar dessas diferenças, a questão levantada em recurso de “reposición” rejeitado pode ser suscitada novamente por ocasião da interposição da apelação contra a decisão final (sentença). Ou seja, a interposição da “reposición” não gera preclusão da questão. PITA, Paula Díaz. Op. cit., p. 264-265. Sob esse ângulo, a previsão de impugnação de interlocutórias na apelação se guarda semelhança com a regra do art. 1.009, §1º do CPC.

⁴⁴² Artículo 238, Ley 17.454 (Codigo Procesal Civil y Comercial de la Nacion): “El recurso de reposición procederá únicamente contra las providencias simples, causen o no gravamen irreparable, a fin de que el juez o tribunal que las haya dictado las revoque por contrario imperio”. Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/17454-nacional-codigo-procesal-civil-comercial-nacion-Ins0004592-1981-08-18/123456789-0abc-defg-g29-54000scanyel?#I0239>>.

⁴⁴³ FROCHAM, Manuel Ibañez. Op. cit., p. 161-164, em consideração histórica e anterior ao Código Processual Argentino vigente, acrescenta ainda que o recurso se destinaria historicamente a impugnar as decisões que padeçam de vício de fundamentação e causem gravame à parte. Acerca da configuração de modelos de recorribilidade, Manuel Ibañez FROCHAM em seu tratado de recursos posiciona-se no sentido de que qualquer tipo de sugestão de reforma no sistema recursal demanda análise estatística. Ademais, afirma que o problema da reforma processual e a criação de recursos depende da organização judicial, bem como dos dados da experiência e outras circunstâncias que são, muitas vezes, de natureza política.

⁴⁴⁴ Artículo 242, Ley 17.454 (Codigo Procesal Civil y Comercial de la Nacion): “El recurso de apelación, salvo disposición en contrario, procederá solamente respecto de: 1 Las sentencias definitivas. 2 Las sentencias interlocutorias. 3 Las providencias simples que causen gravamen que no pueda ser reparado por la sentencia definitiva. Serán inapelables las sentencias definitivas y las demás resoluciones cualquiera fuere su naturaleza, que se dicten en procesos en los que el monto cuestionado sea inferior a la suma de PESOS NOVENTA MIL (\$ 90.000)”.

Após a análise dos recursos cabíveis naqueles sistemas, POITTEVIN conclui que as interlocutórias, via de regra, não são imediatamente submetidas ao Tribunal nos sistemas uruguaio, espanhol e italiano, nos quais as interlocutórias em regra são reexaminadas apenas pelo próprio órgão prolator da decisão recorrida⁴⁴⁵. Segundo a autora, apenas no sistema processual português haveria mecanismo recursal equivalente ao agravo de instrumento brasileiro⁴⁴⁶.

Ao final de seu trabalho monográfico, POITTEVIN sugere que a solução ideal para o problema da recorribilidade das interlocutórias, enquanto problema legislativo, que oscila entre duas opções radicais (ampla recorribilidade e nenhuma recorribilidade), estaria na valorização do pedido de reconsideração submetido ao próprio juiz prolator da decisão, bem como na concepção de um rol taxativo com a previsão de cabimento invertida, contendo as hipóteses em que o agravo de instrumento não seria cabível – isto é, um rol taxativo contendo os casos de exceções à ampla recorribilidade, e não com a lista de hipóteses de cabimento⁴⁴⁷.

Atualmente, o sistema português prevê as apelações autônomas, que muito se assemelham ao agravo de instrumento brasileiro, e podem ser empregadas em face de maior número de interlocutórias do que aquelas listadas no art. 1.015 do CPC/15.

As “apelações autônomas” estão previstas no art. 644 do CPC Português e são muito semelhantes ao agravo de instrumento previsto no CPC/15, pois se destinam a submeter certas decisões à revisão imediata pelo órgão jurisdicional superior, em uma espécie de “apelação por instrumento” (o recurso contra decisões interlocutórias sobe ao Tribunal em separado, com peças para instruí-lo) e são cabíveis em face de decisões

⁴⁴⁵ POITTEVIN, Ana Laura González. **Recorribilidade das decisões interlocutórias**: uma comparação do direito brasileiro com outros ordenamentos. Curitiba: Juruá, 2008, p. 119-131.

⁴⁴⁶ Aqui, vale ressaltar que referido estudo foi elaborado antes da vigência do Código de Processo Civil Português de 2013 (Lei 41/2013, de Portugal). Atualmente, não existe mais o recurso de agravo no sistema processual português, enquanto recurso ordinário previsto no Código de Processo Civil.

⁴⁴⁷ POITTEVIN, Ana Laura González. Op. cit. No mesmo sentido, a posição de NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Op. cit., p. 1688, para quem o legislador deveria ter “discriminado de forma pontual o não cabimento de agravo de instrumento em vez de seu cabimento”.

interlocutórias arroladas no referido dispositivo⁴⁴⁸⁻⁴⁴⁹. A apelação interlocutória portuguesa é recurso amplo, pois devolve questões de fato e de direito⁴⁵⁰. Ainda, na regra referida, há previsão expressa de cabimento da apelação autônoma em face de decisões que apreciam temas tais como competência absoluta, impedimento do juiz, admissão de meios de prova e aplicação de sanções processuais (alíneas ‘a’, ‘b’, ‘d’ e ‘e’).

Diferentemente do art. 1.015 do CPC/15, o art. 644, n.º 2, alínea ‘h’ do CPC Português traz cláusula residual e aberta de cabimento da apelação autônoma em face “Das decisões cuja impugnação com o recurso da decisão final seria absolutamente inútil”⁴⁵¹. Ou seja, além das expressamente previstas, o legislador português previu também a imediata recorribilidade de interlocutórias que possam gerar prejuízo que torne inútil a rediscussão posterior.

Chama a atenção o emprego da expressão “absolutamente”. Isto é, apesar da locução ampla, uma leitura literal da norma sugere que, para o recurso ser cabível com base na cláusula aberta, a inutilidade resultante de eventual postergação da impugnação deve ser inquestionável⁴⁵².

⁴⁴⁸ A respeito, vide Lei n. 41/2013 de Portugal, disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107055833/201706160200/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrOntofficeportlet_rp=diploma>.

⁴⁴⁹ A plena vigência do art. 644 do CPC Português e das hipóteses de apelação interlocutória nele previstas é confirmada pela doutrina portuguesa: ALMEIDA, Francisco M. L. Ferreira de. Op. cit., p. 446; PINTO, Rui. Op. cit., p. 296-306. PITÃO, José António de França; PITÃO, Gustavo França. **Código de processo civil anotado**: Tomo I (Artigos 1.º a 702.º). Lisboa: Quid Juris, 2016, p. 771-778.

⁴⁵⁰ ALMEIDA, Francisco M. L. Ferreira de. Op. cit., p. 445.

⁴⁵¹ O jurista português Rui PINTO define essa categoria de decisões da seguinte forma: “são decisões com efeitos de direito ou de facto irreversíveis, pelo que a procedência recursória diferida não alcançaria efeito útil. Em consequência, a sua impugnação não pode ser retardada. Ex., o despacho que indefere o pedido de não audição prévia da parte requerida num procedimento cautelar”. PINTO, Rui. Op. cit., p. 302.

⁴⁵² O carácter restritivo da expressão “absolutamente inútil” é confirmado pela posição do jurista português Rui PINTO, que cita julgado do Tribunal de 2ª instância de Coimbra, o qual alude à limitação que o uso do advérbio “absolutamente” impõe à regra. Ademais, a interpretação restrita das hipóteses de recorribilidade imediata é extraível do entendimento de Rui PINTO sobre as decisões que versem sobre incompetência absoluta, hipótese que no entendimento do jurista português não engloba decisões que versem sobre outras “exceções dilatórias” (como inépcia da petição inicial). Afirma ainda que o rol das hipóteses de apelação autônoma contra interlocutórias veicula exceção pois, como regra, as decisões interlocutórias devem ser impugnadas por recurso de apelação diferido, a ser eventualmente interposto contra a decisão final. PINTO, Rui. Op. cit., p. 302-306. No mesmo sentido, julgado do Tribunal Relação de Guimarães, mencionado por José França Pitão e Gustavo França Pitão, esclarece que a cláusula aberta do CPC Português não se aplica a decisões que acarretem a mera inutilização de atos processuais, mas apenas aquelas que possam ter “efeito material irreversível”. PITÃO, José António de França; PITÃO, Gustavo França. Op. cit., p. 778.

Como visto, as apelações autônomas do sistema processual português em muito se assemelham ao agravo de instrumento brasileiro. No entanto, a cláusula aberta adotada pelo sistema português (cabimento do recurso interlocutório para o caso em que a discussão posterior seja absolutamente inútil) é diferente da cláusula adotada pelo STJ para o rol do art. 1.015 do CPC/15.

A locução portuguesa, por meio do advérbio “absolutamente”, aparentemente destinou-se a dar maior concretude e objetividade à ideia de inutilidade e restringir a abertura do rol. A tese da “taxatividade mitigada”, ao contrário, ateu-se somente aos conceitos de urgência e inutilidade, sem restringir o escopo conceitual.

A título de exemplo, entende-se que a ideia de inutilidade absoluta difere da “taxatividade mitigada” na medida em que a locução portuguesa não autorizaria a interposição de recurso contra interlocutória que indeferisse a produção de determinada prova – pois, salvo situações em que a produção da prova possa se tornar concretamente impossível, o Tribunal via de regra poderá cassar a sentença e determinar a reabertura da instrução probatória por ocasião do recurso contra a decisão final. A tese do STJ, por sua vez, pode vir a acarretar a admissão do agravo nessa mesma hipótese, por se vislumbrar algum grau de inutilidade, ainda que não absoluto.

Como se percebe desses poucos exemplos, destinados apenas a elucidar o problema, cada sistema processual lida de sua própria forma com a questão político-legislativa da recorribilidade das interlocutórias. Não há solução uniforme: enquanto alguns países (como Uruguai, Espanha e Itália) funcionam, ou funcionaram em algum momento, sem um recurso semelhante ao agravo de instrumento brasileiro, outros, como Portugal e Argentina, preveem o recurso de apelação interlocutória para submissão imediata da impugnação de decisões interlocutórias a uma instância revisora.

No Brasil, com a promulgação do CPC/15, não houve previsão de cláusula aberta de cabimento do recurso contra interlocutórias, que atrelasse a imediata recorribilidade com o risco de inutilidade da impugnação futura. Com a superveniência da tese da “taxatividade mitigada”, concebida pelo STJ e de caráter vinculante, isso se alterou, como se viu nos capítulos antecedentes.

Feita essa constatação, abandona-se a pretensão de solucionar o problema da recorribilidade das interlocutórias sob a ótica da opção legislativa, que já foi feita. Este trabalho não pretende formular sugestões de alteração legislativa com base em técnicas de direito comparado, mas problematizar a norma concebida pelo legislador e trabalhar

com as interpretações das regras vigentes, sob a ótica jurídico-doutrinária, em tentativa de alcançar uma posição mais adequada em termos sistemáticos.

Afinal, este trabalho parte da premissa de que cabe aos jurisdicionados extrair a máxima efetividade e eficácia das normas dos arts. 1.015 e 1.009, §1 do CPC/15, sem desprezar os limites da interpretação e tampouco negando sua vigência, e sim adequando-as ao sentido constitucional e aos princípios processuais vigentes, valendo-se de todos os instrumentos processuais juridicamente aptos a interagir com os recursos.

A.III.2.7. A instabilidade gerada pelas interpretações dissonantes acerca do art. 1.015 e o risco de violação de garantias, normas e princípios processuais

No entanto, extrair a máxima efetividade e eficácia das normas, a fim de se alcançar a interpretação mais compatível com o ordenamento e os princípios eleitos pelo legislador constituinte e infraconstitucional, exige a ponderação acerca dos impactos que os diversos tipos de interpretação (especialmente as que esticam e ampliam o sentido da norma) podem causar a garantias, princípios e institutos processuais. É essa ponderação que se passa a fazer para arremate do capítulo.

A primeira garantia para a qual se deve olhar no momento de interpretar as normas sobre recorribilidade é a relativa ao **devido processo legal**. Como se viu em capítulos anteriores, o sistema recursal admite diversas conformações, a depender do ideal visado pelo legislador ordinário. Logo, a ampliação ou restrição de recursos, em si, não acarreta violação à cláusula do devido processo legal.

Como bem alertou DINAMARCO, a cláusula do devido processo legal tem a missão organizatória de assegurar a supremacia de outros princípios e garantias. No entanto, ela não deve ser impositiva de um irracional culto à forma, porque desfiguraria a boa ordem processual, mas jamais podemos renunciar a ela, nem aceitar um processo regido por acidentais aspectos empíricos do momento, o que atentaria contra a segurança jurídica. É necessário reler os princípios, não renegá-los⁴⁵³.

⁴⁵³ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era...*, p. 23.

Diante disso, passa-se à análise do instituto processual mais afetado pela divergência interpretativa e que, se descaracterizada, pode influir na garantia do devido processo legal: a **preclusão**.

As linhas interpretativas (inclusive a do STJ) que admitem uma ampla recorribilidade das interlocutórias com base em requisitos não previstos expressamente no art. 1.015, ocasionam divergências que não solucionam (ou potencializam) o problema da preclusão⁴⁵⁴, além de darem margem para situações jurídicas que violam a paridade de armas/isonomia e o sistema processual como um todo.

Reputa-se que a **preclusão não é um** fenômeno processual que pode ficar à disposição da parte⁴⁵⁵. Ou seja, a parte não pode dispor sobre os efeitos da preclusão, ou o momento em que ela se opera. Isso é extraível de sua própria natureza jurídica, que parcela da doutrina entende ser a de “fato jurídico processual impeditivo”, na medida em que prescinde da vontade para se aperfeiçoar e produzir efeitos e é capaz de impedir o exercício de um direito ou uma faculdade. Ainda, há quem veja na preclusão a natureza de efeito imposto pela lei a um ato ou fato processual⁴⁵⁶.

⁴⁵⁴ Felipe ROCHA e Fernando Gama NETTO entendem que a extinção do agravo retido (do CPC/73) e a mudança no sistema recursal trazida pelo CPC/15 causou a “desestabilização parcial do processo”, tornando o sistema de preclusões menos efetivo e, conseqüentemente, gerando insegurança jurídica: “A bem da verdade, a principal consequência do desaparecimento do agravo retido foi a desestabilização parcial do processo, uma vez que agora não se sabe, até a fase de apelação, quais as decisões interlocutórias que serão impugnadas (com exceção daquelas de que desafiam agravo de instrumento). Desse modo, o regime de preclusão dos atos processuais ficou menos efetivo, gerando insegurança jurídica”. ROCHA, Felipe Borring; NETTO, Fernando Gama de Miranda. A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre direito probatório. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Belo Horizonte, n. 101, p. 99-123, jan./mar. 2018.

⁴⁵⁵ Em discordância, extrai-se da posição de Vinicius Silva Lemos: “Não se pode imaginar que a extensividade nasceria para prejudicar a parte, com isso, é impossível se pensar em preclusão para essas decisões interlocutórias, cujas matérias não tinham a recorribilidade via agravo de instrumento, mas por via transversa da interpretação extensiva, caberá. (...) Para essas situações decisórias excepcionais deve-se deixar a critério das partes, qual que, dentre essas formas recursais, será a escolhida para impugnar a determinada situação decisória, mediante seu próprio interesse recursal, analisando subjetivamente se lhe é conveniente recorrer, desde já, via agravo pela interpretação extensiva ou aguardar-se o desenrolar processual impugnando somente em momento posterior à prolação da sentença”. LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo...**, p. 218. Como visto, discorda-se dessa posição com base no entendimento de que a preclusão não pode estar sujeita a uma simples escolha (voluntarismo) das partes, pois isso iria contra toda a necessidade de ordenação do processo e contra a lógica publicística do instituto.

⁴⁵⁶ Nesse sentido, vide o compilado de posições doutrinárias sistematizadas por Anissara TOSCAN. TOSCAN, Anissara. **Estática e Dinâmica das Preclusões Processuais Cíveis**: revisitando o instituto. Curitiba, 2015. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-graduação em direito, Universidade Federal do Paraná, p. 102-113.

Em qualquer caso, reputa-se que se trata de fenômeno não submetido à esfera de subjetividade das partes, pois se destina a ordenar o processo, de modo a evitar repetições de atos desnecessários e fazer ele atingir seu fim, que é a sentença. Como ela se destina a ordenar a marcha processual, reveste-se de função pública⁴⁵⁷, pois é inerente ao próprio funcionamento do processo e, portanto, à função jurisdicional.

Ou seja, ao enfrentar o problema da relação entre recorribilidade e preclusão, não se trata aqui apenas do direito material das partes (esse sim, normalmente, disponível), mas do modo como o interesse público entende que o processo deve se desenvolver: de modo preclusivo - logo, ela não está à disposição das partes.

Para ordenar, é necessário objetividade. A subjetividade excessiva conduz à ausência de uniformidade e, conseqüentemente, à divergência, desrespeito à forma e desordem – o que pode vir a atentar contra o contraditório, a isonomia, segurança jurídica e razoável duração do processo.

Por evidente, não se quer dizer aqui que a preclusão seja mandamento absoluto que não possa ser relativizado. No entanto, a sua relativização não encontrará respaldo sem que haja motivação adequada, amparada nos demais princípios e institutos processuais. Entende-se que a mera necessidade de ampliação de hipóteses de recorribilidade, por si só, não é motivo apto a justificar a relativização da preclusão.

Ao se admitir que a preclusão somente ocorra quando a parte interpuser o agravo de instrumento e ele seja conhecido, tal como se firmou o entendimento do STJ, dá-se margem a situações em que uma mesma decisão interlocutória poderá ser objeto de agravo de instrumento por uma das partes, e apelação pela outra. A preclusão consumativa para ambas ocorrerá em momentos distintos.

Nesse caso, haverá significativo risco de comprometimento da isonomia, lealdade, e segurança jurídica (enquanto previsibilidade legítima) no sistema recursal: enquanto uma das partes poderá, em face da mesma decisão, interpor agravo de instrumento, a outra poderá preferir postergar a recorribilidade para a própria apelação, ainda que o agravo seja cabível, mas a parte não saiba (ou aja como se não soubesse).

⁴⁵⁷ “O único ponto em que parece, em linhas gerais, concordar a doutrina diz respeito à racionalidade da preclusão, enquanto mecanismo destinado a atender não à necessidade de justiça das decisões, mas às exigências publicísticas de que o desenrolar processual seja ordenado e célere, embasado nos princípios da isonomia, da lealdade processual, da responsabilidade das partes e de seus procuradores.”. Ibidem, p. 130.

Não será possível apurar se a parte que optou por apelar (e não agravar imediatamente) em face da interlocutória: (i) o fez de forma deliberada e eventualmente de má-fé, na expectativa de ganhar alguma vantagem ao postergar o recurso; (ii) não sabia da possibilidade de interpor o recurso invocando a teoria da taxatividade mitigada; (iii) sabia da teoria da taxatividade mitigada, mas reputou que a discussão poderia mesmo assim ser postergada para discussão em apelação.

Em qualquer dessas hipóteses, haverá uma assimetria processual. A parte que impugnar a mesma decisão interlocutória por ocasião da apelação em face da sentença pode vir a ter a vantagem de saber qual é o posicionamento do Tribunal a respeito da mesma decisão, que já foi impugnada anteriormente pela outra parte que optou por agravar.

Cogite-se na decisão que indefere a produção de prova pericial para ambas as partes. A parte que a impugnar na apelação pode se valer de argumentos mais elaborados, por terem como pressuposto uma situação processual já consolidada (um processo em etapa mais avançada) e com ciência prévia do posicionamento dos julgadores preventos em 2º grau, em comparação com a parte que interpôs o agravo de instrumento, logo após a prolação da interlocutória.

No entanto, nem sempre apelar, postergando a discussão, pode ser uma vantagem. A prévia decisão e posicionamento do Tribunal em sede de agravo de instrumento pode tornar mais difícil a modificação da situação processual já consolidada: se a mesma prova pericial foi indeferida para aquele que agravou, provavelmente o apelante não conseguirá reverter aquela decisão em seu favor, pois isso poderia repercutir na necessidade de se deferir a prova também em favor do agravante vencido – o que será inviável, pois a preclusão já incidiu em relação a ele, tornando aquela decisão imutável somente em relação ao agravante. Esse exemplo ilustra os desafios da “subjetificação” e flexibilização da preclusão.

Nesse sentido, relevantes são as reflexões de LIEBMAN ao analisar o agravo no auto do processo, recurso previsto no art. 851 do CPC/39, que era cabível contra certas interlocutórias tal como a relativa ao deferimento ou não da produção de prova e julgado como preliminar de apelação.

Afirma LIEBMAN que o objetivo desse recurso seria gerar economia e simplificação processual. Em razão disso, não se justificaria admitir o desequilíbrio e assimetria de armas entre as partes no processo em segunda instância, ao se admitir o

conhecimento do agravo para uma das partes e não para outra, quando impugnassem a mesma decisão, na medida em que uma delas “poderia servir-se de todos os seus meios de ataque e de defesa, ao passo que a outra teria perdido o uso de alguns dos seus com a subida do processo à superior instância”⁴⁵⁸.

É o que ocorre quando se admite que uma das partes interponha agravo de instrumento (rediscussão imediata) e outra apelação (impugnação postergada), para discutir a mesma interlocutória no exemplo da produção probatória. Se uma delas, de boa-fé, confiar na taxatividade do rol do art. 1.015, e reputar inexistir urgência a justificar a tese do STJ, poderá ser prejudicada pela conduta da outra, que arriscar a interposição do recurso e lograr êxito. Quando a primeira, que não recorreu, submeter a questão ao Tribunal em apelação, poderá ter perdido “meios de ataque e de defesa” por conduta da outra, como bem aludiu LIEBMAN.

Indo além: se isso ocorrer em relação a nulidades, uma das partes poderá tentar “guardar na manga” seu recurso, para escolher impugnar a decisão que a aprecie a questão da nulidade somente em momento posterior, a despeito de ser cabível o agravo de instrumento pela interpretação super extensiva ou pela tese da “taxatividade mitigada”. Isso pode dar margem a manobras processuais desleais.

Cogite-se na hipótese em que a validade do processo de produção uma prova pericial seja comprometida porque houve indevida ausência de intimação e restrição da possibilidade de acompanhamento da perícia pelo assistente técnico de uma das partes (art. 466, §2º do CPC/15). Caberá à parte prejudicada apontar tal vício na primeira oportunidade, sob pena de preclusão (art. 278 do CPC/15). Caso isso aconteça, e o juiz rejeite a alegação de nulidade, pode a parte se abster de interpor o agravo de instrumento em face dessa decisão, e impugná-la apenas como preliminar de apelação?

Repare-se que, nesse caso, o requisito da “urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão por ocasião da apelação” ganha contornos extremamente subjetivos. Por um lado, a parte poderia interpor o agravo de instrumento, sobre o fundamento de que discutir posteriormente a nulidade da perícia, por falta de regular participação de seu assistente técnico, será inútil, pois ela já terá sido concluída e suas

⁴⁵⁸ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Estudos sobre o processo civil brasileiro**: com notas da Dra. Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Bushatsky, 1976, p. 205-207.

conclusões terão influído no convencimento do julgador. Por outro lado, alguém poderá alegar que a questão poderá sim revista por ocasião da apelação, bastando ao Tribunal, caso constate a existência de nulidade, anular a perícia (e, eventualmente, também a sentença) e determinar seu refazimento.

Diante dessa hipótese, é juridicamente aceitável recusar a ocorrência de preclusão para a parte rediscutir a nulidade, pela ausência de interposição do agravo de instrumento? Imagine-se que, nessa situação, o prejudicado pela nulidade é o réu. Pode ser do seu interesse protelar o desfecho do processo. Nessa situação, ele poderia apontar a nulidade na primeira oportunidade para evitar a preclusão (CPC/15, art. 278) e, se houvesse rejeição de seu pleito pelo juiz, seria estrategicamente vantajoso para ele postergar a rediscussão da decisão que afastou a nulidade para a apelação, pois eventual refazimento da perícia (e possível prolação de nova sentença) atrasará sobremaneira o desfecho do processo. A valer da tese do STJ, não se aperfeiçoará a preclusão pela não interposição do agravo (um de seus requisitos).

Com isso, a posição do autor do processo será cercada de extrema insegurança jurídica. Não saberá se a questão da nulidade está ou não superada. Por um lado, ficará sujeito à conduta do réu, pois não poderá provocar o Tribunal a se pronunciar de imediato para confirmar a ausência de nulidade, por falta de interesse processual no agravo, pois a arguição foi rejeitada. Por outro lado, não saberá se o réu optou por não recorrer (e por isso não interpôs o agravo), e a questão está preclusa, ou se o réu não recorreu porque entendeu que o agravo não é cabível e interporá a apelação futuramente. A ausência de preclusão nesse caso tende a contrariar a diretriz de lealdade e boa-fé processual (art. 5º do CPC/15).

Como visto, essa assimetria de posições processuais das partes e a instabilidade interpretativa envolvendo a preclusão viola a garantia de isonomia e paridade de armas, que também têm fundamento constitucional (CF, art. 5º, *caput*). Ademais, é capaz de desfigurar a estrutura processual da fase cognitiva. Portanto, a interpretação ampliativa, tal como concebida pelo STJ, não é reputada a mais adequada por este trabalho.

Nem se contraponha que tal situação se assemelharia à opção da parte entre interpor o agravo retido ou o de instrumento, tal como ocorria no CPC/73, pois nesse regime: (i) há preclusão, pela não interposição; (ii) a parte agravada sabe de imediato qual foi a opção da parte contrária (postergar ou não a discussão).

A necessidade de simetria e equilíbrio na posição das partes (manifestação da igualdade e do contraditório) é desrespeitada ao se admitir que uma das partes interponha agravo e instrumento e outra apelação, para discutir a mesma interlocutória. Disso, como se verá, decorre o comprometimento da segurança jurídica.

Cabe agora aprofundar a relação entre **preclusão e a segurança jurídica**.

COUTURE afirma que, por meio da preclusão se “(...) estrutura o processo sobre a base de uma série de etapas que se sucedem de maneira articulada e que, ao procurar sua ordenada elucidação, visam, antes de tudo, à segurança jurídica”⁴⁵⁹.

No mesmo sentido, afirma TALAMINI que “A preclusão destina-se a conferir segurança e previsibilidade ao jurisdicionado e eficiência à máquina jurisdicional, no curso do processo”⁴⁶⁰. E sobre o fundamento constitucional da preclusão, sua assertiva é no sentido de que: “Liga-se à garantia do devido processo legal, no sentido de processo razoável”⁴⁶¹.

Indo diante, o processualista COUTURE destaca a importância em se dar uma solução com base no sistema legal existente e seus princípios, evitando-se o emprego da analogia: “O caso não previsto na lei processual deve ser resolvido em função dos princípios inerentes a todo o sistema e não em função de analogias aparentes com esta ou aquela solução”⁴⁶².

Sobre a segurança jurídica, afirma Rodolfo Luis VIGO que ela representa “um fator que se mostra modernamente decisivo para estabelecer o melhor ou pior direito”⁴⁶³. Referido autor ainda destaca que a segurança jurídica é valiosa para o direito como característica accidental ou contingente, de modo que “é possível pensar um direito que, sem deixar de sê-lo, venha a carecer, ao mesmo tempo, de segurança, enquanto não aporte previsibilidade jurídica a seus destinatários”⁴⁶⁴.

Um dos aspectos da segurança jurídica consiste na possibilidade e facilidade de compreensão das determinações jurídicas. Ou seja, a norma deve gerar a menor

⁴⁵⁹ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 57.

⁴⁶⁰ TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 133

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 57.

⁴⁶³ VIGO, Rodolfo Luis. Op. cit., p. 272.

⁴⁶⁴ VIGO, Rodolfo Luis. Op. cit., p. 273.

quantidade de dúvidas possível, sendo inteligível de forma estrutural e linguística⁴⁶⁵. Outro aspecto é o da estabilidade das disposições jurídicas, a qual recomenda que se modifique ou substitua as leis somente quando houver necessidade, e com justificação pela jurisprudência. Ademais, a segurança jurídica se manifesta: (i) pelo cumprimento possível e fácil das normas; (ii) pela resolução dos conflitos em tempo oportuno: ou seja, a decisão deve ser proferida em tempo razoável, para promover a segurança; (iii) pelo tratamento jurídico igualitário; (iv) visão sistemática do direito vigente⁴⁶⁶.

Reputa-se que a necessidade de segurança jurídica não é atendida pela tese criada pelo STJ, na medida em que subordina o fenômeno processual da preclusão a dois requisitos sujeitos a um ato de elevada subjetividade da parte (fundamentar seu recurso demonstrando a excepcionalidade de seu cabimento com base em conceito jurídico indeterminado e cambiável – qual, seja “inutilidade futura”) e de ato de interpretação do Tribunal a respeito desse mesmo conceito de inutilidade. Com isso, vulnera-se a proteção à confiança da parte que precisa saber se o recurso é, objetivamente, cabível⁴⁶⁷.

É difícil antever, objetivamente, a inutilidade de futuro julgamento da apelação, pois isso depende do desenvolvimento e desfecho do processo em 1º grau⁴⁶⁸. O conceito de inutilidade, veiculado isoladamente em uma fórmula de cabimento recursal, também padece de um problema de vagueza semântica. Ou seja, há uma indeterminação quanto à sua aplicabilidade: não se sabe, com segurança, a que objetos ele pode aludir.

⁴⁶⁵ VIGO, Rodolfo Luis. Op. cit., p. 275.

⁴⁶⁶ VIGO, Rodolfo Luis. Op. cit., p. 275-284.

⁴⁶⁷ Sobre a proteção da confiança como um dos corolários da segurança jurídica: “Igualmente, a proteção à confiança, consectário da segurança jurídica, exige que as justas expectativas do jurisdicionado, decorrentes do rol legislativo fechado, não sejam frustradas por uma interpretação que afrouxe o sistema de cabimento do agravo de instrumento. A proteção à confiança se conecta à boa-fé para reforçar a proteção contra surpresas, mesmo quando derivadas de interpretações judiciais”. ROQUE, André Vasconcelos et al. **Agravo de instrumento e seu rol: em defesa da segurança jurídica**. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2018/07/13/agravo-de-instrumento-e-seu-rol-em-defesa-da-seguranca-juridica/>>.

⁴⁶⁸ O processualista Carlos Augusto de ASSIS, elucida o problema das dúvidas geradas pelo emprego do conceito de “inutilidade”, ao comparar a decisão que versa sobre competência com aquela que versa sobre segredo de justiça: “Numa análise limitada exclusivamente ao enunciado da tese, teríamos dúvida. Afinal, o exame da questão da competência por ocasião da apelação é bastante inconveniente, mas não inútil. É diferente do caso do segredo de justiça colocado como exemplo no acórdão. Indeferido o requerimento de segredo de justiça, correndo, portanto, o processo, sob regime de ampla publicidade, examinar essa questão depois, em sede de apelação, é realmente inútil”. ASSIS, Carlos Augusto de. Op. cit, p. 155.

Não se quer dizer com isso que o conceito de inutilidade é de impossível aplicação, ou deve ser descartado. Destaca-se apenas que ele, quando empregado isoladamente, sem outros vocábulos que o limitem ou lhe deem maior concretude, dá margem a significativa vagueza semântica, pois pode abarcar várias hipóteses fáticas⁴⁶⁹.

Em torno da própria ideia de inutilidade, pode-se imaginar, em exercício teórico, ao menos duas gradações de inutilidade – tal como ocorre com o instituto da nulidade.

Primeiro, uma “inutilidade intensa” (ou absoluta), a inviabilizar por completo qualquer proveito prático com o recurso diferido: cogite-se na hipótese da decisão que rejeita a tramitação do processo em sigilo. Consumada a tramitação do processo sem sigilo, é possível esperar com elevado grau de certeza que o dano ao direito à privacidade ou ao interesse público (cuja necessidade de proteção seja posteriormente reconhecida pelo Tribunal) terá se concretizado de maneira irreversível. O indevido acesso a um documento ou informação que deveriam ter sido protegidos terá se concretizado.

É possível também se cogitar em uma “inutilidade relativa”, a inviabilizar o proveito prático em futura reforma da decisão, desde que confirmadas certas circunstâncias e condições: é o caso do indeferimento de provas – nem sempre postergar sua revisão tornará o recurso inútil. É possível que a parte que tenha recorrido do indeferimento da prova venha a ser a vencedora da demanda. Nesse caso, a inutilidade dependerá do resultado da decisão final de mérito. E ainda que a parte tenha sido efetivamente prejudicada pelo indeferimento da prova, sucumbindo na sentença, ainda assim não será possível presumir total inutilidade da discussão posterior: se a prova ainda puder ser produzida, por determinação do Tribunal, o recurso postergado ainda terá certa utilidade, ainda que alguns atos processuais tenham de ser repetidos. Uma situação extrema consistiria na hipótese em que a prova não pudesse mais ser produzida, em razão do decurso do tempo – nesse caso sim haveria uma inutilidade completa.

⁴⁶⁹ “A vagueza semântica é um problema denotativo que constitui característica geral dos signos linguísticos, consistente na indeterminação quanto à sua aplicabilidade. Um termo é vago, não porque seu significado é impreciso, mas porque sua referência é incerta, isto é, não se sabe, com segurança, a que objetos ele pode aludir. Ou seja, não se pode precisar até onde vai seu campo de aplicação. Assim, por exemplo, não se sabe quantos anos se deve ter para ser considerado ‘jovem’ ou quantos fios de cabelo se deve ter para ser considerado ‘calvo’, por isso não se pode delimitar, com segurança, a que pessoas tais vocábulos podem referir-se”. TERCEIRO NETO, João Otávio. **Interpretação dos atos processuais**. Coordenação de Leonardo Carneiro da Cunha. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 33.

O mesmo raciocínio envolvendo a decisão que verse sobre produção de provas pode ser aplicado à questão da competência. Em princípio, desde que a posterior alteração da competência pudesse acarretar o aproveitamento (ainda que parcial) de atos processuais, a reforma tardia da decisão não seria completamente inútil.

Alguém poderia afirmar, em mais um exemplo, que a correção tardia do valor da causa (majorado equivocadamente em interlocutória), por ocasião do julgamento da apelação, seria inútil porque as custas para processamento da causa já teriam sido recolhidas sobre o valor equivocado, de modo que a parte responsável pelo recolhimento já teria suportado o ônus de desembolsar um valor a maior. No entanto, tratando-se de dinheiro, a diferença pecuniária pode ser restituída, pelos órgãos judiciais competentes, ou pela parte derrotada na causa – ou seja, em uma outra leitura, chega-se a outra conclusão, elidindo-se a percepção de inutilidade.

Tais exemplos parecem elucidar o problema de vagueza semântica do conceito de inutilidade, empregado isoladamente⁴⁷⁰. Afinal, avaliando as diversas decisões interlocutórias que, se não reformadas de imediato, podem conduzir a inutilidade do recurso, parece possível inferir que o grau de inutilidade acaba por ficar sujeito à percepção de prejuízo sentida por cada parte, o que conduz a variações dentro de uma zona de penumbra existente entre os extremos da completa inutilidade e uma inutilidade quase insignificante.

Diante desse problema de vagueza, conclui-se que a falta de previsibilidade, estabilidade e rigidez conceitual do requisito de urgência derivada da “inutilidade” contribui para a insegurança jurídica⁴⁷¹.

⁴⁷⁰ Essa vagueza semântica parece ter sido o motivo pelo qual o CPC Português adotou a expressão “absolutamente inúteis” para qualificar a cláusula aberta de cabimento das apelações incidentais, a sugerir uma tentativa de mitigar a vagueza e dar maior concretude à regra – como se viu no capítulo A.III.2.6.

⁴⁷¹ A respeito da insegurança jurídica causada pela ausência de um requisito objetivo de cabimento de agravo de instrumento e pela indefinição acerca do sujeito responsável pela valoração do requisito (parte ou julgador), resultante da tese da “taxatividade mitigada do STJ”, vide BUTLER, Priscila; PRIMA, Bruno. **A flexibilização do agravo de instrumento e a insegurança jurídica quanto à preclusão**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jan-24/opinio-mudancas-interposicao-agravo-inseguranca-juridica>>. No mesmo sentido, em crítica ao caráter subjetivo da hipótese de cabimento do agravo de instrumento criada pelo STJ: MOLLICA, Rogério. **O agravo de instrumento e a decisão sobre a suspensão de processos prejudiciais**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-na-pratica/314184/o-agravo-de-instrumento-e-a-decisao-sobre-a-suspensao-de-processos-prejudiciais>>. ASSIS, Carlos Augusto de. Op. cit, p. 145-159, também aponta para a permanência da insegurança jurídica porque entende que, mesmo após o julgamento do STJ, “Durante um bom tempo iremos discutir, caso a caso, se naquela situação os pressupostos constantes da tese firmada estão presentes”.

E, como categoricamente afirmado por Teresa Arruda ALVIM, o CPC/15 “é o código da segurança jurídica. Trata-se de um valor a que a nova lei dá relevância quase absoluta”⁴⁷². A solução adotada pelo STJ, por não atender a essa exigência de precisão conceitual e objetividade, parece contrariar as diretrizes processuais eleitas pelo legislador, em especial a segurança jurídica e a previsibilidade.

Indo além, é necessário pontuar a necessidade de que a interpretação do art. 1.015 do CPC/15 respeite também o mandamento constitucional da **razoável duração do processo**. Admitir a interposição de recursos em face de todas as interlocutórias impacta na duração total do processo. E, se essa duração for estendida significativamente, a ponto de contrariar a estrutura e diretrizes principiológicas estabelecidas pelo CPC/15, acabará por comprometer a própria garantia constitucional de duração razoável do processo e celeridade⁴⁷³.

A busca por mecanismos aceleratórios do processo pelo legislador, em detrimento da ampla recorribilidade, já havia sido identificada pela doutrina na égide do CPC/73, notadamente com a reforma trazida pela Lei 11.187/2005⁴⁷⁴. Variados são os instrumentos destinados a neutralizar os efeitos perversos do transcurso do tempo no processo⁴⁷⁵. A defesa de seu emprego parte do pressuposto de que a mora processual⁴⁷⁶,

⁴⁷² ALVIM, Teresa Arruda. **Um agravo...**

⁴⁷³ Nesse sentido, Marcelo Mazzola afirma que “o NCPC busca dar prioridade à rapidez, à isonomia nas decisões de casos repetitivos, sem, ao mesmo tempo, descuidar das garantias processuais constitucionais, almejando um resultado necessariamente justo”. MAZZOLA, Marcelo. Op. cit., p. 417.

⁴⁷⁴ Vide, nesse sentido, as considerações de Paulo Camargo Tedesco em artigo sobre a Lei 11.187/2005, em que o autor elenca aqueles que, na sua visão, manifestam-se como os novos ideais do processo civil. TEDESCO, Paulo Camargo. O Agravo na Lei 11.187/2005 e o princípio da oralidade. In: NERY JR, Nelson; ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 416-429.

⁴⁷⁵ “Os meios técnicos de aceleração tradicionalmente empregados contra essas causas diretas ou indiretas de frustração ou enfraquecimento da tutela jurisdicional são destinados, conforme o caso, a preservar o processo mesmo contra certos desgastes previsíveis ou a propiciar o acesso mais rápido ao bem da vida”. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo II, p. 896.

⁴⁷⁶ Observa-se ainda que o problema da demora nos processos, que se busca combater a fim de dar concretude ao mandamento constitucional da duração razoável, é fator de desigualdade social e violador da garantia de igualdade, na medida em que a lentidão processual é mais gravosa aos pobres, os quais não podem suportar a demora do processo com o mesmo grau de resistência dos ricos. Nesse sentido: MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 31. Em sentido semelhante, MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas...**: terceira série, p. 7, ao mencionar que o litigante menos provido de meios sente mais duramente as consequências da demora dos pleitos, até porque, com maior frequência, é menos provido de meios (patrocínio processual qualificado, recursos e informações) para se desincumbir-se adequadamente de seus ônus processuais.

incrementada pela quantidade de recursos interlocutórios, distancia a parte do que é mais importante para ela: a entrega da tutela jurisdicional em tempo razoável.

Nesse sentido, José Carlos Barbosa MOREIRA afirmou, também na égide do CPC/73, que a multiplicação de agravos de instrumento não contribui para a aceleração do andamento dos processos – e essa busca pela celeridade seria, na atualidade, uma “aspiração generalizada e premente”⁴⁷⁷. Ademais, o argumento pela ampliação das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento estaria amparado em uma falsa premissa: a de que isso é capaz de acabar com o emprego da correição parcial e do mandado de segurança contra ato judicial – o que teria sido desmentido pela prática forense posterior à vigência do CPC/73, em sua redação original⁴⁷⁸.

Pode-se contrapor, em defesa da ampliação do emprego de agravo de instrumento e da imediata revisão pelo Tribunal de maior número de decisões interlocutórias, que a imediata recorribilidade, apesar de mais morosa, se destina a assegurar a revisão imediata do acerto das decisões interlocutórias, especialmente a fim de debelar situações que possam envolver lesão a direitos qualificados constitucionalmente, como o direito à prova e à restrição da publicidade processual (para proteção da intimidade ou exigência do interesse social).

Reputa-se que a posição acima, em prol da ampliação recursal, embora amparada em um pragmatismo destinado à proteção de direitos (por meio do recurso), encontra-se em conflito dialético com a busca pela razoável duração do processo. Recorde-se que o risco de lesão que é evitado pelos recursos ordinários (como o agravo de instrumento) também pode ser combatido por outros meios de impugnação.

Acerca desses conflitos que marcam a busca pela aceleração do processo, entende-se pertinente a lição de DINAMARCO: “É preciso, se quisermos um processo mais rápido, assumir riscos com a consciência e a certeza de que o próprio sistema predispõe instrumentos para sua correção”⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**: arts. 476 a 565. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 5, 1998, p. 481.

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 482.

⁴⁷⁹ “A obsessão por níveis absolutos de certeza ou de segurança é fator irracional e utópico de perda de tempo e sacrifício de direitos”. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos...**: Tomo II, p. 904.

Para Araken de ASSIS, a recorribilidade ampla das interlocutórias, modelo vigente até a entrada em vigor do CPC/15 (e que com o julgamento repetitivo do STJ retorna clandestinamente pela tese da “taxatividade mitigada”), possui como ponto negativo o fato de que “tal sistema não se ocupou com a economia do tempo, mas o utiliza em abundância e pouco contribui para a celeridade global dos processos”⁴⁸⁰. Ou seja, há consenso na doutrina no sentido de que um modelo de recorribilidade ampla das interlocutórias é prejudicial à celeridade. Também em razão disso, rejeita-se aqui a tese da “taxatividade mitigada”.

Por fim, cabe estabelecer a relação entre as interpretações acerca do art. 1.015 do CPC/15, notadamente aquelas que flexibilizam o instituto da preclusão, e eventual violação do **princípio do formalismo no processo**.

Uma solução que pretenda estipular que o cabimento de um recurso em face de decisão interlocutória dependerá da opção da parte em demonstrar certos requisitos subjetivos e, como consequência da não interposição, o diferimento da preclusão para o momento de interposição de futuro recurso, acaba por gerar uma incerteza e uma liberdade excessiva para as partes (dispor ou não sobre o momento da preclusão para impugnar uma determinada decisão) - o que também contraria o princípio do formalismo no processo, segundo o qual a forma e o modo de realização dos atos processuais deve ser determinado previamente, com precisão e rigor⁴⁸¹.

A.III.2.8. Necessidade de interpretação do art. 1.015 em conformidade com os princípios processuais consagrados no CPC/15

Reputa-se neste trabalho que a interpretação extensiva do art. 1.015 não pode levar a uma situação que contrarie a arquitetura do processo, tal como concebido pelo CPC/15, o qual foi pautado pelo princípio da celeridade, eficiência e priorização da decisão de mérito.

⁴⁸⁰ ASSIS, Araken de. **Manual...**, p. 511.

⁴⁸¹ Nesse sentido ROCCO, Alfredo. Op. cit., p. 55, sobre o princípio do formalismo: “entre estas garantías la más importante es la de que el lugar, el tiempo, el modo de la expresión externa de cada acto, en suma, todo lo que constituye la forma de los actos procesales, sea determinado a priori precisa y rigurosamente”. Tradução livre: “entre essas garantias, a mais importante é a de que o lugar, o tempo, o modo de manifestação externa de cada ato, em síntese, tudo o que constitui a forma dos atos processuais, seja determinado *a priori*, de forma precisa e rigorosa”.

Isso porque, como se viu neste trabalho, o direito ao recurso não é absoluto, mas deve ser conformado pelo legislador ordinário, em atenção às demais normas e (principalmente) aos princípios consagrados na Constituição e na legislação infraconstitucional.

O emprego de recursos como meio de garantir a efetividade da tutela jurisdicional (efetividade entendida aqui como prevalência da busca de uma decisão mais verdadeira e justa, ainda que a custo de maior consumo de tempo) encontra limites nos princípios orientadores do sistema processual, que podem eleger outros meios para se atingir a efetividade da tutela e um processo justo⁴⁸².

Não se nega que a efetividade, enquanto garantia constitucional a uma tutela que assegure ao jurisdicionado uma solução adequada para sua demanda, também é alcançada pela busca de maior controle judicial sobre as decisões proferidas no curso do processo. No entanto, a essa leitura contrapõe-se a busca pela simplificação do procedimento e promoção da celeridade, diretrizes que foram bem identificadas por Barbosa MOREIRA como tendência universal das reformas legislativas⁴⁸³. O processualista ainda alerta para o fato de que, embora seja necessário atentar para a justiça da decisão, ela de nada servirá se não houver combate ao retardamento excessivo do processo⁴⁸⁴.

Nesse sentido, oportuna é a lição COUTURE ao tratar do conflito entre texto legal e princípios processuais: “A ideia de que o juiz poderá ordenar as diligências que considerar oportunas não pode significar, em uma passagem acidental da lei, a destruição de todo um sistema que pertence à própria arquitetura do processo” (grifo nosso)⁴⁸⁵. Ou seja, eventual interpretação acerca de normas e da estrutura do CPC/15, para ser sistemática, deve ser orientada pelos próprios princípios que ele elegeu.

⁴⁸² A esse respeito, e sobre a relação sobre observância das garantias processuais por meio do exercício do direito de ação e por meio do direito ao recurso, alude-se à reflexão de Rui PINTO: “Na realidade, o problema essencial é outro: enquanto o direito de ação primário congrega em si todas as garantias processuais, pelo que pode ser universal e absoluto, um direito ao recurso tem de sopesar vários princípios que o comprimem na sua expressão concreta”. PINTO, Rui. Op. cit., p. 215-216.

⁴⁸³ “Aqui, porém, temos de cingir-nos a registrar o movimento, a bem dizer universal, no sentido da aceleração e da simplificação do procedimento. Nenhuma reforma legislativa digna de nota, em nosso tempo, deixa de fazer dessa uma de suas metas prioritárias; saber com que êxito é outra questão, impossível de examinar agora”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas...**: terceira série, p. 5.

⁴⁸⁴ “Pouco valem, no entanto, cuidados com a justiça da decisão, se não se acompanham do empenho em evitar-lhe o retardamento excessivo. Na perspectiva da “efetividade”, é questão capital a da duração dos processos”. Idem.

⁴⁸⁵ COUTURE, Eduardo J. **Interpretação...**, p. 54.

Entende-se que essa perspectiva, pautada pela interpretação das normas recursais à luz dos princípios que orientaram as alterações realizadas pelo CPC/15, é fundamental para adequada exegese das normas relativas ao agravo de instrumento⁴⁸⁶. Com base nessa premissa, passa-se a analisar a arquitetura principiológica do CPC/15 e sua relação com a restrição de ampla recorribilidade das interlocutórias. Primeiro, analisa-se a relação entre o art. 1.015 do CPC/15 e os princípios da **efetividade** e da **eficiência**.

O art. 1.015 do CPC/15, por integrar o sistema normativo do CPC/15, deve ser interpretado pelas diretrizes de efetividade (art. 6 do CPC/15) e de eficiência (art. 8º do CPC/15). Ambas não se confundem. Enquanto a efetividade relaciona-se com o atingimento do fim, ou à satisfação do direito, a eficiência diz respeito ao atingimento do máximo resultado com o mínimo de atos praticados⁴⁸⁷.

A respeito da busca pela efetividade, vale recordar alguns requisitos básicos contidos em ensaio de Barbosa MOREIRA, que arrolou cinco pontos em que reside a problemática da efetividade, destacando metas e tendências em direção às quais um processo que se entenda efetivo deve caminhar:

- a) o processo deve dispor de instrumentos de tutela adequados, na medida do possível, a todos os direitos (e outras posições jurídicas de vantagem) contemplados no ordenamento, quer resultem de expressa previsão normativa, quer se possam inferir do sistema;
- b) esses instrumentos devem ser praticamente utilizáveis, ao menos em princípio, sejam quais forem os supostos titulares dos direitos (e das outras posições jurídicas de vantagem) de cuja preservação ou reintegração se cogita, inclusive quando indeterminado ou indeterminável o círculo dos eventuais sujeitos;
- c) impende assegurar condições propícias à exata e completa reconstituição dos fatos relevantes, a fim de que o convencimento do julgador corresponda, tanto quanto puder, à realidade;

⁴⁸⁶ Nesse sentido, confira-se o pensamento de Fernanda Medina Pantoja, ao tratar do problema da recorribilidade das interlocutórias frente ao rol taxativo do art. 1.015 do CPC - em texto anterior ao julgamento repetitivo do STJ que fixou a tese da "taxatividade mitigada": "Parece-nos que a correta solução do tema perpassa necessariamente pela interpretação adequada das normas atinentes ao agravo de instrumento e dos princípios que orientaram as mudanças promovidas pela nova lei processual". PANTOJA, Fernanda Medina. Op. cit.

⁴⁸⁷ A respaldar essa distinção entre os princípios da efetividade e eficiência, vide ALVIM, Arruda. Op. cit., p. 72-73.

- d) em toda a extensão da possibilidade prática, o resultado do processo há de ser tal que assegure à parte vitoriosa o gozo pleno da específica utilidade a que faz jus segundo o ordenamento;
- e) cumpre que se possa atingir semelhante resultado com o mínimo dispêndio de tempo e energias.⁴⁸⁸

A respeito da relação entre efetividade e cabimento recursal, chama-se especial atenção aos pontos “c)” e “e)” acima arrolados. A rigor, uma revisão mais intensa das decisões interlocutórias se destina a assegurar que o entendimento adotado pelo julgador corresponda mais fielmente à realidade – objetivo mais próximo do ponto “c)”. Há um objetivo de busca por uma justiça mais fidedigna, pressupondo-se que a revisão judicial é apta a promovê-la. Por outro lado, uma revisão mitigada, privilegiando a aceleração processual rumo à decisão de mérito, parte do pressuposto de que uma menor recorribilidade interlocutória atinge o mesmo resultado em termos de justiça, mas com menor dispêndio de tempo e energia. Relaciona-se com o ponto “e)”, portanto.

No entanto, em matéria recursal, nem sempre essa contraposição de diretrizes (ou caminhos) de efetividade é cristalina e estanque. Ou seja: nem sempre o defensor da intensificação de recorribilidade interlocutória defenderá que isso se destina prioritariamente a um maior controle das decisões, em prol da verdade real e justiça da decisão. Não é incomum partir da ideia de que a maior recorribilidade interlocutória (em momento anterior à decisão de mérito), promove menor dispêndio de tempo e energia precisamente porque antecipa a confirmação de decisões relevantíssimas pelo Tribunal, mitigando o risco de que haja futura anulação de atos processuais pelo mesmo Tribunal, por ocasião do recurso interposto em face da decisão final de mérito.

Logo, em tese a efetividade pode ser atingida por ambos os caminhos: maior ou menor quantidade de recursos. Quanto ambas as diretrizes estão em conflito, é razoável afirmar que elas devem ser conciliadas com razoabilidade e proporcionalidade, sem soluções extremas. O controle judicial em busca da verdade real e justiça da decisão deve ser conciliado com o menor dispêndio de tempo e energia.

⁴⁸⁸ Extraído do ensaio “Notas sobre o problema da ‘efetividade’ do processo”, de MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas...**: terceira série, p. 27-28.

É necessário atentar para não se utilizar as expressões efetividade, eficiência e eficácia (aptidão para produzir efeitos) como sinônimos⁴⁸⁹. Como visto, a efetividade pode ser atingida por meio de dois caminhos diferentes, desde que ambos alcancem determinado fim. Trata-se de concretizar o objetivo da norma, como a realização da justiça. No entanto, esses caminhos dificilmente serão igualmente eficientes, na medida em que um ensejará a prática de mais atos que o outro: e, portanto, será menos eficiente.

A noção de efetividade dentro do processo ganha contornos próprios e é vista de forma “polifacetária”⁴⁹⁰. Na medida em que ser efetivo é atingir com perfeição um fim eleito, concretizando efeitos esperados, é necessário compreender quais os fins que o processo civil contemporâneo busca atingir.

Para esse diagnóstico, vale-se aqui das reflexões de Delosmar MENDONÇA JUNIOR, processualista que, após se debruçar em estudo monográfico sobre as reflexões de doutrinadores brasileiros⁴⁹¹, chega à seguinte dupla dimensão da efetividade: a primeira, de viés amplo, voltada à realização da ordem jurídica justa, por meio de mecanismos políticos, sociais, institucionais; a segunda, concernente à otimização da técnica processual, com resultados que reflitam um justo processo⁴⁹².

Indo além, referido autor explica que possui visão mais restrita de efetividade processual, e define o processo efetivo como “aquele que produz resultados dirigidos à realização do direito material”, de modo que ele “resulta na tutela jurisdicional, tornando real o direito da parte”⁴⁹³. Ademais, destaca que a efetividade da tutela não se confunde com o respeito das garantias processuais, pois este não nos leva, necessariamente, àquela.

Na síntese princípio-normativa feita pelo autor, o princípio da efetividade do processo se manifesta como um elemento do devido processo legal, garantido constitucionalmente, e respaldado pelo direito de ação⁴⁹⁴. Para arrematar, Delosmar

⁴⁸⁹ Nesse sentido, o alerta de Leonardo Carneiro da Cunha: “Também há grande confusão quanto à precisão terminológica do termo ou ao conteúdo da eficiência. Muitos doutrinadores – nacionais ou estrangeiros – ora chamam a eficiência de eficácia, ora a chamam de efetividade, ora confundem um termo com o outro, ora os tratam como expressões sinônimas”, CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 233, p. 65-84, jul. 2014.

⁴⁹⁰ Sobre a visão “polifacetária”, vide MENDONÇA JUNIOR, Delosmar. Op. cit., p. 66-75.

⁴⁹¹ Como os processualistas Dinamarco, Barbosa Moreira e Bedaque.

⁴⁹² MENDONÇA JUNIOR, Delosmar. Op. cit.

⁴⁹³ Ibidem, p. 68.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 72.

afirma que um dos maiores desafios da efetividade do processo está ligado à prestação da tutela jurisdicional em tempo razoável. Por isso, a efetividade também se manifesta por meio do princípio da celeridade processual⁴⁹⁵ e por meio da preclusão, que impede a participação real dos sujeitos processuais em nome da efetividade, pois evita dilações indevidas, manifestando-se como um limite (legítimo) à ampla defesa e contraditório⁴⁹⁶.

É importante destacar que a eficiência, por outro lado, não é atingida apenas pela prática de menos atos processuais. A maximização do resultado a ser obtido também é fundamental. Ou seja: nem sempre a prática de menos atos conduzirá ao resultado mais eficiente⁴⁹⁷.

Ademais, o princípio processual da eficiência guarda relação íntima com a gestão de processos. Numa dimensão quantitativa, a eficiência processual pode significar economia processual e a duração razoável do processo. No entanto, há também quem aluda à eficiência qualitativa, que busca alcançar uma decisão mais completa e juridicamente robusta, ainda que a custo da prática de mais atos processuais⁴⁹⁸. Para Leonardo Carneiro da CUNHA, a eficiência processual é corolário da garantia constitucional do devido processo legal e exerce uma função interpretativa, na medida em que as normas devem ser interpretadas com observância da eficiência⁴⁹⁹.

Na ótica do processualista italiano Michele TARUFFO, a análise da eficiência de um determinado instrumento (no caso, o processo) só pode ser feita por meio da definição dos fins e objetivos visados por esse instrumento. Aplicando esse raciocínio especificamente ao sistema processual, chega-se à ideia de que ele será eficiente quando, ao mesmo tempo em que consiga resolver conflitos de modo rápido e com poucos custos,

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 74-75.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 81.

⁴⁹⁷ A título de exemplo, recorde-se do art. 488 do CPC/15, desdobramento do princípio da primazia da solução do mérito. Ainda que observar a regra e emitir uma decisão de mérito demande a prática de mais atos processuais, quando comparado com extinguir o processo de imediato, sem resolver o mérito (por algum vício processual), o ganho substancial resultante do julgamento do mérito supera o custo gerado pelos atos adicionais, tornando essa a solução mais eficiente, além de mais efetiva (mais justa).

⁴⁹⁸ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Op cit.

⁴⁹⁹ “Daí se pode afirmar que o dever de eficiência exige que o juiz escolha o meio a ser utilizado para a execução, exercendo, ademais, uma função interpretativa: os textos normativos devem ser interpretados em observância à eficiência”. CUNHA, Leonardo Carneiro da. Op cit., p. 77.

possua uma estrutura capaz de resolver os litígios por meio de decisões que tenham sido tomadas com informações exaustivas, precisas e confiáveis acerca do mérito da causa⁵⁰⁰.

Tendo isso em mente, pode-se pensar em configurações distintas do sistema de recorribilidade das interlocutórias⁵⁰¹. Ainda que se admita que, em tese, um sistema de ampla recorribilidade das interlocutórias por meio de agravo de instrumento possa ser tão efetivo quanto um sistema de recorribilidade limitada (por meio da taxatividade), pois ambos atingem o mesmo fim (ao menos formalmente, asseguram um modelo de devido processo legal em que a parte prejudicada pode rediscutir certas questões de imediato), é necessário admitir que eles não serão igualmente eficientes⁵⁰².

Não obstante, é necessário admitir que o segundo modelo (recorribilidade restrita) será mais eficiente, ao menos em caráter quantitativo (menos atos processuais praticados, com ganho de celeridade e economia de custos), pois a ampla recorribilidade multiplica o número de atos processuais praticados, tendo em vista a proliferação de procedimentos recursais.

Quanto ao aspecto qualitativo da eficiência, reputa-se que a recorribilidade restrita envolve a aposta legislativa de que priorizar a aceleração da decisão final de mérito é um meio de se proporcionar um resultado jurisdicional mais justo. Logo, a opção por um rol taxativo é respaldada pela efetividade e eficiência.

Outro princípio processual consagrado no CPC/15 e que merece atenção no âmbito recursal e, especificamente no âmbito deste capítulo sobre recorribilidade das interlocutórias, é o da **primazia da solução de mérito** (art. 4 do CPC/15).

Dar primazia à solução de mérito significa dar menor relevância à discussão de questões processuais, principalmente aquelas de caráter secundário, e priorizar a prolação

⁵⁰⁰ TARUFFO, Michele. Op cit.

⁵⁰¹ Nesse sentido, oportuna a observação de Oreste LASPRO: “É possível, pois, que se conclua ser melhor restringir os meios recursais e atingir, em um menor espaço de tempo, a certeza jurídica e a efetividade do processo que proporcionar inúmeras etapas de impugnação, com o objetivo de alcançar, em tese, a verdade sobre os fatos, ainda que se congestionem as vias de acesso aos tribunais com um volume gigantesco de demandas”. LASPRO, Oreste Nestor de Souza. Op. cit., p. 96.

⁵⁰² Em defesa da concepção de que a tese da “taxatividade mitigada”, que conduz em termos práticos à ampla recorribilidade das interlocutórias, atende à demanda por efetividade e ao princípio da razoabilidade, vide a posição de CARPES, que reputa a posição do STJ acertada sob a ótica da dimensão de aplicação da teoria das normas: CARPES, Artur Thompsen. A “taxatividade mitigada” do art. 1.015, CPC: notas sobre a ratio decidendi fixada no Superior Tribunal de Justiça na perspectiva da teoria das normas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 294, p. 227-241, ago. 2019.

da decisão de mérito, aquela que resolverá a questão de direito material⁵⁰³. Aumentar o número de hipóteses fáticas (de decisões) abrangidas pelo rol do art. 1.015 do CPC/15 significa multiplicar o número de discussões processuais (sobre competência, sobre produção de provas, sobre convenção processual, sobre valor da causa, etc.) e, conseqüentemente, postergar à prolação da decisão parcial de mérito ou da sentença.

Embora, em princípio, recorribilidade imediata proporcione proteção maior do direito envolvido na questão decidida pela interlocutória – e, portanto, possivelmente maior efetividade, haverá uma maior demora no tempo transcorrido para que seja proferida de mérito no processo.

Diante desse panorama, reputa-se que a previsão de uma menor quantidade de decisões agraváveis será mais compatível com o princípio da primazia da solução de mérito. Dele entende-se extraível a concepção de que o legislador optou por priorizar um modelo de processo em que a decisão de mérito seja mais célere, ainda que haja o risco de que uma decisão interlocutória tenha que ser revista em grau de apelação. Ainda que essa decisão interlocutória possa acarretar a nulidade de alguns atos processuais praticados posteriormente a ela, é necessário admitir que se trata de uma escolha legislativa, pois houve uma opção entre dois ou mais princípios e valores.

Na visão deste trabalho, reputou o legislador que é melhor correr o risco de que a não rediscussão imediata da interlocutória comprometa o êxito e a qualidade de alguns processos, nas situações em que a necessidade de repetição de atos processuais se concretizasse, do que ampliar a possibilidade de rediscussão imediata das interlocutórias para todos os jurisdicionados, e comprometer a qualidade de todos os processos em maior escala, que teriam sua duração estendida, em prejuízo à celeridade.

Em suma, entende-se que o CPC/15 parte do pressuposto de que um processo demorado, em que todas as decisões interlocutórias podem ser reexaminadas pelo

⁵⁰³ Segundo Pedro Miranda de Oliveira, o princípio da primazia da decisão de mérito se manifesta em âmbito recursal pela primazia do julgamento do mérito recursal, de modo que há uma tendência a uma maior objetivização do julgamento dos recursos, que deixa de ter caráter marcadamente subjetivo, de defesa de interesses das partes, para assumir uma função relacionada com a uniformização da jurisprudência, para tutela do direito substancial. OLIVEIRA, Pedro Miranda de. **Novíssimo...**, p. 80-81. A nosso ver, essa concepção mais objetivista do direito ao recurso se manifestou inclusive no sistema de recorribilidade das interlocutórias: ao tolher a ampla recorribilidade, vigente no sistema processual anterior, o legislador teve em vista uma concepção menos subjetivista, em busca da redução do número de recursos em atenção à necessidade da rápida solução do direito substancial discutido em juízo.

Tribunal (e, portanto, o Tribunal chancela todo o procedimento, desde a fase postulatória até a instrução), mas no qual a decisão de mérito demore a ser proferida, é menos consentâneo com as garantias fundamentais e os princípios processuais estruturantes (consagrados na Parte Geral do CPC/15), do que um processo em que a maioria das decisões interlocutórias não podem ser reexaminadas de imediato pelo Tribunal, mas no qual a decisão de mérito é mais rapidamente atingida.

Trata-se de opção legislativa em face da tensão dialética constante entre priorizar a busca pela garantia de celeridade (no sentido de se alcançar a decisão de mérito da causa mais rapidamente, com menos interposição de recursos interlocutórios) e de efetividade (na sua acepção de maior justiça, a ser alcançada pelo controle mais intenso das decisões interlocutórias pelo Tribunal, por meio de recursos).

SEGUNDA PARTE

O PLANO DA IMPUGNAÇÃO IMEDIATA: EMPREGO DOS MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO

O segundo plano de análise do presente trabalho se destina a ampla compreensão da impugnação imediata das decisões interlocutórias através dos meios autônomos de impugnação, também chamados de “sucedâneos recursais”.

Mais especificamente, serão analisados, em primeiro lugar, o mandado de segurança e a correção parcial (com emprego mais abrangente) e, em segundo lugar, a reclamação e ação popular (com emprego mais restrito).

Os meios autônomos de impugnação, por vezes, são alvo de rótulos negativos dos juristas, inclusive em âmbito doutrinário. Na doutrina, há quem atribua ao mandado de segurança e à correção parcial, por exemplo, a pecha de que são “meios impugnativos esdrúxulos” de recorribilidade das decisões não agraváveis⁵⁰⁴.

No entanto, a utilização dos meios autônomos de impugnação não é nenhuma novidade na trajetória processual brasileira. Ao contrário do que comumente se afirma, eles não são instrumentos esdrúxulos ou anômalos. Como bem destacou Egas Moniz de ARAGÃO, a experiência do passado mostrou que sempre que há a tentativa de restrição ao cabimento de agravo, tal movimento é apto a desencadear o emprego de medidas heterodoxas (os meios autônomos) capazes de solucionar “problemas especiais” envolvendo a necessidade de recorribilidade⁵⁰⁵. Não há aí nenhuma anormalidade.

Como se verá, os meios autônomos de impugnação são, especialmente quando considerados em conjunto, suficientes para tutelar de forma efetiva (e consonante com a garantia do devido processo legal) o direito da parte prejudicada pela decisão interlocutória imediatamente irrecorrível.

⁵⁰⁴ Vide, por todos e sob a vigência do CPC/73, THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro**. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Humberto%20Theodoro%20J%C3%BAnior%20-%20formatado.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018. Para o autor, a lei não pode ser pródiga ou liberal com a admissibilidade do agravo de instrumento, pois este traria evidentes transtornos com a interposição excessiva de recursos perante os tribunais de segunda instância. Nesse texto, chega a sugerir, ainda, que o ajuizamento de mandado de segurança como forma de “burlar” o antigo agravo retido do CPC/73 acarretasse a penalização do litigante que lançasse mão dessa ação constitucional.

⁵⁰⁵ ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Demasiados...

Pode-se até objetar em tese que os meios de impugnação têm um trâmite mais prejudicial ao curso do processo e que o agravo leva vantagem por sua maior praticidade. No entanto, reputa-se que a preferência pelo agravo de instrumento deve ser compatibilizada com o fato de que a opção legislativa foi por um rol taxativo – o que a doutrina majoritária reconhece, ainda que para mitigar ou contornar a taxatividade – e com os limites da interpretação e integração da norma. Eventuais vantagens práticas não são superadas pelos prejuízos de interpretações excessivamente ampliativas do agravo.

Entre a alternativa pela adoção de interpretações alternativas que negam (ou mitigam) a natureza do rol inequivocamente taxativo veiculado no art. 1.015 do CPC/15, e o emprego dos meios autônomos da impugnação, este trabalho parte da premissa, que se busca elucidar melhor adiante, de que a segunda opção é não só sistematicamente, mas também juridicamente mais adequada.

Em primeiro lugar, será analisado o mandado de segurança, meio autônomo de impugnação por excelência. Em segundo lugar, a correição parcial, medida de controversa natureza jurídica e constitucionalidade, mas que é recorrentemente empregada na prática forense. Esses dois primeiros instrumentos são os dois meios de impugnação mais comumente empregados em face de interlocutórias.

Por fim, serão analisadas a reclamação (art. 102, I, al. “I” e 105, I, al. “F” da Constituição Federal; CPC/15, art. 988 e ss.) e a ação popular (Constituição Federal, art. 5, inc. LXXIII; Lei Federal 4.717/1965). Apesar de terem hipóteses de cabimento bem mais limitadas, até pela sua função constitucional, essas duas ações constitucionais também já foram, ou podem ser utilizadas para impugnar interlocutórias.

B. MANDADO DE SEGURANÇA

B.I. O MEIO AUTÔNOMO DE IMPUGNAÇÃO POR EXCELÊNCIA E VÁLVULA DE ESCAPE DO SISTEMA RECURSAL

O mandado de segurança é o meio autônomo de impugnação por excelência e é vocacionado a ser a válvula de escape do sistema recursal. Constitui ação constitucional, prevista no art. 5º, inc. LXIX da Constituição Federal e regulamentada pela Lei Federal

12.016/2009. Por ser ação, seu emprego em face de decisões judiciais não está sujeito à preclusão, na medida em que esta é fenômeno endoprocessual⁵⁰⁶.

Nas palavras de Teresa Arruda Alvim WAMBIER, o mandado de segurança é ação “que tem por função política a de preservar o Estado de Direito, já que sua finalidade é reconduzir a atividade do Estado aos limites da legalidade”⁵⁰⁷.

Atualmente, é pacífico o entendimento que reputa ser cabível seu emprego contra atos praticados pelo juiz, preenchidos os seus pressupostos⁵⁰⁸. Trata-se de entendimento extraível da própria Lei 12.016/2009, que traz previsão expressa nesse sentido (art. 1º, *caput* e art. 5º, incs. II e III).

Alguém poderia contrapor que não há sentido em se cogitar do emprego de mandado de segurança em face de decisão interlocutória, pois todas elas estariam sujeitas a recurso com efeito suspensivo, ainda que o efeito suspensivo possa ser diferido para o momento de interposição da apelação (na hipótese de interlocutória sujeita ao regime do art. 1.009, §1º do CPC/15), de modo que o mandado de segurança incidiria na vedação do art. 5º, inc. II da Lei 12.016/2009.

Essa leitura não é a mais adequada. As hipóteses arroladas no art. 5º da Lei 12.016/2009 denotam situações em que o mandado de segurança não é cabível por ausência de interesse processual: se há recurso cabível e passível de atribuição de efeito suspensivo apto a impedir a lesão ao direito, não haveria interesse de agir em impugnar o mesmo ato por mandado de segurança, existindo a via recursal. No entanto, nem sempre o efeito suspensivo será capaz de impedir a lesão.

Isto é, não basta que o efeito suspensivo esteja formalmente previsto, ele deve ser concretamente apto para impedir a lesão, em conformidade com as garantias constitucionais (devido processo legal – e seu corolário, efetividade, inafastabilidade da proteção jurisdicional e duração razoável do processo). Cogite-se na hipótese do recurso

⁵⁰⁶ “Em prol da clareza dos conceitos, é censurável o emprego do termo ‘preclusão’ para expressar autoridade que se pretende que vá para fora do processo. Como visto, convencionou-se empregar o vocábulo para designar fenômeno interno ao processo: a perda da faculdade para a prática de ato dentro do processo”. TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada...**, p. 133.

⁵⁰⁷ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Op. cit., p. 610.

⁵⁰⁸ A título de exemplo: Ibidem, p. 407. MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fábio Caldas de. Op. cit., p. 78. No mesmo sentido, contendo um breve histórico da utilização do mandado de segurança contra ato judicial, vide SILVA, Bruno Freire e. A utilização do mandado de segurança contra ato judicial sob a égide da nova Lei 12.016/2009. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 202, p. 269-288, dez. 2011.

administrativo⁵⁰⁹. A valer a concepção de que a mera previsão de efeito suspensivo seria suficiente para afastar o cabimento do mandado de segurança, bastaria o mero retardamento da análise e concessão do efeito pretendido no recurso, pelo órgão julgador responsável, para concretizar eventual lesão a direito derivada do ato impugnado – por óbvio, essa leitura é incompatível com as garantias constitucionais, pois tornaria a autoridade administrativa imune ao controle jurisdicional durante o período de análise do efeito suspensivo.

A mesma lógica se aplica ao ato jurisdicional. Entende-se neste trabalho não bastar que o recurso previsto no sistema processual (a apelação, no caso da interlocutória não agravável) possa ter efeito suspensivo. O efeito suspensivo não pode ser diferido: deve ser apto a impedir imediatamente a lesão ao direito. O recurso cabível deve ser apto a impedir em tempo hábil a lesão derivada da produção imediata de efeitos do ato impugnado. Caso contrário, a mera previsão formal de recurso equivaleria à sua ausência – confirmando uma debilidade na capacidade protetiva do sistema recursal. Se não houver essa aptidão a uma proteção tempestiva, haverá interesse processual e o mandado de segurança será cabível⁵¹⁰. O caráter não absoluto das vedações contidas no art. 5º da Lei 12.016/2009 também é confirmado pelo fato de que, em certas situações, ainda que excepcionais, entendeu-se necessário admitir o emprego do mandado de segurança

⁵⁰⁹ Nesse sentido, afirma Pedro Decomain: “Aliás, a circunstância de poder excepcionalmente a autoridade administrativa superior, competente para a análise do recurso, conferir-lhe efeito suspensivo, não retira essa possibilidade do manejo imediato do mandado de segurança. O requisito para que este se torne inviável desde logo é que o recurso seja provido de efeito suspensivo pelo tão-só fato de haver sido interposto. Norma que permita à autoridade superior conferir tal efeito ao recurso não tem o condão de afastar a possibilidade do aforamento imediato do mandado de segurança”. DECOMAIN, Pedro Roberto. **Mandado de segurança**: o tradicional, o novo e o polêmico na Lei 12.016/09. São Paulo: Dialética, 2009, p. 206.

⁵¹⁰ “Poder ‘recorrer’ de uma decisão dali a alguns meses ou anos, por óbvio, não é a mesma coisa que poder recorrer imediatamente dela. E pior, não permitirá obter-se a pronta suspensão dos efeitos dessa decisão. Em suma, não fica afastado, por falta de interesse processual, o mandado de segurança”. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 543. Em semelhante sentido, a seguinte afirmação quanto à leitura mais fiel à Constituição acerca da restrição legal: “Só assim se há de entender a ressalva do inciso II do art. 5º da lei reguladora do *mandamus*, pois o legislador não teve a intenção de deixar ao desamparo do remédio heroico as ofensas a direito líquido e certo perpetradas, paradoxalmente, pela justiça (...). Fiéis a essa orientação, os Tribunais têm decidido, reiteradamente, que é cabível mandado de segurança contra ato judicial de qualquer natureza e instância desde que ilegal e violador de direito líquido e certo do impetrante e que não haja possibilidade de coibição eficaz e pronta pelos recursos comuns”. MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. **Mandado de segurança e ações constitucionais**. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019, p. 47-49.

inclusive em face de decisões transitadas em julgado (inc. III do art. 5º), quando a ação rescisória não fosse cabível para impugnar o ato lesivo⁵¹¹.

Logo, o art. 5º, inc. II da Lei 12.016/2009 não impede o emprego do mandado de segurança para impugnar decisão interlocutória.

Indo além, pode-se dizer que o mandado de segurança, diferentemente de outras ações constitucionais (como reclamação e ação popular), é meio de impugnação por excelência, o mais qualificado para suprir as lacunas deixadas pelo sistema de recorribilidade do CPC/15 (e mesmo antes do CPC/15, já era reconhecida sua vocação para interagir com o sistema recursal)⁵¹², na medida em que tem vocação constitucional para reprimir ilegalidades e lesões a direitos subjetivos resultantes de ato estatais (de qualquer dos poderes) capazes de produzir efeitos concretos.

Ademais, por não operar preclusão, caso o mandado de segurança seja empregado em face de decisões interlocutórias não agraváveis, a impugnação da mesma questão por ocasião de apelação ou contrarrazões, nos termos do art. 1.009, §1º do CPC/15, só estará obstada em caso de inequívoco julgamento do mérito do mandado de segurança, com formação de coisa julgada sobre a sentença que aprecie o mérito, reputando inexistir direito à tutela de segurança pleiteada⁵¹³.

⁵¹¹ Nesse sentido, vide a posição de Eduardo Talamini: “o limite à admissão do mandado de segurança nesses casos não reside no fato em si de ele se voltar contra ato jurisdicional transitado em julgado. A marcante restrição deve-se à indispensável configuração do ‘direito líquido e certo’, compreendido como a prova preconstituída, cabal e inequívoca, da ilegitimidade do ato atacado. Apenas excepcionalmente o impetrante conseguirá reunir documentação que, de plano, aniquile completamente a ‘presunção de legitimidade’ do ato impugnado”. TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada...**, p. 524. Sobre o emprego do mandado de segurança em face de decisões revestidas de coisa julgada, vide: Ibidem, fls. 518-524.

⁵¹² Nesse sentido, e destacando a necessidade de extirparmos o preconceito exagerado que vê no mandado de segurança um sucedâneo recursal intruso e ardiloso em qualquer caso, afirma Celso Agrícola BARBI: “Mas, quando o recurso previsto em lei não se mostrar apto a evitar a lesão do direito e o consequente dano, é legal, constitucional e jurídico que o indivíduo procure no arsenal do direito um outro meio que impeça o perecimento do seu direito e o dano ao seu patrimônio. E esse outro meio pode perfeitamente ser o mandado de segurança.”. BARBI, Celso Agrícola. Mandado de segurança contra ato judicial. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, p. 31, out./dez. 1984. Nessa linha, Cassio S. Bueno, para quem o mandado de segurança contra ato judicial se destina a “salvaguardar o direito do recorrente e como forma de colmatar eventual lacuna decorrente da ineficiência do sistema recursal”. BUENO, Cassio Scarpinella. **A nova lei do mandado de segurança**. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2010, p. 36-40.

⁵¹³ Nesse sentido NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Op. cit., p. 1666.

B.I.1. Seu caráter constitucional e aptidão para obtenção de tutela autônoma, diferenciada e reforçada inclusive em face de atos judiciais

O mandado de segurança possui fundamento constitucional (Constituição Federal, art. 5º, inc. LXIX⁵¹⁴). O critério para sua utilização contra decisões judiciais consiste justamente no preenchimento dos requisitos de natureza constitucional (ato ilegal ou abusivo, que ofenda direito líquido e certo) e a circunstância de o sistema da lei ordinária não poder oferecer uma solução eficaz, eficiente, operativa, para a situação concreta em que foi submetido o direito líquido e certo do impetrante⁵¹⁵.

Conforme lição valiosa de Kazuo WATANABE, o mandado de segurança se destina a obtenção de uma tutela autônoma, diferenciada e reforçada de tutela jurídica, pois ligada à ideia de “Jurisdição constitucional das liberdades”, conceito que é fruto das reflexões do processualista italiano Mauro Cappelletti⁵¹⁶. Disso decorre seu campo de aplicação mais amplo.

Diante disso, a previsão do art. 5, inc. II da Lei 12.016/2009, no sentido de que não cabe mandado de segurança em face de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, deve ser entendida no sentido de que essa vedação somente incide quando o recurso e o efeito suspensivo dele decorrente sejam aptos e suficientes (eficazes) para afastar de imediato a lesão ao direito da parte. Existindo alguma situação não

⁵¹⁴ Inciso LXIX: “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”.

⁵¹⁵ TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada...**, p. 515-516: “Há razoável consenso sobre a admissibilidade do mandado de se segurança para controle de ato (ou, mais amplamente, ‘comportamento’) jurisdicional, desde que presentes os seus específicos pressupostos, ao menos nas seguintes hipóteses: (a) contra decisão da qual não caiba recurso nenhum; (b) contra decisão da qual não caiba recurso com efeito suspensivo ou apto a desde logo propiciar a providência negada pela decisão (...)”. Também WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Op. cit., p. 409. No mesmo sentido: “[O] mandado de segurança poderá ser manejado contra decisão judicial sempre que o sistema não oferecer mecanismo recursal eficaz para afastar os efeitos da decisão recorrível”. MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fábio Caldas de. Op. cit., p. 78. Por fim, GAJARDONI, Fernando da Fonseca; SILVA, Márcio Henrique Mendes da; FERREIRA, Olavo A. Vianna Alves. **Comentários à Nova Lei de Mandado de Segurança**: Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 46: “Em linhas gerais, podemos afirmar que os atos judiciais são passíveis de mandado de segurança, somente se não existir recurso com efeito suspensivo que possa impedir a lesão (...)”.

⁵¹⁶ WATANABE, Kazuo. Mandado de segurança contra atos judiciais. **Doutrinas essenciais de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, p. 496-497, ago. 2011.

protegida pelo sistema processual ordinário, no âmbito dos recursos, o mandado de segurança entra em cena a fim de suprir o ponto de estrangulamento do sistema⁵¹⁷.

B.I.2. A ausência de “caráter anômalo” e sua relação de complementariedade com os instrumentos processuais ordinários

Em dado momento, reconheceu-se que o mandado de segurança constitui “um meio de não deixar situação alguma sem solução”⁵¹⁸. É precisamente a situação das decisões interlocutórias não previstas pelo art. 1.015 do CPC/15 e que são causadoras de prejuízo imediato e potencialmente irreparável. Em face delas, o sistema processual constitucional deve trazer uma resposta a fim de que a parte não fique completamente desamparada. E essa resposta é o mandado de segurança.

Nesse sentido, Eduardo TALAMINI recorda que nas idas e vindas das reflexões doutrinárias e jurisprudenciais, desde 1930 até 2005, formou-se um “consenso mínimo” de que é imprescindível o emprego do mandado de segurança contra decisões judiciais, “para viabilizar um controle urgente de decisões contra as quais não coubesse recurso dotado de efeito suspensivo – caso em que, até o possível provimento final do recurso, já se poderiam ter concretizados danos de difícil ou impossível reparação”.

Diante disso, não admitir o mandado de segurança nesses casos implicaria “afronta não apenas à norma constitucional que o consagra, como também às garantias do devido processo”⁵¹⁹.

⁵¹⁷ Nesse sentido, Cassio Scarpinella BUENO adverte que “o mandado de segurança contra ato judicial, para ser adequadamente empregado como ‘sucedâneo recursal’, vale enfatizar, pressupõe algum ponto de estrangulamento do sistema e não, meramente, o insucesso pontual de algum pedido ou requerimento negado pelo magistrado no caso concreto”. Ainda, segundo referido autor, o fato de o recurso não possuir efeito suspensivo automático, ou *ope legis*, (como ocorre com o agravo de instrumento), por si só, não é suficiente para autorizar o emprego do mandado de segurança. Por outro lado, a mera previsão de efeito suspensivo *ope iudicis* não é suficiente para afastar seu cabimento, pois a previsão, por si só, não elimina o risco de lesão a direito – que pode ocorrer, por exemplo, no caso em que o momento de atribuição desse efeito é diferido. Portanto, o critério para se identificar o cabimento do mandado de segurança contra ato judicial está intrinsecamente ligado à viabilidade de obtenção de uma tutela efetiva, eficaz e imediata para afastar a lesão ao direito: se ela não existir, o mandado de segurança será cabível. BUENO, Cassio Scarpinella. **A nova lei...**, p. 36-40.

⁵¹⁸ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Op. cit., p. 413.

⁵¹⁹ TALAMINI, Eduardo. O emprego do mandado de segurança e do habeas corpus contra atos revestidos pela coisa julgada. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Org.). **Estudos de direito processual civil: homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 520-533.

Em sentido contrário, há quem sustente que utilizar uma ação constitucional no lugar de um recurso atentaria contra a efetividade do processo porque: (i) seu procedimento seria mais oneroso e acarretaria sobrecarga de trabalho ao Poder Judiciário; (ii) o acórdão do Tribunal Estadual que julgar o mandado de segurança e denegar a ordem poderá ser impugnado mediante recurso ordinário ao STJ, que em tese poderá reexaminar inclusive matéria de fato – o que configuraria uma espécie de burla ao sistema recursal, com sobreposição de regimes⁵²⁰.

No entanto, esquece-se que o mandado de segurança não é mero “sucedâneo recursal”, como se a expressão veiculasse a valoração negativa atribuída a substituto processual inconveniente. O mandado de segurança vai além da mera função prática de substituição recursal. Ou seja, embora a concessão da segurança possa resultar no resultado prático equivalente ao que seria obtido pelo provimento de um recurso, o mandado de segurança com ele não se confunde porque ambos não estão no mesmo patamar constitucional.

Seria possível contrapor que o mandado de segurança contra decisões interlocutórias é mais prejudicial à celeridade que a previsão de agravo de instrumento. Discorda-se respeitosamente desse entendimento.

A impetração de mandado de segurança se reveste de requisitos mais estreitos, bem como exige mais labor advocatício. A parte prejudicada ponderará muito mais sobre a viabilidade do emprego dessa ação constitucional (o que, em princípio, impede que seja empregado de forma tão desmedida e pródiga como os recursos). Ainda que ele tenha um trâmite diferenciado no Tribunal, reputa-se que esse gargalo, criado pelos seus requisitos e seu procedimento, é suficiente para que o mandado de segurança gere menos impacto ao trâmite processual do que o agravo de instrumento⁵²¹.

⁵²⁰ Nesse sentido, vide JAYME, Fernando Gonzaga; SANTOS, Marina França. Op. cit. Os autores destacam ainda que qualquer reforma destinada a promover “a irrecurribilidade das decisões interlocutórias deve vir acompanhada de medidas que agilizem o procedimento”. Caso contrário, não contribuirá eficazmente para promover a celeridade processual.

⁵²¹ Alguém poderia objetar que priorizar o emprego do mandado de segurança no lugar do agravo de instrumento seria apenas trocar uma fórmula aberta por outra equivalente: seria eleger a “lesão a direito

Ademais, o mandado de segurança possui *locus* próprio: frente ao sistema de instrumentos processuais comuns, afirma-se que ele teria “função complementar (...) para cobrir as falhas existentes no sistema criado pelo legislador ordinário”⁵²²⁻⁵²³. E suprir as falhas do legislador processual é precisamente o que se pretende diante da necessidade de se superar eventual insuficiência do rol contido no art. 1.015 do CPC/15.

No mesmo sentido, Galeno LACERDA que, em 1975, escreveu artigo destinado a demonstrar o cabimento do emprego de mandado de segurança em face de interlocutória cujo recurso não possuir efeito suspensivo. Nesse texto, concebido com o objetivo de comentar histórico acórdão do STF sobre cabimento de mandado de segurança contra ato judicial, o jurista gaúcho expõe as concepções sobre recorribilidade de interlocutórias para a tradição romana, a germânica e a luso-brasileira⁵²⁴.

Segundo LACERDA, a tradição brasileira associou, historicamente, a previsão de cabimento de recurso contra as interlocutórias com a noção de dano irreparável (este, ligado à ideia de dano que não poderia ser remediado com a apelação). Com base nisso, LACERDA afirmou ter sido infeliz a opção do CPC/73 (em sua redação original) pela limitação do cabimento de agravo dotado de efeito suspensivo contra as “interlocutórias gravosas”, pois o recurso interlocutório seria uma tradição de nosso direito e porque “na ordem jurídica, não se sufocam necessidades reais”⁵²⁵.

líquido e certo” do mandado de segurança no lugar de “urgência que decorre da inutilidade futura” da tese da “taxatividade mitigada” do agravo de instrumento. A crítica é perspicaz e desafiadora. No entanto, reputa-se que a fórmula do mandado de segurança é apta a ser manuseada com mais segurança jurídica pelos operadores, inclusive em razão de seus contornos dogmáticos mais bem definidos. A fórmula de cabimento do agravo de instrumento pela “taxatividade mitigada” não deixa de ser uma inovação jurisprudencial – capaz de gerar divergências mais intensa (e, a reboque, mais insegurança), por gravitar em torno do conceito de inutilidade. Em qualquer caso, o desafio deste trabalho consiste justamente em realizar o balanço de vantagens e desvantagens desses dois instrumentos de impugnação de decisões judiciais, em tentativa de identificar aquele mais compatível com as diretrizes de interpretação, regras e princípios processuais.

⁵²² WATANABE, Kazuo. Op. cit., p. 499.

⁵²³ Eduardo Cambi compartilha do entendimento no sentido de que o mandado de segurança, ainda que utilizado como sucedâneo recursal, é uma garantia constitucional valiosa para integrar e promover a justiça do sistema: “o mandado de segurança como sucedâneo recursal é, nas devidas proporções, uma das mais importantes garantias constitucionais da efetivação da justiça da decisão”. CAMBI, Eduardo. Efetividade da decisão recorrida e o efeito suspensivo dos recursos. In: NERY JR, Nelson; LAVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 101-134.

⁵²⁴ LACERDA, Galeno. Mandado de segurança contra interlocutória cujo recurso não tiver efeito suspensivo. **Ajuris: revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**, v. 2, n. 3, mar. 1975, p. 42-60.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 47.

De qualquer modo, existindo a restrição, afirma ser necessário admitir o emprego do mandado de segurança contra ato judicial, pois se trata de fruto de “admirável construção processual-constitucional” com origem na doutrina de Ruy Barbosa sobre a posse dos direitos pessoais. LACERDA rebate ainda os críticos, ao demonstrar que nada impede o emprego de ações acessórias incidentes para desconstituição de atos judiciais (tal como ocorre com o mandado de segurança), pois isso ocorreria, de modo cristalino, nos casos em que há o emprego dos embargos de terceiro, a despeito de também ser cabível recurso do terceiro prejudicado.⁵²⁶

Por fim, LACERDA expõe fundamentação de decisões do STF dos anos de 50 e 60 que sinalizavam para a necessidade de compatibilizar a lei ordinária que restringisse o cabimento de mandado de segurança com a Constituição. Para esse fim, somente seria admissível afastar o emprego do mandado de segurança quando os recursos ordinários fossem capazes de tutelar questões urgentes⁵²⁷. Assim, defende o autor a existência de uma “exigência de suspensividade”, a ser atendida pelo mandado de segurança, como “tradição multissecular do direito luso-brasileiro”⁵²⁸.

Portanto, está caracterizada a magnitude constitucional do mandado de segurança, bem como a conclusão de que sua utilização em face dos atos do juiz “nada tem de ‘anômalo’”, como sinaliza Eduardo TALAMINI. Pelo contrário: a experiência mostrou que eventuais alterações no regime de cabimento do agravo de instrumento, que já foram vivenciadas na vigência do CPC/73 (com as reformas da Lei 9.139/95 e 10.352/2001), apenas fez com que muitas situações deixassem de suscitar interesse no emprego da via mandamental, por existir outra mais simples e menos custosa (a do recurso) – mas isso não afastou o emprego do mandado de segurança nos demais casos que não foram abrangidos pelo regime recursal⁵²⁹.

⁵²⁶ Ibidem, p. 48

⁵²⁷ Ibidem, p. 50.

⁵²⁸ Ibidem, p. 60.

⁵²⁹ TALAMINI, Eduardo. **O emprego...**, p. 521. Em sentido contrário, há na doutrina quem entenda que o mandado de segurança “não foi idealizado com o propósito de servir como mecanismo para impugnação de decisões do Poder Judiciário, tomadas no exercício de sua função típica, ou seja, no exercício da jurisdição”. DECOMAIN, Pedro Roberto. Op. cit., p. 209. Entende-se que a última posição reflete um preconceito, ao pressupor que essa ação constitucional teria menos aptidão para impugnar atos jurisdicionais, em comparação com os administrativos. Como se viu, a concepção é rebatida pelo histórico do instituto, referido pela doutrina.

Egas Dirceu Moniz de ARAGÃO também destaca a experiência jurídica com o emprego do mandado de segurança pelos prejudicados a fim de se obter tutela cautelar, em busca de uma tutela realmente eficaz, ainda que por “via anômala”, na medida em que reconhece que “a tutela outorgada através de recursos sem efeito suspensivo nem sempre é satisfatória (...)”⁵³⁰⁻⁵³¹.

MEIRELLES, WALD e MENDES, por sua vez, destacam que o mandado de segurança será cabível contra ato judicial de qualquer natureza e instância, sempre que não haja possibilidade de “coibição eficaz e pronta pelos recursos comuns”. Eventual tentativa de restrição de seu emprego em matéria judicial não teria respaldo constitucional, uma vez que a Constituição autoriza seu emprego de forma ampla, isto é, contra ato ofensor praticado por qualquer dos 3 poderes estatais⁵³²⁻⁵³³.

Luiz FUX compartilha do entendimento do sentido de que o mandado de segurança possui vocação constitucional para impugnar decisões judiciais, sempre que o sistema recursal não for eficaz para afastar os efeitos da decisão ou, se a decisão for causadora de dano irreparável ao impetrante. O que seria vedado é a substituição de recursos previstos (quando eficazes para afastar a lesão) pelo mandado de segurança⁵³⁴.

FUX vai além e se posiciona sobre o problema da recorribilidade com base no art. 1.015 do CPC/15. Afirmar que, a se admitir a tese da “taxatividade mitigada” concebida pelo STJ, não haveria motivos para se admitir o emprego do mandado de segurança em face de interlocutórias teratológicas, na medida em que haveria previsão de recurso com efeito suspensivo para impugná-las⁵³⁵ - posição de que se discordou neste

⁵³⁰ ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Mandado de segurança contra ato judicial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 682, p. 19-20, ago. 1992.

⁵³¹ No mesmo sentido, Flávio Cheim JORGE afirma que, diante do art. 1.015 do CPC/15 e a restrição da ampla recorribilidade das interlocutórias, ou se admite a ampliação do cabimento do agravo de instrumento, ou deverá ser admitido o mandado de segurança, que possui fundamento constitucional e já estaria consagrado nos sistemas processuais. JORGE, Flávio Cheim. Op. cit., p. 286-289.

⁵³² MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. Op. cit., p. 49.

⁵³³ Igualmente pródigo em relação ao escopo protetivo de direitos intrínsecos ao mandado de segurança, o jurista CAVALCANTE afirma que ele será cabível contra decisão judicial “quando o recurso se mostra ineficaz na obstrução da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação resultante da medida judicial cujo reexame se busca”⁵³³. É evidente que esse autor optou por adotar locução semelhante à hipótese de cabimento de agravo de instrumento tal como prevista no art. 522 do CPC/73 (com redação dada pela lei de 2005) – sugerindo equivalência entre os dois instrumentos. CAVALCANTE, Mantovanni Colares. **Mandado de segurança**. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 70.

⁵³⁴ FUX, Luiz. **Mandado de segurança**. Rio de Janeiro: Forense, 2. ed., 2019, p. 68.

⁵³⁵ Ibidem, p. 70.

trabalho, notadamente em razão das limitações da tese do STJ e da inexistência de certeza jurídica (oriunda da subjetividade dos requisitos) acerca do efetivo cabimento do recurso em face das interlocutórias imediatamente lesivas.

Trazendo tais reflexões para o problema deste trabalho, cogita-se aqui da hipótese, prevista no art. 1.009, §1º do CPC/15, de interposição de apelação contra as interlocutórias não contempladas pelo art. 1.015: a tutela a ser concedida na apelação provavelmente não se mostrará satisfatória (pois será ineficaz, caso não apreciada de imediato) em várias situações. Nesses casos, descartada a aplicação e correção da tese da “taxatividade mitigada”, deve-se admitir o emprego do mandado de segurança para tutelar situações violadoras do direito líquido e certo da parte.

A viabilidade do emprego do mandado de segurança, especificamente em face das decisões não abarcadas pelo art. 1.015 do CPC/15, de modo a afastar a hipótese da tese de que o rol é exemplificativo, é confirmada também por Teresa Arruda ALVIM⁵³⁶.

Em suma: transportando as reflexões consolidadas de autorizada e robusta doutrina para o regime de recorribilidade do CPC/15, conclui-se que é juridicamente viável o emprego do mandado de segurança para tutelar o direito oponível em face das decisões não abarcadas pelo art. 1.015 do CPC/15 e que demandem reexame imediato. Diga-se mais: reconhecida a taxatividade do rol contido nessa regra, esse será o instrumento mais vocacionado para superação de suas limitações⁵³⁷.

Não se nega que a tese do STJ pode vir a reduzir o âmbito de aplicação do mandado de segurança. No entanto, em razão das limitações relativas à própria tese do STJ, ainda haverá situações em que essa ação constitucional surgirá como remédio

⁵³⁶ “Inadmissível, portanto, ver-se o artigo 1.015 como apenas exemplificativo. Sendo a apelação incapaz de tutelar adequadamente o direito do prejudicado, a conclusão que se segue não é a inexorabilidade do uso do agravo de instrumento. É, isto sim, o uso (excepcional) do mandado de segurança”. ALVIM, Teresa Arruda. **Um agravo...** No mesmo sentido: TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.2, p. 542-543. RAMOS, Fabiana de Souza; PASSANEZI, Paulo Gonçalves. Agravo de instrumento: rol taxativo ou exemplificativo? Consequências advindas da resposta a esta indagação. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes *et al* (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 240-242.

⁵³⁷ Nesse sentido, confira-se Araken de Assis: “Logo, a necessidade da correição e do mandado de segurança sobreviveu ao novo estatuto [CPC/73], aquela progressivamente substituída por este, na medida em que se firmou, graças ao prestígio do STF, a jurisprudência permissiva do seu emprego como meio para colmatar as falhas do sistema recursal”. ASSIS, Araken de. **Manual...**, p. 509.

necessário e bem-vindo para socorrer o sistema recursal, desde que preenchidos os seus requisitos.

B.I.3. Limites ao emprego do mandado de segurança: restrições criadas pela jurisprudência do STJ e STF

Deve-se ressaltar apenas que a utilização do mandado de segurança não será irrestrita porque, nas hipóteses de ações originárias em trâmite perante os Tribunais Estaduais e Federais, não caberá sua impetração, ao menos perante o STJ⁵³⁸, para impugnar decisões interlocutórias proferidas pelos desembargadores ou órgãos fracionários, por força da interpretação dada pela Súmula 41 do STJ⁵³⁹ ao art. 105, inc. I, alínea ‘b’ da Constituição Federal.

De modo semelhante, não caberá mandado de segurança ao STF para impugnar decisões interlocutórias proferidas em ações originárias do STJ, por força do art. 102, inc. I, alínea ‘d’ da Constituição Federal, objeto de interpretação da Súmula 624 do STF⁵⁴⁰.

Mesmo no caso de ações que envolvam Estado estrangeiro ou organismo internacional, as quais tramitam perante juiz singular da Justiça Federal (art. 109, inc. II da Constituição Federal), e têm suas decisões submetidas diretamente ao STJ pela via do agravo de instrumento por força de previsão expressa do art. 1.027, inc. II, alínea ‘b’ do CPC/15, não será cabível a impetração de mandado de segurança ao STJ, em razão da vedação extraível do entendimento supra mencionado.

No âmbito do STF e do STJ, há entendimento consolidado no sentido de que, via de regra (salvo julgados isolados, que admitem a impetração em casos de manifesta teratologia), decisões proferidas pelos relatores ou órgãos fracionários não se sujeitam a mandado de segurança para o próprio Tribunal, na medida em que os Ministros

⁵³⁸ Ressalvada eventual autorização pelas Constituições Estaduais para impetração de mandado de segurança, contra atos do Tribunal Estadual e seus órgãos, perante o próprio Tribunal Estadual. A título de exemplo: art. 101, inc. VII, alínea ‘b’) da Constituição do Estado do Paraná.

⁵³⁹ Redigida nestes termos: “O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais ou dos respectivos órgãos”.

⁵⁴⁰ “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais”.

isoladamente, ou as Turmas, atuariam em nome do próprio Tribunal⁵⁴¹. Ademais, entende-se que admitir a ação nesses casos implicaria a revisão de todas as decisões dos órgãos pela totalidade do Tribunal, que devem ser impugnadas somente por meio dos recursos, inviabilizando sua atuação em razão da carga de trabalho.

Ressalte-se ainda que o emprego do mandado de segurança pode ser objeto de restrições jurisprudenciais no âmbito de procedimentos especiais. Em relação aos Juizados Especiais Cíveis, regidos pelas Lei 9.099/05, por exemplo, há entendimento do STF no sentido de que não cabe mandado de segurança em face das decisões interlocutórias proferidas nos processos submetidos a esse rito⁵⁴².

Sempre que o ordenamento não oferecer solução eficaz para afastar a violação de direito líquido e certo, o mandado de segurança deve ser admitido, ainda que existam eventuais óbices envolvendo a competência para seu processamento. Logo, eventuais limitações jurisprudenciais, e qualquer tipo de restrição ao emprego do mandado de segurança que crie óbices ao seu ajuizamento, sem autorização constitucional, serão ilegítimas por contrariar a natureza e o escopo do mandado de segurança, que consiste em ação constitucional de caráter protetivo com eficácia potencializada.

Sem prejuízo das restrições acima, o mandado de segurança será o meio autônomo de impugnação mais vocacionado a impugnar as decisões interlocutórias proferidas pelo Juízo de primeiro grau e não abrangidas pelo rol do art. 1.015 do CPC/15.

B.II. VANTAGENS

O emprego do mandado de segurança contra ato judicial consistente na prolação de decisões interlocutórias, quando inexistente previsão legal para cabimento de agravo de instrumento pelo art. 1.015, é caracterizado pelas seguintes vantagens:

1. O emprego do mandado de segurança contra ato judicial, por consistir em ação autônoma (não é recurso) vocacionada para integração do sistema processual, preserva e

⁵⁴¹ Nesse sentido, confira-se, por todos, em relação ao STF: STF. Tribunal Pleno. Agravo regimental em mandado de segurança n. 31019. Relator Ministro LUIZ FUX, julgado em 14/05/2014; STF. Tribunal Pleno. Agravo regimental em mandado de segurança n. 23224, Relator Ministro MAURÍCIO CORRÊA, julgado em 19/05/1999. No âmbito do STJ: STJ, Corte Especial. AgRg no MS 22.646/RJ. Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 11/02/2020.

⁵⁴² BRASIL. STF. Tribunal Pleno. Recurso extraordinário 576.847. Relator Ministro Eros Grau. Brasília, em 20 de maio de 2009.

respeita a opção legislativa pela taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/15, em prol de um processo mais célere, o que é compatível com seu caráter complementar em relação aos recursos;

2. O mandado de segurança é ação de natureza constitucional e que é juridicamente vocacionado, sob o aspecto normativo e histórico, para a obtenção de tutela jurisdicional autônoma, diferenciada e reforçada - logo, é um meio autônomo juridicamente legítimo para impugnação de decisões judiciais interlocutórias;

3. O mandado de segurança, sob o aspecto prático e forense, envolve a elaboração de petição inicial de maior complexidade (em razão de seus requisitos e tipificação legais) em relação ao agravo de instrumento, e possui procedimento de tramitação mais extenso que o agravo de instrumento. Em razão disso, seu emprego exige maior esforço da parte – o que desestimula seu emprego em situações nas quais a parte não sofre prejuízo iminente e potencialmente irreversível. Consequentemente, sua utilização tende a ser mais reduzida do que a do agravo de instrumento, o que favorece a tramitação do processo em 1º grau de jurisdição.

4. O mandado de segurança, sob o aspecto legal e jurisprudencial, exige o preenchimento de requisitos de maior complexidade em relação ao agravo de instrumento: um ato judicial violador de direito líquido e certo da parte (requisito legal) e a existência de teratologia na decisão (requisito jurisprudencial). Em razão disso, seu cabimento tende a ser mais restrito, reservado a hipóteses extremas, nas quais a parte esteja convencida do preenchimento dos requisitos. Consequentemente, sua admissão tende a ser mais reduzida do que a do agravo de instrumento, o que favorece a tramitação do processo em 1º grau de jurisdição.

5. O mandado de segurança, por ser ação, alheia e independente em relação ao processo no qual a decisão interlocutória a ser impugnada foi proferida, não é apto a gerar preclusão para a parte prejudicada, pois esta é fenômeno endoprocessual. Somente se o mérito do mandado de segurança for julgado é que haverá formação de coisa julgada sobre a decisão de mérito, a qual deverá ser respeitada por decisões futuras. Por isso, seu emprego, associado à observância de um rol taxativo de agravo de instrumento, não produz o estado de insegurança jurídica em relação ao momento de ocorrência da preclusão e de variação de interpretações ab-rogantes acerca de hipóteses de cabimento do recurso, que contrariem frontalmente a lei.

6. Reputa-se que a fórmula de cabimento do mandado de segurança, caracterizada pela lesão a direito líquido e certo, em comparação com a fórmula da tese da “taxatividade mitigada” do STJ para o agravo de instrumento, é apta a ser manuseada com mais segurança jurídica pelos operadores, inclusive em razão de seus contornos dogmáticos mais bem definidos.

B.III. DESVANTAGENS

O emprego do mandado de segurança contra ato judicial também estar sujeito às seguintes desvantagens:

1. O procedimento de tramitação do mandado de segurança é distinto do recurso, e mais complexo. Contra a decisão final denegatória do mandado de segurança de competência originária (em face de decisões de primeira instância), cabe ainda recurso ordinário, que tramitará, via de regra, perante os Tribunais Superiores. Se as partes se valerem do mandado de segurança com a mesma intensidade com que interpõem o agravo de instrumento, afirma-se que isso gerará mais trabalho para o Judiciário e para as próprias partes, tornando mais custoso impugnar a decisão, sem ganhos para o trâmite do processo em 1º grau.

2. O órgão judicial competente para julgamento do mandado de segurança contra ato judicial costuma ser distinto do recurso. Via de regra, o órgão do Tribunal competente possui composição diversa de julgadores, as vezes em maior número, do que o órgão fracionário que julgaria eventual agravo de instrumento. Se as partes se valerem do mandado de segurança na mesma intensidade com que interpõem o agravo de instrumento, isso implica em assimetria procedimental: enquanto algumas interlocutórias são revistas por meio do procedimento recursal, outras estão sujeitas ao reexame no âmbito de novo processo.

3. O mandado de segurança possui um prazo decadencial de 120 dias para ser impetrado. Esse prazo é significativamente superior ao prazo simples (de 15 dias úteis) para interposição do agravo de instrumento. Se a parte prejudicada pela decisão interlocutória decidir se valer de todo o prazo decadencial para empregar o mandado de segurança, e nele houver determinação de suspensão da eficácia da decisão impugnada,

será maior o tempo em que o processo ficará paralisado em 1º grau, em prejuízo ao objetivo de alcançar a célere solução do litígio⁵⁴³.

4. O mandado de segurança, por possuir requisitos (legais e jurisprudenciais) mais rigorosos do que o recurso de agravo de instrumento, pode dificultar que a parte obtenha o reexame pelo órgão superior da questão decidida pela decisão interlocutória por ele impugnada, na medida em que há o risco de que ele sequer seja conhecido e processado (por ausência de requisitos) – em prejuízo ao exame da questão de fundo e do alegado direito líquido e certo da parte atingida pela decisão.

⁵⁴³ Ainda que se diga que o prazo decadencial de 120 dias para impetração do mandado de segurança é incompatível com a celeridade exigida para impugnar interlocutórias, o fato é que é razoável esperar que as partes, se precisarem ajuizá-lo, se valerão de prazo menor, pois a demora mitigaria o requisito do *periculum in mora* necessário para obtenção de tutela provisória em face da interlocutória e, sem efeito suspensivo, a chance de posterior êxito da ação seria reduzido, em razão da consumação dos atos processuais.

C. CORREIÇÃO PARCIAL

C.I. VIABILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO EM CARÁTER SUPLETIVO AO MANDADO DE SEGURANÇA

Outro instrumento autônomo de impugnação é a chamada correção parcial, também por vezes intitulada genericamente de reclamação. Esta encontra previsão tanto no art. 6º, inc. I da Lei Federal n.º 5.010/1966, lei orgânica da Justiça Federal, como também em alguns regimentos internos dos Tribunais Estaduais e leis de organização judiciária⁵⁴⁴.

Trata-se de mecanismo de natureza administrativa e não ostenta caráter jurisdicional, pois foi concebida e é prevista com o objetivo de corrigir em caráter disciplinar alguns dos atos do juiz. Por não ser jurisdicional e não veicular uma pretensão autônoma, não se confunde com a ação. Tampouco se enquadra no conceito de recurso, pois os recursos são taxativos e a correção parcial não está prevista no CPC/15, lei federal de abrangência nacional (art. 22, inc. I da Constituição Federal).

Como será exposto adiante, a despeito da duvidosa constitucionalidade da correção parcial (que reputamos de difícil, ou inviável, demonstração) é juridicamente possível, em um aspecto prático (na medida em que ela seja admitida pelos Tribunais) se cogitar do emprego da correção parcial para impugnar decisões interlocutórias, tanto que a doutrina trata da sua utilização, ressaltando apenas que, caso empregada, ela sempre deverá ser subsidiária em relação ao mandado de segurança.

⁵⁴⁴ A título de exemplo, menciona-se: (i) o art. 335 do Regimento Interno do TJPR (atualizado até a Resolução 42/2018): “A correção parcial visa à emenda de erros ou abusos que importem na inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, na paralisação injustificada dos feitos ou na dilação abusiva de prazos, quando, para o caso, não haja recurso previsto em lei”; (ii) art. 299 do Regimento Interno do TJRS (atualizado até a Emenda Regimental 03/2018 de 06/09/2018) e Código Judiciário do Estado do RS (atualizado até 30/01/2018), art. 195: “A correção parcial visa à emenda de erros ou abusos que importem na inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, na paralisação injustificada dos feitos ou na dilatação abusiva de prazos, quando, para o caso, não haja recurso previsto em lei”; (iii) art. 385 do Regimento Interno do TJGO: “São suscetíveis de correção, mediante reclamação da parte ou do órgão do Ministério Público, os despachos irrecorríveis do juiz que importem inversão da ordem legal do processo, ou resultem de erro de ofício ou abuso de poder”. O Regimento Interno do TJSP (atualizado em 06/04/2017), por sua vez, admite a correção parcial em seu art. 211, mas tão somente no âmbito do processo penal.

C.I.1. A controvérsia acerca de sua natureza jurídica, (in) constitucionalidade e lugar junto ao sistema de recorribilidade

A correção parcial é vista como sucedâneo recursal, pois não é incomum que a parte dela lance mão a fim de modificar a decisão impugnada, inclusive quanto ao mérito, embora invoque como pretexto a necessidade de corrigir, sob um viés disciplinar e meramente procedimental, o ato praticado pelo juiz.

A correção parcial é chamada de “sucédâneo recursal”. A uma porque não é recurso⁵⁴⁵, na medida em que não está prevista em lei processual de abrangência nacional enquanto tal e porque não tem natureza jurisdicional. A duas porque também não é ação constitucional vocacionada para impugnação de decisões judiciais. Ao aludir a um sucedâneo recursal, nesse caso, busca-se enquadrar a correção parcial dentro de uma categoria residual de meios de impugnação.

Para Teresa Arruda Alvim WAMBIER, a correção parcial, quanto às funções relevantes para a presente discussão, se presta principalmente a: (i) sem interferir no processo, beneficiar as vítimas de erros ou abusos que invertam ou tumultuem a ordem dos processos, proporcionando a retomada de sua marcha – e esta seria sua finalidade por excelência; (ii) meio de reforma dos pronunciamentos judiciais irrecorríveis – há quem veja na correção um remédio excepcional e outros que a consideram um recurso como outro qualquer.⁵⁴⁶

Já para Humberto THEODORO JÚNIOR⁵⁴⁷, a correção parcial serve para eliminar *errores in procedendo* para os casos em que: (i) não caiba agravo de instrumento e nem outro recurso e (ii) o ato ou despacho do juiz contenha erro ou abuso, capaz de tumultuar a marcha do processo e que tenha causado dano, ou possa causar dano irreparável, à parte.

Uma hipótese típica de ato do juiz que preenche esses requisitos consiste no despacho ou decisão que determina equivocadamente a suspensão do processo. Cogite-

⁵⁴⁵ Não se nega que ela pode guardar alguma semelhança com os recursos, como o seu caráter de instrumento voluntário (seu emprego é condicionado à atuação da parte) e o seu emprego com o objetivo de obter a revisão (em sentido amplo) da decisão. No entanto, a diferença brutal entre a correção e os recursos é que a correção não está amparada em norma constitucional ou em lei ordinária, de modo que não possui natureza (quando menos, não em sua essência) jurisdicional.

⁵⁴⁶ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Op. cit., p. 425.

⁵⁴⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso....**, idem.

se no caso, extraído da jurisprudência, em que o Juízo singular determina que o processo aguarde o trânsito em julgado de acórdão de recurso que não é dotado de efeito suspensivo⁵⁴⁸.

Ainda que tal ato tenha carga decisória (não se enquadrando no conceito de despacho do art. 203, §3º do CPC/15), é capaz de causar prejuízo irreparável à parte (que não poderá recuperar o tempo perdido pela suspensão equivocada) e não está sujeito à impugnação por agravo de instrumento ou outro recurso. Trata-se de hipótese em que a correição parcial pode ser empregada como meio autônomo de impugnação, se houver previsão regimental para tanto.

Nesse sentido, Vinicius da Silva LEMOS entende que, para que seja admissível o emprego de correição parcial em face de decisão interlocutória, esta não pode ser enquadrada como hipótese agravável e também deve estar presente o requisito do abuso ou tumulto processual. Ou seja, o agravo de instrumento não pode ser substituído pela correição parcial⁵⁴⁹. A correição poderia então ser empregada em caráter subsidiário, se presentes os seus requisitos e exista autorização nos regimentos internos dos Tribunais.

Como visto, ao se ater unicamente aos aspectos envolvendo as repercussões práticas da correição parcial, sem questionar a constitucionalidade ou não do instrumento, é necessário reconhecer que, a despeito de sua natureza administrativa e disciplinar, a correição pode repercutir no processo como se ato jurisdicional fosse.

Não obstante, o que se coloca em dúvida é se essa repercussão é legítima ou se se aproxima da ilegalidade. Fato é que a constitucionalidade da correição é, no mínimo, controversa. Um de seus defensores, empregando o que parece ser um dos principais argumentos em prol da defesa da correição, afirma que a correição seria constitucional

⁵⁴⁸ Embora proferido sob a égide do CPC/73, trata-se de caso que poderia ensejar a interposição de correição parcial também no Código vigente: BRASIL. TJPR. 13ª Câmara Cível. Correição Parcial. Execução de título extrajudicial. Averbação da execução na matrícula de imóvel. Imóvel não penhorado. Cancelamento da averbação determinada em agravo de instrumento. Acórdão não sujeito a recurso com efeito suspensivo. Despacho que determina o aguardo do trânsito em julgado. Retardamento injustificado. Correição parcial conhecida e provida. O despacho que determina o aguardo do trânsito em julgado de acórdão proferido em agravo de instrumento, sem que haja notícia de concessão de efeito suspensivo em outro recurso importa em paralisação injustificada do feito. Correição Parcial 1213391-6. Relator: Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso. Curitiba, 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11833005/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1213391-6#>>. Acesso em: 11 out. 2018.

⁵⁴⁹ LEMOS, Vinicius da Silva. **Recursos e processos nos tribunais**. Salvador: Juspodivm, 4. ed., 2020, p. 1.072.

porque se limita a regular o procedimento em matéria processual, nos termos da Constituição Federal, art. 24, inc. XI⁵⁵⁰.

Em oposição, diversos doutrinadores rejeitam seu emprego contra decisões judiciais de caráter jurisdicional e a veem como inconstitucional⁵⁵¹. Podem ser citados dois fundamentos principais contra a constitucionalidade da correição: a) se a medida for processual, o legislador estadual agiu em desconformidade com a CF, que confere competência legislativa em matéria processual unicamente à União; b) se administrativa, infringe a independência da função jurisdicional, porque sujeita atos jurisdicionais a controle por órgãos administrativos.

Defende-se ainda na doutrina que as fórmulas cunhadas para elucidar as hipóteses de cabimento da correição revelam uma intenção dissimulada de criar, por meio de normas estaduais, um sucedâneo recursal inconstitucional (pois não previsto em lei federal), com o objetivo oblíquo de escapar da taxatividade do agravo de instrumento⁵⁵².

⁵⁵⁰ Sobre a controvérsia, e em defesa da constitucionalidade, v. José Eduardo Carreira Alvim, para quem a constitucionalidade da correição parcial residiria em que ela não se destinaria a corrigir o processo (matéria reservada à União), mas apenas o procedimento (matéria sujeita à disciplina concorrente dos Estados – Constituição Federal, art. 24, inc. XI). ALVIM, José Eduardo Carreira. **Correição parcial**: doutrina e prática. Petrópolis: Carreira Alvim Produções de Livros Jurídicos, 2020, p. 14. Também em defesa da constitucionalidade, Elaine Harzheim MACEDO e Liza Bastos DUARTE: “Daí porque a correição parcial se mostra, sim, como medida altamente constitucional, representando forma de controle do poder pelo próprio cidadão, no curso do processo, desde que resguardado o seu devido cabimento, processamento e julgamento por órgãos também jurisdicionais, porque, ao fim e ao cabo, o que se estaria fazendo, é dar validade e vigência ao texto constitucional de 1988, prevalecendo não só o exercício da cidadania, mas também o poder local”. MACEDO, Elaine Harzheim; DUARTE, Liza Bastos. Correição parcial e sua (in)constitucionalidade. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 859, p. 38-58, maio 2017.

⁵⁵¹ Nesse sentido, NERY JÚNIOR, Nelson. **Op. cit.**, p. 85-89. Além disso, vide as considerações de Flávio Cheim Jorge, que cita também Marcelo Abelha Rodrigues. JORGE, Flávio Cheim. **Op. cit.**, p. 279-281. Vide também MEDEIROS, Maria Lúcia. Anotações sobre a correição parcial. **Revista de Processo**, São Paulo, vol. 68, p. 116-135, out./dez., 1992, que cita algumas posições doutrinárias nesse sentido, dentre elas a de Sergio Bermudes, que já apontava sua inconstitucionalidade antes da Constituição Federal de 1988. Aloysio Santos também vê inconstitucionalidade, embora entenda ser inviável coibir seu emprego na prática. De modo geral, reconhece que a correição parcial é uma burla à Constituição Federal, mas a vê como um “mal necessário”, até porque seria medida arraigada no direito processual brasileiro. Afirmar ainda a inconstitucionalidade da correição parcial na Justiça Estadual Comum, mas entende que o instrumento é indiscutivelmente constitucional na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal Comum, no âmbito das quais teria respaldo legal. SANTOS, Aloysio. **A correição parcial**: reclamação ou recurso acessório? 2ª ed. São Paulo: LTr, 2002, p. 47-50.

⁵⁵² Vide MALACHINI, Edson Ribas. A correição parcial e a recorribilidade das decisões interlocutórias. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 18, p. 88-110, abr./jun. 1980. MALACHINI, ao analisar o sistema recursal do CPC/73, sustentou ser necessária a adoção de um rol exemplificativo das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento e, caso isso não ocorra, defendeu o emprego do mandado de segurança ao invés da correição parcial. Para o autor, A correição seria inconstitucional, quando não autorizada por lei federal, e teria caráter anômalo.

Feito o balanço, reputa-se mais adequada a posição pela inconstitucionalidade. A partir do momento em que a correição funciona de modo a produzir ao menos um dos efeitos dos recursos (anular ou reformar a decisão), não é mais juridicamente possível sustentar que ela se limita a disciplinar o procedimento. A revisão de decisões jurisdicionais impacta nas posições jurídico-processuais das partes e, portanto, diz respeito ao processo em si. Não se trata de mera disciplina do procedimento, pois está em jogo o próprio contraditório, na medida em que a correição possa, ainda que em tese, favorecer uma das partes e prejudicar outra, ao impactar no curso do processo.

Esse é o maior problema relativo ao emprego da correição parcial enquanto meio de impugnação das decisões judiciais, o que a coloca em um patamar juridicamente inferior ao mandado de segurança, pois este é consagrado constitucionalmente (e historicamente) como ação de eficácia potencializada, apta inclusive a fechar lacunas do sistema recursal.

C.I.2. Instrumento administrativo e disciplinar com aptidão para causar anômala repercussão jurisdicional

Ainda que se desconsidere a constitucionalidade da correição parcial e se admita a sua aptidão para produzir efeitos nas decisões proferidas no processo, a título de correção disciplinar de erros do juiz, seu potencial para produzir efeitos jurídicos, isto é, sua consequência processual, devem ser restritos ao aspecto procedimental, relativo à ordem processual. Caso contrário, a correição se confunde com recurso, e a inconstitucionalidade revela-se manifesta. Ou seja, quando muito, a correição poderia repercutir apenas sobre aspectos estritamente procedimentais do processo, nunca sobre erros de julgamento, ou outras decisões envolvendo questões de fato e de direito do processo relevantes para a solução do mérito.

Embora a Constituição Federal não permita que Estados legislem sobre matéria processual, exclusiva da União (art. 22, inc. I), ela autoriza que os Tribunais elaborem regimentos internos (art. 96, inc. I, al. “a”). Os regimentos internos criam mecanismos e institutos destinados a organizar a atuação dos Tribunais. Daí decorreria o caráter disciplinar da correição: em essência, ela se destina a organizar a disciplinar a atuação dos juízes, do ponto de vista dos trabalhos judiciais.

Em essência, a correição se destina a corrigir administrativamente a conduta pessoal do magistrado ao proferir uma decisão que tumultuou indevidamente o processo.

No entanto, essa correção de conduta acaba por repercutir no processo, de modo que o efeito secundário da correção do juiz seria a cassação ou reforma da decisão tumultuária que ele proferiu, a fim de que aquele ato indisciplinado do juiz seja corrigido, também na esfera judicial⁵⁵³. Ainda que baseado nesse raciocínio, a “repercussão jurisdicional” da correção não tem respaldo legal ou constitucional.

Em qualquer caso, é possível afirmar que a correção parcial assim entendida gera efeitos jurisdicionais de forma “clandestina” ou dissimulada: é capaz de corrigir a desordem processual, repercutindo no processo como se ato jurisdicional fosse, tão somente porque é causada por uma conduta desviante do juiz (decisão proferida no processo), que deve ser corrigida sob o viés administrativo.

Afinal, pareceria inadequado que o julgador da correção emitisse cognição sobre a existência de um erro na decisão do juiz e limitasse a sua correção ao âmbito disciplinar. Como consequência lógica do provimento da correção, espera-se a reparação da irregularidade no processo, ainda que o instrumento empregado não seja vocacionado à impugnação de decisões, pois não é recurso (a lei federal não lhe atribui essa qualidade de recurso).

Como consequência secundária da correção (a qual, apesar de ter caráter administrativo e disciplinar por essência, é decidida por órgão jurisdicional), surge a repercussão processual, derivada da cognição sobre a existência de um ato judicial indisciplinado, praticado no âmbito de um processo.

É aí que reside o problema: em qualquer hipótese, essa “repercussão jurisdicional” só poderia se originar de instrumento processual criado por lei federal. Caso contrário, a correção terá roupagem de medida disciplinar e efeito de recurso⁵⁵⁴ – o que não se sustenta juridicamente, na ótica deste trabalho.

Daí deriva o caráter anômalo da correção: ela contorna a previsão constitucional e repercute no processo sem amparo em legislação nacional, produzindo efeitos

⁵⁵³ Sobre o duplo escopo da decisão que julga a correção parcial, confira-se a assertiva de LEMOS, Vinicius Silva. **Recursos e processos...**, p. 1.072: “Um julgamento jurídico para restabelecer a ordem processual e uma parte decisória administrativa para verificar a conduta pessoal do magistrado”.

⁵⁵⁴ Nesse sentido, vide obra de Aloysio Santos, que analisa as posições doutrinárias de juristas como Egas Moniz de Aragão, Moacyr Amaral Santos e Alfredo Buzaíd acerca da natureza jurídica da correção parcial, e posiciona-se no sentido de que ela está mais próxima, em termos dogmáticos, ao recurso, embora não seja um recurso. SANTOS, Aloysio. Op. cit., p. 37-43.

jurisdicionais anormalmente e assemelhando-se ao recurso por via transversa e clandestina, a pretexto de corrigir disciplinarmente atos dos juízes.

C.I.3. Os pontos de contato entre a correção parcial e o agravo de instrumento e exemplos de emprego da correção com caráter recursal

O procedimento a ser observado para processamento e julgamento da correção parcial pode ser disciplinado por cada Tribunal, ao menos em esfera estadual. A título de exemplo, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, seu trâmite é mesmo do agravo de instrumento⁵⁵⁵.

Outro ponto de contato entre ambos os instrumentos decorre de entendimento extraível de julgado do STJ, segundo o qual há fungibilidade entre esses dois meios de impugnação, não configurando erro grosseiro o emprego de um no lugar do outro⁵⁵⁶ - desde que se observe eventual incompatibilidade por extrapolação do prazo para emprego de algum dos dois instrumentos, que pode ser mais reduzido do que o do outro.

Quanto ao âmbito de sua aplicação, a despeito da sua inconstitucionalidade, vale destacar que, após a entrada em vigor do CPC/15, encontra-se na jurisprudência casos em que correções parciais empregadas para impugnar decisões interlocutórias têm sido conhecidas e acolhidas.

Apenas para ilustrar que referida medida ainda possui inegável relevância prática, mencionam-se os seguintes exemplos de decisões proferidas por Juízos singulares que foram objeto de reforma do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), por meio de correção⁵⁵⁷:

⁵⁵⁵ Idem. Para citar um exemplo concreto atual, vide o artigo 335, parágrafo único, do Regimento Interno do TJPR (atualizado até a Resolução 42/2018): “O procedimento da correção parcial será o do agravo de instrumento, conforme disciplinado na lei processual civil”.

⁵⁵⁶ BRASIL. STJ. 2ª Turma. Constitucional e processual civil. Recurso ordinário. Mandado de segurança. Correção parcial. Interposição ao invés de agravo de instrumento. Pedido expresso de aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Possibilidade. Erro grosseiro não caracterizado. Recurso ordinário conhecido e provido. Recurso ordinário em mandado de segurança n.º 16.218. Relator: Ministro Francisco Peçanha Martins. Brasília, 13 de setembro de 2005. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=577358&num_registro=200300538228&data=20051121&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

⁵⁵⁷ Esclarece-se, para fins metodológicos, que a pesquisa jurisprudencial realizada se destinou apenas a colher alguns exemplos elucidativos. Não houve a pretensão de esgotar a jurisprudência predominante e pesquisar casos de outros Tribunais. O aprofundamento jurisprudencial a respeito consistiria em pretensão que escaparia ao objetivo e limites do presente trabalho.

- (i) decisão que, a despeito da morte do autor, deixa de suspender o feito para regularização do polo ativo e se recusa a restituir o prazo recursal⁵⁵⁸;
- (ii) decisão que corrige o valor da causa de ofício, condiciona o trâmite processual ao recolhimento das custas processuais complementares e indefere a reunião de ações relativas ao mesmo procedimento licitatório⁵⁵⁹;
- (iii) decisão que, a despeito do art. 1.010, §3º do CPC/15 (que impõe a remessa da apelação ao Tribunal pelo Juízo a quo, independentemente de exame prévio de admissibilidade), realiza juízo de admissibilidade negativo do recurso de apelação⁵⁶⁰;

⁵⁵⁸ BRASIL. TJPR. 10ª Câmara Cível. Correição parcial cível. Medida cautelar de arresto. Decisão impugnada que indeferiu o pedido de suspensão do processo, determinando a certificação do trânsito em julgado e o posterior arquivamento dos autos. Insurgência manejada pelo espólio do autor. Necessidade de suspensão do processo com efeitos retroativos à data do falecimento do demandante, a fim de que o polo ativo seja regularizado. Art. 313, I, do CPC/2015. Declaração de nulidade de todos os atos praticados após o falecimento do requerente, com a restituição do prazo recursal. Art. 1.004 do CPC/2015. Correição parcial conhecida e acolhida. Correição parcial n.º 0001639-08.2018.8.16.0000. Relator: Guilherme Freire de Barros Teixeira. Curitiba, 30 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000005351581/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0001639-08.2018.8.16.0000#>>>. Acesso em: 11 out. 2018.

⁵⁵⁹ BRASIL. TJPR. 5ª Câmara Cível. Correição Parcial - Mandado De Segurança - Licitação - Decisões Do Magistrado Singular Que Causaram Tumulto Processual E Paralisação Injustificada - Valor Da Causa Corrigido De Ofício Indevidamente - Mandamus Que Não Tem Conteúdo Econômico - Apensamento Das Ações - Devido Para Evitar Decisões Conflitantes - Inteligência Do Art. 55, §3º Do CPC - Correição Parcial Conhecida E Provida. Correição parcial n.º 1657096-2. Relator: Regina Afonso Portes. Curitiba, 29 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12424066/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1657096-2#>>>. Acesso em: 11 out. 2018.

⁵⁶⁰ BRASIL. TRF4. Turma Regional Suplementar do Paraná. Processual civil. Inadmissão de apelação. Agravo de instrumento - restrição (CPC, Art. 1.015). Recebimento como correição parcial. 1. O exame de admissibilidade da apelação corresponde ao tribunal, órgão *ad quem*, ao qual o juízo *a quo*, independentemente de referido exame, deve encaminhar o recurso *ad opportuno*, atendidas as prescrições legais (CPC, art. 1.010, IV, §§). 2. A decisão que não admite a apelação não se insere no elenco legal taxativo estabelecido para o cabimento de agravo de instrumento (CPC, art. 1.015) mas, ao projetar estado de irregularidade processual, sujeita-se à correição parcial (RITRF4, art. 262, *caput*). 3. Recebe-se o agravo de instrumento como correição parcial em não havendo diverso recurso previsto e lei. Agravo de instrumento n.º 5035867-24.2017.4.04.0000. Relator: Amaury Chaves de Athayde. Curitiba, 16 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/citacao.php?doc=TRF413904172>>. Acesso em: 11 out. 2018.

- (iv) decisão que indefere a intervenção do Ministério Público em causa envolvendo direito ambiental⁵⁶¹.

Como visto, é necessário reconhecer que, inclusive na vigência do CPC/15, a correção parcial é medida que tem sido empregada e aceita por ao menos alguns dos Tribunais⁵⁶² onde está prevista.

No entanto, isso não retira e tampouco é capaz de sanar a inconstitucionalidade que contamina esse instrumento, de inegável caráter processual (o que é confirmado pelos exemplos assinalados, em que a correção parcial fez as vezes de agravo de instrumento).

É de se reconhecer a necessidade de retomada da visão, especialmente por parte da jurisprudência, do mandado de segurança enquanto meio autônomo de impugnação por excelência, com inequívoco fundamento constitucional e vocação para suprir lacunas no sistema recursal das interlocutórias. Só assim ele poderá recuperar seu lugar privilegiado dentre os meios de impugnação e suprimir o emprego da correção parcial, que ainda subsiste nos Tribunais e é manejada com caráter recursal.

C.I.4. Utilização subsidiária e âmbito estritamente procedimental

Sob um viés unicamente pragmático, a correção parcial, em princípio, seria medida mais célere do que o mandado de segurança, cumpriria o objetivo de sanar deslizes procedimentais de decisões interlocutórias e seu rito não feriria o contraditório, desde que respeitada a participação das partes e potenciais outros sujeitos processuais envolvidos no bojo do procedimento previsto pelos Tribunais.

⁵⁶¹ BRASIL. TRF4. Quarta Turma. Agravo interno em correção parcial. Intervenção obrigatória do Ministério Público. Causa envolvendo direito ambiental. Intervenção justificada do Ministério Público Federal. Quando o Ministério Público Federal se manifesta por sua intervenção em ação que envolve direito ambiental ou outros interesses públicos relevantes, não cabe ao juízo liminarmente indeferir aquela intervenção. Hipótese em que a correção parcial se mostra cabível diante do não cabimento de agravo de instrumento para discutir a questão, com risco de que o processo tivesse seguimento sem relevante intervenção do Ministério Público Federal. Agravo interno provido. Correção parcial deferida. Intervenção do Ministério Público Federal assegurada. Agravo Interno n.º 5052670-19.2016.4.04.0000. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Junior. Curitiba, 13 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/citacao.php?doc=TRF413420642>>. Acesso em: 11 out. 2018.

⁵⁶² Não é a intenção deste trabalho se aprofundar na casuística da correção parcial, tampouco analisar sua previsão e o regime vigente para seu emprego, nos diferentes Tribunais do país. Para um estudo mais exaustivo da prática forense envolvendo a correção parcial e o regime existente nos diversos Tribunais de Justiça Estaduais da federação, remete-se ao estudo de José Eduardo Carreira Alvim. ALVIM, José Eduardo Carreira. **Correção...**

Para corroborar esse entendimento, menciona-se Araken de ASSIS, que reconhece que há espaço para utilização da correção parcial no combate direto às interlocutórias insuscetíveis de agravo de instrumento.⁵⁶³

Ou seja, há quem reconheça, ao menos sob o aspecto prático, um âmbito de utilização da correção parcial. No entanto, ressalta-se: a correção parcial, como meio de impugnação a suprir lacunas deixadas pelo agravo de instrumento, ainda que possa ser pragmaticamente mais célere e simples de empregar, ainda assim deve ter caráter subsidiário em relação ao mandado de segurança.

O mandado de segurança é qualitativamente superior, em termos jurídico-processuais, pois é inequivocamente uma ação constitucional e tem vocação para interagir com o sistema recursal, enquanto a correção é instrumento de natureza controversa, limitada (depende de previsão específica pelos Estados) e, no mínimo, de constitucionalidade duvidosa – na ótica desde trabalho, é instrumento inconstitucional.

Com base nos casos acima mencionados, em que se admitiu o emprego da correção, conclui-se que âmbito de aplicação, é substancialmente direcionado a casos de subversão e erros na condução do processo que tenha causado impacto direto na ordem procedimental – o que englobaria o caso de suspensão ou paralisação injustificadas. Ou seja, a correção não se prestaria para discutir outros aspectos que não os estritamente procedimentais do processo.

Somente restringindo a produção de efeitos da correção parcial à esfera estritamente procedimental do processo é que se pode cogitar de alguma tentativa de afastar sua inconstitucionalidade. No entanto, a quantidade de situações nebulosas que podem surgir, entre por um lado tentativas de correção ou readequação do procedimento, ou combate a tumultos processuais causados pelo juiz, e por outro um efetivo erro de julgamento (e não de procedimento), aconselham a afastar o emprego da correção, a fim de que ela não se transforme em recurso inconstitucional, embalada pelo fervor dos litigantes e eventual tolerância jurisprudencial.

⁵⁶³ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.041. A afirmação feita pelo processualista insere-se no contexto em que adverte ser necessário observarmos como reagirão as partes com a questão da falta de recurso específico contra os incidentes da instrução que não estejam previstos no art. 1.015 do CPC/15.

Cogite-se no caso em que o juiz aplica uma multa processual por meio de decisão interlocutória. A parte penalizada reputa a sanção cabalmente abusiva. Ainda que se trate de erro manifesto do juiz, nesse caso não há impacto direto no trâmite processual. A rigor, a multa não tumultua nem paralisa o processo. Logo, é mais ato coator do que “ato correicionável” – logo, cabível somente o mandado de segurança. O exemplo sugere um critério divisor de águas, ainda que sutil.

Em suma: quando a decisão a ser impugnada versar sobre matéria estritamente procedimental, que não envolva nenhuma parcela de mérito do processo, pode até estar sujeita à impugnação via correição parcial (se prevista em âmbito estadual e forem preenchidos seus requisitos). Mesmo assim, em razão da inconstitucionalidade da correição, deve ser priorizado o emprego do mandado de segurança, buscando-se associar o prejuízo da decisão a uma violação de direito líquido e certo.

Logo, caso se cogite de possível sobreposição no emprego desses dois meios de impugnação, deve prevalecer o emprego do mandado de segurança, pelos motivos já expostos. Quando se trata de impugnação de decisões interlocutórias, o mandado de segurança é o meio autônomo de impugnação que faz o papel de protagonista.

C.II. VANTAGENS

O emprego da correição parcial contra decisões interlocutórias pode contar com as seguintes vantagens:

1. Facilidade procedimental: a correição parcial, vai de regra, possui trâmite procedimental simplificado, as vezes semelhante ao do agravo de instrumento, podendo eventualmente estar sujeita à fungibilidade.

2. A correição parcial, embora seja medida administrativa, pode de forma anômala repercutir no processo (e ter, ainda que indevidamente, efeitos jurisdicionais como consequência reflexa). Isso incentiva seu emprego na prática, e há exemplos de sua aceitação pela jurisprudência. Ademais, por ter natureza administrativa, em tese caberia a afirmação de que ela não é capaz de gerar preclusão para a parte que a formulou – de modo que, se a correição fosse empregada em face de decisão interlocutória e posteriormente rejeitada, não haveria preclusão da decisão impugnada.

C.III. DESVANTAGENS

O emprego da correção parcial contra decisões interlocutórias também está sujeito às seguintes desvantagens:

1. Trata-se de instrumento inconstitucional, não está previsto em lei processual de abrangência nacional (mas apenas em Regimentos Internos de Tribunais Estaduais e em lei de incidência restrita à Justiça Federal), possui caráter disciplinar (destina-se, em essência, apenas à correção de atos administrativos do juiz); sua inconstitucionalidade também decorre do fato de que a correção pode ter efeitos jurisdicionais, semelhantemente a um recurso, mas sem previsão legal (art. 22, inc. I da Constituição Federal).

2. Ainda que desconsidere ou não se concorde com a inconstitucionalidade da correção, admitindo-se seu emprego, é de se reconhecer que seus efeitos devem se limitar a corrigir decisões que acarretam prejuízos estritamente procedimentais (caso contrário, se confundirá com recurso) - portanto, seu âmbito de aplicação é juridicamente mais limitado do que o do mandado de segurança.

3. Consiste em meio de impugnação juridicamente menos qualificado do que o mandado de segurança, tanto sob o ponto de vista constitucional e legal, bem como sob a ótica da doutrina processual.

D. O EMPREGO DA RECLAMAÇÃO: AÇÃO PARA ASSEGURAR A COMPETÊNCIA E AUTORIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS

A reclamação se destina, em síntese, a preservar a competência dos Tribunais, a autoridade de suas decisões, bem como o entendimento firmado em súmula vinculante, decisões em controle concentrado de constitucionalidade, em IRDR e incidente de Assunção de competência (art. 988, incisos I a IV do CPC/15)⁵⁶⁴.

Firmou-se na doutrina atual o entendimento de que a reclamação é medida jurisdicional⁵⁶⁵, e nisso difere da correição parcial, que é medida administrativa. Além disso, possui natureza jurídica de ação autônoma de impugnação, destinada a garantir a autoridade de decisões proferidas por qualquer dos Tribunais, notadamente para assegurar a aplicação de precedentes e preservar a competência das Cortes⁵⁶⁶. Tal como o mandado de segurança, possui fundamento constitucional, no que se refere ao seu cabimento perante o STF (Constituição Federal, art. 102, I, alínea ‘I’ e 103-A, §3º) e perante o STJ (art. 105, I, alínea ‘f’).

Trata-se de uma ação mais vocacionada ao controle das decisões, sob o aspecto da competência da observância do entendimento vinculante dos Tribunais. Pressupõe-se que o Tribunal já possua um entendimento firmado acerca da questão objeto da decisão impugnada – o que, com frequência, pode não existir, e mesmo assim as partes reputarem necessária a imediata revisão da decisão. Ademais, ao contrário do mandado de

⁵⁶⁴ Para outro conceito, vide LEMOS, Vinicius Silva. **Recursos e processos...**, p. 953: “Um meio de controle, pelos Tribunais competentes, de sua competência, autoridade e, ainda, suas decisões paradigmáticas.

⁵⁶⁵ Vide, por todos, DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova era...**, p. 204-209.

⁵⁶⁶ Sobre o conceito, natureza jurídica e finalidade da reclamação, vide TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v. 2, p. 776-777; RODRIGUES, Marco Antonio. Op. cit., p. 359-365; AZEVEDO, Gustavo. **Reclamação constitucional no direito processual civil**. Coordenação de Leonardo Carneiro da Cunha. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 110, 122-128, 136-137. Cândido Rangel Dinamarco, por sua vez, prefere inserir a reclamação constitucional na categoria ampla dos “remédios processuais”, que afastam a eficácia de um ato judicial viciado, retificando-o ou adequando-o. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova era...**, p. 204-207.

segurança, seu emprego para revisão e reforma de decisões judiciais⁵⁶⁷ possui tramitação e regime de sucumbência distintos⁵⁶⁸.

Portanto, o emprego da reclamação em face das decisões interlocutórias está restrito a esses objetivos. Mas não se trata de um meio de impugnação vocacionado à revisão do conteúdo das decisões interlocutórias, pois não se confunde os recursos⁵⁶⁹, ainda que ela possa se destinar a compelir o juízo prolator da interlocutória a adequar sua decisão à autoridade (entendimento vinculante) do Tribunal.

Isso porque o emprego de reclamação para garantir a autoridade das decisões do Tribunal (art. 988, inc. II) não é cabível para aplicar o mesmo entendimento firmado em decisão não vinculante proferida em processo de índole subjetiva em que não participou o reclamante⁵⁷⁰. Isso porque a desobediência à autoridade das decisões pressupõe vinculação das partes à decisão superior. Ao contrário, caso haja desrespeito a uma decisão do Tribunal anteriormente proferida na mesma relação processual, viável será seu emprego, para garantir sua observância, pois a decisão será vinculante nos limites daquela relação processual⁵⁷¹.

A reclamação também não é admitida para impugnar decisão do próprio Tribunal perante o qual é proposta⁵⁷². Por fim, é necessário ressaltar que o interesse de agir a amparar o emprego de reclamação em face de decisão interlocutória permanece, em regra,

⁵⁶⁷ Entende-se não ser pertinente ao escopo deste trabalho o emprego de reclamação em face de atos administrativos, de modo que ela não será analisada quanto a essa função.

⁵⁶⁸ Em princípio, salvo restrições e conformações jurisprudenciais, pode caber fixação de ônus de sucumbência em reclamação, pois há respaldado entendimento no sentido de que se trata de ação. No mandado de segurança cabe condenação em custas, mas não cabe condenação em honorários de sucumbência, por expressa disposição legal (Lei 12.016/2009, art. 25).

⁵⁶⁹ Como principais diferenças, destacam-se: (i) a reclamação, ao contrário dos recursos (que podem reformar, invalidar, esclarecer ou integrar a decisão impugnada), limita-se ao final a apenas cassar ou anular a decisão impugnada; (ii) a reclamação é capaz de inaugurar uma nova relação jurídica processual e impugnar inclusive decisões administrativas, ao contrário do recurso, que é fenômeno exclusivamente endoprocessual e se volta apenas contra decisões judiciais; (iii) a reclamação não possui o efeito substitutivo dos recursos (CPC, art. 1.008). Para uma diferenciação aprofundada, vide AZEVEDO, Gustavo. Op. cit., p. 113-116.

⁵⁷⁰ Vide Marco Rodrigues, que menciona jurisprudência do STF nesse sentido: RODRIGUES, Marco Antonio. Op. cit., p. 368.

⁵⁷¹ Nesse sentido: “A função de garantir autoridade das decisões dos tribunais destina-se a assegurar o cumprimento daquilo que foi decidido nos dispositivos dos julgados; é, portanto, a autoridade da norma concreta da decisão”. AZEVEDO, Gustavo. Op. cit., p. 137. Sobre a jurisprudência do STJ e STF que firmou esse entendimento, Ibidem, p. 161: “Segundo esse posicionamento [do STJ e STF], a decisão produz efeitos *inter partes*, logo sua desobediência restringe-se ao âmbito da mesma relação processual na qual se prolatou o julgado vulnerado”.

⁵⁷² Vide RODRIGUES, Marco Antonio. Op. cit., e AZEVEDO, Gustavo. Op. cit., p. 155-156.

apenas enquanto a decisão não for reformada, ou enquanto não ocorrer o trânsito em julgado de eventual decisão de mérito que tenha sido posteriormente proferida, a qual estará sujeita ao recurso próprio⁵⁷³.

Há quem diga que a reclamação, quando empregada em face de interlocutória, deve ser proposta juntamente com a interposição do recurso, sob pena de preclusão (ou trânsito em julgado) da decisão impugnada⁵⁷⁴. Embora o resultado do julgamento do recurso não prejudique a reclamação (art. 988, §6º do CPC/15), há relação entre a interposição do recurso e o interesse de agir para a reclamação, na medida em que a ação constitucional pode ser reputada inadmissível após o trânsito em julgado da decisão, embora haja quem defenda que basta a reclamação ser proposta durante o prazo recursal para que não ocorra o trânsito em julgado⁵⁷⁵ - posição com a qual não se concorda, caso não tenha havido provimento na reclamação concedendo a suspensão da decisão impugnada. Logo, seu escopo é limitado no que se refere ao âmbito de impugnação das interlocutórias.

A despeito da limitada abrangência do emprego da reclamação como ação impugnativa autônoma complementar ao agravo de instrumento, há hipóteses em que é possível se cogitar de admissível emprego de reclamação em face de decisão interlocutória, como no caso de decisão do juízo de primeiro grau que, equivocadamente, usurpa a competência do Tribunal e inadmite recurso de apelação⁵⁷⁶. Cogite-se ainda na hipótese em que o Tribunal profere acórdão em agravo de instrumento determinando a

⁵⁷³ RODRIGUES, Marco Antonio. Op. cit., p. 371, afirma categoricamente que o interesse de agir permaneceria até a sentença, pois ela substituiria as decisões interlocutórias. Com o devido respeito, discorda-se da afirmação na medida em que podem existir decisões interlocutórias não preclusas, seja porque ainda pendente de julgamento do agravo de instrumento contra elas interposto, seja porque ainda estarão sujeitas ao recurso de apelação, a ser eventualmente interposto em face da sentença.

⁵⁷⁴ “Em outras palavras, não pode o interessado deixar de impugnar a decisão exorbitante por meio das vias recursais tradicionais, pois o uso da reclamação não supre a falta de recurso. Logo, o uso da reclamação deve ser concomitante à utilização pelo interessado dos meios recursais próprios para impugnação da decisão reclamada. Daí ser indispensável que, paralelamente à propositura da reclamação, seja interposto o recurso cabível para impedir que a decisão se torne definitiva”. OLIVEIRA, Pedro Miranda de. Aspectos destacados da reclamação no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, vol. 247/2015, p. 299-318, set. 2015.

⁵⁷⁵ HOLLIDAY, Gustavo Calmon. **A reclamação constitucional no novo CPC**. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 85-88. No mesmo sentido, o Enunciado n.º 9 do Centro de Estudos Avançados de Processo (CEAPRO): “A reclamação, quando ajuizada dentro do prazo recursal, impede, por si só, o trânsito em julgado da decisão reclamada (artigo 998, §§5º e 6º)”.

⁵⁷⁶ Nesse sentido o Enunciado 207 do FPPC: “Cabe reclamação, por usurpação da competência do tribunal de justiça ou tribunal regional federal, contra a decisão de juiz de 1º grau que inadmitir recurso de apelação”.

exclusão de litisconsorte do processo (CPC/15, art. 1.015, inc. VII). Caso o juízo de primeiro grau se recuse a dar cumprimento à decisão, caberá reclamação (art. 988, inc. II do CPC/15).

Ademais, a previsão de reclamação contra a decisão interlocutória, por si só, não afasta a possibilidade de impetração de mandado de segurança. Embora a reclamação seja uma ação com raiz constitucional, assim como o mandado de segurança, possui escopo mais limitado. Logo, é possível se cogitar em hipóteses em que a reclamação não será remédio processual suficiente para proteger direito líquido e certo – nesse caso, deverá ser admitido o emprego do mandado de segurança⁵⁷⁷.

Reitere-se que, assim como ocorre com o emprego do mandado de segurança em face das decisões interlocutórias sujeitas à impugnação diferida por meio de futuro recurso de apelação, a mera possibilidade, em tese, do emprego da reclamação em face da decisão interlocutória, não afasta o cabimento do mandado de segurança. Isso porque o mandado de segurança é a válvula de fechamento do sistema, vocacionado para proteger situações de violação de direito em caráter de urgência. Se a reclamação, ainda que cabível, não for o meio de impugnação mais célere, de modo que a consumação do dano seja iminente, deverá ser admitido a impetração do mandado de segurança no lugar da reclamação⁵⁷⁸.

E. O EMPREGO DA AÇÃO POPULAR E SUA LIMITAÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO DE ATOS JURISDICIONAIS

A ação popular é medida judicial assegurada ao cidadão e que se destina a impugnar atos lesivos ao patrimônio público em sentido amplo, aí incluído o meio ambiente enquanto bem coletivo, o patrimônio histórico e cultural, e a moralidade enquanto princípio constitucional (Constituição Federal, art. 5, inc. LXXIII; Lei Federal 4.717/1965).

⁵⁷⁷ MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. Op. cit., p. 47, nota de rodapé 63: “Assim, em certas situações concretas o instrumento da reclamação poderá representar remédio processual insuficiente para a pronta proteção do direito líquido e certo violado. Em tais cenários deve ser aceito o uso do mandado de segurança”.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 47.

Questiona-se então: trata-se de ação que pode e deve ser empregada para impugnação de decisões interlocutórias, isto é, proferidas no curso de processo judicial? A resposta comporta dupla abordagem.

Em uma leitura inicial, em princípio nada impede que o ato lesivo ao objeto de proteção da ação popular tenha sido praticado por autoridade judicial. No entanto, não há que se substituir o emprego dos recursos cabíveis, a serem interpostos pelas partes ou por terceiro interessado, pelo emprego da ação popular. Apenas em situações extremas, em que o autor popular pretenda coibir uma lesão ao erário derivada do próprio ato jurisdicional, sem integrar o processo em que ele foi emanado, é que se pode cogitar do emprego da ação popular em face de ato jurisdicional.

Para ilustrar tais situações excepcionais, há na jurisprudência do STJ exemplos de casos em que se admitiu o emprego da ação popular para impugnar decisão que homologou transação realizada em âmbito judicial – e que se reputou lesiva ao erário⁵⁷⁹. Também há registro de julgado do STF em que o autor popular não se limitou a formular pedido de desconstituição do acordo apreciado pelo juiz e homologado por ato jurisdicional. Logo, não se tratou de impugnar ato administrativo. Pretendeu-se a anulação da própria decisão judicial homologatória.

Destacou-se, na ocasião, a ausência de coisa julgada, ainda que transitada em julgado a sentença, porque a homologação de acordo não produziria coisa julgada material. Ou seja, a ação popular faria as vezes de ação anulatória de ato revestido apenas de coisa julgada formal. Portanto, nesse caso específico (decisão homologatória de acordo), seria cabível o emprego da ação popular como meio de desconstituição da decisão judicial⁵⁸⁰. Em outro julgado do STJ, admitiu-se o cabimento da ação popular,

⁵⁷⁹ No entanto, chama-se a atenção para julgado do STF mencionado nos parágrafos seguintes, em sentido contrário, reputando não caber ação popular contra ato de conteúdo jurisdicional. Os julgados são referidos em *Ibidem*, p. 204.

⁵⁸⁰ BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Ação popular. Acordo judicial. Desconstituição. Possibilidade. 1. A ação popular é via própria para obstar acordo judicial transitado em julgado em que o cidadão entende ter havido dano ao erário. Precedentes da Primeira e Segunda Turma. 2. Recurso especial provido. Recurso especial n.º 906.400/SP, Relator: Ministro Castro Meira. Brasília, 22 de maio de 2007. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=694564&num_registro=200602488647&data=20070601&formato=PDF>.

com a ressalva, em *obiter dictum*, de que o objeto da anulação seria apenas o ajuste (acordo), e não o ato jurisdicional (sentença)⁵⁸¹.

Repare-se que o STJ, nas hipóteses jurisprudenciais referidas, admitiu o emprego da ação popular apenas na hipótese de sentenças homologatórias de acordo, notadamente por entender que não haveria coisa julgada material.

Trazendo tal pressuposto para o regime do CPC/15, esse entendimento parece não se sustentar, pois a homologação de acordo foi expressamente qualificada como decisão de mérito (art. 487, III, “b” do CPC/15)⁵⁸². Logo, em princípio caberia ação rescisória contra tais decisões (CPC/15, art. 988, *caput*), um motivo para se excluir o cabimento de ação popular. No entanto, o cabimento de ação rescisória não é imune à divergência⁵⁸³. Há quem diga que em face de decisão homologatória de acordo seria cabível ação anulatória (com fundamento no art. 966, §4º do CPC/15). Com base nessa segunda posição, seria viável sustentar, em tese, que a ação popular, na medida em que veiculasse pretensão anulatória, se prestaria a esse fim.

De qualquer modo, ainda que se repute aplicável o entendimento do STJ, para emprego de ação popular em face de decisões interlocutórias (objeto de análise neste trabalho), este teria aplicação apenas nos casos que elas homologassem acordo que abrangesse apenas parcela dos pedidos, em julgamento antecipado parcial do mérito, com prosseguimento do processo em relação às pretensões não abrangidas pelo acordo.

No entanto, como visto, existem outros meios de impugnação concebidos especialmente para o fim de impugnar decisões judiciais: no âmbito endoprocessual, o recurso; no âmbito extraprocessual, o mandado de segurança. Diante disso, de regra, a ação popular não deve ser empregada para tal fim. Há posição nesse sentido,

⁵⁸¹ BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Ofensa ao art. 535 do CPC não configurada. ICMS. Hidrelétrica. Distribuição de parcela de ICMS. Acordo homologado judicialmente. Pleito de anulação. Ação popular. Via adequada. Recurso especial n.º 884.742/PR, Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 20 de abril de 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=964078&num_registro=200601446700&data=20110428&formato=PDF>.

⁵⁸² A respeito da homologação de acordo enquanto decisão de mérito que diz respeito ao objeto do processo: “Ainda que a resolução do conflito não tenha, na origem, sido dada pelo órgão jurisdicional, foi por ele chancelada. Ao homologar o ato de disposição de vontade, o juiz toma para si, faz sua, a solução concebida pelas partes. Por isso, uma parcela da doutrina qualifica como atípica tal sentença de mérito”. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso...*, v.2, p. 428-429.

⁵⁸³ Sobre as duas posições divergentes, e concluindo pelo cabimento de ação rescisória nessa hipótese, vide TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso...*, v.2, p. 837-838.

posicionando-se contrariamente ao seu emprego contra ato de conteúdo jurisdicional, em âmbito doutrinário⁵⁸⁴.

Nessa mesma linha, o STF já decidiu em julgado paradigmático que somente atos estatais administrativos em sentido substancial são impugnáveis por meio de ação popular, uma vez que os atos jurisdicionais estariam sujeitos a um regime específico de impugnação⁵⁸⁵.

Não se pretende neste trabalho dar resposta definitiva à questão do cabimento de ação popular em face de atos jurisdicionais. De qualquer modo, a despeito de já ter sido admitida em alguma situação, é de se reconhecer que a ação popular não é instrumento autônomo vocacionado à impugnação de decisões judiciais de caráter interlocutório, ainda que possa se cogitar de situação excepcional (homologação acordo lesivo ao patrimônio público) em que ela seja cabível.

⁵⁸⁴ Vide MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. Op. cit., p. 204.

⁵⁸⁵ BRASIL. STF. 2ª Turma. Pet 2.018 AgR, Relator: Min. Celso De Mello. Brasília, 22 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=325844>>. Há decisão monocrática mais recente proferida pelo Ministro Luiz Fux, que alude à doutrina de José Afonso da Silva, também no sentido de que os atos jurisdicionais estão imunes à ação popular: BRASIL. STF. Ação Originária n.º 2.028/DF, Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=313449152&ext=.pdf>>.

TERCEIRA PARTE

O PLANO DA IMPUGNAÇÃO IMEDIATA OU RECORRIBILIDADE DIFERIDA: AS PRINCIPAIS INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS

O terceiro plano de análise do presente trabalho se destina à compreensão daquelas decisões interlocutórias sujeitas à impugnação postergada, especificamente as que mais possuem aptidão de impactar no desfecho do processo e na sentença – e que, por essa razão, são objeto de atenção de processualistas que defendem a necessidade de sua recorribilidade imediata – adiante também referidas como “decisões-chave” proferidas no curso do processo (interlocutórias).

Não se pretende realizar com este capítulo uma análise exaustiva das hipóteses de decisões-chave que poderiam ter sido arroladas pelo legislador no art. 1.015 do CPC/15, mas não foram. A análise tem por objetivo metodológico a elucidação: (i) de como o mandado de segurança, enquanto ação de tutela diferenciada e vocacionada a complementar ao sistema recursal, pode ser conciliada com o rol taxativo; (ii) de todo a inclusão de todas as decisões-chaves (isto é, decisões com maior relevância no curso do processo) no rol do art. 1.015 impactaria no tempo de tramitação do processo.

Adiante, desenvolve-se a demonstração de que a maior parte dessas decisões interlocutórias relevantes, desde que preenchidos os requisitos legais, pode ser impugnada por meio de mandado de segurança. Em arremate, será ensaiada uma estimativa do impacto que tornar essas decisões agraváveis implicaria à fase de conhecimento, com a multiplicação dos pontos de quebra da marcha procedimental rumo à sentença. A abordagem será pautada pela tentativa de justificação do objetivo legislativo em alcançar uma tutela efetiva, esta compreendida nos termos dos conceitos fundamentais e princípios tratados no decorrer dos capítulos anteriores.

F. PRINCIPAIS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO SUJEITAS AO AGRAVO DE INSTRUMENTO E MODOS DE IMPUGNAÇÃO

Como mencionado, busca-se neste tópico elucidar as características das decisões interlocutórias que, embora sejam relevantes e decisivas para o desfecho do processo (ao menos grande parte delas), ou possam causar um prejuízo significativo e imediato à parte (que pode ser posteriormente reparado ou não), não foram abrangidas pelo rol do art. 1.015 do CPC/15 e, portanto, não são agraváveis.

Como se verá, há posições doutrinárias em defesa do cabimento do agravo de instrumento inclusive em relação a essas decisões, com base em interpretações sofisticadas, embora várias delas tenham sido inequivocamente excluídas do rol do art. 1.015 do CPC/15. Reputa-se importante analisar a natureza e a importância de cada uma dessas decisões interlocutórias para o desenvolvimento e resolução do processo.

Para se compreender a essência de um modelo de recorribilidade restrita, por meio de rol taxativo de cabimento (tal como na opção feita pelo CPC/15), também entende-se fundamental o alcance de uma compreensão, ainda que mínima e limitada (pois desacompanhada de análise estatística), sobre o impacto que poderia causar, ao trâmite processual, admitir a recorribilidade de todas as decisões interlocutórias que foram excluídas do rol e que, em tese, são capazes de causar prejuízo imediato e potencialmente irreversível.

F.I Decisão que defere ou indefere provas

A decisão interlocutória que indefere a produção de provas requeridas pela parte ou que rejeita o emprego de certos meios de prova, é uma das principais decisões do processo, seja em razão do direito envolvido (direito à prova), seja porque ela repercute em como as partes poderão comprovar suas alegações e, ao fim e ao cabo, demonstrar que possuem o direito alegado em juízo⁵⁸⁶. Não obstante, essa decisão interlocutória foi excluída do rol de decisões agraváveis do art. 1.015.

As posições doutrinárias a respeito do acerto ou erro dessa exclusão são divergentes. Por um lado, há quem visualize a vantagem de conferir maiores poderes ao juiz de primeiro grau para conduzir a instrução processual, e consequentemente, a produção probatória, bem como a possibilidade de se corrigir eventual restrição gerada pela rejeição de algum meio de prova em momento posterior.

Nesse sentido, Heitor SICA entende que as decisões interlocutórias que versam sobre matéria probatória trariam prejuízo meramente potencial (ou seja, que pode ser

⁵⁸⁶ Fala-se, ainda, que as decisões interlocutórias sobre provas podem apreciar e definir uma série de situações jurídicas das partes: “a) o direito à adequada oportunidade de requerer provas; b) o direito de produzir provas; c) o direito de participar da produção da prova; d) o direito de manifestar-se sobre a prova produzida; e) o direito ao exame, pelo órgão julgador, da prova produzida”. ROCHA, Felipe Borring; NETTO, Fernando Gama de Miranda. Op. cit., p. 114.

reparado pela sentença), uma vez que a parte que tem o pedido de prova indeferido poderá não sofrer prejuízo, se a sentença for favorável a ela. Se a sentença for desfavorável, só nesse momento se materializará o efetivo prejuízo. Idêntico raciocínio se aplicaria para as decisões que versarem sobre o modo como a prova deve se realizar⁵⁸⁷.

Por outro lado, há os que enxergam um prejuízo irremediável em não poder submeter essa decisão imediatamente ao Tribunal, na medida em que posterior revisão por ocasião do julgamento da apelação será enviesada pelo resultado da sentença e pela eventual necessidade de se reabrir a fase instrutória, com possível perda ou repetição de atos processuais (em razão disso, entendem que o Tribunal ficará inclinado a não reformar decisão que indeferiu a produção de provas⁵⁸⁸).

O processualista Fernando RUBIN, ao comentar sobre a previsão de ausência de cabimento de agravo de instrumento em face de decisão que verse sobre indeferimento de produção de provas, posicionou-se no sentido de que será o caso de utilizar o mandado de segurança para impugnar essa decisão, embora entenda que utilizar essa ação constitucional será prejudicial à efetividade porque atrasará mais o trâmite processual⁵⁸⁹.

Concomitantemente, referido autor conclui que, prioritariamente, deve-se adotar exegese extensiva das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, a fim de admitir seu emprego contra a decisão que indefere produção de prova com base nos incisos VI e XI do art. 1.015 do CPC/15⁵⁹⁰.

Discorda-se da posição extensiva, tendo em vista que o conteúdo desses incisos não abrange a decisão referida, ainda que sejam interpretados extensivamente. Indeferimento de produção de prova não é abrangido pelas hipóteses de “redistribuição do ônus da prova” (inc. XI)⁵⁹¹ e “exibição ou posse de documento ou coisa (inc. VI).

⁵⁸⁷ SICA, Heitor Vitor Mendonça. **O Agravo...**, p. 198-199.

⁵⁸⁸ Nesse sentido, vide RUBIN, Fernando. Op. cit., p. 883.

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ RUBIN, Fernando. Op. cit, p. 886.

⁵⁹¹ Nesse sentido: “Se, por hipótese, o autor peticionasse requerendo a produção de prova testemunhal e pericial, poderia ele agravar a decisão que indeferisse esse pedido com o argumento de que a decisão versa sobre o seu exercício do ônus probatório? Parece-nos que não. Como foi dito anteriormente, não se pode ultrapassar as fronteiras semânticas do texto. O indeferimento de prova não se insere propriamente dentro da temática do ônus da prova”. ROCHA, Felipe Borring; NETTO, Fernando Gama de Miranda. Op. cit., p. 116.

Leonardo BERALDO, por sua vez, comenta a entrevista concedida por Antônio Cláudio da Costa Machado, em este processualista comparou o emprego do agravo de instrumento ao “desafio” dos jogos de tênis, pois se destinaria a conferir, imediatamente após o lance (no caso, a deliberação judicial), o acerto ou erro de uma determinada decisão, capaz de alterar todo o resultado do jogo (no caso, do processo)⁵⁹².

A conclusão de BERALDO é que a previsão de não cabimento do agravo contra a decisão de provas não seria equivocada, pois não retira o direito da parte de obter a revisão da decisão, mas apenas posterga essa reanálise⁵⁹³.

Em suma: a decisão interlocutória que versa sobre produção de provas é uma das mais (senão a mais) importantes do processo. No entanto, ela não foi contemplada pelo art. 1.015 do CPC/15. Portanto, sua impugnação deve ser feita via mandado de segurança.

F.II. Decisão que determina a suspensão do processo

A decisão interlocutória que determina a suspensão do processo também não foi contemplada pelo art. 1.015 do CPC/15. No entanto, há quem defenda o cabimento de recurso em face desse tipo de decisão, com base no art. 1.037, §13 do CPC/15.

Essa é a posição de Henrique Fleury da ROCHA, que defende a aplicação de interpretação extensiva do art. 1.037, §13º do CPC/15 (que versa sobre o prosseguimento de processo suspenso em razão da afetação de recurso repetitivo), para abarcar qualquer decisão interlocutória que versar sobre suspensão do processo⁵⁹⁴. Discorda-se dessa posição na medida em que não é juridicamente possível interpretar referido dispositivo extensivamente: ainda que se adote interpretação finalística, ou integração analógica, essa previsão não pode ser generalizada para qualquer tipo de decisão de suspensão, pois é trata-se de situação específica envolvendo aplicação de repetitivos. Estendê-la seria violar essa especificidade. No mais, essa regra veicula exceção em relação à regra geral do art. 1.009, §1º, que é a regra para decisões de suspensão em geral.

⁵⁹² BERALDO, Leonardo de Faria. Op. cit.

⁵⁹³ Idem. Ademais, afirma que a comparação com o “desafio” do jogo de tênis seria imprecisa, pois no jogo de tênis o recurso do “desafio” não é ilimitado e, ao contrário, aplica-se apenas em determinados casos restritos. Ou seja, essa restrição também em âmbito esportivo só confirmaria o acerto da previsão de restrições ao cabimento do agravo de instrumento e a impropriedade da metáfora.

⁵⁹⁴ ROCHA, Henrique de Moraes Fleury da. Op. cit.

O grande problema da decisão que determina a suspensão do processo durante a fase cognitiva é que, uma vez consumada a suspensão, provavelmente não haverá interesse processual da parte prejudicada em recorrer dela por meio de apelação. Afinal, por ocasião da sentença, a suspensão já terá se encerrado⁵⁹⁵. Não há como restaurar ao trâmite processual o tempo que foi perdido por uma suspensão indevida. Trata-se de um dos motivos que ensejou a criação da tese da “taxatividade mitigada” pelo STJ.

Ainda assim, reputa-se que não é possível admitir o cabimento de agravo de instrumento nesse caso, pois houve deliberada intenção do legislador em excluí-lo do rol de hipóteses agraváveis. Eventual interpretação com resultado extensivo da norma, por meio de integração analógica ou finalística em relação ao art. 1.037, §13 do CPC/15, embora por evidente bem intencionada, deve ser rejeitada.

Portanto, trata-se de caso típico em que deve ser admitido o mandado de segurança⁵⁹⁶. Se a ordem de suspensão do processo for indevida, consistirá em ato coator violador do direito líquido e certo da parte de ver respeitado o regime processual de suspensão (art. 313 e ss. do CPC/15). O mandado de segurança servirá para obter a aplicação correta da regra, para que o trâmite processual ocorra sem dilações indevidas.

F.III. Decisão que deixa de reconhecer conexão e rejeita reunião de ações

A decisão que versar sobre a conexão de processos e a necessidade de sua reunião para julgamento conjunto, nos termos do art. 55 do CPC/15, também não está sujeita à impugnação por meio de agravo de instrumento. Essa regra guarda relação direta com a necessidade de se evitar decisões contraditórias e conflitantes. Destina-se a fazer com que o julgamento de causas conexas seja realizado pelo juízo preventivo.

⁵⁹⁵ Nesse sentido, SICA inclui esse tipo de decisão na primeira categoria de decisões em que o agravo de instrumento (impugnação imediata) não é substituível pela apelação (impugnação diferida): as decisões em que a postergação de sua revisão torna inútil o interesse no recurso e em eventual reforma. SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Agravo de instrumento e os efeitos práticos da decisão do STJ: riscos de preclusão?** Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2019/07/22/agravo-de-instrumento/>>.

⁵⁹⁶ O que não impede que a jurisprudência também admita o emprego de correção para impugnar casos de suspensão indevida do processo, como se recurso fosse, em princípio sem atentar para a questão da inconstitucionalidade da correção parcial. A título de exemplo, os seguintes julgados do TJPR: BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do PR. 9ª Câmara Cível. Correção Parcial n.º 0026665-08.2018.8.16.0000. Relator Juiz Guilherme Frederico Hernandez Denz. Julgamento em 28.10.2019; BRASIL. TJPR. 10ª Câmara Cível. Correção Parcial 0001639-08.2018.8.16.0000, Relator Desembargador Guilherme Freire de Barros Teixeira, Julgamento em 30.08.2018.

O problema em não se permitir a imediata recorribilidade dessa decisão é que de nada adiantará o reconhecimento de conexão após a sentença: pelo §1º do art. 55 do CPC/15, se um dos processos conexos já tiver sido sentenciado, não haverá reunião para decisão conjunta. Essa regra esvazia a utilidade e eventual impugnação da questão em preliminar de apelação, tal como prevê o §1º do art. 1.009 do CPC/15.

Araken de ASSIS é quem nos adverte sobre a ausência de sentido em postergar a discussão da questão envolvendo conexão de reunião de ações:

Em alguns casos, a irrecorribilidade por agravo de instrumento afigura-se inexplicável: desaparecendo a necessidade de reunião dos processos, por força da conexão, quando um deles é julgado (Súmula do STJ, n. 235), parece óbvio que, rejeitando o órgão judiciário tal defesa processual dilatória na decisão de saneamento e de organização do processo, a impugnação dessa questão na apelação esbarrará no julgamento da própria causa em que suscitou-se a questão⁵⁹⁷.

A despeito da importância em não se postergar a discussão da questão (reconhecimento de conexão e determinação de reunião de processos) objeto dessa possível interlocutória do processo, reputa-se que o meio mais adequado de impugná-la é pela via do mandado de segurança.

Ainda que se argumente que o reconhecimento de conexão pode repercutir em modificação de competência relativa (CPC, art. 54), versando a decisão interlocutória também sobre competência, entende-se que ainda sob essa perspectiva o agravo de instrumento não será cabível, embora o STJ admita o recurso em face de decisões que tratam de competência (vide item VIII deste capítulo).

Em suma, entende-se que o agravo de instrumento não é cabível nesse caso, tendo em vista a taxatividade do art. 1.015 – ressalvada a possibilidade de a parte invocar a jurisprudência do STJ, notadamente a tese da “taxatividade mitigada”.

F.IV. Decisão que corrige o valor da causa

A decisão que corrige o valor da causa (art. 292, §3º do CPC/15) é relevante para as partes na medida em que repercute: (i) no recolhimento das custas processuais e, eventualmente, do preparo recursal; (ii) no valor a ser fixado a título de honorários, caso

⁵⁹⁷ ASSIS, Araken. **Cabimento...**, p. 82-83.

se adote o valor da causa como base de cálculo (art. 85 do CPC/15); (iii) na fixação de multas processuais como, por exemplo, a do art. 334, §8º do CPC/15 (ausência da parte na audiência de conciliação ou mediação), a do art. 77, §2º (multa por ato atentatório), art. 81 (multa por litigância de má-fé), art. 702, §10º (multa por ação monitória proposta indevidamente); (iv) na definição da competência da Justiça Comum ou dos Juizados especiais (no caso do Juizado Especial Federal e da Fazenda Pública, trata-se de competência absoluta – art. 3º, *caput*, e §3º da Lei 10.259/2001; Lei 12.153/2009, art. 2º, §4º); (v) na fixação do depósito prévio da ação rescisória (CPC/15, art. 968, inc. II); (vi) nos inventários e partilhas, a adoção do rito de arrolamento (CPC/15, art. 664)⁵⁹⁸; (vii) nos embargos à execução fiscal, em relação ao recurso cabível contra a sentença (embargos infringentes ou apelação – Lei Federal 6.830/1980, art. 34⁵⁹⁹).

Partindo-se da ideia de que o valor da causa deve ser considerado um pressuposto processual e, portanto, em relação a essa questão não incide preclusão, trata-se de questão que pode ser reapreciada pelo juiz em momento posterior, inclusive de ofício. Portanto, não há necessidade de sua imediata rediscussão, por meio de agravo de instrumento. Essa é a posição defendida por Heitor SICA⁶⁰⁰, que vê nesse tipo de questão a possibilidade de causar prejuízo meramente potencial à parte.

Um argumento que pode ser levantado em prol da imediata recorribilidade da decisão interlocutória que versar sobre valor da causa consiste no fato de que ele constitui parâmetro para fixação de multas processuais, para recolhimento das custas de ajuizamento do processo e para o preparo de recursos, em especial o de apelação. Pode-se argumentar, com base nisso, que postergar a discussão da correção do valor da causa poderia ensejar a irreversibilidade de tais atos, praticados com base em um valor da causa incorreto.

⁵⁹⁸ Sobre os impactos processuais derivados da fixação do valor da causa, vide NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Op. cit., p. 454.

⁵⁹⁹ Referido dispositivo prevê que em face das sentenças proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 ORTN só se admitirão os recursos de embargos infringentes (recurso julgado pelo mesmo Juízo que proferiu a sentença) e de embargos de declaração. O STJ definiu, em sede de recurso especial repetitivo, que 50 ORTN correspondem a R\$ 328,27 a partir de janeiro de 2001, valor que deve ser atualizado monetariamente pelo IPCA-E até a data de ajuizamento da execução fiscal, para se apurar o teto vigente e, consequentemente, o regime recursal cabível. BRASIL. STJ. Primeira Seção. Recurso Especial n.º 1168625/MG. Rel. Ministro LUIZ FUX. Julgado em 09/06/2010.

⁶⁰⁰ SICA, Heitor Vitor Mendonça. **O Agravo...**, p. 200.

No entanto, discorda-se dessa posição, na medida em que o valor da causa repercute, na maior parte dos casos, sobre competência (não sujeita a agravo de instrumento por opção legislativa⁶⁰¹), ou questões monetárias – neste último caso, situação reversível. Partindo desse pressuposto, caberá à parte depositar os valores em juízo, e ressalvar o interesse em futura reforma da decisão.

Ainda que a alteração do valor da causa, no caso concreto, repercuta sobre competência dos Juizados Especiais, pode-se cogitar dos seguintes cenários: em casos de litígios que não envolvam ente federal ou competência da Fazenda Pública, a competência é relativa (Lei 9.099/95, art. 3, §3º). Logo, se demanda foi proposta na Justiça Comum, pressupõe-se que o Autor desde logo atribuiu à causa valor superior ao limite do Juizado Especial Cível, ou optou por não se valer do rito dos Juizados Especiais. Se a demanda foi proposta no Juizado Especial Cível, e o valor da causa é alterado por decisão interlocutória, por ser superior ao teto de 40 salários mínimos (Lei 9.099/95, art. 3), ou processo deve ser extinto sem resolução de mérito por aplicação de regra especial (Lei 9.099/95, art. 51, inc. II) – hipótese em que caberá recurso a Turma Recursal (art. 41) e, caso mantida a decisão, a repropositura da demanda na justiça comum - ou remetido à justiça comum, caso se entenda que o art. 64, §3º do CPC/15 prevalece sobre a regra especial do art. 51, inc. II. No último caso, a decisão de remessa poderá ser objeto de mandado de segurança ou impugnada posteriormente, perante a justiça comum.

Em casos que envolvam litígio federal ou contra a Fazenda Pública estadual e municipal, diferentemente, a competência é absoluta (art. 3º, *caput*, e §3º da Lei 10.259/2001; Lei 12.153/2009, art. 2º, §4º). Nesse caso, se a demanda foi proposta na justiça comum, mas supera o teto legal após a alteração do valor da causa determinada pelo juiz, ou a causa será (deverá) ser remetida ao Juizado absolutamente competente, com fundamento no art. 64, §3º do CPC/15, ou ela será extinta por sentença sem resolução do mérito. No primeiro caso, em situações extremas, a decisão de remessa pode ser objeto de mandado de segurança. No segundo, caberá apelação. Se a demanda foi proposta no Juizado Especial Federal ou da Fazenda, e o valor da causa é alterado por decisão

⁶⁰¹ Embora a questão da competência possa ser, ressalve-se, matéria de recurso com base na tese jurisprudencial da “taxatividade mitigada”.

interlocutória, tornando-se superior ao teto, aplica-se subsidiariamente a Lei 9.099/95, art. 51, inc. II, por força do art. 1º da Lei 10.259/2001 e art. 26 da Lei 12.153/2009.

E no caso em que a decisão interlocutória que decidir sobre o valor da causa for prejudicial à parte que foi vitoriosa na demanda? Cogite-se no exemplo de sentença de improcedência, com condenação do autor ao pagamento das verbas de sucumbência. Se o valor atribuído à causa for baixo, e houver prévia decisão interlocutória rejeitando pretensão do réu para sua majoração, haverá interesse do réu em reformar essa decisão, ainda que tenha sido vitorioso na sentença. Nesses casos, é necessário admitir apelação do réu, com fundamento no art. 1.009, §1º do CPC/15, ainda que verse apenas sobre a decisão interlocutória não agravável⁶⁰².

Outra questão que pode ser colocada é a afirmação de que a alteração (rejeição) do valor atribuído pela parte à causa por decisão interlocutória corresponderia a indeferimento parcial da petição inicial, atraindo a incidência do art. 354, par. único c/c 485, inc. I do CPC/15 – e, portanto, recorrível por agravo de instrumento. Não se concorda com a posição. Reputa-se que o indeferimento da inicial que autoriza recorribilidade imediata é apenas aquele que implicar a extinção (ao menos parcial) do processo. O valor da causa constitui apenas requisito da inicial (de art. 319, V) de modo que rejeitar o valor atribuído à causa é rejeitar um requisito da inicial, o que não se confunde com o indeferimento da inicial aludido no art. 485, inc. I do CPC, que diz respeito a indeferimento da inicial que impeça o prosseguimento de parcela da pretensão deduzida em juízo. Ademais, a valer esse argumento, seria necessário admitir a recorribilidade das decisões que determinam a emenda da inicial (CPC, 321), pois o juiz teria “rejeitado” algum requisito da inicial – raciocínio que não procede, pois o parágrafo único da regra faz distinção entre ordem de emenda e o indeferimento da inicial.

Ademais, em princípio, a decisão que verse sobre valor da causa não ensejará mandado de segurança, por ausência de direito líquido e certo a ser tutelado. No entanto, em situações excepcionais, é possível se cogitar de sua admissão. Cogite-se na hipótese em que o valor atribuído à causa é majorado (de ofício ou após impugnação pelo réu) por decisão interlocutória e, como consequência, eleva-se sobremaneira as custas judiciais, a

⁶⁰² Nesse sentido: ALVIM, Teresa Arruda. **Um agravo...**

ponto de causar grande prejuízo ao autor. Se o autor não efetuar o recolhimento, e não puder obter os benefícios da gratuidade de justiça, seu processo pode ser extinto, o que pode acarretar a consumação de lesão irreparável.

Portanto, nessa hipótese, é possível se cogitar em mandado de segurança destinado a corrigir o valor da causa, a fim de proteger o direito do autor em recolher as custas com base no valor correto da causa. Em suma: se, em alguma situação fática, a alteração do valor da causa impedir a prática de algum ato processual de modo a impedir o próprio exercício do direito de ação e o acesso à jurisdição (violando direito líquido e certo), caberá mandado de segurança.

F.V. Decisão sobre juízo negativo da admissibilidade de apelação

Pela regra do art. 1.010, §3º do CPC/15, não há previsão legal para o juízo de primeiro grau realizar juízo de admissibilidade de apelação. Cabe ao Tribunal, por meio do órgão colegiado, ou ao próprio relator do recurso no Tribunal, não conhecer da apelação em juízo de admissibilidade (art. 1.011, inc. I do CPC/15).

No entanto, não se descarta a possibilidade concreta de prolação de decisão pelo juízo grau em flagrante descumprimento da regra legal, eventualmente até inadvertidamente, em aplicação da regra vigente por ocasião do CPC/73 – o que tende a diminuir drasticamente, conforme aumente o tempo de vigência do CPC/15.

Nesses casos, qual será o meio de impugnação mais adequado? Descarta-se desde logo a viabilidade de interposição de agravo de instrumento, na medida em que essa decisão não se enquadra nas hipóteses do art. 1.015 do CPC/15. Nem sequer incide o parágrafo único dessa regra, pois logo após a interposição de apelação não haverá liquidação ou cumprimento de sentença em curso.

Como há nesse caso uma usurpação de competência, reputa-se que a propositura de reclamação com fundamento no art. 988, inc. I do CPC/15, é o instrumento juridicamente mais adequado. No entanto, não se descarta a viabilidade de impetração de mandado de segurança (pois a usurpação de competência pelo juízo de primeiro grau viola direito líquido e certo de observância da regra processual correta), com a vantagem

de nele não caber condenação em honorários, e do emprego da correção parcial⁶⁰³, uma vez que o indevido não conhecimento da apelação tumultua (a rigor, impede) o trâmite processual.

F.VI. Decisão que indefere a intervenção do MP no processo

Prevê o art. 178 do CPC/15 que o Ministério Público deve participar do processo como fiscal da lei, em certas hipóteses legais, sendo intimado para intervir no processo. Cogite-se na hipótese de decisão interlocutória que rejeite essa intimação, ou entenda indevidamente que o Ministério Público não deve intervir. Haverá aí uma ilegalidade.

Como sanar tal ilegalidade? Por um lado, é inegável que ela possui o potencial de causar prejuízo às partes, na medida em que a ausência de intimação do MP em feito no qual deveria intervir é causa de nulidade (art. 279 do CPC/15).

Por outro lado, é possível reputar a participação do MP como um modo de intervenção de terceiros, para os fins do art. 1.015, inc. IX? Recorde-se que o conceito de terceiro se dá por exclusão: terceiro é todo aquele que não integra a relação processual. E o MP deve ser considerado um interveniente processual. No entanto, ao aludir a “intervenção de terceiros”, o CPC/15 sugere estar se referindo apenas às modalidades de intervenção contidas no Título III.

Nesse caso, considerando a carga semântica e o conteúdo jurídico dos termos empregados no inciso IX do art. 1.015 do CPC/15, é razoável admitir o cabimento de agravo de instrumento, por meio de interpretação gramatical e lógica, sem que haja violação de taxatividade. Isso porque a participação do MP como fiscal da lei é um modo de intervenção. Ademais, enquanto não ingressar no processo, o MP é terceiro.

No entanto, a admissibilidade de agravo de instrumento não torna incabível o emprego de ações impugnativas autônomas tais como o mandado de segurança (para corrigir a ilegalidade na aplicação da regra processual de intervenção do MP) e correção parcial (na medida em que a ausência de participação do MP compromete toda a ordem do procedimento, a ponto de gerar nulidade)⁶⁰⁴.

⁶⁰³ Há registro de julgado admitindo o emprego de correção parcial. Vide capítulo C.I, item 3, deste trabalho.

⁶⁰⁴ Há registro de julgado admitindo o emprego de correção parcial também nesse caso. Vide capítulo C.I, item 3, deste trabalho.

F.VII. Decisão que versa sobre a tramitação do processo em segredo de justiça

A decisão que versa sobre o cabimento de tramitação do processo sob segredo de justiça (ou, em expressão mais adequada, restrição de publicidade), é uma decisão interlocutória importante para o processo, pois seu trâmite sob publicidade restrita é necessário, em casos, para proteção de valores como intimidade, confidencialidade arbitral, questões familiares e que envolvem menores, bem como casos do interesse público e social (CPC/15, art. 189, incisos I a IV).

Em suma, sempre que o juiz identificar a configuração das hipóteses legais, deverá deferir a tramitação do processo em segredo de justiça. As hipóteses eleitas pelo legislador retratam uma opção pela proteção de um determinado valor jurídico, em detrimento da garantia de publicidade⁶⁰⁵ dos atos estatais e, neles incluídos os atos jurisdicionais processuais (Constituição Federal, art. 5º, inc. LX e art. 93, inc. IX).

Em âmbito infraconstitucional, a publicidade é reafirmada como norma fundamental do processo civil (arts. 8 e 11 do CPC/15). A respeito da decisão que a aprecia, especificamente quanto ao potencial prejuízo e irreversibilidade que essa decisão interlocutória pode causar ao direito das partes, pode-se cogitar de duas situações, a depender do conteúdo e resultado da decisão.

No primeiro caso, o juiz de primeiro grau concede indevidamente o benefício de tramitação em segredo, para um processo que não preenche as hipóteses legais. Haverá uma indevida restrição de publicidade, que não é irreversível na medida em poderá ser sanada por ocasião do julgamento da apelação. Ainda que algum ato processual tenha sido praticado verbalmente (como a realização de uma audiência de conciliação ou instrução, por exemplo), durante o período de indevida tramitação em segredo, nada impede que esse ato seja documentado e registrado nos autos, de modo que o público terá

⁶⁰⁵ Sobre o princípio processual da publicidade, vide lição de Luiz Rodrigues WAMBIER e Eduardo TALAMINI: “A atividade jurisdicional tem natureza pública, pois é um modo de exercício do poder estatal. Assim o é mesmo quando o litígio entre as partes, objeto daquela atuação, é puramente privado. Por isso, em geral, os atos realizados no processo devem ser amplamente acessíveis e divulgados (“públicos”, também nesse sentido). Trata-se de norma que representa uma garantia para as partes, para o próprio juiz e para toda a sociedade”. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso...**, v.1, p. 79.

acesso ao seu conteúdo integral (assegurada a publicidade) por ocasião de eventual reforma da decisão e após a revogação do trâmite em segredo.

Situação diversa ocorre quando o juiz de primeiro grau indefere a concessão do benefício no caso em que o processo preenche as hipóteses legais, em razão da matéria nele tratada. Nessa hipótese, a subsequente prática de atos processuais com publicidade irrestrita pode comprometer o sigilo de certas informações, o qual não poderá ser restituído posteriormente (por ocasião de futura revisão dessa decisão interlocutória), na medida em que as informações vazadas ao público consumam a lesão que o instituto da tramitação do processo com publicidade restrita busca evitar. Nesse caso, há elevado risco de irreversibilidade da decisão.

Em razão disso, há quem afirme que a decisão que determina a tramitação do processo em segredo de justiça emite cognição de caráter cautelar, de modo incidental, para resguardar interesses que poderiam ser prejudicados com a publicidade, de modo que seria uma decisão a versar sobre tutela provisória de natureza cautelar – e, portanto, seria uma decisão agravável⁶⁰⁶.

Discorda-se dessa posição, na medida em que não há, na hipótese, a existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 305 do CPC/15), a configurar uma pretensão autônoma de natureza cautelar: há tão somente a proteção prevista em lei a direitos envolvendo: (i) interesse público; (ii) ações de família; (iii) dados íntimos; (iv) dever de confidencialidade (art. 189 do CPC/15).

Isto é: ao decidir pedido de tramitação do processo em segredo de justiça, o juiz não se vale de cognição sumária para conceder uma tutela provisória - tanto que, inexistindo impugnação, a decisão que versa sobre o trâmite do processo em segredo de justiça não será obrigatoriamente revista por ocasião da sentença. A cognição sobre a necessidade ou não do trâmite em segredo de justiça não está atrelada à cognição sobre os pedidos que são objeto da ação.

No entanto, isso não significa que a matéria é capaz de gerar preclusão, uma vez decidida. Como a restrição de publicidade pode envolver conflitos envolvendo o direito público à publicidade e direitos privados relativos à intimidade e confidencialidade, deve-

⁶⁰⁶ PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. Op. cit.

se admitir que se trata de questão de ordem pública: convencido o juiz de que houve alteração fática a justificar a concessão ou a revogação do trâmite em segredo, não haverá preclusão para o juiz rever a questão.

Logo, ao envolver, em certa medida, interesse público, e consistir em ordem imperativa do CPC/15 (repare-se no comando do verbo: “tramitam em segredo de justiça os processos”), a decisão proferida com base no art. 189 do CPC/15 não deve estar sujeita à preclusão, pois a questão não envolve interesse plenamente disponível pelas partes. Vale-se aqui das lições de Galeno LACERDA⁶⁰⁷. Justamente por isso, em princípio não se justifica que a decisão esteja sujeita à impugnação imediata: nada impede que as partes demonstrem ao juiz, no curso do processo, a necessidade de reforma da decisão – e não há vedação à revisão da decisão pelo próprio juiz que conduz o processo.

Diante disso, a decisão que versar sobre tramitação do processo em segredo de justiça não é impugnável por meio de agravo de instrumento.

No entanto, como nos demais casos, se houver violação de direito líquido e certo, o que pode acontecer nos casos em que há indevida denegação do pedido de tramitação do processo em segredo de justiça, e quando essa denegação puder violar de forma irremediável a intimidade ou confidencialidade da parte, será cabível o mandado de segurança contra a decisão que versar sobre o trâmite do processo em segredo de justiça.

F.VIII. Decisão que versa sobre competência, absoluta ou relativa

A decisão interlocutória que versa sobre competência, absoluta ou relativa, cujas regras estão consolidadas na Constituição Federal e no Capítulo I (“Da competência”) do Título III (“Da Competência Interna”) do CPC/15, versa sobre um pressuposto processual⁶⁰⁸.

A incompetência, relativa ou absoluta, deve ser suscitada em preliminar de contestação, nos termos do art. 64 do CPC/15, e decidida imediatamente pelo juiz, após

⁶⁰⁷ LACERDA, Galeno. **Despacho saneador**. Porto Alegre: La Salle, 1953, p. 161: “Se o juiz conserva a jurisdição, para ele não preclui a faculdade de reexaminar a questão julgada, desde que ela escape à disposição da parte, por emanar de norma processual imperativa. Daí se conclui que a preclusão no curso do processo depende, em última análise, da disponibilidade da parte em relação à matéria decidida”.

⁶⁰⁸ Ibidem, p. 60-61.

o estabelecimento do contraditório (§2º do art. 64 do CPC/15). No entanto, essa decisão não é agravável, na medida em que não foi contemplada pelo rol do art. 1.015 do CPC/15.

Como visto nesse trabalho (Item A.I.3), Fredie Didier Junior afirma que essa decisão seria agravável por força de interpretação de resultado extensivo, mais especificamente a interpretação analógica⁶⁰⁹. No entanto, discorda-se dessa posição por se reputar que a referida técnica de “interpretação analógica”, neste trabalho qualificada como integração analógica, só é cabível quando houver necessidade de integração de lacuna legislativa por meio da analogia – e não seria o caso.

Ademais, é possível inclusive discordar da necessidade de previsão de cabimento de agravo de instrumento em face da decisão que versa sobre competência, tanto sob a perspectiva da utilidade, quanto sob a perspectiva da opção legislativa (a reforçar o argumento de que não há omissão ou lacuna a justificar integração analógica).

Primeiro, porque o art. 64, §4º do CPC/15 contém previsão no sentido de que os atos praticados pelo juízo incompetente devem ser conservados, até que outros sejam proferidos pelo juízo competente⁶¹⁰. Ou seja, não haveria prejuízo irreversível causado pela posterior anulação de atos processuais. Segundo, porque, a título de comparação, o CPC/15 teria dado tratamento diferenciado aos casos de suspeição e impedimento, em que a questão é reexaminada de imediato ao Tribunal, por meio da remessa do incidente (art.146, §1º do CPC/15). Essa diferença demonstraria que a intenção inequívoca do CPC/15 foi de não admitir agravo de instrumento nesses casos⁶¹¹.

Não se discorda que várias decisões que versam sobre competência deveriam, em um cenário legislativo ideal, ser imediatamente recorríveis, a fim de se evitar eventual necessidade de repetição de atos processuais e a perda de tempo causada pela reforma da decisão interlocutória sobre competência, especialmente nos casos em que há tramitação indevida do processo em juízo absolutamente incompetente.

Por esse motivo, o STJ admite a interposição de agravo de instrumento em face de decisões que versem sobre competência (remete-se ao capítulo A.III, item 1.6). No entanto, respeitosamente não se concorda com o entendimento.

⁶⁰⁹ CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JUNIOR, Fredie. Op. cit.

⁶¹⁰ FPPC, Enunciado 238: “O aproveitamento dos efeitos de decisão proferida por juízo incompetente aplica-se tanto à competência absoluta quanto à relativa”.

⁶¹¹ PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. Op. cit., p. 111.

Entende-se que a resposta doutrinária para impedir eventual prejuízo irreparável pela ausência de previsão de recurso imediato nesse caso, havendo violação de direito líquido e certo, deve ser o mandado de segurança⁶¹².

F.IX. Decisão que versa sobre a regularização da capacidade ou representação da parte

A decisão interlocutória que versa sobre a regularidade da representação da parte, nos termos do art. 76 do CPC/15, também versa sobre pressuposto processual⁶¹³. A constatação de incapacidade da parte (incapacidade para estar em juízo – art. 70 do CPC/15), ou irregularidade da representação da parte, pode ocorrer a qualquer tempo do curso do processo.

Constatada a irregularidade, o juiz suspenderá o processo e fixará prazo para sua correção. Trata-se de matéria cognoscível de ofício pelo juiz. Especificamente quanto ao potencial prejuízo e irreversibilidade que essa decisão interlocutória pode causar ao direito das partes, pode-se cogitar de quatro situações, a depender do conteúdo e resultado da decisão.

A primeira delas é quando o juiz constata a irregularidade, fixa o prazo para regularização do vício, e esse vício é suprido pela parte ou por terceiro. Essa é a hipótese mais provável de acontecer, na medida em que a regra alude à fixação de prazo razoável para sanar o vício (art. 76 do CPC/15). Isso significa que o juiz só deve reputar descumprida a determinação de regularização no caso de inércia injustificada ou constatação de que a irregularidade é insanável. Ocorrendo a regularização, o processo prosseguirá normalmente. Ainda que alguma parte se sinta prejudicada, por entender que a irregularidade persiste, poderá discutir a questão futuramente e obter a extinção do processo em seu favor, sem risco de irreversibilidade.

⁶¹² Nesse sentido: “(...) não se afigura necessariamente inútil a suscitação da incompetência do juízo apenas após a prolação da sentença. É o que ocorre, por exemplo, nos casos de incompetência relativa, em que bastará ao Tribunal determinar a remessa dos autos ao juízo competente para sanar o vício, ainda que tardiamente. Entretanto, naquelas hipóteses em que for verdadeiramente inócua (ou impossível) a impugnação da decisão interlocutória somente em preliminar de apelação ou nas contrarrazões, será admitida a impetração de mandado de segurança, tendo em vista a situação de irrecurribilidade prática da decisão”. ROCHA, Henrique de Moraes Fleury da. Op. cit.

⁶¹³ LACERDA, Galeno. **Despacho...**, p. 64-65.

A segunda delas ocorre quando o juiz reputar descumprida a determinação de regularização, e extinguir o processo em relação ao autor. Por se tratar de decisão extintiva, caberá apelação, se o processo se encerrar por completo ou agravo de instrumento, se houver extinção parcial.

A terceira delas ocorre quando o juiz reputar descumprida a determinação de regularização, e decretar a revelia do réu. A decretação de revelia causa prejuízo ao réu em razão da presunção de veracidade das alegações do autor. No entanto, não se trata de prejuízo irremediável, em princípio. Isso porque o réu poderá regularizar o vício e ingressar no processo no estado em que se encontra, ou demonstrar que a decisão que decretou sua revelia foi equivocada, por ocasião da apelação contra a sentença. Neste último caso, o Tribunal poderá elidir a presunção de veracidade e reapreciar o mérito da causa, tendo em vista os argumentos do réu.

No entanto, caso a decretação de revelia seja teratológica, a ponto de prejudicar e comprometer o exercício do direito de defesa do réu de modo irreversível, será necessário admitir o emprego do mandado de segurança.

Na quarta situação de que se cogita, seria eventual descumprimento da determinação de regularização por terceiro, com a extinção do processo. Como, nessa hipótese, o terceiro já terá sido integrado ao processo, caberá agravo de instrumento, por se tratar de decisão parcial de extinção (art. 354, par. único c/c 485, IV do CPC/15).

F.X. Decisão que versa sobre sucessão processual (espólio, etc.) e necessidade de regularização do polo processual

A decisão interlocutória que versa sobre sucessão processual, por alienação da coisa ou direito litigioso, ou morte das partes, nos termos dos arts. 108 a 111 do CPC/15, diz respeito a questão envolvendo pressuposto processual, pois trata da legitimidade para a causa⁶¹⁴.

Portanto, aplicam-se as mesmas considerações relativas à decisão interlocutória que versa sobre a necessidade de regularização da capacidade ou representação da parte (item E.IX). Caso a decisão verse sobre sucessão processual resultante da morte da parte,

⁶¹⁴ LACERDA, Galeno. **Despacho...**, p. 60-61.

e necessidade de ingresso do espólio ou sucessores na causa, será aplicado o mesmo regime relativo à regularização: ocorrendo a regularização no polo processual, o processo prosseguirá, sem causar prejuízo irreversível às partes. Constatado o vício intransponível, ao contrário, o processo será extinto, quando menos parcialmente – o que desafiará apelação (extinção total) ou agravo de instrumento (extinção parcial).

Caso a decisão verse sobre sucessão processual por alienação da coisa ou direito litigioso (art. 109 do CPC/15), a participação do terceiro no processo versará sobre intervenção de terceiros e, por isso, será agravável.

Em qualquer caso, constatado erro grosseiro do juiz a respeito da legitimidade das partes e do procedimento de sucessão processual, capaz de lesar direito líquido e certo da parte, caberá mandado de segurança.

F.XI. Decisões proferidas em embargos à execução fiscal oriundos de execuções fiscais de baixo valor

Coloca-se a questão de saber se são agraváveis as decisões interlocutórias proferidas em ação de embargos às execuções fiscais de baixo valor (valor igual ou inferior a ORTN). Recorde-se que, nesse caso, a sentença proferida nos embargos está sujeita apenas ao recurso de embargos infringentes, que é julgado pelo mesmo juízo prolator da sentença impugnada (art. 34 da Lei 6.830/1980).

Haverá preclusão das interlocutórias ou os embargos infringentes da execução fiscal podem discutir inclusive as interlocutórias? Embora trata-se de legislação especial, que prevalece sobre a geral (CPC/15), como não há previsão (há verdadeira lacuna) acerca do regime de recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas no curso de embargos à execução fiscal de baixo valor, deve-se aplicar subsidiariamente os arts. 1.015 c/c art.1.009, §1º do CPC/15, pois o art. 34 da Lei de Execuções Fiscais alude à regime diferenciado apenas para o recurso contra a sentença.

Em suma: as decisões interlocutórias proferidas no curso dos embargos à execução fiscal de baixo valor só serão recorríveis se versarem sobre as matérias abarcadas pelo art. 1.015 do CPC/15. Quanto às demais decisões interlocutórias, deve-se aplicar o art. 1.009, 1º do CPC/15, para admitir sua recorribilidade como preliminar dos embargos infringentes, em paralelismo em relação ao art. 34 da LEF. Nesse caso, o paralelismo encontra respaldo na integração analógica, pois a lei especial nada diz sobre a recorribilidade das decisões interlocutórias em execuções fiscais de pequeno valor e

seus incidentes. Não há uma regra específica. Por isso, aplica-se as regras mais semelhantes do CPC/15: 1.015 c/c art. 1009, § 1º.

Caso contrário, e a se entender que não haveria caberia recurso de agravo de instrumento em face de todas as interlocutórias proferidas em execução fiscal de baixo valor, de modo que também se aperfeiçoaria a preclusão, sem possibilidade de rediscussão por ocasião dos embargos infringentes do art. 34, deve-se admitir o emprego do mandado de segurança.

F.XII. Decisão que versa sobre arguição de suspeição e impedimento do juiz e dos demais sujeitos processuais imparciais

A arguição de impedimento ou suspeição pode envolver mais de um sujeito processual, a depender de quem está sujeito a ter sua isenção e imparcialidade questionadas.

A primeira hipótese, e mais corriqueira, é a alegação de suspeição ou impedimento do juiz, que é tratada no Capítulo II, arts. 144 a 147 do CPC/15⁶¹⁵. A alegação de suspeição ou impedimento do juiz se submete a rito próprio, pois o incidente deve tramitar em conformidade com o procedimento estabelecido pelo art. 146 do CPC/15, com eventual remessa ao Tribunal para decisão do incidente, caso o juiz entenda que a alegação é improcedente e que inexistem motivos que comprometam sua imparcialidade.

Ressalte-se que o art. 313, inc. III dispõe que “a arguição de impedimento ou de suspeição” é apta a suspender o processo. No entanto, essa regra deve ser interpretada conjuntamente com as demais disposições referidas relativas aos incidentes para arguição de suspeição e impedimento dos sujeitos processuais. Nem sempre haverá necessidade de suspensão do processo.

⁶¹⁵ Os mesmos motivos de suspeição e impedimento do juiz também são aplicáveis ao membro do Ministério Público, aos auxiliares da justiça (tal como o oficial de justiça, conciliadores e mediadores) e os demais sujeitos que devem participar do processo de forma imparcial porque exercem função pública (art. 148, incisos I a III do CPC/15). Outra hipótese é a de arguição de suspeição e impedimento do perito judicial, que é prevista no art. 465, §1º, inc. I do CPC/15, e deve ser arguida no prazo de 15 dias a contar da nomeação do perito. Quanto ao procedimento, aplica-se as disposições do art. 148, §1º e 2º do CPC/15, com a instauração de incidente, sem suspensão do processo. Também pode-se cogitar de suspeição e impedimento de testemunha ouvida por ocasião da instrução probatória, a qual deverá ser contraditada nos termos do art. 457, §1º do CPC/15, por ocasião do curso da própria audiência de instrução.

Vale destacar que a ausência de suspeição e impedimento do juiz pode ser classificada como um pressuposto processual, de caráter subjetivo, ligado à boa constituição do processo e à sua adequação à lide⁶¹⁶. Sem imparcialidade, não há jurisdição, pois a resolução de conflitos pressupõe um sujeito capaz de compor e decidir os conflitos com isenção de interesses em relação às partes.

Nos termos do art. 1.015 do CPC/15, nenhuma das decisões que versem sobre suspeição e impedimento, quaisquer que sejam os sujeitos processuais envolvidos, é passível de impugnação imediata via agravo de instrumento.

Diante disso, Carolina Uzeda LIBARDONI defende que, nos casos em que a decisão interlocutória acolhe a alegação de suspeição ou impedimento de sujeitos do processo que não o juiz (tal como o membro do MP, conciliadores, peritos), o sujeito que tenha a suspeição ou impedimento reconhecidos poderá se insurgir por meio de agravo de instrumento, em razão de interpretação no sentido de que o par. único do art. 1.015 do CPC/15 não é taxativo, apenas os seus incisos⁶¹⁷.

Com base nessa interpretação, adotada para se admitir a interposição de agravo da decisão que acolhe incidente de suspeição e impedimento de sujeitos que não o juiz, LIBARDONI defende que “sempre que a utilização de apelação for, em virtude do procedimento, impraticável, será possível a utilização do agravo de instrumento como via de irresignação ordinária⁶¹⁸”.

Discorda-se da posição, por dois motivos. Em primeiro lugar, pode-se questionar a existência de interesse dos sujeitos processuais, que não o juiz, para recorrer. Afinal, o art. 146, §5º alude especificamente ao juiz, quando trata da possibilidade de condenação em custas e direito de recorrer. No caso de o incidente ter sido acolhido pelo Tribunal, o juiz poderá interpor o recurso de embargos de declaração e empregar os recursos excepcionais em face do acórdão. No entanto, no caso dos demais sujeitos processuais,

⁶¹⁶ LACERDA, Galeno. **Despacho...**, p. 60-61.

⁶¹⁷ LIBARDONI, Carolina Uzeda. **O recurso contra decisão prolatada em incidente de arguição de suspeição ou impedimento.** Disponível em <https://www.academia.edu/12370199/O_RECURSO_CONTRA_DECIS%C3%83O_PROLATADA_E_M_INCIDENTE_DE_ARGUI%C3%87%C3%83O_DE_SUSPEI%C3%87%C3%83O_OU_IMPEDIMENTO>. Acesso em 22 jan. 2020.

⁶¹⁸ Idem.

sequer há previsão para sua condenação em custas. Logo, será questionável seu interesse para recorrer.

Em segundo lugar, discorda-se do entendimento de que o parágrafo único do art. 1.015 do CPC/15 veicula um rol exemplificativo. As etapas de interpretação literal, lógico e sistemática apontam para a inviabilidade de interpretação finalística nesse sentido, na medida em que não haveria motivo para o mesmo dispositivo (art. 1.015) veicular um rol taxativo nos incisos e exemplificativo no par. único. Afinal, desse modo a regra do art. 1.009, §1º perderia sua razão de ser, pois eventualmente todas as hipóteses não abarcadas pelos incisos poderiam ser de alguma forma abrangidas em interpretação ampliativa do parágrafo único do art. 1.015.

A contrário, a leitura literal e sistemática do art. 1.015, par. único com o art.1.009, §1º do CPC/15 sugere que todo o art. 1.015 (seja nos incisos ou par. único) veiculou lista taxativa de hipóteses de cabimento de agravo de instrumento.

Logo, a decisão que resolve a arguição de impedimento ou suspeição, se causar algum prejuízo irreparável às partes ou a terceiros, preenchidos os requisitos, deve ser impugnada por meio de mandado de segurança.

F.XIII. Decisões que versam sobre negócios jurídicos processuais e eleição de foro

A decisão interlocutória que versa sobre a validade e aplicabilidade dos negócios jurídicos processuais, nos termos do art. 190 do CPC/15, não é agravável, pois não consta do rol do art. 1.015 do CPC/15.

No entanto, há quem defenda que a decisão que versa sobre negócios jurídicos processuais, aí incluída a eleição de foro (que seria uma espécie de negócio jurídico pré-processual), seria agravável por força de interpretação com resultado extensivo do inciso III do art. 1.015 do CPC/15, que versa sobre “rejeição da alegação de convenção de arbitragem”. Uma vez que a convenção de arbitragem seria um negócio jurídico processual, argumenta-se que é possível estender, via interpretação, o cabimento de agravo de instrumento para todas as decisões que rejeitem a eficácia de negócio jurídico processual, enquanto categoria que abrange as espécies convenção arbitral, cláusula de

eleição de foro, convenção das partes sobre suspensão do processo, sobre escolha consensual do perito⁶¹⁹.

Pode-se cogitar de situações em que o posterior reconhecimento da validade do negócio jurídico processual apenas por ocasião da apelação implique a repetição de diversos atos processuais. A aceitação e aplicação de um negócio jurídico processual abusivo ou nulo, que seja identificado como tal apenas no julgamento da apelação, também pode ensejar grande retrabalho.

No entanto, quando muito, tal situação se equipara, ou é menos grave, do que o indeferimento de provas. Via de regra, uma decisão equivocada do juízo de primeiro grau sobre esse tema não será totalmente irreversível. O equívoco pode ser reparado pelo Tribunal, ainda que a custo de declaração de nulidade de alguns atos processuais, ou determinação de repetição de atos disciplinados de outra forma no negócio processual. Trata-se de opção legislativa não prever o agravo nesse caso. De qualquer modo, situações extremas serão corrigidas pelo mandado de segurança.

F.XIV. Decisões que versam sobre determinação de emenda da inicial

A decisão interlocutória que versa sobre a regularidade da petição inicial, determinando sua emenda, nos termos dos art. 321 do CPC/15, diz respeito a um pressuposto processual necessário para desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, inc. IV do CPC/15). Trata-se de matéria cognoscível de ofício.

Basta se cogitar na hipótese em que o juiz constata a irregularidade no valor da causa. Trata-se que questão que deve ser corrigida, a despeito de preclusão. O mesmo se diga em relação à petição inepta: caso o juiz constate supervenientemente algum vício na inicial (ininteligibilidade ou ausência de fatos e fundamentos), que comprometa o próprio julgamento da causa, não há como se sobrepor a preclusão à necessidade de regularização para prosseguimento do processo.

⁶¹⁹ CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JUNIOR, Fredie. Op. cit. Em sentido contrário, Henrique Fleury da ROCHA rejeita a adoção de interpretação com resultado extensivo nesse caso, por reputar que houve deliberada exclusão dessa hipótese de recorribilidade pelo legislador, e defende o emprego do mandado de segurança para impugnar tal decisão interlocutória: ROCHA, Henrique de Moraes Fleury da. Op. cit.

A rigor, a ordem de regularização, ou será atendida e o processo prosseguirá, sem prejuízo irreversível às partes (e não caberá recurso de agravo), ou será desatendida, de modo que haverá a subsequente extinção por indeferimento da inicial e, por conseguinte, caberá recurso de apelação (se a o indeferimento for total) ou de agravo (indeferimento parcial da inicial).

No entanto, pode-se cogitar de casos excepcionalíssimos: imagine-se a hipótese em que o juiz determina a emenda da inicial, mas sem indicar “com precisão o que deve ser corrigido ou completado” (art. 321, *caput*, parte final). Trata-se de um descumprimento flagrante da norma, que visa tutelar o direito da parte, tendo em vista o dever de cooperação processual, em saber o que precisa fazer para atender à ordem de regularização do juiz.

O descumprimento desse comando, endereçado ao juiz, pode vir a violar direito líquido e certo da parte, de modo que deve ser admitido o mandado de segurança, em casos extremos. Para ilustrar essa excepcionalidade, cogite-se na hipótese em que postergar a rediscussão sobre a adequação da inicial para após a extinção do processo viole frontalmente a proporcionalidade e razoabilidade, notadamente em um caso em que o juiz se omite no dever de indicar o que deve ser corrigido.

F.XV. Síntese dialética: relação entre previsão ampla de agravabilidade e comprometimento da celeridade processual

Imagine-se um modelo de processo cognitivo comum em que todas as decisões interlocutórias acima referidas fossem recorríveis por agravo de instrumento. Se todas o forem, inegavelmente será acrescentado um tempo significativo até a prolação da sentença.

Apenas a título de elucidação, estima-se o tempo de trâmite de um agravo de instrumento, de forma conservadora. Contando-se a partir do recebimento do recurso pela primeira decisão do relator, é possível contabilizar o prazo de 15 dias para contrarrazões do agravado (que pode ser contado em dobro, a depender da parte), acrescido do prazo de 15 dias para parecer do Ministério Público, e por fim o prazo para pedido de dia para julgamento, estimado em 1 mês. Ao total, são ao menos quase 2 meses de trâmite do recurso, em estimativa extremamente otimista.

Cogite-se ainda na hipótese em que esse agravo de instrumento, que tramitará por cerca de 2 meses, tenha recebido efeito suspensivo, para suspender a eficácia da

decisão agravada. O processo de origem ficará suspenso por 2 meses, aguardando-se o desfecho do recurso.

Imagine-se ainda, em exercício mental que, das 14 decisões acima analisadas, metade delas (7) acabem sendo proferidas em um mesmo processo. A se admitir a interposição de agravo de instrumento em face de todas, haveria um impacto significativo no tempo de tramitação do processo. Se, a título de exemplo, em 3 dessas ocasiões houver interposição de agravo com efeito suspensivo atribuído, o trâmite do processo até a sentença será elástico em 6 meses.

Uma interpretação sistemática e abrangente, atenta às diretrizes principiológicas do CPC/15, conduz à conclusão de que essa dilatação temporal não reflete a vontade legislativa e é incompatível com a orientação principiológica do CPC/15. Pelo contrário: a orientação é no sentido de reduzir a recorribilidade das interlocutórias, priorizar a celeridade, a solução do mérito e a segurança jurídica.

Como visto nos capítulos anteriores deste trabalho, reduzir o cabimento de agravo em face das interlocutórias é priorizar a aceleração da sentença, ainda que a custo de um menor controle judicial da instância recursal sobre as decisões proferidas pela primeira instância. Reputa-se que o acréscimo de tempo derivado da ampla recorribilidade das interlocutórias atentaria contra o objetivo de travar a guerra contra o “tempo-inimigo”, na expressão de Carnelutti - guerra essa que continua sendo uma das maiores preocupações do processo civil contemporâneo⁶²⁰.

Algumas dessas “decisões-chave” não são agraváveis (corretamente, na visão do presente trabalho), como se viu, justamente em razão da matéria decidida, que via de regra não está sujeita à preclusão. Isso significa que o próprio juiz prolator da decisão potencialmente causadora de grave lesão à parte poderá reanalisar e revisar a anterior decisão, em momento posterior. Essa possibilidade mitiga significativamente o risco de que se concretize alguma lesão posteriormente irreversível – que, se ocorrer, ainda estará sujeita a impugnação pelos meios autônomos de impugnação.

⁶²⁰ “De todos os nossos fantasmas, o que mais assombra é o tempo – o tempo-inimigo, que corrói direitos e contra o qual o juiz deve travar uma guerra sem tréguas, mas que até agora não aprendemos como combater. E quantos outros males nos cercam!”. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era...*, p. 12.

Outras interlocutórias não serão agraváveis porque é razoável ao intérprete admitir que houve uma escolha do legislador em apostar na aceleração do julgamento de mérito (como uma opção mais justa) pela não recorribilidade imediata dessas decisões, ainda que com risco de um potencial prejuízo derivado de sua não impugnação imediata – pois, caso fossem agraváveis, poderiam comprometer a celeridade (em prejuízo da garantia constitucional de processo efetivo e eficaz). Entende-se ser necessário respeitar essa escolha, pois não caberia ao intérprete substituir o legislador quanto a essa opção.

A análise desses dois motivos (baixo risco de inutilidade da postergação da discussão de várias decisões e a necessidade de aceleração do trâmite processual para rápido julgamento do mérito) elucida que é legítima a escolha do legislador (em certas decisões interlocutórias-chave isso é perceptível com mais evidência) em excluir tais matérias da esfera de recorribilidade imediata.

Sabe-se que as preclusões são necessárias para ordenação do processo. Se tudo pudesse ser rediscutido, sem incidir preclusão, o processo não acabaria. Por outro lado, a preclusão torna o processo mais mecânico e engessado. E rigidez excessiva pode prejudicar a justiça da decisão, se impedir que o juiz tenha acesso às alegações trazido pelas partes (as vezes impedidas pela preclusão), que contribuem (exercendo o contraditório) para se chegar a uma decisão mais justa e apta a pacificar o conflito.

Portanto, trata-se aqui de sopesar o princípio preclusivo e a necessidade de promoção da justiça e de resolução do mérito da lide, contrapondo a necessidade de economia processual e de certeza com preceitos de justiça, como ensina Galeno LACERDA:

Se o excesso de preclusões é condenável, porque deshumaniza o processo, porque o transforma em máquina de expelir despachos, não é possível, entretanto, bani-las totalmente do direito processual. Inexato também é o princípio romano de sobreviverem à sentença todas as nulidades. Solução certa, portanto, será a que subordinar a preclusão à natureza da questão versada. Desta forma, dosar-se-ão as necessidades de economia e certeza com os preceitos da justiça, dentro de um esquema imposto pelas exigências da realidade. Tudo dependerá de harmonizar os princípios, através de distinções necessárias.⁶²¹

⁶²¹ LACERDA, Galeno. **Despacho...**, p. 156.

Sobre a relação entre a preclusão e a previsão de cabimento de recurso, Galeno LACERDA acrescenta ainda que a ocorrência de preclusão no curso do processo depende da disponibilidade da parte em relação à matéria decidida. Se a questão decidida versar sobre matéria indisponível, não haverá preclusão: logo, a ausência de recurso não impedirá o reexame da questão pelo juiz⁶²².

Trata-se de lição valiosa para nortear também as reflexões sobre a (in)viabilidade de imediata recorribilidade de decisões-chave do processo, notadamente aquelas que não estão sujeitas à impugnação por meio de agravo de instrumento. Tal como se elegem decisões não sujeitas à preclusão, em razão da matéria versada, também assim se elegem decisões não sujeitas a recurso, também em razão da matéria.

Assim como não é razoável cogitar em um modelo de processo no qual todas as decisões interlocutórias precluam de imediato, pois existirão certas matérias que, por sua natureza, deverão ser necessariamente revistas, também não é razoável que todas as decisões interlocutórias sejam agraváveis, pois existirão algumas delas que, por sua natureza e pela matéria nelas versada, serão melhor revistas em momento posterior, por ocasião do julgamento de futura apelação.

E no momento da apelação, a parte poderá nem ter mais interesse em discutir a questão, seja porque foi vitoriosa, seja porque o desenvolvimento e desfecho do processo alterou sua percepção do prejuízo processual causado pela decisão interlocutória. Isso contribui para a promoção de um processo mais célere, eficaz, e que prioriza a solução de mérito. Por isso, a exclusão de certas decisões-chave do rol de cabimento de agravo compensa a perda de fôlego (entrave no trâmite) causada por aquelas que o legislador selecionou como agraváveis durante o curso processual. Mais uma vez, manifesta-se aí o conflito dialético de modelos de recorribilidade. A opção por um rol taxativo de cabimento de recurso, tal fez o art. 1.015 do CPC/15, não deixa de ser a síntese legislativa dessa oposição – a busca de uma solução pela via média.

⁶²² Ibidem, p. 161.

CONCLUSÃO

Como visto nos capítulos antecedentes, o enfrentamento do tema objeto do presente trabalho desenvolveu-se em três planos:

- (i) O plano da recorribilidade imediata das interlocutórias, por meio de agravo de instrumento, bem como sua relação com as técnicas de interpretação e integração da norma, com ênfase para as peculiaridades das diretrizes doutrinárias para interpretação da norma processual civil;
- (ii) O plano da impugnação imediata das interlocutórias pela via dos chamados “meios autônomos de impugnação”: mandado de segurança, correção parcial, reclamação e ação popular, com destaque para o âmbito de aplicação e respectivos limites ao emprego de cada um desses mecanismos de impugnação de decisões.
- (iii) O plano da impugnação postergada (por ocasião da interposição da apelação) ou imediata (por meio dos meios autônomos) das principais decisões interlocutórias relevantes que, embora versem sobre questões fundamentais para o adequado desenvolvimento e o desfecho de mérito do processo, não foram abarcadas pelo rol do art. 1.015, e que, em sua maioria, versam sobre pressupostos processuais.

Em um primeiro momento de síntese conclusiva, cabe colocar o trabalho em perspectiva e expor de que forma suas conclusões podem responder as questões teóricas que suscitaram os problemas elencados no capítulo introdutório.

Para esse fim, é necessário pontuar que, embora este trabalho proponha uma resposta e se posicione quanto à forma de compatibilizar o rol taxativo do art. 1.015 com as técnicas de interpretação e os meios autônomos de impugnação, afastando-se das posições doutrinárias que defendem uma abertura do rol por meio de fórmulas de cabimento mais abrangentes (tal como a tese da “taxatividade mitigada”, ou o requisito da inutilidade de postergação da discussão da decisão, ou a inviabilidade de postergação de revisão judicial de decisão capaz de acarretar a ausência de interesse recursal), a solução sugerida deve ser compreendida dentro de seus limites.

Como visto, a escolha por um modelo de recorribilidade das interlocutórias envolve a ponderação de cada ordenamento acerca dos fins a serem atingidos pelo processo e os princípios e valores processuais estruturantes eleitos pelo legislador. Há aí

um problema de política legislativa (pois cabe a cada povo, por meio do poder legislativo, eleger o modelo de processo que mais atende aos seus anseios sociais). Afinal, o processo possui caráter instrumental e, por isso, importam os seus fins.

E, como visto no decorrer do item A.II.11, isso orienta a atividade do intérprete, que deve ser cauteloso ao interpretar a norma processual, pois seu viés instrumental recomenda interpretações mais conservadoras e a limitação ao uso da integração analógica ou interpretações excessivamente ampliativas e inovadoras, na medida em que a interpretação progressiva do processo civil, embora exista, ocorre em velocidade distinta (mais lenta), quando comparada com a evolução interpretativa do direito material, mais sensível pelos fatores políticos e sociais.

Por consequência, a interpretação da norma processual é orientada predominantemente por fins de natureza pública, pois ligados ao exercício e funcionamento da jurisdição e a consequente solução dos conflitos pelo Estado - o que conduz a uma maior rigidez hermenêutica, em comparação com a norma privada, ligada via de regra à autonomia na disposição de direito. Afinal, a norma substancial é balizada pelos princípios que norteiam a interpretação de cada ramo do direito substancial: civil, penal, empresarial, tributário, etc. Por isso, a doutrina afirma que a interpretação da norma processual tende a ser mais rígida e estática do que a da norma substancial.

Nesse contexto, o conflito e a oposição dialética entre, de um lado, o manuseio do agravo de instrumento (ou de outro recurso que se destine a obter a imediata revisão, pelo órgão superior, das decisões interlocutórias, especialmente as proferidas na fase cognitiva do processo), e o emprego dos meios autônomos de impugnação, permanecerá. Isso porque entende-se que essa oposição não será resolvida sem que se adote uma visão global e sistemática do processo, que encare o problema da recorribilidade sob a luz dos conceitos, princípios e valores fundamentais, constitucionais e infraconstitucionais, do processo civil.

Recorda-se aqui da advertência de Barbosa Moreira, eleita como epígrafe deste trabalho: o sistema de recorribilidade reflete as características da estrutura procedimental de primeiro grau. Por isso, não há um modelo ideal que atenda a todos os ordenamentos. Pelo contrário, muitas vezes haverá um conflito entre, de um lado a eficiência e celeridade (as quais, na visão prevalente, são alcançadas por uma estrutura procedimental com previsão de menos recursos) e de outro o controle judicial mais intenso sobre as decisões

interlocutórias (que também pode, em tese, proporcionar uma tutela jurisdicional mais justa e efetiva).

Convém agora enumerar as **conclusões**. A fim de recapitular e sintetizar os principais argumentos e reflexões contidas na presente dissertação, ordenam-se as conclusões da presente dissertação nos seguintes pontos:

1. Constatou-se ampla divergência doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza do rol do art. 1.015 do CPC/15, embora a visão que prevaleça, por ora, é a de que se trata de rol taxativo. Há 3 principais posições. A primeira defende que o rol taxativo deve ser interpretado em sentido extensivo, porém sem que isso conduza à negação da taxatividade. Nesse caso, eventual lacuna deve ser suprida pelos meios autônomos de impugnação, em especial o mandado de segurança. A segunda posição doutrinária defende a adoção de interpretações mais ou menos elásticas, com resultado extensivo do rol, a fim de ampliar ao máximo, as hipóteses de agravo de instrumento para algumas situações que exigem apreciação imediata e não foram incluídas no preceito legal do CPC/15. Essa segunda posição pode conduzir à negação da taxatividade, tal como ocorre com a tese da taxatividade mitigada do STJ. Há entre essas duas posições algumas gradações, bem como posições cogitando de soluções alternativas, inclusive por meio de tutelas provisórias incidentais, para antecipar a revisão do Tribunal sobre a interlocutória.

2. Apesar da divergência, a conclusão alcançada por este trabalho é de que o rol é taxativo e demanda interpretação com resultado extensivo, desde que ela não viole a essência da natureza taxativa da norma. Embora o rol seja taxativo, isso não significa que cada hipótese de cabimento é imune à interpretação. O capítulo A.I do trabalho abordou vários problemas interpretativos envolvendo a abrangência de cada hipótese de recorribilidade constante do rol taxativo do art. 1.015. Há na doutrina quem invoque necessidade de interpretações literais, lógicas, sistemáticas e principalmente analógicas, a fim de estender o sentido da norma.

3. Constatou-se que opção pela negação da taxatividade, estendendo-se o rol do art. 1.015 por meio de interpretações baseadas em analogia, ou outra fórmula legal ampla e que contém conceitos jurídicos indeterminados, geram insegurança jurídica, pois não solucionam o problema da preclusão, na medida em que permanece o risco de que haja preclusão inesperada de decisões que poderiam ter sido (mas não foram) objeto de agravo de instrumento com base em interpretações concebidas pela jurisprudência, que não tenham sido previstas ou levadas em consideração pela parte no momento de interposição

do recurso. Reputa-se que isso trará prejuízos graves a quem confiou na interpretação literal da norma e ao final, ou verá seu recurso ser suprimido por preclusão ocasionada por interpretação *contra legem*, ou será prejudicado em razão da flexibilização e subjetivação da preclusão, que causará assimetria processual e desigualdade entre os litigantes, além de dar margem a maior prática de manobras processuais direcionadas à protelação do curso processual, que poderão ser desleais e contrárias à boa-fé processual.

4. Quanto aos meios de interpretação, destaca-se que, embora muitas vezes as obras jurídicas sobre interpretação e hermenêutica se refiram à “interpretação analógica” e à “integração analógica” como sinônimos, é preferível a diferenciação entre ambas, assumindo que a interpretação analógica, como categoria geral, se aplica tanto para estender o sentido da norma, tutelando caso que foi por ela abrangido, mas que apenas não havia sido explicitado - o que é legítimo; quanto para estender a norma a um caso não previsto (pois o intérprete discorda da solução concebida pela norma). No segundo caso, trata-se mais propriamente de “integração analógica”, técnica que pressupõe lacuna no ordenamento: a norma é estendida a um caso que não foi previsto, sequer implicitamente, por alguma norma. Inexistindo lacuna, reputa-se ilegítima a integração analógica.

5. Tratou-se no capítulo A.II das modalidades de interpretação e sua relação com os critérios para interpretação específica da norma processual civil. Concluiu-se pela admissibilidade da interpretação literal, lógica, sistemática, finalística e por isonomia. Elas devem, enquanto métodos complementares, ser aplicadas em conjunto, como diversos momentos da interpretação. No entanto, nenhuma delas pode conduzir à interpretação ab-rogante, que nega vigência e eficácia à norma (o que só pode ser feito, em caráter vinculante, por controle de constitucionalidade ou alteração legislativa). A integração analógica da norma de cabimento de agravo de instrumento, por sua vez, deve ser rejeitada. Isso porque ela pressupõe lacuna legislativa que não inexiste no CPC/15: todas as hipóteses de recorribilidade de decisões interlocutórias estão nele reguladas. Aquelas recorríveis de imediato, por meio de rol taxativo. Há 2 regimes: ou a decisão interlocutória é recorrível de imediato, por meio de agravo de instrumento (art.1.015), ou é postergada para a interposição da apelação (art. 1.009, §1º do CPC/15).

6. Quanto à configuração do sistema de recorribilidade, alguém poderia entender que a regra do art. 1.015 foi concebida para a tutela de certos casos que exigem reexame imediato (sendo a regra geral) e que a regra do art. 1.009, §1º do CPC/15 somente seria aplicada de modo subsidiário. Por outro lado, mais razoável é a leitura no sentido de que

o art. 1.009, 1º veicula a regra geral, de modo que, salvo as exceções de recorribilidade imediata por agravo de instrumento, previstas no art. 1.015 (regra específica e menos abrangente), a recorribilidade da interlocutória deve ser diferida. Em princípio, trata-se de duas interpretações possíveis. No entanto, em qualquer caso, constata-se que em ambas não há omissão legislativa em relação a alguma hipótese de decisão interlocutória, pois concebem 2 soluções (recorribilidade imediata ou diferida) aplicáveis a toda e qualquer decisão interlocutória. Portanto, não há lacuna.

7. No que se refere às reflexões acerca das peculiaridades e diretrizes para interpretação da norma processual civil, concluiu-se que os conteúdos extraíveis tanto dos princípios e institutos processuais históricos (estruturantes do processo civil), quanto dos positivados pelo CPC/15 em suas normas fundamentais da parte geral, devem orientar a busca pelos limites e método de interpretação acerca da norma processual civil brasileira, inclusive a relativa ao cabimento do agravo de instrumento.

8. Concordou-se com a doutrina do processualista italiano Alfredo ROCCO no sentido de que a norma processual civil é peculiar porque é instrumental (norma-meio) e por sofrer as influências do direito material privado. A interpretação é mais limitada no campo do direito processual, quando comparado com o campo do direito substancial, pois adaptá-lo às novas condições sociais exige a intervenção dos órgãos legislativos do Estado. Reputa-se que os modos de interpretação literal e sistemática da norma devem ter preferência no direito processual. Em casos duvidosos, é fundamental o intérprete se valer do princípio da economia processual, que possui feição político-legislativa.

9. Com base nessas reflexões acerca das modalidades de interpretações admitidas, foi possível traçar um esboço dos tipos de interpretações empregadas pela doutrina até o momento, para extrair o sentido das hipóteses do art. 1.015 do CPC/15. Em seguida, associou-se as reflexões do capítulo A.I e A.II. Com isso, chegou-se à síntese exposta no subcapítulo A.II.12. O Apêndice consolida em formato de quadro os tipos de interpretação admitidas para cada hipótese de agravo eleita pelo CPC/15.

10. Após a análise dos conceitos e princípios fundamentais inerentes à recorribilidade das interlocutórias, conclui-se que as linhas interpretativas (inclusive a do STJ) que admitem uma ampla recorribilidade das interlocutórias com base em requisitos não previstos expressamente no art. 1.015, ocasionam divergências que não solucionam (ou potencializam) o problema da preclusão, além de dar margem a situações jurídicas que violam a paridade de armas e a isonomia, bem como o sistema processual como um

todo. Além disso, as interpretações super ampliativas, ao flexibilizarem a preclusão, geram assimetria de posições processuais das partes que viola a garantia de isonomia e paridade de armas, de fundamento constitucional (CF, art. 5º, *caput*). Com isso, desfigura-se a estrutura processual da fase cognitiva. Disso decorre o comprometimento da segurança jurídica. Portanto, a interpretação ampliativa, tal como concebida pelo STJ, não é reputada como aceitável neste trabalho.

11. Quanto à crítica da tese firmada pelo STJ em sede de recursos repetitivos (“taxatividade mitigada”), e de outras posições excessivamente ampliativas da recorribilidade das interlocutórias, reputa-se que elas são incompatíveis com a busca por segurança jurídica, que se manifesta pela necessidade de: (i) cumprimento possível e fácil das normas; (ii) resolução dos conflitos em tempo oportuno: ou seja, a decisão deve ser proferida em tempo razoável, para promover a segurança; (iii) tratamento jurídico igualitário; (iv) visão sistemática do direito vigente (Rodolfo Luis Vigo).

12. Reputa-se que a necessidade de segurança jurídica não é atendida pela tese criada pelo STJ, na medida em que subordina o fenômeno processual da preclusão a dois requisitos dependentes de ato de elevada subjetividade da parte (fundamentar seu recurso demonstrando a excepcionalidade de seu cabimento com base em conceito jurídico indeterminado e cambiável – inutilidade futura) e de ato de interpretação do Tribunal a respeito desse mesmo conceito de inutilidade. Com isso, vulnera-se a proteção à confiança da parte que precisa saber se o recurso é, objetivamente, cabível. A insegurança e falta de previsibilidade resultantes dessa situação pode vir a colocar em risco a própria garantia do devido processo legal.

13. A tese da taxatividade mitigada do STJ também é potencialmente violadora da duração razoável do processo, pois há consenso na doutrina no sentido de que um modelo de recorribilidade ampla das interlocutórias é prejudicial à celeridade. Não foi essa a opção do legislador do CPC/15, que elegeu princípios como o da eficiência, dentre outros, entre as normas fundamentais do processo civil (art. 8º do CPC/15).

14. É razoável supor que o legislador decidiu ser melhor correr o risco de que a ausência de rediscussão imediata da interlocutória possa comprometer a justiça de alguns processos, caso haja necessidade de repetição atos, do que ampliar a oportunidade de rediscussão imediata das interlocutórias a todos os jurisdicionados, e comprometer a qualidade de todos os processos, que teriam sua duração estendida, em prejuízo à celeridade. Partiu-se do pressuposto de que um processo demorado, em que todas as

decisões interlocutórias podem ser reexaminadas pelo Tribunal (e, portanto, o Tribunal chancela todo o procedimento, desde a fase postulatória até a sentença), mas no qual a decisão de mérito demore a ser proferida, pode vir a ser mais violador das garantias fundamentais e dos princípios processuais estruturantes do que um processo em que a maioria das decisões interlocutórias não podem ser reexaminadas de imediato pelo Tribunal, mas no qual a decisão de mérito é mais rapidamente atingida. A opção pela via média pode ser vista como reflexo de conciliar essa oposição de modelos.

15. No que se refere ao emprego dos meios autônomos de impugnação para se obter a revisão imediata das interlocutórias, concluiu-se que, de regra, são meios legítimos e juridicamente adequados, embora nem todos possuam a mesma legitimação jurídica. Também é diferente o âmbito de aplicação de cada instrumento em face das interlocutórias. Logo, é necessário elencar a ordem de preferência por importância, dos meios mais eficazes e consistentes, aos menos relevantes.

16. Como primeira opção, deve-se priorizar o emprego do mandado de segurança, pois: (i) trata-se do meio de impugnação vocacionado à obtenção de uma tutela autônoma e reforçada de tutela jurídica, pois ligada à ideia de “Jurisdição constitucional das liberdades”; (ii) sua natureza de ação constitucional o torna apto a debelar situações de prejuízo decorrentes da insuficiência do sistema processual concebido pelo legislador ordinário; (iii) não é “anômalo”, como alguns autores afirmam: ao contrário, serve para não deixar situação alguma sem solução, pois a mera previsão de cabimento de recurso ordinário que não se presta à obtenção de uma tutela imediata, como ocorre no caso do art. 1.009, §1º do CPC/15, é por vezes insuficiente para tutelar de modo eficaz o direito da parte. O mandado de segurança, por ser ação, não gera preclusão (pois esta é fenômeno endoprocessual).

17. A correção parcial é medida administrativa, de caráter disciplinar, que se destina a corrigir a decisão do juiz por um órgão superior. Ela não se confunde com recurso, mas pode servir para: (i) reformar e cassar pronunciamentos judiciais irrecorríveis; (ii) corrigir abusos ou erros que impactem diretamente na ordem procedimental do processo. A correção parcial, que possui previsão em lei nacional apenas no âmbito da Justiça Federal e do Trabalho, e é disciplinada em âmbito estadual pelos Regimentos Internos dos Tribunais e Leis de Organização Judiciária. Deve ser empregada em caráter subsidiário em relação ao mandado de segurança, pois este tem vocação e fundamento constitucional, enquanto a correção é limitada (depende de

regulamentação em cada Estado) e é inconstitucional, por ser empregada como medida apta a produzir efeitos jurisdicionais tal como se recurso fosse, mas sem previsão legal para tanto. Em essência, a correição se destina a ajustar administrativamente a conduta do magistrado. Isso pode repercutir no processo, pois como reflexo da correção disciplinar do juiz, haveria a cassação ou reforma da decisão tumultuária, a fim de que aquele ato indisciplinado do juiz seja corrigido, também na esfera judicial. No entanto, para que a correição pudesse revisar (em sentido amplo) ato jurisdicional, deveria estar prevista como recurso em lei nacional (Constituição Federal, art. 22, inc. I). Como ela não é prevista como se recurso fosse por lei nacional, reputou-se necessário reconhecer sua inconstitucionalidade.

18. A vantagem compartilhada por mandado de segurança e correição é a sua inaptidão para atrair a incidência da preclusão. Enquanto o primeiro é ação (e, portanto, não gera preclusão no âmbito de relação processual diversa), o segundo é medida correicional, caracteristicamente administrativa. Nenhum deles é recurso, embora comumente se diga que servem para substituí-lo (aí a pecha de sucedâneos recursais). Por isso, entende-se que seu emprego, associado à observância de um rol taxativo de agravo de instrumento, gera menos insegurança jurídica do que ampliação excessiva do rol do art. 1015, a qual pode vir a ser causadora de incerteza e insegurança quanto ao momento de ocorrência da preclusão.

19. Quanto à reclamação e ação popular, como meios autônomos de impugnação das interlocutórias, concluiu-se que em hipóteses bem limitadas é viável se admitir seu emprego. No entanto, as hipóteses de cabimento são restritas pela natureza e função de cada uma dessas ações: enquanto a primeira se destina a preservar a competência e autoridade das decisões dos Tribunais, a segunda se destina a proteger o patrimônio público de atos ilegais e lesivos. A reclamação não é vocacionada a revisar o conteúdo de decisões interlocutórias. Pode cassá-las apenas quando elas importem em desrespeito à decisão anterior do Tribunal, ou usurpem competência. Seu escopo é limitado. Trata-se de ação vocacionada a outros fins. A ação popular também não é vocacionada a impugnar decisões interlocutórias. Quando muito, encontra cabimento jurisprudencial apenas para as decisões interlocutórias parciais, que homologuem acordo que seja lesivo ao patrimônio ou valores públicos, quanto a parcela dos pedidos.

20. Vivenciamos uma experiência que reflete um movimento pendular, que se dá entre, por um lado, o agravo de instrumento, e por outro os meios autônomos de

impugnação. A difícil opção por um ou outro caminho já foi enfrentada no período de vigência do CPC/39 e na transição para o CPC/73. Há tempos a doutrina discute as diferentes configurações do processo no que se refere à recorribilidade das interlocutórias. O problema é relatado também por doutrinadores estrangeiros. E reputa-se que é inegável existir a esse respeito um dialético desafio de opção legislativa quanto a melhor estrutura de processo para uma dada sociedade e num dado recorte temporal.

21. Quanto mais se restringe o cabimento do agravo de instrumento em face das interlocutórias - opção feita pelo legislador do CPC/15 por meio do rol taxativo do art. 1.015 do CPC/15 - mais propício (e necessário) se torna, pelas demandas naturais ao cotidiano forense, o emprego dos instrumentos autônomos de impugnação. Não há anormalidade nisso. O mandado de segurança, em especial, é ação constitucional tradicionalmente vista como válvula de escape do sistema recursal.

22. Concluiu-se que é mais compatível com os institutos e conceitos processuais estruturantes do processo (tal como preclusão, irreCORRIBILIDADE em separado das interlocutórias, taxatividade, etc), além das garantias e princípios constitucionais (devido processo legal, segurança jurídica, duplo grau de jurisdição e duração razoável do processo) e aqueles eleitos pela Parte Geral do CPC/15 (efetividade, eficiência, celeridade, priorização da decisão de mérito), a concepção de que o rol do art. 1.015 do CPC/15 é taxativo, o que não impede o emprego dos métodos de interpretação com resultado extensivo, com exceção da integração analógica. A interpretação faz parte do processo de produção da norma e do direito, sendo inafastável. No entanto, ela não deve conduzir à negação da norma, com sua retirada do sistema normativo por meio de interpretação ab-rogante (isto é, que nega a eficácia da norma).

23. Reputa-se que os meios autônomos de impugnação devem ser empregados juntamente com a interpretação literal, lógica, sistemática, finalística e isonômica das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, desde que elas não descambem para a integração analógica, que não é admitida, pois pela conjunção do art. 1.015 e 1.009, §1º do CPC/15 não se extrai lacuna no tratamento do tema, ainda que não se concorde com a solução legislativa dada ao problema da recorribilidade das interlocutórias.

24. Entende-se que a discordância social, manifestada por parcela de jurisdicionados e operadores do direito, em relação ao regime de recorribilidade das interlocutórias estabelecido pelo CPC/15, só poderá ser apaziguada pela via da alteração legislativa ou declaração de inconstitucionalidade. Até lá, o devido processo legal será

assegurado pelo emprego dos meios autônomos de impugnação, em especial o mandado de segurança, que serve para tutelar o direito líquido e certo da parte que tenha sido prejudicada gravemente por uma decisão interlocutória que não seja agravável.

25. Isso não significa que os problemas serão definitivamente solucionados e a discussão se encerrará. A oposição entre ampliação do cabimento do agravo de instrumento e o emprego dos meios autônomos para impugnação das interlocutórias transcende a ambiciosa pretensão de dar solução unívoca e definitiva para a questão, pois esse conflito é suscitado diariamente pela riqueza das experiências do foro e pela busca por novas soluções processuais. Trata-se de um dilema existente em outros ordenamentos, e que deve ser solucionado à luz dos princípios estruturantes e objetivos fundamentais de cada sistema processual. Não há solução definitiva, mas há soluções mais ou menos pautadas pelos princípios do sistema normativa em vigor. Por isso, a busca por novas respostas, soluções e interpretações deve permanecer uma constante.

26. Quanto às decisões interlocutórias não contempladas pelo rol do art. 1015, pontuou-se neste trabalho que admitir um modelo de processo cognitivo comum em que todas as decisões interlocutórias tratadas último capítulo deste trabalho fossem recorríveis por agravo de instrumento conduziria ao acréscimo de tempo significativo até a prolação da sentença, o que seria contrário ao objetivos do sistema processual vigente. A análise casuística destinou-se a confirmar a leitura do sistema de recorribilidade composto pelo rol taxativo do art. 1.015 e pela recorribilidade diferida prevista no art. 1.009, §1º como um instrumento em busca da efetividade do processo sob a perspectiva da celeridade, além de se concluir que a opção por um rol taxativo constitui via média entre, de um lado o extremo de um processo em que efetivamente vigora a irrecorribilidade das interlocutórias, do outro, sua recorribilidade ampla – o que acaba por equilibrar, por opção legislativa, dois modelos opostos.

27. Ademais, como certas interlocutórias propiciam baixo risco de, se postergadas, resultar em inutilidade de posterior discussão a respeito de seu acerto, a opção legislativa pela aceleração do trâmite processual para rápido julgamento do mérito pela sentença é legítima e justificável. Em certas decisões interlocutórias mais relevantes isso é perceptível com mais evidência, pois por sua natureza e pela matéria nelas versada, serão melhor revistas em momento posterior, por ocasião do julgamento de futura apelação.

28. De qualquer modo, reitera-se não ser juridicamente possível, na visão deste trabalho, afastar a taxatividade do rol por meio de interpretação ab-rogante da norma (inconstitucional), que negue eficácia a esse aspecto essencial do art. 1.015 do CPC/15. Eventual afastamento da taxatividade deverá se dar pela via legislativa.

29. Ao final, espera-se que os apontamentos conclusivos acima expostos tenham contribuído para lançar alguma luz ao problema da recorribilidade das interlocutórias. É verdade que a quantidade de problemas identificados no curso da investigação pode ter superado a de respostas. Na visão deste trabalho, a tese concebida pelo STJ está sujeita a relevantes críticas e não solucionou a questão, ao menos não de modo suficientemente sistemático – isto é, em consonância com conceitos, institutos, princípios e garantias processuais – o que se reputa imprescindível para alcançar uma solução adequada a respeito da interpretação do rol do art. 1.015. Reconhece-se que o presente trabalho tem diversas limitações, pois a solução da questão é difícil e se sujeita a diversas posições divergentes. Por isso, entende-se que a discussão do tema deve continuar, em busca de melhorias. Espera-se que o surgimento de novas reflexões a respeito do tema, conscientes dos problemas identificados e questões enfrentadas neste trabalho, venha a enriquecer os próximos anos de vigência do CPC/15.

REFERÊNCIAS

Doutrina

ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. **Proceso, autocomposición y autodefensa**. Ciudad Universitaria: UNAM, 2ª ed, 1970, p. 226.

ALMEIDA, Diogo Rezende de. **Recursos cíveis**. Salvador: Juspodivm, 2019.

ALMEIDA, Francisco M. L. Ferreira de. **Direito Processual Civil**. Coimbra: Almedina, v. 2, 2015.

ALMEIDA NETO, Ubaldino de. **Analogia jurídica e analogia. Completude e justificação**. Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-graduação em direito, Universidade Federal de Pernambuco, 100f.

ALVIM, Arruda. **Novo contencioso cível no CPC/2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Agravos cíveis no novo CPC**: de instrumento, interno e em recursos especial e extraordinário. Curitiba: Juruá, 2017.

_____. **Correição parcial**: doutrina e prática. Petrópolis: Carreira Alvim Produções de Livros Jurídicos, 2020.

_____. Nova mexida nos agravos retido e de instrumento. In: NERY JR, Nelson; ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 275-288.

ALVIM, Teresa Arruda. **Um agravo e dois sérios problemas para o legislador brasileiro**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-14/teresa-arruda-alvim-agravo-dois-serios-problemas>>.

ALVIM, Teresa Arruda et al. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil** [livro eletrônico]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2016.

ANTONIO Cláudio da Costa Machado critica proposta de reforma do CPC. **Migalhas**, 2 de dez. de 2011.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Demasiados recursos? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 136, p. 9-31, jun. 2006.

_____. **Dos recursos cíveis**: esboço legislativo. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1961, p. 30-32.

_____. Mandado de segurança contra ato judicial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 682, p. 19-20, ago. 1992.

_____. Preclusão (processo civil). In: OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de (Org.). **Saneamento do processo**: estudos em homenagem ao prof. Galeno Lacerda. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1989, p. 141-183.

_____. Reforma processual: dez anos. **Genesis: Revista de Direito Processual Civil**, Curitiba, n.º 24, p. 281-289, abr./jun. 2002.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. A recorribilidade das interlocutórias no novo CPC: variações sobre o tema. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 251, p. 207-228, jan. 2016.

ARAÚJO, José Henrique Mouta; LEMOS, Vinicius Silva. A decisão de liquidação de título executivo, o novo CPC e a sua recorribilidade: uma questão a ser resolvida. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes *et al* (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 425-447.

ASSIS, Araken. Cabimento de agravo de instrumento contra decisão sobre prescrição e decadência proferida no saneamento do processo (CPC, art. 1.015, inc. II). In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins**: volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 59-86.

_____. **Manual dos recursos**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 506.

_____. **Manual dos recursos**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.041.

ASSIS, Carlos Augusto de. Agravo de instrumento: um olhar para o passado, uma reflexão sobre o nosso futuro. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Belo Horizonte, n. 106, p. 145-159, abr./jun. 2019.

ATIENZA, Manuel. Algunas tesis sobre la analogía en el Derecho. **Doxa**, n. 2, p. 223-229, 1985. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcn3065>>.

AURELLI, Arlete Inês; FERREIRA, Izabel Cristina P. C. P. Meios de impugnação das decisões interlocutórias no CPC/2015. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes *et al* (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 91.

AZEVEDO, Gustavo. **Reclamação constitucional no direito processual civil**. Coordenação de Leonardo Carneiro da Cunha. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

AZEVEDO, Júlio Camargo de. O novo regime jurídico aplicado à gratuidade de justiça e sua recorribilidade no CPC/2015. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa

Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis**: volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BAPTISTA, Francisco de Paula. **Hermenêutica jurídica**: Compêndio de hermenêutica jurídica. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 39.

BARBI, Celso Agrícola. Mandado de segurança contra ato judicial. **Revista de Processo**, São Paulo, vol. 36, p. 24-33, out./dez. 1984.

BARIONI, Rodrigo. Preclusão diferida, o fim do agravo retido e a ampliação do objeto da apelação no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 243, p. 269-280, maio 2015.

BERALDO, Leonardo de Faria. Processo, agravo de instrumento, e... ténis? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 204, p. 243-248, fev. 2012.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Comentários ao código de processo civil: dos recursos (arts. 994-1.044). In: GOUVÊA, José Roberto Ferreira et al (Coord.). **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., v. 20, 2017.

BRASIL. Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Processo Civil. **Exposição de Motivos**. Brasília, 2010.

BRUSCHI, Gilberto Gomes. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al (coords.). **Breves comentários ao novo código de processo civil**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 2.501.

BUENO, Cassio Scarpinella. **A nova lei do mandado de segurança**. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2010.

_____. **Novo Código de Processo Civil anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 653.

BUTLER, Priscila; PRIMA, Bruno. **A flexibilização do agravo de instrumento e a insegurança jurídica quanto à preclusão**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jan-24/opinioao-mudancas-interposicao-agravo-inseguranca-juridica>>.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Comentários ao art. 1.015. In: CABRAL, Antonio do Passos; CRAMER, Ronaldo (Coord.). **Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 1497-1499.

CAMBI, Accácio. Inovações contidas nos recursos de apelação, de agravo de instrumento, de agravo interno e de embargos de declaração previstas no Código de Processo Civil de 2015. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 991, p. 247-281, maio 2018.

CAMBI, Eduardo. Efetividade da decisão recorrida e o efeito suspensivo dos recursos. In: NERY JR, Nelson; ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos**

polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 101-134.

CARPES, Artur Thompsen. A “taxatividade mitigada” do art. 1.015, CPC: notas sobre a ratio decidendi fixada no Superior Tribunal de Justiça na perspectiva da teoria das normas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 294, p. 227–241, ago. 2019.

CARVALHO, Gerald de. **Introdução ao método de aplicação científica do direito.** Coimbra: Centelha, 1983, p. 135. Apud ROCHA, José de Moura. A interpretação e as leis processuais. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1986, p. 27.

CASTRO, Roberta Dias Tarpinian de. O agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015 e a (im)possível interpretação extensiva. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis:** volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 459-483.

CAVALCANTE, Mantovanni Colares. **Mandado de segurança.** 2. ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 70-77.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil:** as relações processuais, a relação processual ordinária de cognição. Campinas: Bookseller, 1998, vol. III, p. 61-75. Título original: *Instituzioni di Diritto Processuale Civile*.

CINTRA, Antonio Carlos de A; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo.** São Paulo: Malheiros, 29ª ed., 2013.

COELHO, Gabriela. STJ suspende julgamento que discute interposição de agravo de instrumento. **Consultor Jurídico**, 3 out. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-03/stj-suspende-julgamento-interposicao-agravo-instrumento>>. Acesso em 11 out. 2018.

CORREA, Rafael Motta e; RAMOS, Fabiana de Souza. O pedido de justiça gratuita no CPC/15 e suas discussões na esfera recursal. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins:** volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 427-446.

COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos del derecho procesal civil.** Montevideo; Buenos Aires: IBdef, 4ª ed., 2018.

_____. **Interpretação das leis processuais.** São Paulo: Max Limonad, 1956.

_____. **Interpretação das leis processuais.** Tradução da Dra. Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed., 1994.

CPC/15: Para Maria Thereza, rol do artigo 1.015 do CPC é taxativo. **Migalhas**, 19 set. 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI287819,11049-CPC15+Para+Maria+Thereza+rol+do+artigo+1015+do+CPC+e+taxativo>>. Acesso em: 11 out. 2018.

CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JUNIOR, Fredie. Agravo de instrumento contra decisão que versa sobre competência e a decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual na fase de conhecimento: uma interpretação sobre o agravo de instrumento previsto no CPC/2015. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 242, p. 275-284, abr. 2015.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 233, p. 65-84, jul. 2014.

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Mandado de segurança**: o tradicional, o novo e o polêmico na Lei 12.016/09. São Paulo: Dialética, 2009, capítulos 6 e 8.

DEU, Teresa Armenta. **Lecciones de Derecho procesal civil**. Madrid: Marcial Pons, 11ª ed., 2018.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. 13ª ed. Salvador: Juspodivm, v.3, 2016.

_____. **O problema das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores e o agravo de instrumento contra decisão parcial**. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-188/>>. Acesso em 22 jan. 2020.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**: Tomo I. Revisão e atualização de Antônio Rulli Neto. 3a ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. **Fundamentos do processo civil moderno**: Tomo II. Revisão e atualização de Antônio Rulli Neto. 3a ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. **Nova era do processo civil**. 4a ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

DOMÍNGUEZ, Valentín Cortés; CATENA, Victor Moreno. **Derecho procesal civil**: parte general. Valencia: Tirant Lo Blanch, 8ª ed., 2015.

FERRARI NETO, Luiz Antonio. A natureza jurídica da decisão que julga a liquidação de sentença e seus reflexos na prática forense. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes *et al* (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 531-541.

FERREIRA, William Santos. Cabimento do agravo de instrumento e a ótica prospectiva da utilidade – o direito ao interesse na recorribilidade de decisões interlocutórias. **Revista de processo**, São Paulo, v. 263, p. 193-203, jan. 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. Comentários ao art. 1.009. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et al. (Coords.). **Código de Processo Civil Anotado**. OAB Paraná e AASP, 2019. Disponível em: <https://aaspsite.blob.core.windows.net/aaspsite/2019/02/CPC_annotado25.2.2019_atual.pdf>. Acesso em 11 de jan. 2020.

FERRARA, Francesco. **Interpretação e aplicação das leis**. Tradução de Manuel A. Domingues de Andrade. Coimbra: Arménio Amado, 4ª ed., 1987.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 2ª ed., 1994.

FILIPPI, Alberto. Norberto Bobbio y Carlos Cossio: la filosofía jurídica de la interpretación analógica. **Isonomía**, n. 21, p. 261-269, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-02182004000200010&lng=es&nrm=iso>

FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. **Agravo e o novo código de processo civil**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FROCHAM, Manuel Ibañez. **Tratado de los recursos en el proceso civil: doctrina, jurisprudência y legislación comparada**. Buenos Aires: Bibliográfica Omeba, 3ª ed., 1963.

FUX, Luiz. **Mandado de segurança**. Rio de Janeiro: Forense, 2. ed., 2019

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; SILVA, Márcio Henrique Mendes da; FERREIRA, Olavo A. Vianna Alves. **Comentários à Nova Lei de Mandado de Segurança**: Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 46.

GEORGE, Henry. **Progresso e pobreza**. Tradução de Americo Werneck Junior. 3. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1970, p. 381.

GOLDSCHMIDT, Werner. **Introducción filosófica al derecho**: la teoría trialista del mundo jurídico y sus horizontes. Buenos Aires: Depalma, 6ª ed., 1987, p. 584-585.

GONZALEZ, Gabriel Araújo. **A recorribilidade das decisões interlocutórias no Código de Processo Civil de 2015**. Salvador, 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em direito, Universidade Federal da Bahia, 379f.

HABSCHEID, Walther J. **Droit judiciaire privé suisse**. Genève: Librairie de l'Université, 2. ed., 1981, p. 292-293.

HERKENHOFF, João Baptista. **Como aplicar o direito**: (à luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológico-política). Rio de Janeiro: Forense, 8ª ed., 2002.

HOLLIDAY, Gustavo Calmon. **A reclamação constitucional no novo CPC**. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 85-88.

IRUZUBIETA, Carlos Vázquez. **Tratado de los recursos jurisdiccionales**. Madrid: Edisofer, 2001.

JAYME, Fernando Gonzaga; SANTOS, Marina França. A irrecurribilidade das decisões interlocutórias no projeto do novo Código de processo civil. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 57, p. 139-160, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/128>>.

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et. al. (coord.). **Código de processo civil anotado**. 3. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018, p. 1.461-1.462.

_____. **Sistema recursal CPC 2015**: em conformidade com a Lei 13.256/2016. Salvador: Juspodivm, 2016.

LACERDA, Galeno. **Despacho saneador**. Porto Alegre: La Salle, 1953.

_____. Mandado de segurança contra interlocutória cujo recurso não tiver efeito suspensivo. **Ajuris: revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**, v. 2, n. 3, mar. 1975, p. 42-60.

LARRAÑAGA, Jose Castillo; PINA, Rafarel de. **Instituciones de Derecho Procesal Civil**. Mexico: Porrúa, 3ª ed., 1954, p. 15.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. **Duplo grau de jurisdição no direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

LEMOS, Vinicius Silva. **Agravo de instrumento à luz do novo CPC**. Curitiba: Juruá, 2ª ed., 2018.

_____. **Recursos e processos nos tribunais**. Salvador: Juspodivm, 4. ed., 2020.

LESSA, Guilherme Thofehn. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias e regime de agravo no projeto do novo CPC. **Revista de processo**, v. 230, p. 193-210, abr. 2014.

LIBARDONI, Carolina Uzeda. **O recurso contra decisão prolatada em incidente de arguição de suspeição ou impedimento**. Disponível em <https://www.academia.edu/12370199/O_RECORSO_CONTRA_DECIS%C3%83O_PROLATADA_EM_INCIDENTE_DE_ARGUI%C3%87%C3%83O_DE_SUSPEI%C3%87%C3%83O_OU_IMPEDIMENTO>. Acesso em 22 jan. 2020.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Estudos sobre o processo civil brasileiro**: com notas da Dra. Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Bushatsky, 1976.

_____. **Manual de Direito Processual Civil**. Tocantins: Intelectus, 2003, vols. I e II.

LIMA, Alcides de Mendonça. **Introdução aos recursos cíveis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

LIMA, Mário Franzen de. **Da interpretação jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed., 1955.

MACEDO, Elaine Harzheim; DUARTE, Liza Bastos. Correição parcial e sua (in)constitucionalidade. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 859, p. 38-58, maio 2017.

MALACHINI, Edson Ribas. A correição parcial e a recorribilidade das decisões interlocutórias. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 18, p. 88-110, abr./jun. 1980.

MARANHÃO, Clayton. Agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015: entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 256, p. 147-168, jun. 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

_____. **Novas linhas do processo civil**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado** [e-book]. 2. ed. [S.l.]: Revista dos Tribunais, 2016.

MARINS, Graciela. O mandado de segurança como sucedâneo recursal nas hipóteses não previstas no art. 1.015 do CPC/2015. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins**: volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 161-172.

MAZOLLA, Marcelo. **A verdadeira hipótese de agravo de instrumento escondida no novo CPC**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-nov-21/marcelo-mazzola-verdadeira-hipotese-agravo-escondida-cpc#sdfootnote2anc>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MAZZOLA, Marcelo. Agravo de instrumento e suas restritas hipóteses de cabimento: necessidade de flexibilização. In: JATAHY, Carlos Roberto; ALMEIDA, Diogo Rezende de; AYOUB, Luiz Roberto (Coords.). **Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 417-433.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro; São Paulo: Freitas Bastos, 5ª ed., 1951.

MEDEIROS, Maria Lúcia. Anotações sobre a correição parcial. **Revista de Processo**, São Paulo, vol. 68, p. 116-135, out./dez., 1992

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil comentado:** com remissões e notas comparativas ao CPC/1973 [livro eletrônico]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fábio Caldas de. **Mandado de segurança individual e coletivo: comentários à Lei 12.016/2009.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 78.

MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. **Mandado de segurança e ações constitucionais.** 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

MELLO, Rogerio Licastro Torres de *et. al.* **O agravo de instrumento e o rol do art. 1.015 do novo CPC: taxatividade?** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI235291,81042-O+agravo+de+instrumento+e+o+rol+do+art+1015+do+novo+CPC+taxatividade>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MENDONÇA JUNIOR, Delosmar. **Princípios da ampla defesa e da efetividade no processo civil brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2001.

MILHOMENS, Jônatas. **Hermenêutica do direito processual civil.** Rio de Janeiro: Forense, [s.d.].

MOLLICA, Rogério. **O agravo de instrumento e a decisão sobre a suspensão de processos prejudiciais.** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-na-pratica/314184/o-agravo-de-instrumento-e-a-decisao-sobre-a-suspensao-de-processos-prejudiciais>>.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Breve notícia sobre a reforma do processo civil alemão. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 111, p. 103-112, jul./set. 2003.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil:** arts. 476 a 565. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 5, 1985, p. 469.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil:** arts. 476 a 565. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 5, 1998, p. 477-483.

_____. **Temas de direito processual:** terceira série. São Paulo, Saraiva, 1984.

_____. **Temas de direito processual:** sexta série. São Paulo, Saraiva, 1997.

_____. **Temas de direito processual:** oitava série. São Paulo, Saraiva, 2004.

MULLER, Ana Cláudia Rodrigues. **Do rol não taxativo do agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015.** São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.

NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 40-43.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. Salvador: JusPodivm, 2016.

NUNES, Dierle; ARAGÃO, Erica Alves; BARBOSA, Lígia de Freitas. **STJ, o agravo e a interpretação extensiva do artigo 1.015 do novo CPC**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-08/opiniao-stj-agravo-interpretacao-artigo-1015-cpc#sdfootnote22anc>>. Acesso em: 11 out. 2018.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. Aspectos destacados da reclamação no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, vol. 247, p. 299-318, set. 2015.

_____. **Novíssimo sistema recursal conforme o CPC/2015**. Florianópolis: Empório do Direito, 3ª ed., 2017, p. 55-57.

_____. O regime especial do agravo de instrumento contra decisão parcial (com ou sem resolução de mérito). **Revista de Processo**, São Paulo, v. 264, fev. 2017, p. 183-205.

OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte de. In: GAJARDONI, Fernando da Fonseca et al. **Execução e recursos**: comentários ao CPC 2015. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 1.070-1.071.

PANTOJA, Fernanda Medina; HOLZMEISTER. O agravo de instrumento contra decisão parcial e a impugnação de decisões interlocutórias anteriores. In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (Coords.). **Recursos no CPC/2015**: perspectivas, críticas e desafios. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 81-99.

PANTOJA, Fernanda Medina. **Recorribilidade da decisão interlocutória que define competência**: um desagravo do agravo. Disponível em: <<https://tavad.com.br/2018/10/30/recorribilidade-da-decisao-interlocutoria-que-define-competencia-um-desagravo-do-agravo/>>.

PASSANEZI, Paulo Gonçalves. Agravo de instrumento: rol taxativo ou exemplificativo? Consequências advindas da resposta a esta indagação. In: MARCATO, Ana Cândida Menezes et al (Orgs.). **Reflexões sobre o código de processo civil de 2015**: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro. São Paulo: Verbatim, 2018, p. 240-242.

PAZOS, Mateo Alia. La interpretacion de las leyes procesales. **Colaboración**, n. 303, mayo 1955. Disponível em: <https://www.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/Portal/1292344038953?blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=Content-Disposition&blobheadername2=EstudioDoctrinal&blobheadervalue1=attachment%3B+filename%3D1955_0303.pdf&blobheadervalue2=1288774416898>.

PEREIRA, Carlos Frederico Bastos. Interpretação extensiva, analogia e o rol do artigo 1.015 do Código De Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 282, p. 267-284, ago. 2018.

PINTO, Rui. **Código de Processo Civil Anotado**. Coimbra: Almedina, v. 2, 2018.

PITA, Paula Díaz. **Derecho procesal civil**. Madrid: Tecnos, tomo I, 2016.

PITÃO, José António de França; PITÃO, Gustavo França. **Código de processo civil anotado**: Tomo I (Artigos 1.º a 702.º). Lisboa: Quid Juris, 2016, p. 723-779.

PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. **Cabimento do Agravo de Instrumento no Novo Código de Processo Civil**: as decisões agraváveis de instrumento. São Paulo, 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 133f.

POITTEVIN, Ana Laura González. **Recorribilidade das decisões interlocutórias**: uma comparação do direito brasileiro com outros ordenamentos. Curitiba: Juruá, 2008.

PORTO, Sérgio Gilberto; USTÁRROZ, Daniel. **Manual dos recursos cíveis**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 7ª ed., 2020.

PRESGRAVE, Ana Beatriz Ferreira Rebello. **O problema do rol taxativo do 1015: há uma solução no CPC?** Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/leitura/o-problema-do-rol-taxativo-do-1015-ha-uma-solucao-no-cpc-por-ana-beatriz-ferreira-rebello-presgrave>>. Acesso em: 11 out. 2018.

ROCCO, Alfredo. **La interpretación de las leyes procesales**. Santiago de Chile: Ediciones Olejnik, 2018.

ROCHA, Felipe Borring; NETTO, Fernando Gama de Miranda. A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre direito probatório. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Belo Horizonte, n. 101, p. 99-123, jan./mar. 2018.

ROCHA, Henrique de Moraes Fleury da. Cabimento do agravo de instrumento segundo o Código de Processo Civil brasileiro de 2015: aspectos polêmicos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 282, p. 299-317, ago. 2018.

ROCHA, José de Moura. **A interpretação e as leis processuais**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1986.

_____. A interpretação e as leis processuais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, p. 12-36, 1986.

RODRIGUES, Marcelo Abelha; SIQUEIRA, Thiago Ferreira. Comentários ao art. 113 do CPC. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério *et al.* (Coords.). **Código de Processo Civil Anotado**. OAB Paraná e AASP, 2019. Disponível em: <https://aaspsite.blob.core.windows.net/aaspsite/2019/02/CPC_annotado25.2.2019_atual.pdf>.

RODRIGUES, Marco Antonio. **Manual dos recursos, ação rescisória e reclamação**. São Paulo: Atlas, 2017, p. 167-184 e 359-402.

ROMÃO, Pablo Freire. Taxatividade do rol do art. 1.015, do NCPC: mandado de segurança como sucedâneo do agravo de instrumento? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 259, p. 259-273, set. 2016.

ROQUE, Andre Vasconcelos *et al.* **Hipóteses de agravo de instrumento no novo CPC: os efeitos colaterais da interpretação extensiva**. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/novo-cpc/hipoteses-de-agravo-de-instrumento-no-novo-cpc-os-efeitos-colaterais-da-interpretacao-extensiva-04042016>>. Acesso em: 11 out. 2018.

_____. **Agravo de instrumento e seu rol: em defesa da segurança jurídica**. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2018/07/13/agravo-de-instrumento-e-seu-rol-em-defesa-da-seguranca-juridica/>>.

ROSENBERG, Leo. **Tratado de derecho procesal civil**: tomo II. Traducción de Angela Romera Vera. Buenos Aires: Ed. Jurídicas Europa-América, 1955, p. 349-367.

RUBIN, Fernando. Cabimento de agravo de instrumento em matéria probatória: crítica ao texto final do novo CPC (Lei N.º 13.105/2015, art. 1015). In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (Orgs.). **Novo CPC doutrina selecionada**: processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais, v. 6, Salvador: Juspodivm, 2016, p. 875-890.

SANCHES JUNIOR, Antonio Roberto; CARVALHO, Erick Coutinho de. O cabimento do agravo de instrumento no novo CPC. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis**: volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 19-44.

SANTOS, Aloysio. **A correção parcial**: reclamação ou recurso acessório? 2ª ed. São Paulo: LTr, 2002, p. 37-50.

SARRO, Luís Antônio Giampaulo. Dos recursos no projeto de novo código de processo civil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, vol. 66, p. 191-220, out./dez. 2014.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Agravo de instrumento e os efeitos práticos da decisão do STJ: riscos de preclusão?** Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2019/07/22/agravo-de-instrumento/>>.

_____. O Agravo e o “Mito de Prometeu”: considerações sobre a Lei 11.187/2005. In: NERY JR, Nelson; ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 193-219.

_____. **Recorribilidade das interlocutórias e sistema de preclusões no Novo CPC – primeiras impressões**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3087246/mod_resource/content/1/Heitor%20Sica%20-

[%20Recorribilidade%20das%20interlocuto%CC%81rias%20e%20sistema%20de%20precluso%CC%83es%20no%20Novo%20CPC.pdf>.](#) Acesso em 04 out. 2017.

_____. **Direito Processual Civil Espanhol.** Disponível em: <https://www.academia.edu/17570556/2009_-_Direito_Processual_Civil_Espanhol>.

SILVA, Bruno Freire e. A utilização do mandado de segurança contra ato judicial sob a égide da nova Lei 12.016/2009. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 202, p. 269-288, dez. 2011.

SILVEIRA, Alípio. **Hermenêutica no direito brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 2, 1968.

SOUZA, Gelson Amaro de. O valor da causa e recurso no processo civil. In: DIDIER JUNIOR, Fredie (Coord.). **Novo CPC doutrina selecionada: processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais.** Salvador: Juspodivm, v.6, 2016, p. 683-708.

STJ discute cabimento de agravo de instrumento em hipóteses não previstas no CPC/15. **Migalhas**, 3 out. 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI288640,101048-STJ+discute+cabimento+de+agravo+de+instrumento+em+hipoteses+nao>>. Acesso em 11 out. 2018.

STRECK, Lenio Luiz; SOUSA, Diego Crevelin de. **No STJ, taxatividade não é taxatividade? Qual é o limite da linguagem?** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-07/stj-taxatividade-nao-taxativa-qual-limite-linguagem#_ftnref1>. Acesso em: 11 out. 2018.

TALAMINI, Eduardo. A nova disciplina do agravo e os princípios constitucionais do processo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 80, p. 125-146, out./dez. 1995.

_____. **Coisa julgada e sua revisão.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Incidente de desconsideração de personalidade jurídica.** Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI234997,11049-Incidente+de+desconsideracao+de+personalidade+juridica>>. Acesso em 22 jan. 2020.

_____. O emprego do mandado de segurança e do habeas corpus contra atos revestidos pela coisa julgada. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Org.). **Estudos de direito processual civil: homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 520-533.

_____. **O fim do “conflito de competência” entre tribunal arbitral e juiz estatal.** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/236663/o-fim-do-conflito-de-competencia-entre-tribunal-arbitral-e-juiz-estatal>>. Acesso em 22 jan. 2020.

_____. **Produção antecipada de prova.** Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI235462,51045-Producao+antecipada+de+prova>>. Acesso em 22 jan. 2020.

_____. **Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo.** 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.1, 2016.

TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil: cognição jurisdicional: processo comum de conhecimento e tutela provisória.** 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.2, 2016.

TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe S. Dos recursos: disposições gerais. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Saraiva, v. 4, 2017, p. 265-270.

TARUFFO, Michele. **Orality and writing as factors of efficiency in civil litigation.** Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9957/20f1a7fd82c8a288ad9d68109b4c35273296.pdf?_ga=2.229462744.593065937.1585104855-880291459.1585104855>.

TEDESCO, Paulo Camargo. O Agravo na Lei 11.187/2005 e o princípio da oralidade. In: NERY JR, Nelson; ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins.** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, 2006, p. 416-429.

TERCEIRO NETO, João Otávio. **Interpretação dos atos processuais.** Coordenação de Leonardo Carneiro da Cunha. Rio de Janeiro: Forense, 2019, capítulo 2.

THAMAY, Rennan F. K.; SOUSA, Rosalina F. M. de. Decisão interlocutória que declina da competência e não conserva os efeitos dos atos processuais praticados: a agravabilidade do capítulo que revoga a tutela provisória anteriormente concedida. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 278, abr. 2018, p. 237-260.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil** [e-book]. 53ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro.** Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Humberto%20Theodoro%20J%C3%BAnior%20-%20formatado.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

TOSCAN, Anissara. **Estática e Dinâmica das Preclusões Processuais Cíveis: revisitando o instituto.** Curitiba, 2015. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-graduação em direito, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37985/R%20-%20D%20-%20ANISSARA%20TOSCAN.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa de. A recorribilidade da decisão que resolve a primeira fase na ação de exigir contas. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (Coords.). **Aspectos polêmicos dos**

recursos cíveis e assuntos afins: volume 14. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 447-461.

VIGO, Rodolfo Luis. **Interpretação jurídica**: do modelo juspositivista-legalista do século XIX às novas perspectivas. Tradução de Susana Elena Dalle Mura. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Os agravos no CPC brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

WATANABE, Kazuo. Mandado de segurança contra atos judiciais. **Doutrinas essenciais de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, ago. 2011.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. Prometeu (re) Acorrentado: a recorribilidade em separado das decisões interlocutórias do CPC/39 ao CPC/2015. In: NERY JUNIOR, Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (Coords.). **Aspectos polêmicos dos recursos cíveis**: volume 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 159-197.

ZACLIS, Lionel. Comentários ao art. 550. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et al. (Coords.). **Código de Processo Civil Anotado**. OAB Paraná e AASP, 2019, p. 952-953. Disponível em: <https://aaspsite.blob.core.windows.net/aaspsite/2019/02/CPC_annotado25.2.2019_atual.pdf>. Acesso em 11 de jan. 2020.

Jurisprudência

BRASIL. STF. 2ª Turma. Pet 2018 AgR, Relator: Min. Celso De Mello. Brasília, 22 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=325844>>.

BRASIL. STF. Primeira Turma. Recurso extraordinário. Recepção da Lei n 5.584/70 pela atual Constituição. Alcance da vedação da vinculação do salário-mínimo contida na parte final do artigo 7º, IV, da Carta Magna. Vinculação da alçada ao salário-mínimo. - Não tem razão o recorrente quando pretende que, em face do disposto no artigo 5º, LV e parágrafo 1º, da Constituição Federal, esta constitucionalizou o princípio do duplo grau de jurisdição, não mais admitindo decisões de única instância, razão por que não foi recebida pela nova ordem constitucional a Lei 5.584/70 (...). Recurso extraordinário n.º 201.297. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, 1º de outubro de 1996. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=237751>>.

Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. STF. Tribunal Pleno. Recurso. Agravo convertido em Extraordinário. Apelação em execução fiscal. Cabimento. Valor inferior a 50 ORTN. Constitucionalidade. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição norma que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN. Recurso extraordinário com repercussão geral n.º 637.975. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 9 de junho de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626915>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. STF. Tribunal Pleno. Agravo regimental em mandado de segurança n. 31019. Relator Ministro LUIZ FUX, julgado em 14/05/2014.

BRASIL. STF. Tribunal Pleno. Agravo regimental em mandado de segurança n. 23224, Relator Ministro MAURÍCIO CORRÊA, julgado em 19/05/1999.

BRASIL. STF. Tribunal Pleno. Recurso extraordinário 576.847. Relator Ministro Eros Grau. Brasília, em 20 de maio de 2009.

BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Hipóteses de agravo de instrumento. Rol taxativo. Interpretação extensiva. Possibilidade. Decisão que afasta a prescrição e a decadência. Possibilidade de interposição do recurso. 1. É certo que as hipóteses de Agravo de Instrumento trazidas pelo CPC de 2015 são taxativas, mas também é certo que o exegeta pode valer-se de uma interpretação extensiva. 2. A decisão sobre prescrição e decadência é, consoante o art. 487, II, de mérito, não havendo razão para somente permitir a interposição de agravo de instrumento da decisão que reconhece os dois institutos. 3. É inadequada a preclusão prematura da decisão que afasta as prejudiciais de mérito elencadas na contestação, razão pela qual, por meio de interpretação extensiva, deve-se reconhecer a possibilidade de interposição de agravo de instrumento nesses casos, ou mesmo por interpretação literal, diante do teor do art. 1.015, II, do CPC. 4. Recurso

especial conhecido e provido. Recurso especial n.º 1.695.936. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 21 de novembro de 2017. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=1658689&num_registro=201702210316&data=20171219&formato=PDF>.

Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. STJ. Recurso Especial n. 1.752.049. Rel. Ministra Nancy Andrighi, julgado em 12/03/2019.

BRASIL. STJ. REsp 1.746.337/RS, 3ª Turma, DJe 12/04/2019.

BRASIL. STJ. REsp 1.680.168/SP, 4ª Turma, DJe 10/06/2019.

BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial n.º 1.757.123/SP. Relator Ministra Nancy Andrighi. Brasília, em 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=1849095&num_registro=201801908669&data=20190815&formato=PDF>.

BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial 1.702.725/RJ. Relator Ministra Nancy Andrighi. Brasília, em 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=1842489&num_registro=201702604581&data=20190628&formato=PDF>.

BRASIL. STJ. 4ª Turma. (...). Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda. 6. Recurso Especial provido. Recurso especial n.º 1.679.909/RS. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque>

ncial=1655954&num_registro=201701092223&data=20180201&formato=PDF>.

Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial n.º 1.798.939/SP. Relator: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=1888235&num_registro=201801256008&data=20191121&formato=PDF>.

BRASIL. STJ. Recurso especial 1.694.667/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, julgado em 05/12/2017.

BRASIL. STJ. Recurso especial 1.729.110, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 02/04/2019.

BRASIL. STJ. Corte Especial. AgRg no MS 22.646/RJ. Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 11/02/2020.

BRASIL. STJ. 3ª Turma. Recurso especial n.º 1.762.957/MG. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Brasília, 10 de março de 2020. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=1920945&num_registro=201802214730&data=20200318&formato=PDF>.

BRASIL. STJ. 2ª Turma. Constitucional e processual civil. Recurso ordinário. Mandado de segurança. Correição parcial. Interposição ao invés de agravo de instrumento. Pedido expresso de aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Possibilidade. Erro grosseiro não caracterizado. Recurso ordinário conhecido e provido. Recurso ordinário em mandado de segurança n.º 16.218. Relator: Ministro Francisco Peçanha Martins. Brasília, 13 de setembro de 2005. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=577358&num_registro=200300538228&data=20051121&formato=PDF>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Ação popular. Acordo judicial. Desconstituição. Possibilidade. 1. A ação popular é via própria para obstar acordo judicial transitado em julgado em que o cidadão entende ter havido dano ao erário. Precedentes da Primeira e Segunda Turma. 2. Recurso especial provido. Recurso especial n.º 906.400/SP, Relator: Ministro Castro Meira. Brasília, 22 de maio de 2007. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=694564&num_registro=200602488647&data=20070601&formato=PDF>.

BRASIL. STJ. 2ª Turma. Processual civil. Ofensa ao art. 535 do CPC não configurada. ICMS. Hidrelétrica. Distribuição de parcela de ICMS. Acordo homologado judicialmente. Pleito de anulação. Ação popular. Via adequada. Recurso especial n.º 884.742/PR, Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 20 de abril de 2010. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque ncial=964078&num_registro=200601446700&data=20110428&formato=PDF>.

BRASIL. TJPR. 13ª Câmara Cível. Correição Parcial. - Execução de título extrajudicial. Averbação da execução na matrícula de imóvel. Imóvel não penhorado. Cancelamento da averbação determinada em agravo de instrumento. Acórdão não sujeito a recurso com efeito suspensivo. Despacho que determina o aguardo do trânsito em julgado. Retardamento injustificado. - Correição parcial conhecida e provida - o despacho que determina o aguardo do trânsito em julgado de acórdão proferido em agravo de instrumento, sem que haja notícia de concessão de efeito suspensivo em outro recurso importa em paralisação injustificada do feito. Correição Parcial 1213391-6. Relator: Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso. Curitiba, 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11833005/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1213391-6#>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. TJPR. 10ª Câmara Cível. Correição parcial cível. Medida cautelar de arresto. Decisão impugnada que indeferiu o pedido de suspensão do processo, determinando a certificação do trânsito em julgado e o posterior arquivamento dos autos. Insurgência manejada pelo espólio do autor. Necessidade de suspensão do processo com

efeitos retroativos à data do falecimento do demandante, a fim de que o polo ativo seja regularizado. Art. 313, i, do CPC/2015. Declaração de nulidade de todos os atos praticados após o falecimento do requerente, com a restituição do prazo recursal. Art. 1.004 do CPC/2015. Correição parcial conhecida e acolhida. Correição parcial n.º 0001639-08.2018.8.16.0000. Relator: Guilherme Freire de Barros Teixeira. Curitiba, 30 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000005351581/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0001639-08.2018.8.16.0000#>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. TJPR. 5ª Câmara Cível. Correição Parcial - Mandado De Segurança - Licitação - Decisões Do Magistrado Singular Que Causaram Tumulto Processual E Paralisação Injustificada - Valor Da Causa Corrigido De Ofício Indevidamente - Mandamus Que Não Tem Conteúdo Econômico - Apensamento Das Ações - Devido Para Evitar Decisões Conflitantes - Inteligência Do Art. 55, §3º Do CPC - Correição Parcial Conhecida E Provida. Correição parcial n.º 1657096-2. Relator: Regina Afonso Portes. Curitiba, 29 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12424066/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1657096-2#>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. TRF4. Quarta Turma. Agravo interno em correição parcial. Intervenção obrigatória do Ministério Público. Causa envolvendo direito ambiental. Intervenção justificada do Ministério Público Federal. Quando o Ministério Público Federal se manifesta por sua intervenção em ação que envolve direito ambiental ou outros interesses públicos relevantes, não cabe ao juízo liminarmente indeferir aquela intervenção. Hipótese em que a correição parcial se mostra cabível diante do não cabimento de agravo de instrumento para discutir a questão, com risco de que o processo tivesse seguimento sem relevante intervenção do Ministério Público Federal. Agravo interno provido. Correição parcial deferida. Intervenção do Ministério Público Federal assegurada. Agravo Interno n.º 5052670-19.2016.4.04.0000. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Junior. Curitiba, 13 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/citacao.php?doc=TRF413420642>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. TRF4. Turma Regional Suplementar do Paraná. Processual civil. Inadmissão de apelação. Agravo de instrumento - restrição (CPC, Art. 1.015). Recebimento como correção parcial. 1. O exame de admissibilidade da apelação corresponde ao tribunal, órgão ad quem, ao qual o juízo a quo, independentemente de referido exame, deve encaminhar o recurso ad opportuno, atendidas as prescrições legais (CPC, art. 1.010, IV, §§). 2. A decisão que não admite a apelação não se insere no elenco legal taxativo estabelecido para o cabimento de agravo de instrumento (CPC, art. 1.015) mas, ao projetar estado de irregularidade processual, sujeita-se à correção parcial (RITRF4, art. 262, *caput*). 3. Recebe-se o agravo de instrumento como correção parcial em não havendo diverso recurso previsto e lei. Agravo de instrumento n.º 5035867-24.2017.4.04.0000. Relator: Amaury Chaves de Athayde. Curitiba, 16 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/citacao.php?doc=TRF413904172>>. Acesso em: 11 out. 2018.

APÊNDICE ÚNICO: QUADRO SINTÉTICO DE HIPÓTESES DE CABIMENTO DE AGRADO DE INSTRUMENTO CONCEBIDAS POR MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO

Hipóteses de cabimento	Tipo de interpretação				
	Literal, gramatical ou filológica	Extensiva lato sensu: extensão do sentido da norma por meio de instrumental lógico, finalístico e sistemático (sem resultado ab-rogante)	Interpretação analógica ou integração analógica (com ou sem lacuna)	Sistemática (com resultado ab-rogante)	Finalística ou teleológica, (com resultado ab-rogante)
“Cabe agrado de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:”					
Tutelas provisórias (inciso I)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão que posterga ou condiciona a tutela provisória. Fundamento: a decisão é compreendida no sentido de “versar sobre”	<ul style="list-style-type: none"> Decisão que versa sobre o modo de efetivação da tutela provisória. Fundamento: versar sobre tutela provisória compreende versar sobre todos os aspectos relacionados aos meios para sua efetivação e implementação.			
Mérito do processo (inciso II)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão que aprecia prescrição ou decadência e outras preliminares de mérito. Fundamento: trata-se de matérias compreendidas no conceito de mérito.				
Rejeição da alegação de convenção de arbitragem (inciso III)			<ul style="list-style-type: none"> Decisões sobre competência e negócios jurídicos processuais. Fundamento: convenção de arbitragem é um negócio jurídico processual que versa		

			<p>sobre competência absoluta. Ao autorizar a imediata recorribilidade nesse caso, o CPC deve dar igual tratamento a outros tipos de questões envolvendo competência e negócios jurídicos processuais, por analogia.</p> <p>Crítica: não há lacuna na norma que autorize a integração analógica. Aplica-se o art. 1.009, §1º do CPC/15 para as hipóteses não abarcadas pelo art. 1.015 do CPC/15.</p>		
Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (inciso IV)			<ul style="list-style-type: none"> • Decisão proferida no âmbito do incidente, mas que não decide a desconsideração. <p>Fundamento: o texto é amplo e faz alusão ao “incidente”. Nesse conceito deve ser compreendidas todas as decisões interlocutórias proferidas no incidente.</p> <p>Crítica: por paralelismo em relação ao procedimento comum e sistematicidade, apenas a decisão final do incidente deve ser recorrível de imediato.</p>		
Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão que rejeita parcialmente a gratuidade <p>Fundamento: a rejeição parcial está incluída no sentido de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão que versar sobre a multa prevista no art. 100, par. único, para os casos de postulação de 			

acolhimento do pedido de sua revogação (inciso V)	“rejeição”. Trata-se de sentido contido no texto da norma.	<p>gratuidade em má-fé.</p> <p>Fundamento: embora o inciso V não faça referência à aplicação de multa por postular gratuidade com má-fé, essa hipótese deve ser compreendida na discussão sobre o cabimento ou não da revogação. Se a revogação foi equivocada, a multa não deve incidir. Como trata-se de questões relacionadas, a discussão sobre a revogação compreende a multa por má-fé. Isso não significa que qualquer decisão que discuta a multa seja agravável.</p>			
Exibição ou posse de documento ou coisa (inciso VI)	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão que versa sobre turbacão de posse. <p>Fundamento: o inciso alude à posse de documento <u>ou</u> coisa. As ações possessórias versam sobre posse de coisas. Portanto, as decisões proferidas nessas ações que versarem sobre posse estão incluídas nessa previsão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão que versa sobre requisição de documentos a órgãos públicos (tal hipótese está fora da categoria do CPC/15 exibição de documento ou coisa) 			
Exclusão de litisconsorte (inciso VII)	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão que defere ou indefere a exclusão de litisconsorte. <p>Fundamento: o sentido de “exclusão” compreende as hipóteses em que a exclusão é deferida ou rejeitada. Trata-se de sentido contido no texto.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decisão que indefere a exclusão de 				

	<p>litisconsorte por reputar que a parte é legítima e que possui responsabilidade sobre os fatos objeto do processo (juízo de mérito)</p> <p>Fundamento: o sentido de “exclusão” compreende as hipóteses em que a exclusão é deferida ou rejeitada, pouco importando a fundamentação da decisão para deferir ou rejeitar a exclusão. Trata-se de sentido contido no texto.</p>				
<p>Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio (inciso VIII)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Decisão que versa sobre a rejeição de pedido de limitação de litisconsórcio facultativo, simples ou unitário. <p>Fundamento: Em princípio, o recurso é cabível apenas nos casos em que o litisconsórcio é facultativo, seja simples ou unitário. Isso é o que se extrai da literalidade do art. 113, §1º do CPC/15 e demais regras que tratam de litisconsórcio, que preveem a limitação apenas na hipótese de litisconsórcio facultativo – descartada a hipótese de limitação de litisconsórcio necessário, portanto.</p>				

Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros (inciso IX)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão que versa sobre a habilitação de sucessores do falecido, prevista nos arts. 687-692 do CPC/15. <p>Fundamento: os sucessores do falecido são terceiros até ingressarem no processo. Trata-se apenas de esclarecer o âmbito de incidência da hipótese de recorribilidade.</p>				
Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução (inciso X).		<ul style="list-style-type: none"> Decisão que rejeita a atribuição do efeito suspensivo. <p>Fundamento: estaria compreendida no sentido de “concessão tanto o deferimento da concessão quanto a rejeição da concessão.</p> <ul style="list-style-type: none"> Decisão que versa sobre a abrangência e dimensão do efeito suspensivo, o qual pode ter sido atribuído em decisão anterior. <p>Fundamento: versar sobre efeito suspensivo (modalidade de tutela provisória) compreende versar sobre todos os aspectos relacionados aos meios para sua efetivação e implementação.</p>			
Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º (inciso XI)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão que deferir ou indeferir a redistribuição do ônus da prova, sendo indiferente o sentido da 	<ul style="list-style-type: none"> Decisão que deferir ou indefere a redistribuição do ônus da prova com base na inversão do ônus prevista no CDC. 			

	<p>decisão (positivo ou negativo).</p> <p>Fundamento: da locução adotada no inciso, extrai-se que será agravável tanto a decisão que deferir a redistribuição do ônus quanto a que indeferir. Ao aludir a “redistribuição”, o Código foi abrangente e cogitou do juízo positivo e do negativo. Trata-se de extrair o sentido da norma.</p>	<p>Fundamento: o próprio art. 373, §1º do CPC/15 faz menção a modificação da atribuição do ônus da prova nos “casos previstos em lei” (o que engloba a inversão do ônus da prova prevista no CDC). Trata-se de ler as duas normas de modo conjugado.</p>			
<p>Outros casos expressamente referidos em lei (inciso XIII)</p>	<p>Interpretação literal é cabível.</p>	<p>• Decisão do juiz de primeiro grau que aprecia e resolve o requerimento de distinção, formulado pela parte, entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no IRDR (o chamado pedido de “distinguish”).</p> <p>Fundamento: O §13º do art. 1.037 alude somente ao requerimento previsto no §9º, que por sua vez trata do pedido de distinção da questão objeto de recursos especial ou extraordinário afetados. Cabe interpretação extensiva para abarcar a decisão que analisar pedido de distinção em relação à questão objeto de afetação em IRDR (previsto nos arts. 976-987</p>	<p>Não se cogitou de exemplo aplicável.</p>	<p>Não se cogitou de exemplo aplicável.</p>	<p>Não se cogitou de exemplo aplicável.</p>

		do CPC/15), com base na premissa de que idêntico tratamento deve ser dado à decisão proferida com base no art. 982, inc. I do CPC/15, pois ela, tal como a do 1.037, §9º, também implicaria a suspensão do processo em razão da necessidade de se aguardar decisão do Tribunal superior em matéria de julgamento de casos repetitivos, categoria que abrange tanto o IRDR como os recursos excepcionais repetitivos (art. 928 do CPC/15). Trata-se de interpretação sistemática com resultado extensivo da norma.	<ul style="list-style-type: none"> Decisões proferidas em procedimentos especiais ou processos com estrutura procedimental diferenciada, como falências e recuperação judicial. <p>Fundamento: haveria uma lacuna legislativa na medida em que o par. único do art. 1.015 não teria aludido às hipóteses de decisões interlocutórias proferidas nos processos de falência e recuperação judicial.</p> <p>Crítica: não há lacuna na norma que autorize a</p>	<ul style="list-style-type: none"> Decisões que exigem reexame imediato e não poderiam aguardar a rediscussão em apelação. <p>Fundamento: o sistema recursal não poderia prever um recurso que fosse inútil à parte, sob pena de comprometer a coerência das normas e o acesso à tutela jurisdicional efetiva. Portanto, é necessário interpretar o art. 1.015 como uma autorização para recorribilidade imediata de todas as decisões que não</p>	<ul style="list-style-type: none"> Decisões que exigem reexame imediato e não poderiam aguardar a rediscussão em apelação. <p>Fundamento: a finalidade da regra seria garantir a ampla recorribilidade dessas decisões.</p> <p>Crítica: nem todas as hipóteses previstas na norma exigem rediscussão imediata. Isso afasta a alegada finalidade extraída da regra. O resultado dessa interpretação é ab-rogante.</p>
Fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário (parágrafo único)	Interpretação literal é cabível.	<ul style="list-style-type: none"> Decisões proferidas em processos de falência e recuperação judicial. <p>Fundamento: os processos de falência e recuperação possuem fases executivas, de modo que as decisões interlocutórias proferidas nessas fases executivas são agraváveis.</p>			

			<p>integração analógica. Aplica-se o art. 1.009, §1º do CPC/15 para as hipóteses não abarcadas pelo art. 1.015 do CPC/15.</p>	<p>possam aguardar a apelação. Crítica: a interpretação sistemática não pode ir contra o sentido da lei, que é clara pela opção por um rol taxativo, bem como contra as demais normas e princípios do sistema: art. 1.009, §1, princípio preclusivo, da celeridade. Nesse caso, a interpretação sistemática possui resultado ab-rogante.</p>	
--	--	--	---	--	--